

QUESTÕES DE GÊNERO: PERCEÇÕES E DEBATES NAS HUMANIDADES

Adeline Araújo Carneiro Farias
Jocelaine Oliveira dos Santos
(Orgs.)



QUESTÕES DE GÊNERO: **PERCEPÇÕES E DEBATES NAS HUMANIDADES**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DE SERGIPE (IFS)**

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Jair Messias Bolsonaro

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Milton Ribeiro

SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Ariosto Antunes Culau

REITORA DO IFS

Ruth Sales Gama de Andrade

PRÓ-REITORA DE PESQUISA E EXTENSÃO

Chirlaine Cristine Gonçalves

QUESTÕES DE GÊNERO: PERCEPÇÕES E DEBATES NAS HUMANIDADES

Adeline Araújo Carneiro Farias
Jocelaine Oliveira dos Santos
(Orgs.)



Copyright© 2021 - IFS

Todos os direitos reservados para a Editora IFS. Nenhuma parte desse livro pode ser reproduzida ou transformada em nenhuma forma e por nenhum meio mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenamento de informação, sem autorização expressa dos autores ou do IFS.

Editora-chefe (Coordenadora de Publicações)

Vanina Cardoso Viana Andrade

Planejamento e Coordenação Gráfica

Luiz Alberto dos Santos Júnior

Projeto Gráfico da Capa

Luiz Alberto dos Santos Júnior

Revisão

Jocelaine Oliveira dos Santos

Adeline Araújo Carneiro Farias

Diagramação

Luiz Alberto dos Santos Júnior

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Q5 Questões de gênero [recurso eletrônico]: percepções e debates nas humanidades / Adeline Araújo Carneiro Farias, Jocelaine Oliveira dos Santos (Org.) – Aracaju : Editora IFS, 2021.
293 p. : il. color.

E-book

ISBN 978-65-87114-53-8

1. Feminismo. 2 Gênero. 3. I Farias, Adeline Araújo Carneiro.
II. Santos, Jocelaine Oliveira dos. III Título.

CDU 305

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Kelly Cristina Barbosa CRB 5/1637

[2021]

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS)

Avenida Jorge Amado, 1551. Loteamento Garcia, Bairro Jardins.

Aracaju/SE. CEP: 49025-330

TEL.: +55 (79) 3711-3222 / e-mail: edifs@ifs.edu.br

Impresso no Brasil

Conselho Científico

Chirlaine Cristine Gonçalves
Pró-reitora de Pesquisa e Extensão

Adeline Araújo Carneiro Farias
Área: Ciências Humanas

Jaime José da Silveira Barros Neto
Diretor de Pesquisa e Pós-graduação

Alexandre Santos de Oliveira
Área: Ciências Sociais Aplicadas

José Wellington Carvalho Vilar
Área: Ciências Exatas e da Terra

João Batista Barbosa
Área: Ciências Agrárias

Diego Lopes Coriolano
Área: Engenharias (titular)

Manoela Falcon Gallotti
Área: Linguística, Letras e Artes

Herbet Alves de Oliveira
Área: Engenharias (suplente)

Sheyla Alves Rodrigues
Área: Ciências Biológicas

Membros Externos

Flor Ernestina Martinez Espinosa - FIOCRUZ

Eliane Maurício Furtado Martins - IF Sudeste
MG

Odélsia Leonor Sanchez de Alsina - UFCG

Zélia Soares Macedo - UFS

Mirian Sumica Carneiro Reis - UNILAB

Mario Ernesto Giroldo Valério - UFS

Claudio Cledson Novaes - UEFS

Ana Aparecida Vieira de Moura - IFRR

Caique Jordan Nunes Ribeiro - UFS

Josilene de Souza - IFRN

Lucas Molina - UFS

Charles dos Santos Estevam - UFS

Murilo Lopes Martins - IF Sudeste MG

Editoração

Kelly Cristina Barbosa - Bibliotecária

Produção Visual

Jéssika Lima Santos - Diagramador

Júlio César Nunes Ramiro - Técnico em Artes Gráficas

PREFÁCIO

A LIBERDADE É UMA LUTA CONSTANTE

Chegamos ao século XXI, cômicos de que as lutas empreendidas até então começariam a ganhar materialidade na sedimentação de uma sociedade mais justa e equânime, onde todas, todos e todes teriam acesso aos direitos básicos fundamentais para a vida humana. Entretanto, ao contrário, fomos surpreendidos pela ascensão de um conservadorismo de tendência fascista que invadiu a América Latina e, em especial, o Brasil, desenhando no horizonte a emergência de tempos sombrios. A democracia, que nos parecia consolidada, revelou-se frágil e jogou em nossa cara que nada estava garantido e que a liberdade, assim como a democracia, precisa ser uma luta constante.

Mais uma vez, deparamo-nos com discursos que não só reiteram a heterocisnormatividade e a colonialidade de gênero como um sistema político organizador da vida social; mas também intensifica uma colonialidade do saber cujas práticas invisibilizam o conhecimento produzido pelos grupos marginalizados, numa clara tentativa de silenciá-los novamente, ao mesmo tempo em que criam hierarquias entre às ciências, procurando deslegitimar, principalmente, os saberes produzidos pelas Humanidades, construindo e alimentando uma imagem de que são inúteis e perdem tempo e dinheiro com pesquisas bobas.

Por isso, torna-se urgente erguer a voz, transformando o silêncio em linguagem e ação. Materializar nossos estudos e pesquisas por meio da escrita é criar estratégias decoloniais de enfrentamento que nos levem a resistir aos diversos ataques do sistema mundo

moderno-colonial, generificado, racializado, heterocisnormativo e capacitista que estabelece os arranjos por meio dos quais determina o funcionamento dos corpos, dos gêneros, da sexualidade, do desejo, da vida à medida que passa a considerá-los não como uma possibilidade dentre muitas, mas a única possibilidade de existir reconhecida como uma vida vivível.

Nesse processo, as Humanidades têm um papel fundamental, pois ao se debruçarem sobre o ser humano em toda a sua complexidade, produzem uma compreensão mais profunda das suas relações consigo, com o outro e com o mundo; ao mesmo tempo em que se faz e se desfaz emergindo como sujeito-em-processo. Como afirma Audre Lorde, “o que a compreensão começa a fazer é tornar o conhecimento disponível para o uso, e essa é a urgência, esse é o impulso, esse é o estímulo”² . Estar em movimento, portanto, sustenta a vida, nos faz amadurecer, nos faz aceitar e usar o que aprendemos na luta pela sobrevivência, não importa qual seja o nosso “pior”. Eis o poder das Humanidades: nos permitir usar o que aprendemos com nossas investigações para dar poder a nossa vida e, desse modo, enfraquecer, dirimir e, quiçá, erradicar os medos que dominam nossa existência e moldam nossos silêncios.

Falar/escrever/pesquisar é “um ato de resistência, um gesto político que desafia as políticas de dominação que nos conservam anônimos e mudos. Sendo assim, é um ato de coragem”³ . E, são justamente, vários atos de coragem que você, que agora me lê, encontrará nessas páginas que se seguem. Um conjunto de

2 LORDE, Audre. *Irmã outsider*. Tradução: Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 134.

3 HOOKS, Bell. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. Tradução: Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019. p.36.

saberes produzidos pelas Humanidades que se volta para pensar questões de gênero e sexualidade, para refletir o ser mulher e a pluralidade das vivências do feminino, bem como as problemáticas que atravessam a população LGBTQIAP+. Sujeitos que precisam sobreviver em um país que é líder em violência de gênero e contra pessoas LGBTQIAP+, em feminicídio e transfeminicídio e que, todos os dias, têm seus direitos humanos violados.

Por fim, é importante destacar que todo conhecimento é situado. Quem somos sedimenta nossas escolhas epistemológicas e teóricas e diz de onde falamos, mais além, impulsiona o que dizemos e como dizemos. Assim, gostaria de dizer-lhes que quem lhes fala é uma mulher trans, parda, pansexual, antirracista, professora que se soma às vozes aqui presentes por acreditar que encontrar nossa voz e usá-la é um ato de resistência, de rebelião crítica; é a forma mais poderosa de transformar o mundo por meio do pensamento e da prática feminista, transfeminista, antirracista, queer e decolonial. Espero que as vozes que encontrarão aqui os encorajem a erguer suas próprias vozes e não esqueçam: a liberdade é uma luta constante...

Manuela Rodrigues Santos

SUMÁRIO

ONDE ESTÃO OS ARQUIVOS FEMININOS? um sobrevoo no “Arquivo de Maria Luíza Guaraná” 19
Lorena de Oliveira Souza Campello

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E AS RELAÇÕES DE GÊNERO: uma amostra de ações positivas e pró-ativas em prol de igualdade e respeito. 41

Elza Ferreira Santos
Milene Soares de Medeiros

O LUGAR DA INTERSECCIONALIDADE NO DEBATE SOBRE GÊNERO E RELAÇÕES DE PODER. 59

Adeline Araújo Carneiro Farias

REFLEXÕES SOBRE LITERATURAS ESTRANGEIRAS DE AUTORIA FEMININA COMO OBJETO DE ESTUDO EM PÓS-GRADUAÇÃO. 79

José Veranildo Lopes da Costa Junior
Josilene Pinheiro-Mariz

AS MEMÓRIAS DA DITADURA NA LITERATURA CONTEMPORÂNEA DE AUTORIA FEMININA: uma análise de Azul Corvo. 103

Thays Keylla de Albuquerque

UMA ESCUTA DESMONTADA: Elaboraões teóricas a partir da experiência clínica de escuta das transidentidades. 137

José Stona
Paula Sandrine Machado
Andrea Gabriela Ferrari

DESEJAMOS O SEXO REI? Ensaio sobre a heteronormatização do sexo gay 169

Gregory da Silva Balthazar
Gustavo da Silva Passos

GENDER STUDIES E PSICANÁLISE: possibilidades de um encontro. 195

Jocelaine Oliveira dos Santos

AS PEDRAS NO CAMINHO DE FRANCISCA: Aquela que se sente inútil. 223

Rosana Maria Luz Fernandes

CARTOGRAFIA DO FEMININO: amor e luta em territórios minados. 245

Karen Gomes Leite

BIOGRAFIA DAS ORGANIZADORAS 293

APRESENTAÇÃO

Há temas latentes na sociedade que irrompem com sua força transdisciplinar diversas fronteiras acadêmicas. Identidades, Direitos Humanos, Gênero, por exemplo, são categorias que exigem de nós múltiplos olhares, múltiplos enfoques, principalmente porque suas existências saltam do tecido social para além de uma operação teórica, costurando as relações dos sujeitos com o mundo. Gênero, especificamente, objeto de discussão de todos os trabalhos aqui apresentados, recobre e recorta nossas formas de alteridade e nosso desejo de construção de mundos mais justos e igualitários, sobretudo para as mulheres e populações LGBTQIAP+.

Desta forma, a publicação de *Questões de Gênero: percepções e debates nas Humanidades* surge como uma oportunidade para ampliar discussões, contribuir com reflexões críticas e com a difusão do conhecimento nas diversas subáreas que compõem o campo. Estão aportadas nestas páginas pesquisas que se debruçam e interseccionam questões de Gênero ao campo da História, Educação, Sociologia (os 3 primeiros capítulos), Letras, Literatura (capítulos 4 e 5), Psicologia e Psicanálise (nos capítulos 6, 7, 8, 9 e 10). Solidamente construídos a partir da artesanaria intelectual, de visadas epistemológicas e olhares empíricos comprometidos com a difusão de saberes múltiplos, aqui está a produção de pesquisadoras e pesquisadores de diversas regiões do país.

Este livro responde também a uma urgência, uma necessidade, pois, a cada dia, acompanhamos os desmontes sentidos pelos pesquisadores da Grande Área das Ciências Humanas (GACH/ CAPES). Seja nos cortes das agências de fomento, seja nas tentativas de cerceamento de pesquisas e da pós-graduação

nas Instituições de Ensino Superior, confirmadas pela portaria 1122/2020⁴ do Ministério de Ciência e Tecnologia, Inovação e Comunicação, que retirou a área de Humanidades das prioridades no que se refere a projetos de pesquisa, de desenvolvimento de tecnologias e inovações, para o período 2020 a 2023.

Em abril de 2019, anterior à publicação desta portaria, o então Ministro da Educação afirmou que era preciso reduzir investimentos na área de Humanas e direcionar verbas para áreas que apresentavam “retorno imediato ao contribuinte”. Para ele, e para o governo que então representava, a discussão sobre a formação integral dos sujeitos, a possibilidade de compreensão sobre si e sobre a sociedade, a ação cidadã consciente, a formação de futuros educadores, pesquisadores e pensadores, tão presentes nos cursos de Humanas, deveria passar ao largo do que os Institutos e Universidades deveriam priorizar. No discurso que forjava tais decisões, falácias e incompreensões sobre impactos, custos, funções e papéis das Humanas na construção de um país democrático pululavam em *lives*, redes sociais e, posteriormente, em documentos oficiais como a portaria acima mencionada.

Na ocasião desta portaria, instituições, dentro e fora do Brasil, a exemplo de Harvard, Princeton, Yale, Cambridge, Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (ANPOF), Associação Nacional de História (ANPUH), Sociedade Brasileira de Psicologia (SBP), dentre tantas outras, posicionaram-se contra os anúncios, assinando um manifesto organizado pela *Gender International*, rede de pesquisadores com foco em estudos de gênero, repudiando veemente a visão limitada e limitante sobre os estudos em Humanidades em nosso país.

4 Informações disponíveis em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1.122-de-19-de-marco-de-2020-249437397> acessado em jan/2021.

Face a este cenário (agravado pelo contexto pandêmico atual – COVID 19), entendemos que, para resistir, é preciso seguir firmes no que fazemos enquanto pesquisadores e pesquisadoras: incitar reflexões, tecer debates, dialogar, pesquisar, produzir, por fim, publicar e divulgar. Uma necessidade premente de resistência é também o que esta obra simboliza.

E fincamos nossos pés nas Humanidades, pois entendemos que sem elas, certamente, encontraremos mais barreiras para desnaturalizar o olhar diante das injustiças, estranhar o cotidiano das desigualdades, questionar o dado dos regimes opressivos de poder, desconstruir visões excludentes. É nesse contexto que cruzamos as fronteiras com as questões de gênero, categoria e operador analítico seminal para um agir, enquanto sujeitos de cidadania, na busca por mundos mais justos, equânimes e sustentáveis para todos, todas e todes.

Assim, os leitores e as leitoras encontrarão 10 capítulos dedicados a este pensar, agrupados por pontos de confluência. O primeiro texto, da historiadora Lorena de Oliveira Souza Campello, traz em seu próprio título uma inquietação: ***ONDE ESTÃO OS ARQUIVOS FEMININOS? um sobrevoo no “Arquivo de Maria Luíza Guaraná”*** e nos conduz a pensar as diferentes formas de tratamento arquivístico às coleções femininas em Arquivos, Bibliotecas, Museus e Centros de documentação. Como fio condutor, ela nos incita mais: “Onde estará a diversidade e riqueza de documentos produzidos por mentes e mãos femininas?”

Tais provocações também são vistas na pesquisa do capítulo 2, de autoria de Elza Ferreira Santos e Milene Soares de Medeiros, em ***EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E AS RELAÇÕES DE GÊNERO: uma amostra de ações positivas e pró-ativas em prol de***

igualdade e respeito. Neste texto, as autoras partem da observação sobre o avanço da violência de gênero, discriminação dos grupos LGBTQIA+, disseminação das *fake news*, para questionarem o fazer institucional diante desses cenários. Propõem, portanto, uma análise no âmbito do IFS das ações que visaram promover igualdade, respeito às diferenças no contexto das pessoas LGBT.

No capítulo 3, a socióloga Adeline Araújo Carneiro Farias propõe, em seu artigo ***O LUGAR DA INTERSECCIONALIDADE NO DEBATE SOBRE GÊNERO E RELAÇÕES DE PODER***, um encontro teórico com os conceitos de Brah (2006), Psiciteli (2008), Ribeiro (2017) e Adichie (2015) a fim de articular diferenciação e contingência de percepção multifatorial às questões de gênero contempladas na noção de interseccionalidade. Trata-se de uma revisão conceitual importante para todos que desejam entender as sobreposições opressivas oriundas dos cruzamentos classe, raça, gênero na constituição das desigualdades e manutenção de poder.

Nos capítulos 4 e 5, as discussões apontam para o campo das Letras e Literaturas. José Veranildo Lopes da Costa Junior e Josilene Pinheiro-Mariz, no artigo ***REFLEXÕES SOBRE LITERATURAS ESTRANGEIRAS DE AUTORIA FEMININA COMO OBJETO DE ESTUDO EM PÓS-GRADUAÇÃO***, discutem as contribuições de dissertações publicadas em Programas de Pós-Graduação que têm como proposta levar a literatura de autoria feminina para o contexto de ensino de línguas estrangeiras modernas (francês, inglês e espanhol). Para eles, a formação de um ambiente de ensino intercultural, que dialogue com as problemáticas que emergem do mundo no tempo presente, passa por esta relação entre gênero e literatura.

Em ***AS MEMÓRIAS DA DITADURA NA LITERATURA***

CONTEMPORÂNEA DE AUTORIA FEMININA: uma análise de Azul Corvo, a pesquisadora Thays Keylla de Albuquerque parte de questionamentos sobre a construção do cânone literário de perspectiva masculinizante e adentra a literatura contemporânea brasileira que se debruça sobre as memórias da última ditadura cívico-militar, especificamente, no ângulo feminino de Adriana Lisboa em **Azul Corvo** (2014). Um convite para pensarmos o entrecruzamento entre gênero, trauma, memória e literatura em tempos sombrios não tão distantes dos que vivemos hoje.

A partir do capítulo 6, as discussões de gênero mergulham nos campos da Psicanálise e da Psicologia, estabelecendo outras intersecções na compreensão dos fenômenos. José Stona, Paula Sandrine Machado e Andrea Gabriela Ferrari, em **UMA ESCUTA DESMONTADA: elaborações teóricas a partir da experiência clínica de escuta das Transidentidades** tecem uma cartografia da abordagem psicanalítica sobre as questões de gênero, intentando romper com um discurso onipotente que, muitas vezes, serve como uma panaceia hábil na tentativa de explicar qualquer questão sobre o sujeito tão cara a algumas correntes da Psicanálise. Diferente disso, os autores propõem refletir sobre a escuta clínica psicanalítica de experiências transidentitárias, de modo a apresentar tanto seus riscos de normalização quanto a sua potência à subversão de certas matrizes normativas que a teoria pode colocar na escuta.

No capítulo seguinte, Gregory da Silva Balthazar e Gustavo da Silva Passos mergulham no texto intitulado **DESEJAMOS O SEXO REI? Ensaio sobre a heteronormatização do sexo gay** nas diferenças que nos tornam sujeito de dispositivos sociais mais ou menos distintos, pensando majoritariamente sobre questões que envolvem homens cisgênero gays e sua relação com sexo e sexualidade.

Para isso, partem da problematização acerca da reprodução dos moldes convencionais e normativos de laços amorosos e sexuais e suas implicações no abandono do potencial catalisador de transformações sociais no âmbito da liberdade sexual, do uso dos corpos e das práticas de prazer.

No capítulo 8, ***GENDER STUDIES E PSICANÁLISE: possibilidades de um encontro***, a pesquisadora Jocelaine Oliveira dos Santos propõe-se a discutir pontos de confluência entre a teoria psicanalítica de base pós-laciana e, mais contemporaneamente, a partir de psicanalistas que questionam o paradigma da diferença sexual para pensar além das fronteiras, propondo um encontro com teóricas dos *gender studies*. Alinhando algumas provocações, a autora questiona o lugar da escuta psicanalítica frente às plurais formas de existência para discutir uma clínica de base teórica atenta e orientada numa flutuação ativa dos discursos produzidos.

Atenta à produção discursiva dos sujeitos em análise/terapia, a psicóloga Rosana Maria Luz Fernandes assina o capítulo 09, ***AS PEDRAS NO CAMINHO DE FRANCISCA: Aquela que se sente inútil***, e tece em seu texto, via relato de caso, encontros entre gênero e psicanálise a partir da intersecção entre as categorias suicídio, migração, racismo e desigualdade presentes nas amarrações discursivas de uma mulher atendida via SUS. O capítulo é um convite a aguçar nossas percepções sobre a relação entre adoecimento psíquico e gênero, indo além de estereótipos e respostas dadas por manuais de atendimento.

Ainda na esteira da Psicologia, Karen Gomes Leite finaliza o livro com seu capítulo ***CARTOGRAFIA DO FEMININO: amor e luta em territórios minados***, buscando uma escrita poética e potente sobre os mapas, as bagagens e os caminhos da constituição da genealogia

de outros femininos, de singulares femininos, ao lado de teóricos da Filosofia, da Psicologia Analítica e da Psicologia Social. Em suas linhas, o relato de si e a discussão teórica se imbricam para apontar possibilidades de leitura.

Esperamos, enquanto organizadoras desta obra, que a leitura seja não só agradável, mas também incômoda, que ela promova, em alguma medida, vontade de saber e que cumpra seu propósito de divulgar, como ato de resistência, os trabalhos de pesquisadores e pesquisadoras comprometidos com o avanço das Humanidades e das questões de gênero face à sombria realidade que nos assola. Boa leitura.

Adeline Farias
Jocelaine Santos

ONDE ESTÃO OS ARQUIVOS FEMININOS? um sobrevoo no "Arquivo de Maria Luíza Guaraná"

Lorena de Oliveira Souza Campello
Prof.^a Dra. em História no Instituto Federal de Sergipe/*campus*
Estância.
lorena.campello@ifs.edu.br



Introdução

Quando visitamos instituições de documentação em busca de arquivos pessoais, seja de forma física ou virtual, deparamo-nos com inúmeras situações desestimulantes já conhecidas e abordadas por diversos estudos: o olhar e o tratamento arquivístico inadequado dado a esses arquivos; a fragmentação e o desrespeito a princípios essenciais à Arquivologia, como o princípio do respeito aos fundos, da indivisibilidade, da organicidade etc.; a inexistência de instrumentos de pesquisas adequados; dentre outras. Dito isto, se pensamos em arquivos femininos, a circunstância é sensivelmente agravada, pois acrescemos a ausência ou a escassez desses arquivos nos acervos das instituições.

Pouco encontramos de arquivos e de documentos produzidos e acumulados por mulheres, de forma que, quando encontramos, muitas das vezes, encontram-se mal interpretados e com nomeações erradas, como coleção ou até mesmo acervo documental. Mas será que realmente essa documentação é tão escassa? Para além da parca quantidade de arquivos femininos, custodiados por Arquivos, Bibliotecas, Museus e Centros de documentação, será que devemos nos fixar somente nos motivos dessas inexistências? Onde estará a diversidade e riqueza de documentos produzidos por mentes e mãos femininas?

Assim, para além de refletir o porquê da ínfima presença de arquivos de mulheres salvaguardadas nas instituições brasileiras, o objetivo do capítulo apresentado é iniciar uma discussão provocadora sobre a possível existência de arquivos femininos e de documentos produzidos por mulheres nessas instituições, esquecidos e diluídos em arquivos de personalidades masculinas ilustres da nossa sociedade, bem como em arquivos de famílias. Para

esse fim, faremos uso da experiência vivenciada com a descoberta do arquivo de Maria Luíza Guaraná dentro do fundo Armindo Guaraná (FAG), seu esposo, custodiado pelo Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE).

Em outras palavras, a inquietação com relação à possível presença de arquivos e documentos femininos em arquivos pessoais masculinos e familiares surgiu com o desenvolvimento de uma experiência de ensino no PPGCI – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, especificamente em laboratório realizado durante disciplina Tópicos Especiais em Ciência da Informação⁵. A disciplina ministrada pela autora do capítulo teve como objetivo principal proporcionar um ambiente prático, em que os alunos pudessem analisar a documentação produzida e acumulada por Manoel Armindo Cordeiro Guaraná (Armindo Guaraná), relacionando a teoria e a prática sobre arquivos pessoais, abordados durante o curso ministrado⁶.

É importante ressaltar que os documentos analisados e descritos representam uma pequena parcela de todo o conjunto documental. Conforme podemos observar no gráfico 1, os documentos trabalhados representaram apenas 16% dos 475 documentos. Ao final do laboratório, tivemos 73 documentos analisados.

Após a triagem e a análise dos 16% da documentação do fundo mencionado, percebemos que o arquivo de Armindo Guaraná é um misto de três arquivos pessoais distintos (Ver Gráfico 2). O “arquivo de Maria Luíza Guaraná” foi o mais frequente na análise, dispondo de um valor de 44%, seguido do Fundo

⁵ Disciplina “Arquivos pessoais: políticas institucionais, importância para a pesquisa e procedimentos de arranjo e descrição”.

⁶ O trabalho foi desenvolvido em grupo, no Instituto Geográfico Histórico de Sergipe - IGHSE, onde foi iniciada análise e descrição de amostragem do FAG (Fundo Armindo Guaraná).

do próprio Armindo Guaraná com 29%. Ainda tivemos 27% de documentação produzida e acumulada por Epifânio Dória. O conjunto documental de Maria Luíza Guaraná apresentou uma quantidade de documentos superior ao do próprio titular do arquivo trabalhado.

A partir dessa vivência, passei a me questionar sobre as possibilidades da existência de conjuntos documentais produzidos por mulheres, nos arquivos de seus esposos e de suas famílias patriarcais. O que teria ficado nas sombras desses homens e do patriarcado brasileiro? Quais seriam as consequências dessas supressões, submissões e esmaecimento documental feminino, para o conhecimento da história das mulheres e de sua atuação na sociedade em que viveram? Quais as implicações desse desconhecimento? O que os documentos produzidos e acumulados por mulheres, vistos e analisados de forma inadequada, deixaram e deixam de falar?

Temos consciência de que o artigo em questão não esgotará o tema e muito menos fará uma discussão aprofundada do arquivo feminino identificado. A ideia aqui é colocar o problema e as inquietações, fazendo uma discussão por meio do “arquivo de Maria Luíza Guaraná”.

O esmaecimento documental feminino nas instituições de documentação

O esmaecimento e quase transparência dos “papéis”⁷ femininos nas instituições de documentação do país, e internacionais, são tratados no belíssimo dossiê “Mulheres, arquivos e memórias”,

7 É intenção do uso da palavra a dubiedade. A palavra é usada para exprimir um sentido dúbio de papéis como suporte físico e representação.

publicado pela Revista do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), em 2018, e organizado pelas professoras Ana Paula Cavalcanti Simioni (Instituto de Estudos Brasileiros – IEB/USP) e Maria de Lourdes Eleutério (Fundação Armando Álvares Penteado – FAAP). Os nove artigos que compõem a revista exploram as várias facetas relacionadas à preservação da memória das mulheres artistas e intelectuais em arquivos nacionais e internacionais, além de questionar sobre a ainda reduzida existência de acervos de mulheres no Brasil, problematizando a forma como elas estão neles representadas (BARBOSA; PAIXÃO; DANTAS, 2018, p. 14).

A jornalista e doutora em Letras, Cristiane d’Ávila, em entrevista com a historiadora Luciana Quillet Heymann, menciona que o

silêncio e invisibilidade não são elementos neutros na construção de suas fontes e fundos. A partir deles podemos perceber questões como a negociação entre memória e esquecimento, o direito ao uso e à privacidade de dados pessoais e a luta por reconhecimento e prevalência de desejos e interesses. Em momento no qual vozes femininas são caladas, muitas vezes à força e violentamente, há que se ressaltar a importância dos processos de arquivamento de suas experiências como sujeitos históricos e o papel das instituições de memória. (D’ÁVILA, 2020)

Realmente, sobre a denunciada lacuna em narrativas sobre mulheres, juntamente com uma imensa ausência de fontes sobre ou produzidas por elas, temos também a escassa produção historiográfica e narrativas produzidas por estas mulheres. Narrativas e documentos pessoais que, muitas vezes, embaralhados nos emaranhados de arquivos de homens e de famílias, são mal analisados e mal interpretados.

Com isso, em pesquisa desenvolvida com o intuito de

localizar arquivos femininos em instituições de documentação cadastradas no Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos⁸ (CODEARQ), instituído pela Resolução nº 28 do CONARQ, de 17 de fevereiro de 2009, levantamos um número irrisório de instituições que custodiam arquivos produzidos por mulheres⁹. Identificamos, também, que, das 490 instituições de documentação cadastradas no Codearq, apenas 34 custodiam arquivos femininos. Dessa forma, tais espaços salvaguardam apenas 145 “arquivos, coleções e acervos documentais”¹⁰ femininos¹¹.

Com relação aos porquês da baixa representatividades das mulheres nos arquivos, assim como o que essa situação representa, Luciana Quillet Heymann (2020) aponta a presença minoritária das mulheres na vida pública; a desigualdade de oportunidades que marca a sociedade brasileira, responsável por reservar mais e melhores lugares para os homens; as políticas de aquisição de acervo nas instituições, que naturalmente priorizam titulares que tiveram atuação destacada nos seus respectivos campos de atuação. O último ponto vem reforçar os dois itens anteriores.

8 O CODEARQ tem a finalidade de identificar de modo único a instituição custodiadora de acervo arquivístico. O objetivo do cadastro é a troca de informações em âmbito nacional e internacional. Após o cadastro as informações básicas das instituições de documentação de acervos arquivísticos ficam disponíveis no site do CONARQ.

9 A pesquisa realizada tem como limitação a impossibilidade de termos entrarmos em contato direto com todas as instituições cadastradas em busca do real número desses arquivos. Usamos apenas as informações contidas no cadastro do CODEARQ e que fornecia o site da instituição. Justificamos essa impossibilidade pelo fechamentos das instituições devido a pandemia do Covid-19.

10 Nomeclatura usadas pelas instituições para nomear esses conjuntos documentais.

11 Ainda não possuímos dados comparativos entre arquivos de homens, de mulheres, familiares e de instituições privadas. Essa etapa da pesquisa ainda está em andamento.

Ainda de acordo com Heymann (2020), a persistente desatenção quanto à essa situação colabora para a reprodução da “invisibilidade das mulheres”, principalmente se levarmos em conta que tais espaços estão inseridos nas dinâmicas de poder, reforçando assim o abismo entre homens e mulheres nos acervos das instituições de documentação.

Os 145 arquivos femininos identificados e existentes nos acervos institucionais refletem inúmeras cargas de preconceitos sobre o papel e representatividade do gênero feminino, ao longo dos tempos, na sociedade brasileira. Isto é, tratamento e preconceito construídos historicamente e culturalmente na sociedade, e que refletiram e ainda refletem no olhar que as direções das instituições de documentação (até pouco tempo majoritariamente compostas por homens) e os responsáveis pelo tratamento do acervo imprimiram e imprimem nas possibilidades de aquisição e de tratamento desses arquivos.

São esses indivíduos que fazem escolhas com relação ao que entra na instituição (através de uma política institucional ou não), no que a instituição deve priorizar e adquirir (como doação ou compra), na concepção pela organização e tratamento dos conjuntos documentais (arquivo, coleção ou outra nomenclatura qualquer), dentre outras. No tocante ao primeiro ponto mencionado acima, possivelmente temos uma triagem marcada pelo desinteresse, exclusão e negação desses arquivos produzidos por mulheres, pelas diversas razões explanadas pela professora Heymann.

Já sobre o arquivista ou indivíduo responsável pela organização e tratamento ao acervo institucional, percebemos posturas extremamente falhas, generalizantes e preconceituosas. Podemos citar um padrão comportamental que tende a selecionar,

negligenciar, eliminar e a fragmentar diversos conjuntos documentais e diversos tipos de documentos. Essa atitude já fere um princípio caro à Arquivologia, que é o da indivisibilidade¹² e, conseqüentemente, afeta o da organicidade¹³. Dito isto, o que finalmente resta é, como afirma Armando B. Malheiro:

um acervo residual que muitos arquivistas, marcados por uma forte vinculação restritiva da noção de arquivo à atividade administrativa, judicial e contabilística, têm dificuldade de considerar como fundo e muito menos como um sistema de informação, refugiando-se em termos difusos e equívocos – coleção e espólio são muito usados por força do hábito e de pouco sentido crítico (MALHEIRO, 2004, p.61-62).

A experiência que tivemos com o levantamento realizado nos mostrou além dos termos descritos acima. Tivemos a aplicação dos termos “acervo documental”, acervo documental e bibliográfico” e “acervo bibliográfico”¹⁴ a arquivos de professoras. Ora, se os livros acumulados (por meio de compras para uso no

12 Característica derivada do princípio da proveniência, segundo a qual um fundo deve ser preservado sem dispersão, mutilação, alienação, destruição não autorizada ou acréscimo indevido.

Os arquivos devem estar integrados em sua lógica interna de produção.

13 Qualidade segundo a qual os arquivos refletem a estrutura, funções e atividades da entidade acumuladora em suas relações internas e externas. Trata-se do respeito à relação que existe entre os documentos dentro de um fundo. Nesse sentido, os arquivos devem manter e refletir a estrutura, funções e atividades da entidade produtora-acumuladora.

14 O Centro de Documentação e Pesquisa em História, do Paraná possui seis arquivos de mulheres: Acervo documental e bibliográfico da Prof^ª. Carmencita de Holleben Mello Ditzel (UEPG), Acervo documental da Prof^ª. Cirlei Gomes Carneiro (UEPG), Acervo documental e bibliográfico da Prof^ª. Elisabete Alves Pinto (UEPG), Acervo bibliográfico da Prof^ª Helenice Rodrigues da Silva (UFPR), Acervo documental de Francisca Batista Carvalho, Acervo bibliográfico da Prof^ª. Odette Cominato.

desempenho da função como professora ou por meio de oferta de presente) por um indivíduo não forem considerados parte de seu arquivo pessoal, não sabemos o que seria. Nesse caso, notamos também a limitação em reconhecer o contexto de produção do documento (ainda que seja um livro ou objeto tridimensional) como forma de ligação com as funções e atividades desempenhadas por suas titulares.

Além disso, o termo coleção é constantemente percebido quando abordamos os arquivos femininos, e, frisa-se, de uma forma muito mais usual do que em arquivos produzidos e acumulados por homens. Como bem afirmou Malheiro (2004, p. 64), o “preconceito administrativista” leva muitos arquivistas e autores a declararem que determinado conjunto documental familiar ou pessoal não possui os atributos específicos do documento de arquivo¹⁵, delegando-o, assim, o atributo de coleção, espório e até acervo documental.

Mas por que intitular de coleção um conjunto documental produzido por uma mulher? Será que à mulher resta mais o dom e a necessidade nata de colecionar, agregar itens documentais ou tridimensionais de determinado tema? O que a ação de colecionar remete aos arquivistas que intitulam um notório arquivo, de coleção? Enfim, por que a associação tão frequente do gênero feminino às coleções?

Com efeito, percebemos ainda que normalmente essas coleções reúnem fotografias de família, livros, cartões-postais, dentre outros documentos, que não deveriam jamais perder o status de documento de arquivo e, com isso, serem considerados parte do arquivo de quem produziu e acumulou.

Por fim, os arquivos familiares custodiados pelas instituições

15 Unidade documental constituída pela informação, registrada num suporte e contextualizada.

brasileiras são outros desafios ao arquivista e ao pesquisador. Entretanto, deixemos essa discussão para um outro momento.

A potência dos arquivos pessoais

Desenvolvemos inúmeras funções e atividades ao longo de nossa trajetória. A depender da história de vida de cada indivíduo, essas funções vão sendo construídas e definidas. Há quem tenha necessidade de acumular inúmeros e distintos documentos, de acordo com a atividade profissional que desempenha. Há quem o faça por uma questão de prazer em reunir o que produz ao longo dos tempos, como que para ter a segurança ou o consolo de poder voltar ao passado através desses vestígios acumulados. Há também quem não precise nem sinta necessidade emocional de guardar o que produz em vida e muito menos acumular coisas. Enfim, há todo tipo de indivíduo.

Dentre essa grande massa de vestígios do passado - a dos arquivos pessoais - há os documentos arquivados com determinada ordem e finalidade, e há os documentos que são apenas reunidos para cumprir funções de cunho mais afetivo que probatório. Definitivamente, esses dois exemplos convivem harmoniosamente na ação do indivíduo que possui o hábito de acumular o que produz e o que lhe cabe em vida.

Nesse sentido, os arquivos pessoais são representativos das atividades desenvolvidas por seus titulares, seja na esfera pessoal, familiar ou profissional. Esses conjuntos documentais sinalizam para informações valiosas sobre os indivíduos e sua época: o relacionamento que mantiveram com seus contemporâneos, suas redes de sociabilidade, atividades por eles realizadas, valores

compartilhados com amigos e conhecidos e os contatos que tiveram com os poderes constituídos. Trata-se do retrato de um homem ou mulher típicos da geração que representaram.

Já quanto às atividades que as pessoas desempenham, são produzidos e acumulados inúmeros documentos, muitos deles sem amarras no sistema jurídico e administrativo, como é o caso de documentos acumulados para fomentar, fortalecer e servir de base para a produção de pesquisas, textos, criações artísticas, dentre outros. Trata-se, notoriamente, de registros dos exercícios diários de uma atividade profissional ou laboriosa produzidos por seu titular.

Os documentos de arquivos pessoais nascem tanto da atividade pessoal do seu titular, como da relação deste com setores públicos, privados e filantrópicos. Nos dizeres de Camargo e Goulart (2007), documentos resultantes do cumprimento de obrigações legais e decorrentes das relações que ele manteve com o Estado. Documentos estes que nascem “da atividade cotidiana de uma pessoa e que esclarecem ou completam os outros documentos que essa pessoa produziu no âmbito de sua atividade” (DUCROT, 1998, p. 157) e que, segundo Ariane Ducrot (1998), devem ser inseridos em seu lugar lógico no quadro de arranjo ou no inventário, independente do gênero ou espécie documentais. Isto é, documentos que nascem das atividades, dos gostos, dos interesses e das paixões do titular do arquivo pessoal.

Devemos salientar, ainda, que instrumentos de pesquisa bem construídos, como inventários do tipo cronológico¹⁶ e

16 CAMPELLO, Lorena de Oliveira Souza. O legado documental de Epifânio Dória: por uma abordagem funcional dos arquivos pessoais. 2015. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. doi:10.11606/T.8.2015.tde-06112015-153452. Acesso em: 2020-08-01.

catálogos, potencializa o poder de uso dessa documentação. Eles possibilitam o encontro do vínculo entre os documentos e de seu contexto de produção. Enfim, arquivos pessoais contribuem sobremaneira para o fomento da pesquisa científica em várias áreas do conhecimento científico.

Armindo Guaraná e o que ficou sobre Maria Luíza Guaraná

1.1 Histórico do arquivo

De acordo com Júnior (1954) e Santos (2005), o acervo do Fundo Armindo Guaraná – FAG foi doado ao Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE) por Maria Luiza da Silva Guaraná, sua viúva, de forma gradual. Não encontramos documentos que comprovassem o ano exato em que foi iniciada e finalizada a doação dos documentos de Armindo Guaraná. Este arquivo tem como datas-limite os anos de 1863-1960 e se encontra acondicionado em dezoito caixas arquivo¹⁷, perfazendo um total de 475 itens documentais.

Ademais, o arquivo pessoal encontra-se organizado pela instituição da seguinte forma: séries documentais organizadas nas seguintes distribuições: S1 – Correspondências, S2 – Originais manuscritos, S3 – Livros impressos, S4 – Recortes de Jornais e Revistas, S5 – Iconografia, S6 – Diplomas e Premiações, S7 – Listas. Sendo assim, o código de notação ficou definido da seguinte forma: FUNDO ARMINDO GUARANÁ + NÚMERO DA SÉRIE + NÚMERO DA CAIXA + NÚMERO DO DOCUMENTO, resultando no código= FAG. S nº. CX nº.

¹⁷ Caixas do Fundo Armindo Guaraná (FAG): 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 205, 206, 207, 208, 209 e 210.

Doc. nº (Exemplo: FAG, S1. CX. 204, Doc. 001).

O fundo é constituído por diversas espécies documentais, como: atestados, atos, circulares, licença, requerimentos, cadernos, apontamentos, livros, artigos fotografias, biografias, desenhos, diplomas, abaixo-assinado, atas, listas, anúncios, folhetos, cartas, pareceres, decretos, dentre outras. A espécie documental carta predomina no arquivo, com 48% (quarenta e oito por cento).

Durante o laboratório, observamos que importante parcela da documentação do FAG é pós-morte do titular. Essa documentação foi acumulada por sua esposa, Maria Luíza Guaraná, portanto agrega seu fundo pessoal, ignorado pela equipe que fez a organização do conjunto documental doado ao IHGSE. Em suma, a amostra de 16% analisada sinalizou, como já mencionado na introdução, que 29% das amostras pertencem ao fundo Armindo Guaraná (FAG), 44% ao arquivo de Maria Luiza da Silva Guaraná e 27% ao fundo Epifânio Dória (FED), já existente na instituição¹⁸.

1.2 Histórico do titular

Nascido em 4 de agosto de 1848 na cidade de São Cristóvão/Sergipe, Armindo Guaraná¹⁹ foi um importante intelectual sergipano na área jurídica, política, literatura e educação. O titular do arquivo teve uma vida acadêmica e profissional dividida

18 O mais indicado nessa situação é direcionar a documentação pertencente a Epifânio Dória para ao FED (Fundo Epifânio Dória), já existente e devidamente inventariado respeitando os princípios e metodologia da Arquivística. Quanto à documentação de Maria Luíza Guaraná é urgente que se revise o FAG e identifique outros documentos pertencentes a sua esposa e se crie o FMLG (Fundo Maria Luíza Guaraná).

19 Ver: SANTOS, Maurício dos Reis. **Restos imortais**: uma leitura do arquivo Manoel Armindo Cordeiro. Guaraná (1848-1924). 2005, 56 f. Monografia (licenciatura em História), Universidade Federal de Sergipe, 2005.

em várias províncias e, posteriormente, Estados do país, o que provavelmente adiou sua vida conjugal. Quando juiz federal do Estado de Ceará, conheceu e se casou com Maria Luiza da Silva Guaraná (1882). Do matrimônio não tiveram filhos. Se foi uma escolha ou imposição da vida não sabemos. Talvez a documentação de Luíza Guaraná nos sinalize algo sobre a ausência de filhos numa época em que ter herdeiros era tão importante na vida de um casal.

Formado em direito pela Faculdade de Direito do Recife, Armindo Guaraná exerceu diversos cargos políticos no Nordeste como Promotor Geral da Comarca de São Cristóvão/SE (1872), Itabaiana (1873), Estância (1881); Secretário da província de Piauí (1878), Ceará (1882); Chefe da província de Sergipe (1889); e juiz federal do estado de Ceará. Fora do Nordeste foi Desembargador e Procurador do Estado de Espírito Santo.

Após se mudar para Rio Janeiro em 1906, começou a acumular subsídios para a produção do Dicionário Biobibliográfico Sergipano. Em 1912, voltou para Aracaju e tornou-se sócio fundador do IHGSE e em 14 de julho de 1915, sócio honorário. No Instituto, auxiliou, por várias décadas, o desenvolvimento de produções literárias e históricas, através do seu acervo bibliográfico, documental e iconográfico, sobre os mais variados aspectos. Atuou como redator, entre os anos de 1912 a 1916, produzindo textos para complementar a sua revista trimestral; participou da diretoria do mesmo órgão como membro da Comissão de História e Arqueologia; e foi vice-presidente da instituição, no período de 1912 a 1913.

Além da magistratura, dedicou-se ao jornalismo e à política, assim como tinha paixão pelas produções históricas e até poesias, estas fundamentadas na composição de um vasto acervo de

verbetes e artigos biográficos sempre referentes aos sergipanos contemporâneos a ele. Dessa forma, publicou diversos trabalhos em Jornais e Revistas: no Rio de Janeiro (RJ), *A Reforma*, *Jornal do Comércio* e *Gazeta da Tarde*; em Sergipe, *Diário de Notícias*, *Diário de Aracaju*, *Echo Liberal*, *Jornal de Sergipe*, *O Conservador*, *A Liberdade* e *O Guarani*; no Piauí, *A Imprensa*; e no Ceará, *O Cearense* e *A República*. Também, nos anuários *Almanaque Sergipano*; *Almanaque de Lembranças Luso Brasileiro* e em outras publicações tomando parte com destaque nos torneios charadísticos, usando nestes do pseudônimo Roderico, em versos humorísticos; de *Harmódios*, *Tício*, *Frei Patrício das Pelaneas* e *Camelo de Cão Pelo* em artigos de combate. Todavia, nos demais assinava o próprio nome.

Armindo Guaraná obteve, como maior êxito de sua vida, a produção do Dicionário Biobibliográfico Sergipano, obra influente nas produções acadêmicas até os dias de hoje. Além disso, foi o idealizador do *Dicionário Biobibliográfico Sergipano*. Sua principal obra tornou-se referência para a História de Sergipe, embora não tenha sido concluída por Guaraná, devido ao seu falecimento. A obra póstuma foi publicada no ano de 1925, graças aos esforços de sua esposa, Maria Luíza Guaraná, Epifânio Dória e Prado Sampaio, que juntos reuniram arsenal para a conclusão do dicionário e foram os editores oficiais, sem contar com a determinação do presidente Maurício Graccho Cardoso, que autorizou os gastos com a publicação. Com o empenho de Maria Luíza Guaraná e Epifânio Dória, o dicionário reuniu mais de 640 biografias dos mais ilustres sergipanos, de maneira a reconstituir histórias da sociedade local entre o final do século XIX e início do XX. Ademais, tem sido, em mais de 90 anos de circulação e uso, uma das principais fontes para o conhecimento dessas figuras, notadamente bacharéis em Direito,

médicos, engenheiros, militares, farmacêuticos, agrônomos, que galgaram o destaque, intelectual, empresarial e político.

A presença de documentos de Epifânio Dória e Maria Luíza Guaraná no fundo Armindo Guaraná pode ser explicada pelo apoio e construção coletiva dessa importante obra. Para além disso, Epifânio Dória era amigo do casal.

Manuel Armindo Cordeiro Guaraná faleceu em Aracaju (SE), aos 10 de maio de 1924.

Já quanto à Maria Luíza Guaraná, pouco se conhece sobre. No entanto, a mulher que esteve por trás do homem Armindo Guaraná deixou alguns vestígios sobre sua vida. Para conhecê-la com mais profundidade é necessário mergulharmos nos seus documentos pessoais, emaranhados aos documentos do seu marido no FAG, e em outros fundos de pessoas com quem manteve relações de amizade²⁰.

Por onde estarão os arquivos femininos? O “curioso” caso do arquivo de Maria Luíza Guaraná”

A mulher Maria Luíza Guaraná está prestes a ser revelada. E o que possibilitará essa apresentação e conhecimento sobre a vida da eterna “esposa de Armindo Guaraná” são seus documentos pessoais e correspondência ativa presente em outros fundos. Mas como fazê-lo sem a existência de um fundo custodiado por alguma instituição? Através de arquivos pessoais produzidos e acumulados por homens.

No contato com apenas 16% da documentação alocada no FAG, descobrimos que a maior parte desses documentos são provenientes de Maria Luíza Guaraná, ou seja, foram produzidos e acumulados

²⁰ Logo mais poderemos desbravar e apresentar para os leitores muito desse mulher interessantíssima, que foi Maria Luíza Guaraná.

por ela, no desempenho de suas funções e atividades desenvolvidas ao longo de sua vida. Em resumo, temos um arquivo feminino dentro de um fundo pessoal masculino. Muito provavelmente essa situação seja comum nas centenas de fundos pessoais masculinos e familiares nas instituições de pesquisa brasileiras.

O casal vivenciou o contexto sociocultural dos séculos XIX e início do XX. A mulher do século XIX assumia a responsabilidade pelo “governo da casa”, como exposto por Mariana Muaze em *As memórias da Viscondessa*, não somente a gestão da vivenda, “mas também em relação ao controle do tempo privado e da administração doméstica família” (MUAZE, 2008, p. 124). A vida da mulher oitocentista, portanto, era pautada no trato de escravos e funcionários, na gestão da casa e das relações sociais mantidas pela família, assim como no controle do consumo doméstico e, muitas vezes, de sua contabilidade.

Nessas sociedades hierarquizadas, por meio da cisão entre atividades masculinas e femininas, o “teatro da memória” torna-se um privilégio dos homens e, às mulheres são delegados os papéis de coadjuvantes, “leves sombras” (PERROT, 2005).

No fundo de Armindo Guaraná, na amostragem trabalhada pelo grupo, a maior parte da amostra é formada por cartas (43%) que possuem como contexto de produção a relação de amizade com Epifânio Dória e a produção de seu dicionário. Além disso, é possível perceber, nos documentos, a troca de informações entre Maria Luíza e Epifânio Dória para o levantamento de dados biográficos que alimentassem a obra.

A maior parte da documentação, portanto, remete a cartas trocadas entre Armindo Guaraná, Epifânio Dória e Maria Luíza Guaraná, sendo o contexto de produção, em sua maior parte, a

produção do Dicionário Biobibliográfico Sergipano. É sabido que ambos fizeram parte, direta ou indiretamente, do processo de recolhimento de dados, produção, comercialização, divulgação e agradecimentos da obra.

No que diz respeito aos documentos pertencentes à Maria Luíza Guaraná, foi constatado a presença da espécie carta (47%). Com a morte de seu marido, Luíza Guaraná deu seguimento às etapas posteriores ao lançamento do dicionário. Desse modo, ela ficou responsável pela divulgação, encaminhamento de cópias e cuidados quanto aos elementos burocráticos da obra. Além disso, no seu conjunto documental consta a presença de homenagens ao falecido.

Na verdade, mesmo que o FAG tenha, em sua maioria, documentos provenientes de Maria Luíza Guaraná, logo, do arquivo pessoal de sua esposa, praticamente toda a documentação acessada versa sobre o processo de produção (recolhimento de dados dos personagens biografados), divulgação, venda, solicitação de envio de exemplares do dicionário; acumulação de matérias, notícias, biografias e artigos jornalísticos sobre a obra e sobre seu esposo; cartas recebidas por Luíza Guaraná, em reconhecimento da importância do dicionário; além de anúncios fúnebres relativo ao falecimento do seu marido.

Poucos são os documentos que dizem respeito diretamente à Yayázinha, como também era conhecida pelos amigos. Podemos mencionar aqui pareceres, decretos, artigos jornalísticos e notícias jornalísticas referentes à concessão de pensão à Maria Luíza Guaraná. No entanto, 84% do FAG está inexplorado e necessitando ser revisitado²¹.

21 É o que faremos após a abertura do IHGSE.

O que fica subentendido é que, durante o processo de doação do arquivo do esposo, Maria Luíza decidiu provavelmente enviar parte de seu arquivo que dizia respeito ao dicionário e a Armindo Guaraná. Como o arquivo de Armindo Guaraná foi sendo doado gradativamente, pode ter ocorrido uma espécie de seleção de documentos relativos ao próprio, real objeto de desejo da instituição.

Como bem afirmaram Ana Paula Simioni e Maria Eleutério,

diversos autores já discutiram o quanto os arquivos não são produtos passivos de uma somatória de documentos acumulados por grupos ou sociedades humanas de modo neutro, mas sim frutos de seleções, ordenamentos e inscrições institucionais que resultam de escolhas. Essas determinam o que pode ou não ser dito, o que merece ou não ser lembrado e quem tem direito ou não a ter sua memória preservada. Longe portanto de serem receptáculos apáticos, os arquivos são ao mesmo tempo produtos e produtores de hierarquizações sociais. Se por um lado materializam as escolhas sobre o que deve ser preservado e, portanto, celebrado, monumentalizado, por outro são também a encarnação de um longo processo de exclusões geralmente levado a cabo de maneira silenciosa, imperceptível, naturalizada. As pesquisas realizadas em torno dos arquivos geralmente partem daquilo que eles “possuem”, das fontes ali reunidas. Pouco se pergunta sobre suas ausências, ou seja, sobre os nomes que não foram retidos, sobre os grupos sociais não representados (SIMIONI; ELEUTÉRIO, 2008, p. 21, *aspas das autoras*).

No caso dos papéis de Yaiázinha Guaraná não podemos afirmar o quão ocorreu de seleção feita pela titular ou pela instituição

receptora dos documentos. Ou até se foi um pedido velado da instituição pelos documentos relativos a seu esposo, Armino Guarani e a produo da tã conceituada obra. Essa questã pode ser esclarecida atravs de seus escritos e cartas trocadas com familiares, amigos e com os representantes do IHGSE à época da doao.

É importante frisar, para finalizarmos a discussã, que os registros e documentos produzidos por mulheres nã precisam ficar restritos à parca quantidade de arquivos femininos custodiados pelas instituies de documentao brasileira. Que essa realidade deve e pode mudar, nã temos dvida. Como caminho possvel para reverter a baixa representatividade das mulheres em instituies arquivstica, Heymann (2020) sugere

uma poltica ativa de prospeco de arquivos de mulheres que possam ser incorporados. Devem ser arquivos compatveis com a linha de acervo de cada instituio, jã que é importante manter coerência na constituio dos acervos, mas privilegiar arquivos de mulheres é uma forma de ativismo diante da invisibilidade da atuao feminina em diferentes áreas da vida social. Trata-se de uma ao que, a médio prazo, resultará em acervos mais plurais e representativos e, por isso mesmo, mais atraentes para diferentes públicos. Isso sem falar na possibilidade de criar espaos de arquivamento voltados, especificamente, para arquivos de e sobre mulheres.

Mas, enquanto essa ao é tecida, podemos complementar o conhecimento sobre determinada figura feminina - que teve um pedao restrito de seu arquivo lanado dentro de um arquivo masculino ou familiar – por meio de fundos de pessoas com quem tais mulheres se correspondiam, por exemplo.

Referências

ANDRADE, Adailton. **Fontes da História de Sergipe**: Manoel Armindo Cordeiro Guaraná. Sociedade e Cultura Sergipana. 2017. Disponível em: <<https://fontesdahistoriadesergipe.blogspot.com/2017/07/manoel-armindo-cordeiro-guarana.html>>. Acesso em 02 jun. 2019.

BARBOSA, Alexandre de Freitas; PAIXÃO, Fernando; DANTAS, Monica Duarte. As mulheres e seus arquivos. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 71, p. 14-17, dez. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i71p14-17>

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância**: a abordagem contextual dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC), 2007.

DANTAS, Ibarê. **História da Casa de Sergipe**: Os 100 anos do IHGSE 1912-2012. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2012, p. 23-106.

DUCROT, Ariane. Classificação dos arquivos pessoais e familiares. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 11, n. 21, p. 151-168, 1998.

GUARANÁ, Armindo. **Dicionário Biobibliográfico Sergipano**. Edição do Estado de Sergipe, 1952.

HEYMANN, Luciana Quillet. A invisibilidade dos arquivos femininos: entrevista com Luciana Quillet Heymann (Entrevista feita por Cristiane d'Avila). In: **Café História – história feita com cliques**. Publicado em 16 de março de 2020. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/entrevista-com-luciana-heyman/>. ISSN: 2674-5917

JÚNIOR, Antônio Torres. **Traços Biográficos de Dr. Manuel Armindo Cordeiro Guaraná**. Aracaju, 1954. Documento disponível no Fundo Armindo Guaraná.

MUAZE, Mariana. **As memórias da viscondesa**: família e poder no Brasil Império. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

PERROT, Michele. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: Edusc, 2005.

SANTOS, Maurício dos Reis. **Restos imortais**: uma leitura do arquivo de Manoel Armindo Cordeiro Guaraná (1848/1924). São Cristóvão, SE, 2005. 56 f. Monografia (Licenciatura em História) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2005.

SERGIPE JORNAL. Instituto Histórico. Aracaju, nº 13.771, de 23 de agosto de 1956, p. 04.

SILVA, Armando Malheiro da, Arquivos familiares e pessoais: bases científicas para a aplicação do modelo sistêmico e interativo. **Revista da Faculdade de Letras – Ciências e Técnicas do Patrimônio**, I Série, vol. III, Porto, 2004, p. 56 – 57.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti; ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Mulheres, arquivos e memórias. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 71, p. 19-27, dez. 2008.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E AS RELAÇÕES DE GÊNERO: uma amostra de ações positivas e pró-ativas em prol de igualdade e respeito

Elza Ferreira Santos
Instituto Federal de Sergipe
elza.ferreira@ifs.edu.br

Milene Soares de Medeiros
Universidade Federal de Sergipe
milamedeiros@gmail.com



Introdução

Nos últimos anos, observamos de maneira mais acentuada, o avançar de discursos, projetos, leis e discussões que envolvem as chamadas minorias sociais. Observamos a luta, conscientização e defesa pela igualdade de direitos enquanto, contraditoriamente, observamos também o desenvolvimento e articulação de decisões e projetos de lei que ferem os direitos e conquistas das minorias, dentre elas as pessoas LGBT.

Nesse sentido, vimos surgir ao longo do tempo, desde discursos sem viés científico ou base ética se infiltrando nos meios políticos, religiosos, educacionais e midiáticos como a chamada “ideologia de gênero” ou o “kit gay” até a disseminação de notícias falsas, as chamadas *fake News*, através de canais de comunicação, em especial das redes sociais, que legitimam preconceitos, violência e ataques às minorias.

Essas ideias ao se propagarem atingem a forma de pensar e agir da sociedade e, conseqüentemente, não passam despercebidas na educação. Ao contrário, esta também é atingida através de retrocessos que vão desde a criação de projetos de lei, cujas bases são o fundamentalismo religioso e os interesses políticos perversos, à ameaça de cortes de recursos e diminuição de vagas nas instituições públicas, dificultando ou impossibilitando em certos casos, a oferta de uma educação de qualidade, digna, crítica e libertadora.

Considerando esses acontecimentos, é que a pesquisa que desenvolvemos no Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal de Sergipe (IFS) procurou combater a desinformação preconceituosa e estereotipada contra as pessoas LGBT. Em um dado momento da pesquisa,

percebemos a carência que os ambientes acadêmicos têm de se conscientizar das realidades e necessidades em relação às questões de gênero dos diversos grupos sociais nela inseridos, dentre os quais, o LGBT. Entendemos que a educação é uma ferramenta de transformação social que necessita cada vez mais passar do discurso de aceitação das diferenças para o questionamento e discussão sobre em que momento, em que contexto e por que algumas características físicas, sociais, psicológicas etc. passaram a ser definidoras de diferença.

Assim, este artigo tem como objetivo enumerar e descrever algumas ações que foram desenvolvidas no âmbito do IFS a fim de promover igualdade, respeito às diferenças no contexto das pessoas LGBT. Inicialmente, mostraremos brevemente a história do IFS e os princípios que norteiam sua missão. Destacaremos, também brevemente, os conceitos que fundamentam a Educação Profissional e Tecnológica na rede federal de ensino brasileira bem como os conceitos basilares em torno dos estudos de gênero. Na parte, que consideramos mais significativa, destacaremos algumas ações que se tornaram públicas em prol da construção de igualdade e respeito às diferenças. Por fim, nas considerações finais apontaremos alguns efeitos dessas ações.

Instituto Federal de Sergipe

O Instituto Federal de Sergipe (IFS) foi outrora denominado Escola de Aprendiz e Artífices, criada em 1909 pelo Decreto nº 7.566 de 23/09/1909. É, atualmente, uma instituição multicampi e foi composta pela integração de duas autarquias federais, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe – CEFET-SE,

localizado em Aracaju, que possuía uma unidade descentralizada (UNED), localizada no município de Lagarto, e a Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão – EAFSC.

Em 29 de dezembro de 2008, por meio da Lei nº 11.892, foram criados os Institutos Federais (IF), que fazem parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Brasil. O IFS estava entre eles. Assim, atualmente, constitui-se de 10 (dez) campi: Aracaju, São Cristóvão, Lagarto, Itabaiana, Estância, Nossa Senhora da Glória, Propriá, Tobias Barreto, Nossa Senhora do Socorro e Poço Redondo.

Dentre os seus princípios pedagógicos, está a educação unitária. Esta pressupõe que todos tenham acesso aos conhecimentos, à cultura e às mediações necessárias para trabalhar e para produzir a existência e riqueza social. Uma educação dessa natureza precisa ser politécnica, isto é, um tipo de escola que não seja dual, mas que seja unitária, onde todos têm direito ao conhecimento que considere os princípios científico-tecnológicos e históricos da produção moderna (FRIGOTTO, 2001; SAVIANI, 1989).

Logo, cabe destacar que a escola desempenha um papel importante na construção das identidades de gênero e das identidades sexuais, pois, é instituição-parte da sociedade e por isso não pode se isentar dos benefícios ou das mazelas produzidos por essa mesma sociedade. A escola é, em parte, responsável por muitas práticas e concepções que ao longo do tempo interiorizamos como naturais ainda que sejam fatores culturais. Nosso contexto histórico educacional levou-nos a lidar com separações ou dualidades do tipo corpo/mente, trabalho manual/trabalho intelectual. Mas isso precisa ser revisto urgentemente.

Dentro da perspectiva de superação da dualidade, os

estudos de gênero bem como práticas que promovem a igualdade, o respeito à diferença se constituem como uma necessidade.

As Relações de Gênero: perspectivas

Nosso entendimento é que a materialização dos sexos ocorre pelo discurso. É a linguagem que produz os corpos no instante em que os nomeia, sendo este um processo constrangido e limitado desde o início, pois o indivíduo não decide sobre o sexo que irá ou não assumir, ao contrário, são abertas apenas duas possibilidades pelas normas reguladoras da sociedade (MEDEIROS, 2020). Esse entendimento coaduna com Butler (2007; 2018) ao defender que as sociedades constroem normas que regulam e conseqüentemente materializam os sexos dos indivíduos, e que essas normas regulatórias têm o poder de produzir, reproduzir, demarcar, fazer e diferenciar os corpos, dando existência a certas subjetividades que se ajustam ou se identificam a uma matriz cultural, enquanto que as outras são excluídas.

É nessa perspectiva que a compreensão de Gênero que rege nossa pesquisa se sustenta nos estudos de Guacira Louro e de Judith Butler. Para as autoras, as construções do gênero e da sexualidade ocorrem ao longo de toda a vida. Louro (2008) argumenta que os corpos são pelas tecnologias de gênero representadas por meios de acessórios, vestimentas, gestos, procedimentos e atitudes que a sociedade de maneira arbitrária estabelece como adequados e legítimos. Para Louro (2008) e Butler (2007) o sexo e o gênero são construídos, são *performances*, ocorrem ao longo de toda a vida e, de forma contínua, exigem investimentos continuados.

Se partimos da ideia de que gênero é uma construção social (SCOTT, 1995), avançamos compreendendo-o como *performances*

resultantes dos discursos normativos da sociedade. Tais discursos reverberam na escola. Esta em suas práticas de “disciplina”, seja na divisão das atividades entre meninos e meninas, seja no incentivo ou não ao exercício de determinadas profissões por serem consideradas “essencialmente” femininas ou masculinas, ou ainda no silenciamento quanto às questões do gênero, vem dessa maneira propondo histórica e explicitamente a construção de sujeitos masculinos e femininos heterossexuais, de acordo com os padrões da sociedade em geral.

O ambiente escolar em relação ao gênero poucas vezes vai além da promoção de atitudes e momentos que divulguem e ensinem a “tolerância”, a “aceitação”, a “inclusão” ou a “convivência” com as diferenças. Ao incluir o tema da diversidade nas escolas, por vezes, esse tema não aborda explicitamente a diversidade sexual, ou seja, a legitimidade das diversas formas de expressão de identidades e práticas da orientação sexual, mas, privilegia o termo diversidade como manifestações culturais, artísticas, ordeiras, cooperativas e participativas no convívio social harmonioso (ARROYO, 2010).

Por isso que para nós foi importante mergulhar na história recente das práticas do IFS e verificar que ações foram realizadas para legitimar a diversidade, a expressão de identidades e práticas da orientação sexual. Considerando que estas práticas se correlacionam com a formação omnilateral proposta pela Educação Profissional e Tecnológica.

Ações e Eventos

É necessário indagar onde, como e quais discursos são produzidos e reproduzidos historicamente marcando algumas

pessoas como diferentes e privando-as por vezes de direitos básicos como acesso à educação e, por consequência, acesso ao trabalho com dignidade.

Ao explorar esse tema, estamos considerando que a Educação Profissional e Tecnológica, em sentido amplo, pode colaborar na formação de consciência dos estudantes e dos profissionais sobre os processos de transformação da sociedade em que vivemos. Consideramos também que Educação, Trabalho e Relações de Gênero devem ocupar os debates educacionais no contexto da construção da identidade, inclusão e exclusão na escola e no mundo do trabalho.

Percebemos que preconceito e desigualdade ainda são atitudes que permeiam o espaço escolar e o mundo do trabalho. Alguns estudantes LGBT são discriminados ou vítimas de bullying dentro do espaço escolar e não conseguem concluir seus estudos, outros ainda mesmo quando formados e aptos ao exercício de suas profissões têm dificuldade de acesso ao mercado de trabalho. Nesse sentido a Educação Profissional ganha importância, pois se constitui em mediação fundamental para essas pessoas na construção de seus projetos de vida e na busca por autonomia.

Porém, alinhar gênero e EPT é um trabalho desafiante, pois ainda há barreiras na sociedade que excluem ou discriminam da escola e do mundo do trabalho os sujeitos cujos corpos dificultam sua análise dicotômica e polarizada por não trazerem marcas ou evidências “seguras” de suas identificações heteronormativas.

Consideramos válido, então, que a EPT possa continuamente questionar se está produzindo corpos que transformam a si mesmos e ao seu contexto ou apenas reproduzindo os corpos para atender às necessidades impostas

pela sociedade e pelo mercado de trabalho (MEDEIROS, 2020).

Tentando buscar informações sobre a existência de ações voltadas à questão de gênero na Educação Profissional nas questões de gênero, visitamos a Diretoria de Assuntos Estudantis (DIAE) do IFS, o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) do Campus São Cristóvão e realizamos buscas nas páginas do Instituto Federal de Sergipe dos diversos campi. Dessa maneira, tomamos conhecimento de algumas ações que o IFS vem realizando ao longo dos anos em relação à diversidade de gênero na Instituição.

As primeiras ações institucionais realizadas datam de 2014, quando o IFS em parceria com a Universidade Federal de Sergipe (UFS), realiza o seminário “Gêneros e Intersexualidades em fluxo: Interfaces científicas, pesquisa e insubordinações” (Figura 01). Esse evento contou com palestras, mesas redondas e comunicações que ocorreram dentro do Instituto.

Nesse mesmo ano, houve no Campus Lagarto, como iniciativa do professor de Educação Física: o projeto “Sabores e Saberes”²². A ideia iniciou como um café temático para suas turmas. A adesão dos alunos foi grande e o projeto se estendeu ao longo dos anos, trazendo em 2016 o tema da sexualidade e identidade de gênero.

Em 2015, não encontramos registro de nenhuma ação ligada à temática da diversidade sexual, sendo retomada em 2016 com a “Mesa redonda sobre direitos humanos e sexualidade”,²³ promovida

22 PROJETO propõe discussão sobre sexualidade e identidade de gênero. Disponível em: <http://www.ifs.edu.br/ultimas-noticias/206-itabaiana/4877-proje-to-propoe-discussao-sobre-sexualidade-e-identidade-de-genero>. Acesso em: 03 de dezembro de 2020.

23 MESA redonda sobre direitos humanos, gênero e sexualidade acontece

pela equipe de psicologia da Coordenadoria de Assuntos Estudantis (CAE) do campus Aracaju e aberta à comunidade acadêmica. No campus de Itabaiana, a proposta de eliminar preconceitos e violências físicas veio através do projeto “Stop Bullying” (figura 2). Após levar ao Instituto a discussão de temas como preconceito étnico racial, gordofobia e autoimagem, o projeto “Stop Bullying” propôs a reflexão sobre diversidade de gênero.²⁴

Figura 1 - Cartaz do Seminário gênero e sexualidades em fluxo



Fonte: Acervo Pessoal

nessa segunda, 12. Disponível em: <http://www.ifs.edu.br/ultimas-noticias/199-aracaju/4321-mesa-redonda-sobre-direitos-humanos-genero-e-sexualidade-a-contece-nessa-segunda-12>. Acesso em: 04 de dezembro de 2019.

24 STOP Bullying chega a última fase propondo reflexão sobre diversidade de gênero. Disponível em: <http://ifs.edu.br/ultimas-noticias/206-itabaiana/4854-stop-bullying-chega-a-ultima-fase-propondo-reflexao-sobre-diversidade-de-genero>. Acesso em: 04 de dezembro de 2019.

Figura 2 - Arte de divulgação do Projeto Stop Bullying



Fonte: Site do Instituto Federal de Sergipe

No mesmo ano, o campus de Lagarto, a partir da iniciativa de cinco alunos, realizou o dia da diversidade de gênero e sexualidade²⁵. O evento contou com a presença da ativista LGBT e integrante da Associação e Movimento Sergipano de Transexuais e Travestis (AMORSERTRANS), Linda Brasil e dele participou todo o corpo acadêmico.

Em 2017, o Instituto elaborou o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (PROCIS), que promovia medidas de conscientização, prevenção e combate à violência e intimidação sob quaisquer aspectos e realizou o I Fórum de diversidade de gênero (Figura 03). Nele foi discutida, entre outros assuntos, a questão do uso do nome social.

²⁵ CAMPUS Lagarto debate gênero e sexualidade. Disponível em: <http://www.ifs.edu.br/ultimas-noticias/200-lagarto/4555-campus-lagarto-debate-diversidade-de-genero-e-sexualidade>. Acesso em 05 de dezembro de 2019.

Figura 3 - Cartaz de divulgação do I fórum de diversidade de gênero.



Fonte: Site do Instituto Federal de Sergipe

No ano seguinte, 2018, foi a vez do Campus Itabaiana realizar o encontro “Violências de gênero e racial como problemas de saúde pública no Brasil”²⁶,(Figura 04) em que foram debatidas formas de enfrentamento do problema a partir de dados ligados a questões de violência de gênero e racial. Neste ano também o uso do nome social foi regulamentado pelo Instituto através da Resolução nº 38/2018/CS/IFS.

26 ENCONTRO aborda violências de gênero e racial como problemas de saúde pública no Brasil. Disponível em: <http://www.ifs.edu.br/ultimas-noticias/206-ita-baiiana/7308-encontro-aborda-violencia-de-genero-e-racial-como-problema-de-saude-publica-no-brasil>. Acesso em 28 de julho de 2019.

Figura 4 - Alunos e servidores no Encontro de violências de gênero e racial como problemas de saúde no Brasil.



Fonte: Site do Instituto Federal de Sergipe

Em 2019, mesmo em meio a uma onda conservadora que visa o silenciamento das questões de gênero nas Instituições, o IFS continuou trazendo para dentro do espaço escolar as ações que buscam trazer inclusão e respeito à população LGBT em todos os seus campi. Já no início do ano, em fevereiro, os alunos do Campus São Cristóvão promoveram o grito de carnaval, que contou com o desfile do bloco “LGBTIFS”, criado pelos alunos e a realização do concurso de rei e rainha (Figura 05). O evento foi resultado de uma preparação multidisciplinar onde os alunos puderam aprender a partir da história do carnaval e ainda participar de percussão, cartazes e máscaras.²⁷

27 CAMPUS São Cristóvão realiza grito de carnaval promovendo inclusão e respeito à diversidade. Disponível em: <http://www.ifs.edu.br/ultimas-noticias/202-sao-cristovao/7527-campus-sao-cristovao-realiza-grito-de-carnaval-promovendo-inclusao-e-respeito-a-diversidade>. Acesso em: 20 de março de 2019.

Figura 5 - Rei e rainha do Carnaval 2019



Fonte: Site do Instituto Federal de Sergipe - Campus São Cristóvão

Ainda em 2019, no mês de abril, foi criado no Instituto o Núcleo de Igualdade de Gênero e Diversidade Sexual. Como uma iniciativa da Reitoria, o objetivo do núcleo é conscientizar os estudantes sobre as questões de gênero através da realização de trabalhos educativos com toda a comunidade acadêmica.²⁸

Em julho, o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE) lançou o “Edital Diversidade”, com o objetivo de combater a LGBTfobia e incentivar o respeito e a empatia pela população LGBT. Projetos de vários campi foram aprovados bem como de duas Instituições externas. As iniciativas promovidas pelo SINASEFE tinham como objetivo fortalecer o combate aos preconceitos e a defesa dos

²⁸ CRIAÇÃO de núcleo sobre diversidade é a mais recente ação para combate á homofobia. Disponível em: <http://www.ifs.edu.br/ultimas-noticias/7713-criacao-de-nucleo-sobre-diversidade-e-a-mais-recente-iniciativa-para-o-combate-a-homofobia>. Acesso em 08 de setembro de 2019.

direitos, bem como a criação de espaços empáticos para que as pessoas possam se desenvolver dignamente.

Quadro 1 - Projetos do Edital Diversidade executados

Projeto	Responsável/ou local de realização
Respeito à Diversidade de Gênero e Sexualidade	Campus Socorro
Mostra Cine-Literária da Diversidade e dos Direitos Humanos	Campus Estância
Cine Diversidade	Campus Lagarto
As empresas já saíram do armário? Desafios e perspectivas para a comunidade LGBT no mundo do trabalho	Campus São Cristóvão
Diversidade sexual e de gênero: que universo é esse	Campus Glória
Arte pela Diversidade	Campus Aracaju
Respeito à diversidade de gênero e à diversidade sexual dentro do ambiente escolar	Coletivo Quilombo
Vivência CasAmor: resistir e existir' e presidenta da Casa Amor	Casa Amor

Fonte: Página do SINASEFE-Sergipe²⁹

Dentre os projetos listados acima, destacamos o “As empresas já saíram do armário? Desafios e perspectivas para a comunidade LGBT no mundo do trabalho”. Participamos da execução desse projeto, inclusive ministrando palestra. Esse projeto deu início à pesquisa empírica que resultou na dissertação - Educação Profissional e Gênero: o mundo do trabalho sob a perspectiva dos/das estudantes LGBT do IFS - e nodocumentário - LGBT e trabalho: uma jornada de conquista e liberdade³⁰.

²⁹ O site do SINASEFE pode ser acessado em: <http://www.sinasefesergipe.com.br/ler/publicacao/noticias/edital-diversidade-lista-final-com-projetos-aprovados>.

³⁰ O documentário pode ser acessado em

Diante de ações como essas, entendemos o quanto, pelo trabalho e pela educação, a EPT tem papel de retomar a noção de ciência, arte, tecnologia e cultura que foram desapropriadas dos sujeitos e capacitá-los a transformar essa realidade. Acreditamos que iniciativas como estas que incentivam o respeito, conhecimento e empatia, podem quebrar os muros entre a sociedade, o trabalho e as pessoas LGBT, de maneira que as subjetividades que por muito tempo foram silenciadas passem a ter voz dentro da Educação Profissional e, conseqüentemente, no mundo do trabalho, no qual por vezes são impedidas de acessar e exercer uma profissão.

Considerações Finais

Considerando que as Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio mostram que o reconhecimento das identidades de gênero é um dos princípios que norteia os cursos técnicos (Resolução nº. 6, de 20 de setembro de 2012), não há como separar o papel da EPT, as relações de gênero, a sociedade e o trabalho. Ao contrário, há a cada dia maior necessidade de se pensar estratégias para a desconstrução do caráter binário e excludente das construções de gênero na sociedade e nas Instituições, a fim de que haja equidade no cotidiano escolar dando aos estudantes a oportunidade de ingressarem e permanecerem na Instituição até o término de seus estudos.

Notamos o papel fundamental que tem a EPT na construção e intervenção das realidades sociais, especialmente no que diz respeito aos LGBT que por tantas vezes ainda são excluídos da sociedade ou desistem dos estudos por não sentirem na escola um lugar seguro.

<https://www.youtube.com/watch?v=18hd6C4tLTo&feature=youtu.be>

Infelizmente, nos dias atuais a identificação ou não com os gêneros oferecidos pelas normas sociais ainda é capaz de abrir ou fechar portas para o sujeito na sociedade, como se cada indivíduo carregasse em seus corpos inscrições cuja leitura pudesse permitir, negar ou questionar seu acesso a uma vida digna, privando-os por vezes do exercício de seus papéis sociais, especialmente do acesso à educação e trabalho.

Pensamos a Educação Profissional numa perspectiva transformadora, que ofereça mesmo que minimamente subsídios que auxiliem a compreender que a educação está vinculada à transformação social (FREIRE, 2008). É necessário promover uma educação profissional e tecnológica sintonizada com as demandas sociais e que possa apreender a realidade social tendo coragem de intervir nessa realidade (PPPI/IFS, 2014) e buscando a formação do ser humano em sua maneira integral, omnilateral, o que implica a formação de várias dimensões do ser humano, priorizando educação, trabalho, cultura, a ciência e a tecnologia.

Espera-se, dessa maneira, que a comunidade acadêmica e a sociedade como um todo possam refletir se para os discentes que vivem dilemas relacionados ao gênero, a educação profissional é um lugar de transformação e construção de suas subjetividades ou se apenas está reproduzindo corpos para atender às necessidades e aos padrões impostos pela sociedade. Espera-se também que a partir dessa reflexão possam ser tomadas providências tais como a criação de políticas públicas para a educação que incentivem o respeito e o reconhecimento das diversidades sexuais nos ambientes escolares, pois sem tais ações, seguimos com menos alunos LGBT permanecendo na escola, gerando comprometimentos sérios em seu presente e, conseqüentemente, em seu futuro. Por ora, o IFS alcançou alguns degraus, mas a escadaria é longa.

Referências

ARROYO Miguel Gonzáles. Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 31, n. 113, p. 1381-1416, out.-dez. 2010 Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 03 de jul. de 2019.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio**. Parecer CNE/CEB nº 11/2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rcceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 23 de jul. de 2019.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnologia. **Projeto Político Pedagógico Institucional**. Aracaju, 2014. Disponível em: http://www.ifs.edu.br/proen/images/Documentos/Documentos_Internos/PPPI.pdf. Acesso em: 21 de jul. de 2019.

BRASIL. Lei nº 11.892/08, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, **Diário Oficial da União, 2008^a**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm. Acesso em: 15 de nov. de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de educação profissional e tecnológica. **Resolução nº38/2018/CS/IFS**. Aprova o regulamento do uso do nome social e dos espaços segregados por gênero no âmbito do IFS. Disponível em: <http://www.ifs.edu.br/diversidade-de-genero-DIAE>. Acesso em: 28 de out de 2018.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2007.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade**. 16. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/8463/7770>. Acesso em 07 de nov. de 2018.

LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2007.

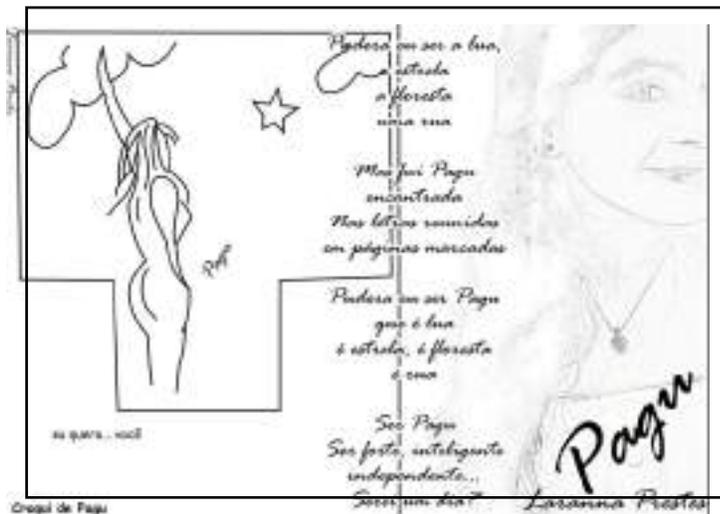
MEDEIROS, Milene Soares de. **Educação profissional e gênero: o mundo do trabalho sob a perspectiva dos/das estudantes LGBT do IFS**. Dissertação defendida no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Sergipe, 2020.

SAVIANI, Dermeval. **Sobre a Concepção de Politecnia**. Rio de Janeiro: Fiocruz. Politécnico da Saúde Joaquim Venâncio, 1989.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. **Educação e realidade**, v 20, n 2. Porto Alegre, 1995.

O LUGAR DA INTERSECCIONALIDADE NO DEBATE SOBRE GÊNERO E RELAÇÕES DE PODER.

Adeline Araújo Carneiro Farias
Instituto Federal de Sergipe/ *Campus* Aracaju
adeline.farias@ifs.edu.br



Pagu, 1929 in FURLANI, 2004.

Introdução

Este texto resultou de um processo que começou como mera apropriação teórica acerca de relações de gênero, ainda quando cursava o doutoramento em Ciências Sociais, na disciplina Gênero nas Ciências Sociais – identidades, sociabilidades e direitos, nos idos do ano 2013. Naquela oportunidade, senti-me particularmente instigada a desconstruir as percepções preconcebidas, desprovidas de fundamentação teórica. Ao mesmo passo, fui descortinando – num misto de surpresa e constrangimento - que estas compreensões, inquestionavelmente, estava bem marcadas pelo ideário patriarcal, machista, ocidental, branco, enquanto padrão universal, que fomenta e reproduz relações de poder.

Foi a partir dos conflitos gerados por estes questionamentos, que dei início a empreitadas com vistas a descortinar as brumas que embaçavam minha visão, sobre relações de gênero. Busquei dentre as temáticas abordadas, aquelas que, além de se configurarem como significativa para meu desenvolvimento pessoal, foram me possibilitando um enriquecimento no processo de construção de um arcabouço teórico que vem enriquecendo meu fazer enquanto docente e pesquisadora.

Daquela oportunidade até o momento atual, constato que, tanto do ponto de vista metodológico, quanto no aspecto conceitual, pude apreender noções e possibilidades, dentre as quais destaco ao processo de construção do conceito de gênero em Scott, assim como, seu desenvolvimento epistemológico apresentado nos textos de Mohant (2008) e Haraway; e (1995) a associação às relações de poder, abordadas por Butler (2003); as discussões sobre as articulações entre diferenciações sociais que

atravessam as relações de gênero, a partir dos entendimentos de Piscitelli (2008) sobre a categoria interseccionalidade; o conceito de lugar de fala de Djamila Ribeiro (2017); e ainda, a abordagem sobre o feminismo, apresentada por Chimamanda Ngozi Adichie (2015).

As discussões sobre masculinidades em Bourdieu, bem como, a concepção de identidade em Butler, foram para mim formidáveis contribuições, sobretudo Butler, tendo em vista que venho pesquisando sobre identidade desde o mestrado.

Todavia, foram os estudos realizados acerca de Brah (2006), Piscitelli (2008), Ribeiro (2017) e Adichie (2015) - sobre a importância de uma abordagem às relações de gênero a partir da análise de questões de diferenças, antagonismos de classes, de raça, dentre outros modos de desigualdades - que me possibilitaram lançar um novo olhar sobre aspectos fundamentais acerca dos sentidos e significados que influenciavam minhas interpretações e práticas, favorecendo uma amplitude e profundidade ansiada.

Desta forma, o objetivo deste trabalho é apresentar e debater as categorias de diferenciação e contingência de percepção multifatorial das questões de gênero contempladas na noção de interseccionalidade, a partir da análise de produções das autoras já mencionadas.

Desse modo, pretendo estabelecer associações entre suas concepções, de modo a cercar teoricamente o tema proposto - interseccionalidade - de forma a facilitar a compreensão sobre esta perspectiva relacional de perceber as possibilidades de interação entre estas múltiplas diferenças, em contextos particulares.

11. **Interseccionalidade: Compreensões e provocações.**

Tendo em vista alcançar meus objetivos para este trabalho, delinee uma estrutura para o texto, na intenção de favorecer ao leitor acompanhar as reflexões que me conduziram a dispor de pressupostos, cuja percepção e compreensão foram oportunizadas no estudo sobre as autoras. Estes pressupostos terão significativa importância, na busca de uma postura científica crítica, e aberta a contemplar e a experienciar possibilidades de atuação, até então consideradas controversas.

No estudo de Piscitelli (2008) acessei a discussão sobre categorias que remetem a diversidade de diferenciações que atravessam as questões de gênero, articulando-se a estas, constituindo a realidade social.

Conforme Piscitelli (2008), ainda que a articulação de categorias tenha conquistado espaço nos debates feministas já na década de 1980, será apenas no final da década de 1990 que ganhará espaço internacional, assim como, um escopo teórico mais consistente.

De acordo com a autora, há duas abordagens principais que trazem a discussão sobre categorias interseccionais, diferenciando-se na concepção de poder e diferença.

Uma abordagem, apontada por Piscitelli (2008) como “leituras sistêmicas”, trás a advogada Kimberlé Crenshaw como uma de suas representantes. Esta autora envida esforços na busca de “oferecer elementos para formular políticas com o objetivo de evitar a violação dos direitos humanos das mulheres, em escala global.” (p. 267).

Todavia, nesta abordagem, os sujeitos são percebidos como dominados e marginalizados por um sistema, que os limita quando

as possibilidades de agência.

A outra abordagem, identificada no seu texto como “construcionista”, aponta Anne McKlinton e Avtar Brah como seu expoente. Neste trabalho, me detenho em especial, sobre as contribuições últimas autoras, deixando, portanto, a análise de suas concepções para a diante.

No intento de oportunizar uma conceituação, Psicitelle (2008, p. 263) apresenta a “categorias de articulação e/ou as interseccionalidades”, e situa o aflorar destes conceitos na construção do pensamento feminista, destacando as autoras que compuseram esta trajetória histórica, efetuando contribuições decisivas para as atuais discussões sobre a interseccionalidade.

De acordo com Psicitelli (2008, p. 266) “a proposta de trabalho com essas categorias é oferecer ferramentas analíticas para apreender a articulação de múltiplas diferenças e desigualdades”. Assim, em consequência desta compreensão, entendi que trabalhar a partir de uma perspectiva interseccional, significa buscar apreender uma realidade localizada, não apenas por meio de um conceito apartado de seu contexto e interações, como se independesse deste e destas. Ao contrário, trabalhar a partir desta percepção interseccional, significa pensar categorias analíticas, por intermédio das quais, poderemos pensar possibilidades de agrupamento dos sujeitos de modo relacional e articulado.

Todavia, a autora assevera que a compreensão sobre a diferença, não se restringe a aspectos específicos, posto que, nas sociedades em que vivemos, somos constituídos por diversas categorias de diferenciação, conforme se constata a seguir:

A proposta de trabalho com essas categorias é oferecer ferramentas analíticas para apreender

a articulação de múltiplas diferenças e desigualdades. É importante destacar que já não se trata da diferença sexual, nem da relação entre gênero e raça ou gênero e sexualidade, mas da diferença, em sentido amplo para dar cabida às interações entre possíveis diferenças presentes em contextos específicos. (PSICITELLI, 2008, p. 266)

É a partir desta compreensão sobre a categoria interseccionalidade, que adiante, tenciono analisa-la, tendo por base o debate promovido por Piscitelli (2008), especificamente, a partir dos contributos de McKlintock (1995) e Brah (2006).

1.1 Anne Mcklintock: Articulação entre categorias e possibilidades de agência.

No estudo realizado por Piscitelli (2008) sobre interseccionalidade, ela apresenta as contribuições de outras autoras para a consolidação da categoria, dentre as quais, destaco McKlintock (1995) e Brah (2006).

A autora Anne McKlintock é professora na Universidade Norte Americana de Wisconsin-Madson, onde desenvolve estudos sobre sexualidade, raça, sexo, imperialismo, nacionalismo, fotográfica e cultura visual.

Ela é destaque dentre os autores que se dedicam aos estudos culturais.

McKlintock (Piscitelli, 2008) defende que categorias como raça, gênero e classe, não representam domínios diferentes da experiência humana, posto que, são interdependentes. Todavia, ressalta que, quando estas categorias forem abordadas visando à análise de uma realidade, este exame não pode ser pautado por

simples ação de encaixe das categorias, como se fosse um “lego”.

Nos estudos de McKlintock realizados sobre imperialismo, ela explicita possibilidades de apreensão desta articulação entre as categorias de análises em foco:

A articulação seria perceptível ao considerar como, no âmbito imperial, gênero está vinculado à sexualidade, mas também ao trabalho subordinado e raça é uma questão que vai além da cor da pele, incluindo a força de trabalho, atravessada por gênero. (PSICITELLI, 2008, p. 268)

Esta percepção relacional sobre a realidade e identidade social, tendo por lente, a existência de diferenças e desigualdades contingentes, pode remeter a uma interpretação equivocadamente limitada e limitante, a partir do momento em que pensar tal contingenciamento, enquanto fator determinante e definitivo sobre a existência e reprodução destas desigualdades.

No entanto, justamente estas diferenças e desigualdades, e mais, a forma como as relações de poder socialmente estabelecidas vão contingenciando as ações dos sujeitos, ao mesmo tempo em que podem restringir e direcionar percepções e atitudes no sentido da reprodução destas, também pode reverter-se em meios para sua transformação, como explica a autora:

Na segunda linha de abordagem (construcionista), os processos mediante os quais os indivíduos se tornam sujeitos não significam apenas que alguém será sujeito a um poder soberano, mas há algo mais, que oferece possibilidades para o sujeito. E os marcadores de identidade, como gênero, classe ou etnicidade não parecem apenas

como formas de categorização exclusivamente limitantes. Eles oferecem, simultaneamente, recursos que possibilitam a ação. (PSICITELLI, 2008, p. 266)

Neste sentido, é possível observar a riqueza e o potencial de oportunidade de aproximação à realidade pesquisada, posto que, partindo desta percepção relacional e contingente, contudo não determinista e nem fatalista, torna-se exequível acercar as dinâmicas das relações de poder que se atravessam mutuamente, examinando-as por intermédio de uma concepção desprovida de *aprioris*, conquanto que podem induzir a desvios e equívocos de análise.

Piscitelli (2008, p. 268) tratando sobre as especificidades das categorias, no entendimento de McKlintock, sustenta que “as categorias de diferenciação não são idênticas entre si, mas existem em relações, íntimas, recíprocas e contraditórias.”.

Com efeito, é na fricção das desigualdades e suas contradições que se fermentam possibilidades de transformações da realidade, de modo que, na medida em que McKlintock explora a articulação entre as categorias, também investiga “políticas de agência diversificadas, que envolvem coerção, negociação, cumplicidade, recusa, mimesis, compromisso e revolta” (Psiciteli, 2008 p. 268).

Assim, a partir das pontuações destacadas, apresento as ideias apresentadas por Psicitelle sobre McKlintock, no que tange a elucidação das categorias de diferenciação, sua concepção relacional, e de potencial percepção a respeito das oportunidades de agência dos sujeitos.

1.2 Avtar Brah: Identidade e subjetividade nas relações de poder e diferenciação social.

Avtar Brah (2006) é uma autora feminista britânica, que aborda, em seu artigo “Diferença, diversidade, diferenciação”, a articulação entre gênero, raça, etnia e sexualidade, examinando como as questões de diferença, pluralismo e hibridismo podem contribuir na compreensão acerca da racialização do gênero.

De acordo com Brah (2006, p. 345) “tanto negros como brancos experimentam seu gênero, classe e sexualidade através da raça”. Como se pode perceber, a autora defende que a diferença racial se acopla a diferenças e contradições que cercam marcadores, como o de gênero.

Conforme Piscitelli (2008), a postura de Avtar Brah a remete a abordagem construcionista, diante de sua perspectiva relacional do poder, aonde, a partir da existência de conflitos e resistências, vão se dando alterações continuadas. Neste sentido, Brah (2006, p. 332), mencionada por Piscitelli (2008, p.268) “propõe uma análise macro, considerando simultaneamente subjetividade e identidade para compreender as dinâmicas de poder na diferenciação social.”.

A proposição de Brah a respeito da necessidade de sopesar subjetividade e identidade, ao mesmo tempo, neste contexto de discussão, perpassa a sua própria concepção sobre ambas. A autora, quando trata sobre subjetividade, visa atentar para a imprescindível apreensão da relação entre a mudança social e a mudança pessoal. De outro modo, A autora nos esclarece que:

Em outras palavras, precisamos molduras conceituais que possam tratar plenamente a questão de que os processos de formação da

subjetividade são ao mesmo tempo sociais e subjetivos; que podem nos ajudar a entender os investimentos psíquicos que fazemos ao assumir posições específicas de sujeito que são socialmente produzidas. (BRAH, 2006, p. 370)

Desta forma, a partir deste entendimento sobre subjetividade, faz-se necessário, na mesma medida, formular uma compreensão sobre identidade que coadune com a visão global proposta, de modo a propiciar um entendimento não reducionista ou determinista, que poderia, entre outros possíveis desvios de entendimento, acarretar a não observância sobre as possibilidades de mudança pessoal e/ou social, no sentido da agência do sujeito, conforme se pode observar a seguir.

(...) a identidade pode ser entendida como o próprio processo pelo qual a multiplicidade, contradição e instabilidade da subjetividade é significada como tendo coerência, continuidade, estabilidade; como tendo um núcleo – um núcleo em constante mudança, mas de qualquer maneira um núcleo – que a qualquer momento é enunciado como o “eu”. (BRAH, 2006, p. 371)

Por este trecho, fica evidenciado que subjetividade e identidade, assim como a experiência e a formação do sujeito são processuais, portanto, estas categorias, assim como o eu e o nós, não são preexistentes, tampouco unificadas, posto que sejam marcadas de forma permanente pelas práticas políticas e culturais.

Para além das conexões entre gênero, classe e racismo, assim como qualquer outro marcador de diferença, Brah (2006, p. 331) é fundamental ainda, “levar em conta a posição dos diferentes racismos entre si.”.

Visando favorecer o entendimento sobre estes diferentes racismos, e mais, sobre a importância deste entendimento de diferenciação, no contexto da produção de Brah, o trecho que segue é elucidativo:

Cada racismo tem uma história particular. Surgiu no contexto de um conjunto específico de circunstâncias econômicas, políticas e culturais, foi produzido e reproduzido através de mecanismos específicos e assumiu diferentes formas em diferentes situações. (BRAH, 2006, p. 344)

A proposta de Brah (2006) parte da ideia de realização de macroanálise, onde se possamos analisar as interações das diversas formas de diferenciação social, sem, no entanto, partir de uma visão reducionista sobre a existência de uma esfera determinante.

Com efeito, o emprego das categorias de diferenciação, municia a análise capaz de perceber a articulação dentre a multiplicidade de diferenças e desigualdades, numa escala macro.

Tal compreensão pode ser mais bem entendida a partir da passagem a seguir:

Nosso gênero é constituído e representado de maneira diferente segundo nossa localização dentro de relações globais de poder. Nossa inserção nessas relações globais de poder se realiza através de uma miríade de processos econômicos, políticos e ideológicos. Dentro dessas estruturas de relações sociais não existimos simplesmente como mulheres, mas como categorias diferenciadas, tais como “mulheres da classe trabalhadora”, “mulheres camponesas” ou “mulheres imigrantes”. (BRAH, 2006, p. 341)

Como aprendizado fundamental no estudo sobre Brah, ressalto a compreensão de que buscar apreender a realidade social, levando-se em conta subjetividades, identidades, relações de poder, desigualdades, entre outros marcadores, não se restringe a reunir e hierarquizar diversas formas de opressão, uma vez que, tal condução, remete inevitavelmente a supervalorização de algum dos aspectos concebidos como parte constituinte da realidade de conflito.

Ao contrário, a autora (2006, p. 351) possibilita o entendimento de que as estruturas das categorias de análise, como classe, gênero, sexualidade e racismo, não tem como serem apreendidas ou abordadas, como se fossem independentes umas das outras, “porque a opressão de cada uma está inscrita dentro da outra – é constituída pela outra e é constitutiva dela”.

Assim, este entendimento de Brah, em especial sobre identidade, constituiu-se em um dos importantes referenciais necessários ao entendimento, agregando argumentos e clarificando dúvidas, em especial devido à aproximação às concepções de outros autores que venho analisando.

A autora brasileira Djamila Ribeiro emprega um conceito de “lugar de fala” numa compreensão com a qual coadunamos, bem como, podemos associar aos entendimentos das autoras tratadas até esse momento do texto, posto que percebamos uma confluência teórica entre estas.

Ressaltamos o emprego dado por Ribeiro tendo em mente que o conceito de lugar de fala, com essas palavras ou similares, pode ser identificado em outros autores, porém nem sempre num sentido que pode ser considerado como correlato, se investirmos numa investigação mais aprofundada. Basta pensarmos sobre

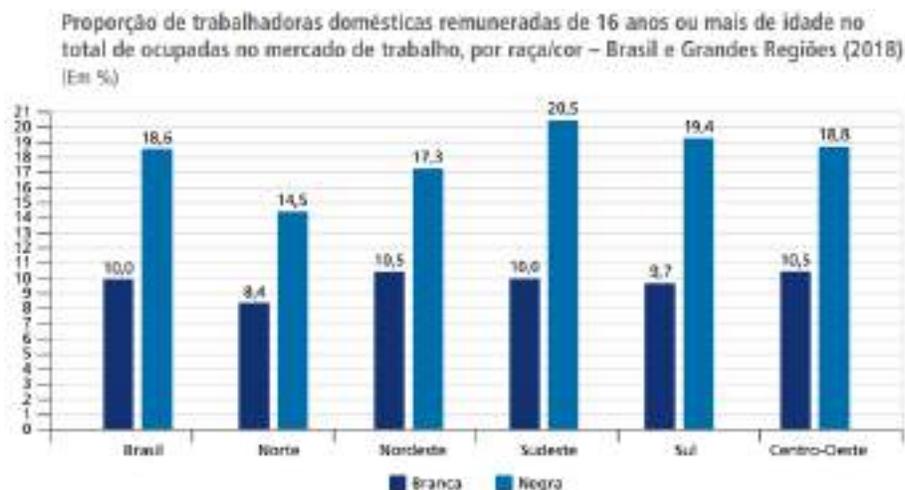
obras nas quais as investigações focam na análise do discurso, enquanto referencial para o lugar social a partir do qual o investigado fala.

Então, o lugar de fala refere-se a como o nosso olhar, nossa apropriação sobre a realidade, e por consequência a nossa fala, estão atrelados, condicionados, ao lugar que socialmente ocupamos, estando este lugar marcado pelas desigualdades diversas que hierarquizam as relações, conforme Ribeiro nos explica:

Assim entendemos que todas as pessoas possuem lugares de fala, pois estamos falando de localização social. E, partir disso, é possível debater e refletir criticamente sobre os vários temas presentes na sociedade. O fundamental é que os grupos pertencentes ao grupo social privilegiado em termos de locus social, consigam enxergar as hierarquias produzidas a partir desse lugar e como esse lugar impacta diretamente na constituição dos lugares de grupos subalternos. (RIBEIRO, 2017, p. 19)

Nesse sentido, analisando as informações populacionais disponíveis sobre o Brasil, identificamos que as mulheres, em especial as mulheres negras, estão marcadas pela trajetória histórica colonial do país, na qual passaram da condição de escravas para trabalhadoras domésticas, haja visto serem a maioria dentre mais de seis milhões de empregadas domésticas, segundo o IBGE, conforme disposto na Figura 1. Em se tratando de uma atividade profissional tradicionalmente à margem, de destaca a proporção entre mulheres negras e não negras encontradas nessa condição.

Figura 1



Fonte: PNAD Contínua/IBGE (Pinheiro, 2019)

Sobre essa “subalternidade”, Adichie (2015, 2017) nos alerta que se naturalizou uma percepção de que tal fenômeno seja constituinte de nossa cultura. Todavia, a autora assevera que “A cultura não faz as pessoas. As pessoas fazem a cultura.” Nesse sentido, urge que desconstruamos, iniciando por nós mesmas, tais compreensões geradoras de padrões de comportamentos sociais baseados em estereótipos excludentes e geradores de violências, posto que esteja sob nossa possibilidade de ação interferirmos nessa realidade. A escritora ainda assevera que:

“A história única cria estereótipos. E o problema com estereótipos não é que eles sejam mentira, mas que eles são incompletos. Eles fazem uma história tornar-se a única história” (ADICHIE, 2010, p. 05-06).

Comece uma história com as flechas dos nativos americanos, e não com a chegada dos britânicos,

e você tem uma história totalmente diferente. Comece a história com o fracasso do estado africano e não com a criação colonial do estado africano e você tem uma história totalmente diferente. (ADICHIE, 2010, p. 05).

2. Algumas (in) conclusões...

A história de luta do feminismo tem como uma de suas marcas, o empenho crescente na procurar pela elaboração de ferramentas analíticas, que possibilitem compreender as diferenciações existentes na distribuição de poder, onde as mulheres são posicionadas de forma desigual e ínfima, em relação aos homens.

Todavia, um diferencial que se destaca é que compreender estas relações de poder não é suficiente, baseado neste conhecimento, a luta centra-se nas possibilidades de modificar esta realidade dissonante.

Neste processo de construção histórica, cultural e social, situam-se os debates sobre os conceitos de interseccionalidade e categorias articuladas. Conforme Piscitelli (2008), Brah propõe a diferença como categoria analítica, a partir do exame das diferentes e distintos discursos sobre como estas diferenças se estabelecendo, como são reproduzidos, refutados e resignificados.

Destarte, a autora considera a diferença enquanto experiência, enquanto relação social, levando em conta para tal, a subjetividade e a identidade, elaboradas e reelaboradas, a partir da vivência contingenciada. De outro modo, com mais clareza, nas palavras da própria Brah, podemos melhor compreender sua proposta:

O conceito de “diferença como relação social” se refere à maneira como a diferença é constituída e organizada em relações sistemáticas através de discursos econômicos, culturais e políticos e práticas institucionais. Isso quer dizer que destaca a sistematicidade através das contingências. Um grupo geralmente mobiliza o conceito de diferença neste sentido quando trata das genealogias históricas de sua experiência coletiva. (BRAH, 2006, p. 362)

Este entendimento de Brah, sobre a diferença abordada a partir de categorias articuladas, foi importante na construção do meu projeto de pesquisa de doutorado, em especial no que se refere à construção do processo metodológico.

No referido projeto, analisei a relação entre a tensão campo-cidade e os processos identitários construídos pelos jovens do campo, e como estes (tensão e processos identitários) repercutem nos projetos de vida dos mesmos. Para tanto, o desenho metodológico foi construído a partir da articulação multifatorial entre as categorias de etnia, gênero e outros aspectos advindos dos processos migratórios, dos quais a maioria dos jovens do campo, em Roraima, está marcada histórica e socioculturalmente.

A partir da interdependência entre estes fatores, possibilitou uma maior aproximação sobre aspectos componentes dos processos de construção identitária dos jovens investigados, em consonância com o entendimento de Brah, que segue:

A diferença como relação social pode ser entendida como as trajetórias históricas e contemporâneas das circunstâncias materiais e práticas culturais que produzem as condições para a construção das identidades de grupo. (BRAH, 2006, p. 363)

Concluindo poeticamente, esperando sobre o futuro, apresentamos o/a leitor/leitora com uma poesia de uma mulher, mãe, professora, militante de causas sociais, como todas nós, um ser humano em busca no entremeado das tramas e poderes, se perceber e reconhecer em seu valor e significância.

Autorretrato

Por Eli Macuxi

Meu ser é o Olimpo
onde reino em seis facetas
numa dança divinal.

Sou Demeter, a mãe
que alimenta em entrega sem igual,
e Artemis, que livre e atenta
me mantém no yoga e
ao meu corpo movimenta.

Sou Atena,
orgulhosa do meu estudo e, no meio da liça
me junta aos que berram e lutam por justiça.
Sou Hera, que sábia e paciente,
se impõe na partilha do poder
sendo essa, que não cala, nem consente.
Sou Afrodite também,
a beleza da poesia corre em minhas veias
e a partilha amorosa é um dos meus grandes intentos.

Não crês?

Vem dessa dança a plenitude que flui em meus pensamentos
e irradia no sorriso e no brilho dos olhos, que ora vês.

Sou ainda e mais que todas, Perséfone,
estive já do outro lado do Estige,
conheço o interior das sombras que podem cobrir os atos

quando não sabemos lidar com a luz que em nós existe
e quando por vezes, insistimos em cegar.

O Olimpo sou eu e em mim se manifestam
milhares de mulheres
professoras e profetas,
donas de casa, concubinas e atletas
freiras, bruxas, putas, analfabetas
numa dança divinal que reconheço em cada irmã.

Há no meu corpo, no meu rosto
a consciência de milhares de outras mulheres
tão lindas e tão fortes quanto eu
conscientes de si, de cada poro, cada sinal
cada fio branco que lhes adorna a fronte.
E para as mulheres que se reconhecem
do alto do Olimpo que elas são,
não haverá Tártaro, nem Tânatos,
nem Hades, nem Caronte.

<http://elimacuxi.blogspot.com/>

Referências

ADICHIE, Chimamanda N. **Para educar crianças feministas:** um manifesto. Tradução Denise Bottmann. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

ADICHIE, Chimamanda N. **Sejamos todos feministas.** Tradução Christina Baum. 9 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O perigo de uma história única. Transcrição da Palestra proferida no TED-Ciclo de Palestras, 2010. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B95g_fjXEVuZOHrtYtZldnhQUjg/view Acesso em: 21/09/2016.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*. v. 26, 2006, pp. 329-376.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

ELIMACUXI. Autorretrato. **Elimacuxi, poesia pura**. Boa Vista. 12 setembro 2019. Disponível em: <http://elimacuxi.blogspot.com/>

FURLANI, Lúcia Maria Teixeira. **Caderno de Croquis de Pagu e Outros Momentos Felizes que foram Devorados Reunidos**. Santos: Editoras UNISANTA e Cortez, 2004.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados. *Cadernos Pagu*, v. 5, 1995, p. 0-41.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da violência 2019**. RJ: Ed. IPEA, 2019.

McKLINTOCK, Anne. **Anne McClintock's Home**. Madison-WI. 2010. (Acesso 11 out. 2013). Disponível em: <http://www.english.wisc.edu/amclintock/>

McKLINTOCK, Anne. **Imperial leather**, Race, gender and sexuality in the colonial contest. Routledge, 1995.

MOHANTY, Chandra Talpade. Bajo los ojos de Occidente: academia feminista y discursos coloniales. In: **Descolonizando el feminismo**. NAVAZ, Liliana Suárez, CASTILLO, Rosalva Aída Hernandez. Valencia, España, Instituto de la mujer, Ediciones

Cátedra: Universidad de Valencia, 2008.

PINHEIRO, Luana et al. **Texto para discussão** / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. - Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2019

PISCITELLI, Adriana. **Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras.** *Sociedade e Cultura*, v. 11, n. 2, p. 263-274, jul/dez, 2008.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

REFLEXÕES SOBRE LITERATURAS ESTRANGEIRAS DE AUTORIA FEMININA COMO OBJETO DE ESTUDO EM PÓS-GRADUAÇÃO.

José Veranildo Lopes da Costa Junior
Professor da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
jveranildo@hotmail.com

Josilene Pinheiro-Mariz
Professora da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)
jsmariz22@hotmail.com



Introdução

Com numerosas contribuições para os estudos literários e também conhecido por estabelecer profícuas relações entre literatura e sociedade, Antonio Candido (1918-2017), em um dos seus mais importantes ensaios, intitulado *O direito à literatura*, debate as conexões entre literatura e direitos humanos. Para ele, esta problematização é importante “porque pensar em direitos humanos tem um pressuposto: reconhecer que aquilo que consideramos indispensável para nós é também indispensável para o próximo” (CANDIDO, 2011, p. 174).

Nesta seara, o professor sustenta que, no plano da racionalidade humana, é consenso pontuar que casa, comida e saúde, por exemplo, são alguns desses bens considerados fundamentais, sem os quais ninguém poderia viver. No mesmo ensaio, questiona se a sociedade abastada também pensa “que o seu semelhante pobre teria direito a ler Dostoievski ou ouvir os quartetos de Beethoven? Apesar das boas intenções no outro setor, talvez isto não lhes passe pela cabeça” (CANDIDO, 2011, p. 174). Muito embora esses estudos sejam basilares para se pensar o direito à literatura, cabe destacar que a ausência de mulheres dentre os clássicos citados no ensaio é reveladora, confirmando assim, os dados de pesquisa de Regina Dalcastagnè (2012).

De fronteiras continentais, o Brasil é considerado um dos países mais desiguais do mundo. Segundo dados do relatório internacional *O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo* (2018)³¹, elaborado pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), somente no nosso país, cerca

31 Fonte: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/brasileiros-fome/> Acesso em 08 de junho de 2020.

de 5,2 milhões de pessoas passam fome. Apesar de que os dados assustem e os indicadores recentes apontem que o país do carnaval caminha em direção ao mapa mundial da fome, um único juiz da 6ª Vara de Sinop (MT), recebeu em julho de 2017 a remuneração de 503.928,79 reais³².

Entretanto, a catastrófica distribuição de renda no nosso Brasil não é o único traço que aprofunda a assimetria social e revela um abismo entre pobres e ricos. A desigualdade de gênero é outro problema que atinge não somente as famílias brasileiras, mas toda a sociedade. Como se não bastasse o fato de as mulheres brasileiras acumularem uma jornada dupla, chegando a trabalhar mais de 3 horas semanalmente em relação aos homens³³, elas também figuram em uma alarmante porcentagem: o Brasil chega a registrar um feminicídio a cada sete horas³⁴, o que revela um retrato da fragilidade de políticas sociais para as famílias, garantindo creches para os pequenos e, por consequência, uma melhor condição de trabalho para a dona de casa que é também trabalhadora.

Esses dados indigestos parecem ser capazes de produzir uma fotografia do Brasil: trata-se de um país profundamente desigual em relação à economia e à distribuição de renda; e, também revela a aterradora face de um lugar que, desde os idos de 1500, com o início da colonização, alicerçou-se sobre uma cultura

32 Fonte: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2017/08/19/como-um-juiz-do-mt-conseguiu-uma-remuneracao-de-r-503-mil-em-um-mes.htm> Acesso em 08 de junho de 2020.

33 Fonte: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/04/26/dupla-jornada-faz-mulheres-trabalharem-31-horas-a-mais-que-homens.ghtml> Acesso em 08 de junho de 2020.

34 Fonte: <https://catracalivre.com.br/cidadania/brasil-registra-um-caso-de-feminicidio-a-cada-7-horas/> Acesso em 08 de junho de 2020.

assustadoramente patriarcal, tendo a violência de gênero como um dos principais mecanismos de controle dos corpos femininos.

Se por um lado vivemos um panorama nacional de negação dos direitos humanos em uma sociedade sexista e preconceituosa, por outro, temos a literatura como um potente veículo de denúncia à violência de gênero, capaz de contar histórias de dores, mas também de resistência feminina ao patriarcado e à sociedade machista, revelando, portanto, as “sobrevivências”, como narra a escritora sul-africana Futhi Ntshingila e as “escrevivências”, no dizer da brasileira Conceição Evaristo. Nesse viés, a literatura também assume uma função fundamental: a de possibilitar uma reflexão sobre o mundo em que vivemos, uma vez que através da experiência do outro, podemos avaliar e transformar o nosso comportamento em sociedade mediante os processos de identidade e alteridade decorrentes da leitura literária.

Considerando uma perspectiva teórico-metodológica que associa o desvendar da experiência literária ao ensino de línguas estrangeiras, neste capítulo, destacamos a presença feminina na pesquisa acadêmica, caminhando em sentido oposto ao fato de que, historicamente, as autoras são menos publicadas, menos lidas e também menos estudadas na academia (DALCASTAGNÈ, 2012). Com o objetivo de fazer essa demonstração, apresentaremos um panorama das dissertações defendidas em um único Programa de Pós-Graduação de uma universidade brasileira.

É importante, portanto, colocar em relevo a conjuntura da universidade pública, federal e do Nordeste, pois esses marcadores dão destaque ao fato de estarmos constantemente repensando práticas tradicionalmente estabelecidas que dão

voz ao grande autor, enquanto a autora tem, de fato, menor visibilidade. Assim, identificamos no Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Ensino da Universidade Federal de Campina Grande, até por uma questão empírica, dissertações de mestrado que se debruçam sobre o ensino de literaturas em contexto de línguas estrangeiras, tendo como corpora das referidas pesquisas, obras de autoras de países de língua francesa, inglesa e espanhola.

Ao delimitar o nosso objeto de estudo, analisaremos as contribuições de tais dissertações que têm como proposta levar a literatura de autoria feminina para o contexto de ensino de línguas estrangeiras modernas (francês, inglês e espanhol), com vistas a contribuir com a formação de um ambiente de ensino intercultural, que dialogue com as problemáticas que emergem do mundo do tempo presente a partir do ensino-aprendizagem de idiomas estrangeiros.

1. Literatura e Ensino de Línguas Estrangeiras: Um Diálogo Necessário.

O ensino de línguas estrangeiras na educação pública brasileira sempre se apresentou como um dos grandes desafios da área dos estudos da linguagem. Muito provavelmente porque apenas nos últimos 30 anos, especialistas da linguística aplicada passaram a dar maior evidência a esses estudos (ALMEIDA-FILHO, 2015). Por certo, há muitas razões que dificultam uma efetiva aprendizagem de idiomas estrangeiros na escola básica como, por exemplo, a baixa carga-horária dessas disciplinas, a fragilidade do material didático apropriado, haja vista serem materiais feitos

para públicos em massa, a pouca capacidade do espaço da sala de aula para atender um grande público, a ausência de uma formação específica e contínua para boa parte dos professores de idiomas estrangeiros e ainda o letramento dos aprendizes de língua materna abaixo do expectável, entre outros fatores.

Entretanto, mesmo com tantos desafios, há incontáveis experiências metodológicas desenvolvidas nos mais diversos espaços de ensino de línguas – estrangeiras, adicionais, de herança, segunda língua, de acolhimento, etc.-, do país, que comprovam a importância de estudar outros idiomas, bem como a essencialidade da presença de literaturas em línguas estrangeiras na escola, como elemento que contribui para a expansão educacional do aprendiz e também como forma de contribuir para o desenvolvimento leitor, humano e cidadão dos nossos aprendizes.

Assim, a educação literária tem gerado interesse de pesquisa de estudantes, professores e pesquisadores oriundos de diversos Programas de Pós-Graduação no Brasil, os quais possuem dissertações e teses defendidas sobre a abordagem do texto literário nas aulas de línguas estrangeiras a partir de uma perspectiva crítica e reflexiva, abandonando um paradigma tradicional que, historicamente, concedeu à literatura um espaço secundário no ensino de idiomas, como um pretexto para a aprendizagem de estruturas gramaticais (NASCIMENTO; TROUCHE, 2006).

Dentre os trabalhos que se destacam na área, temos as teses de doutoramento de Josilene Pinheiro-Mariz (2008), intitulada *O texto literário em aula de Francês como Língua Estrangeira* e de Elisabetta Santoro (2007), *A indissociabilidade entre o ensino de língua e de literatura: uma proposta para o ensino do Italiano como Língua Estrangeira*; e, mais recentemente, a dissertação de

Elaine Rodrigues Reis Lobato (2017), *Literatura Infanto-juvenil no ensino de Alemão como Língua Estrangeira: uma proposta para o contexto universitário*, cujas pesquisas foram desenvolvidas na Universidade de São Paulo.

Na Universidade do Extremo Sul Catarinense, Daniela dos Santos Salazar (2015) elaborou a dissertação *Textos literários presentes no livro didático It Fits: as contribuições da literatura para o ensino da Língua Inglesa à luz da perspectiva dialógica de Bakhtin*. Na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Orfa Noemí Gamboa Padilla (2010) concluiu a pesquisa de mestrado que tem por título *O texto literário no ensino de Espanhol como Língua Estrangeira: experiências com a poesia de César Vallejo*.

Os cinco exemplos citados, bem como várias outras pesquisas em universidades brasileiras comprovam que existe um conjunto de investigações desenvolvidas em nosso país que têm como objeto de estudo a abordagem da literatura nas aulas de línguas estrangeiras. O Francês, o Italiano, o Alemão, o Inglês e o Espanhol são os idiomas que contextualizam as experiências teórico-metodológicas vinculadas aos trabalhos de tese e de dissertação mencionados até aqui.

A diversidade de línguas também mostra que a educação brasileira é um espaço plurilíngue para o ensino-aprendizagem dos mais diversos idiomas estrangeiros, o que corrobora o fato de que precisamos sempre repensar a nossa prática docente e pensar em uma educação para a diversidade linguística e não para o monolinguismo. Tal procedimento implica em ir à contramão de um dos principais documentos parametrizadores da educação nacional, a *Base Nacional Comum Curricular*, que prevê unicamente o ensino da língua inglesa para a formação completa e intercultural

do jovem da educação básica (BNCC, 2018), contrariando os documentos anteriores que orientavam a respeito de uma língua estrangeira obrigatória e outra optativa, tais como *Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCN, 1998) e *Orientações curriculares para o ensino médio* (OCEM, 2006). Como se pode promover uma educação na sua complexidade e completude a partir de uma única língua estrangeira nas nossas escolas?

Além de ponderar sobre o lugar da literatura na formação em uma perspectiva que vá para além do monolinguismo, neste capítulo, filiamo-nos a uma perspectiva de ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras que entende o texto literário como uma significativa ferramenta de ensino, que propicia a reflexão crítica sobre as subjetividades do mundo em que vivemos, desaguando na formação leitora, na criticidade, na interculturalidade, na fruição da leitura literária, e também na aprendizagem da língua de maneira contextualizada.

Por essa ótica, torna-se importante retomar a história das metodologias para o ensino de línguas no mundo ocidental, a fim de melhor compreendermos a articulação entre literatura e ensino de idiomas. Não se pode afirmar que a presença do texto literário, quando se trata da sala de aula de línguas estrangeiras é algo, por assim dizer, novo. A abordagem do texto literário, neste contexto, remonta ao conhecido método gramática-tradução que funcionava da seguinte forma:

O enfoque do ensino e da aprendizagem girava em torno da tradução e da versão de textos em língua estrangeiras, já que o método era utilizado para auxiliar os alunos na leitura destes textos em língua estrangeira. Tais textos literários eram considerados de nível superior por contribuírem

com o conhecimento sobre a cultura da língua estrangeira, aqui vista somente com o estudo das artes em geral. O referencial de sucesso na aprendizagem da língua estrangeira era a habilidade de traduzir de uma língua para outra, o que poderia ser obtido pela tradução literal e pela busca das similaridades entre a primeira e a segunda língua (JALIL; PROCAILO, 2009, p. 775).

Na referida metodologia, as línguas clássicas (Grego e Latim) eram ensinadas a partir do suporte do texto literário e da sua tradução para a língua-alvo. Tinha-se, nesse momento, a perspectiva que aprender uma língua por meio da literatura implicava em um ato de imensurável valor, voltado para as grandes elites culturais e econômicas; logo, estava-se diante de uma formação elitizada que, de certa forma, reflete-se até os dias de hoje, uma vez que para muitos, a literatura continua sendo algo inacessível e incompreensível.

Contudo, mesmo sabendo que os textos literários estão presentes nas metodologias e nos métodos (e materiais didáticos) para o ensino desde os seus primórdios, há ainda pesquisadores que negam o valor da literatura para o ensino, quando tentam reforçar uma crença ao afirmarem que as aulas dos idiomas estrangeiros, devem centrar-se exclusivamente nos gêneros textuais; pois, segundo eles, se ninguém se comunica através de um poema, não seria necessário abordar a literatura na aula de línguas, deixando-a para o domínio dos programas escolares das aulas de literatura. Outros pesquisadores entendem que o texto literário não deve se associar ao ensino, pois o literário carrega um *status quo* que deve permanecer reservado às grandes elites culturais, como filósofos, críticos literários, antropólogos, etc.

Em posição oposta:

Aprende-se a língua estrangeira e aprende-se a “ler” literatura, a perceber como funcionamos textos literários e, a partir deles, todos os outros textos, porque a “apropriação” da língua estrangeira acontece simultaneamente à conscientização dos mecanismos por meio dos quais se realiza a produção de sentidos e à reflexão sobre eles. Isso é indispensável quando se pensa no ensino de uma língua estrangeira, que – longe de reduzir-se à correção gramatical – se realiza e se completa quando, entre outras coisas, a língua é observada “em uso”, para que se possa refletir sobre os elementos que a constituem e entender, nos textos e nos discursos, como eles significam. (SANTORO, 2007, p. 27).

Nesse sentido, estamos convictos que não se deve, no contexto de ensino de línguas, criar uma divisão entre língua e literatura que resulte no ofuscamento do texto literário das nossas práticas de ensino, pois o ensino de língua e de literatura são, para utilizar uma expressão popular, faces da mesma moeda. A este respeito, ressaltamos a perspectiva defendida por Pinheiro-Mariz:

Sabe-se que a grande importância de se estudar uma língua estrangeira (LE) reside principalmente no fato de ela ampliar, para além das fronteiras culturais e da visão de mundo, as possibilidades na vida contemporânea, no mercado de trabalho, por exemplo. Esse estudo está ligado a algo essencial na vida: propicia a descoberta de si e do outro. Por isso, estudar uma LE é um exercício de alteridade, é trilhar caminhos até então desconhecidos, é, portanto, a aventura de tornar-se outro (PINHEIRO-MARIZ, 2008, p. 17).

O diálogo entre língua e literatura na escola básica deve centrar-se na descoberta de si e do outro, como mencionado acima, no intuito de, a partir da leitura literária, incentivarmos a reflexão crítica e reflexiva dos nossos alunos. Tratando especificamente da formação de professores de línguas no contexto do estágio supervisionado, Guimarães (2012) também contribui com o debate, com as seguintes palavras:

Ensinar a ensinar literatura não ocorre apenas quando se orienta academicamente os alunos, quando se lê com eles, mas também quando se valoriza sua formação, seu modo de ler, de ver e de estar no mundo. Ensinar a ensinar literatura significa comparar leituras, articular a relação dos alunos-estagiários com a escola de educação básica, oferecer a eles a oportunidade de criar novas leituras, novos textos. Cuidar para a ampliação de referências culturais e estéticas. Para isso é preciso fazer das aulas de literatura um espaço de formação do leitor e de formação do professor de literatura. (GUIMARÃES, 2012, p. 287).

Em outros termos, gostaríamos de enfatizar, nesta seção, a ideia central de que o diálogo entre língua e literatura se materializa quando o professor pavimenta a formação leitora dos seus estudantes. Esse exercício de fruição literária não se realiza, atualmente, considerando questões gramaticais e ortográficas, mas se atinge quando o professor transforma a aula de línguas em um espaço de formação leitora crítica, a partir da visão, das experiências e das expectativas de vida dos próprios alunos.

Desse modo, não haveria razão para o texto literário não ter um espaço reservado nas aulas de línguas estrangeiras. Entre as

críticas daqueles que não entendem as contribuições da literatura para a formação cidadã de estudantes que se dedicam a estudar idiomas e culturas estrangeiras, o linguista russo traz a seguinte discussão: “se existem críticos que ainda duvidam da competência da linguística para abarcar o campo da poética, tenho para mim que a incompetência poética de alguns linguistas tenha sido tomada por uma incapacidade da própria ciência linguística” (JAKOBSON, 1960, p.162).

2. Literatura de Autoria Feminina No Ppgle da UFCG

A partir do momento em que Regina Dalcastagné (2012) apresentou um importante estudo sobre a narrativa brasileira contemporânea, afirmando que esta é um “território contestado” e, sustentando que existe uma disputa de poder entre quem pode ocupar a cena literária e quem deve aceitar transitar por um espaço de apagamento, muitas pesquisas começaram a problematizar a ausência de personagens menores³⁵ na literatura nacional. Nesta sociedade patriarcal e, considerando que por aqui os escritores homens sempre ocuparam o *establishment* da literatura brasileira, as mulheres, com raras exceções, acabaram transitando por um espaço secundário e desvalorizado na produção cultural. Sobre este contexto, a pesquisadora citada chama a atenção:

Por isso é preciso dizer, em primeiro lugar, que o campo literário brasileiro ainda é extremamente homogêneo [...] Basta observar quem são os

³⁵ Ao mencionar o termo ‘personagem menores’, aproximamos a referida expressão da concepção de ‘literatura menor’ defendida pelos filósofos franceses Gilles Deleuze e Félix Guattari, em “**Kafka**: por uma literatura menor” (2014).

autores que estão contemplados em vários dos itens citados, como são parecidos entre si, como pertencem a uma mesma classe social, quando não tem as mesmas profissões, vivem nas mesmas cidades, tem a mesma cor, o mesmo sexo (DALCASTAGNÉ, 2012 p. 14).

São muitas as pesquisas que mostram a homogeneidade do campo literário brasileiro. Com vistas a analisar esta argumentação, poderíamos realizar o seguinte exercício de reflexão: i- quantas autoras mulheres foram lidas por nós no último semestre? ii- quantas escritoras mulheres foram aclamadas pela crítica literária em razão da sua produção literária? iii- é recorrente lermos mulheres “periféricas”? as negras, indígenas, imigrantes, africanas? Certamente, para um leitor não profissional/acadêmico, as respostas para tais perguntas são negativas.

Entretanto, o fato de não lermos literatura não significa que as mulheres não tenham se dedicado à escritura literária. Em 1859 [2004], por exemplo, Maria Firmina dos Reis, conhecida como a primeira romancista negra brasileira, publicava o romance *Úrsula*. A escritora maranhense demorou a ser reconhecida pela grande crítica branca e burguesa, embora tenha produzido uma obra caracterizada pela riqueza narrativa. Ressalte-se que até nos finais dos anos de 1990, essa escritora e professora de ensino básico também não era reconhecida como mulher negra, o que veio ser enfatizado apenas nos últimos anos, como um símbolo de conquistas sociais alcançadas no início do século XXI. Nos últimos anos, em razão de um interesse de jovens pesquisadores em se dedicarem à dita literatura menor (DELEUZE; GUATTARI, 2014), autoras como Maria Firmina dos Reis, Conceição Evaristo e Carolina Maria de Jesus começaram a figurar na cena literária

nacional. Sobre este contexto, concordamos com Zolin:

A considerável produção literária de autoria feminina dada a público à medida que o feminismo foi conferindo à mulher o direito de falar, parece surgir imbuída de “contaminar” os esquemas representacionais do ocidente, construídos a partir da centralidade de um único sujeito (homem, branco, bem situado socialmente), com outros olhares, estrategicamente posicionados a partir de outras perspectivas (ZOLIN, 2010, p. 185).

Nesse sentido, se a literatura constitui-se em um espaço de representação e empoderamento feminino através da possibilidade de falar e de se fazer representar; conseqüentemente, avaliamos importante inserir as literaturas de autoria feminina, nas mais diversas línguas, na sala de aula da educação básica, para cumprir com o chamado direito à literatura (CANDIDO, 2011), mas também como forma de contribuir com a reflexão sobre o mundo em que vivemos e, em especial, debater o quanto uma sociedade ancorada no patriarcado invisibiliza as mulheres no que concerne à participação delas na vida pública, cultural e literária.

Por esta via de pensamento, recordamos o fato de que diversos Programas de Pós-Graduação têm se dedicado ao trabalho com a literatura em sala de aula. No caso particular do PPG em Linguagem e Ensino (PPGLE) da Universidade Federal de Campina Grande³⁶, desde a sua fundação, todo o interesse de pesquisa do PPGLE se concentrava na grande área de ensino de

³⁶ Para conhecer a história do PPGLE da UFCG, consultar: ARAÚJO, D. L.; COSTA, M. A. M.; SILVA, W. M (org.). **Caminhos do Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Ensino**: identidade, estudos e formação de pesquisadores. Campina Grande: EDUFCG, 2019.

língua e literatura (AMORIM, 2019).

Criado, inicialmente, a partir da área de concentração em Ensino-aprendizagem de línguas e literatura, com três linhas de pesquisa intituladas *Linguagem e interação em contexto de ensino*, *Literatura e ensino* e *Ensino de línguas estrangeiras*, ao longo dos últimos anos, diversas pesquisas sobre ensino de literatura foram defendidas no PPGLE/UFCG, inclusive, em contexto de línguas estrangeiras. A seguir, apresentamos uma análise sobre as dissertações que têm por objeto de estudo o ensino de literaturas em línguas estrangeiras no referido Programa de Pós-Graduação:

Assim, as pesquisas ligadas às literaturas estrangeiras no âmbito do ensino de línguas/culturas estrangeiras (LE e L2) buscaram investigar a obra literária enquanto fenômeno que propicia diálogos transterritoriais e interculturais. Um aspecto que merece destaque é que a obra literária é estudada assumindo-se também o não cânone; daí, portanto, as dissertações terem como objeto de estudo, obras literárias em suas diversas materializações/linguagens, tais como cinema, quadrinhos, canção, apenas para citar algumas. Levando em consideração esse contexto, os estudos nesse campo priorizaram a análise da produção de escritoras contemporâneas (COSTA; PINHEIRO-MARIZ, 2019, p. 143).

Tendo em vista o exposto, e considerando os estudos desenvolvidos no PPGLE da UFCG, na linha de pesquisa *Ensino de línguas estrangeiras*, notamos uma significativa ampliação da área quando uma docente de língua francesa, credenciada ao Programa em 2008, chegou a orientar, até 2019, 16 dissertações que tratam exclusivamente do ensino de literaturas em idiomas

estrangeiros (francês, inglês e espanhol). Registra-se também a defesa de uma dissertação orientada por uma docente de língua inglesa que atualmente não faz mais parte do programa. Entre o período 2006-2019, recuperamos os títulos e a autoria das pesquisas defendidas³⁷ no quadro abaixo:

Quadro 01: Panorama de dissertações defendidas no PPGLE da UFCG.

Ano	Título da dissertação	Autoria
2010	Leitura literária em aula de Francês Língua Estrangeira: a tradução como um caminho possível.	Kelly da Silva Melo Araújo
2011	A canção francófona como gênero didatizado na promoção de trocas interculturais.	Maria Dalva Sarrinho
2013	A abordagem do intercultural em atividades com textos literários nos livros didáticos de FLE.	Divaneide Cruz Rocha Luna
2014	O diálogo entre o ensino de Literatura Inglesa e o cinema: método e recepção.	Magnólia de Negreiros Cruz
2014	O texto literário em aulas de Língua Espanhola em contexto universitário.	Isolda Alexandrina Silva Beserra
2014	Cinema e literatura: a adaptação fílmica como suporte à leitura literária em contexto de ensino do Francês como Língua Estrangeira.	Nyeberth Emanuel Pereira dos Santos
2015	Diversidade linguística em textos literários de livros didáticos de espanhol.	Bruno Rafael Costa Venâncio da Silva
2016	Recortes da memória em <i>El corazón de los pájaros</i> , de Elsa López: caminhos para o ensino das literaturas hispano-africanas em aulas de ELE.	Flávia Pompeu Alves
2016	<i>El amor en los tiempos del cólera</i> : romance e cinema formando leitores literários em aulas de língua espanhola.	Júlio César Vasconcelos Viana

³⁷ Trata-se apenas das pesquisas de literatura e ensino em contexto de línguas estrangeiras. Os trabalhos sobre ensino de literatura brasileira não fazem parte do nosso levantamento.

2016	Intercompreensão de Línguas Românicas através de documentos audiovisuais: uma proposta metodológica para o ensino de Línguas Estrangeiras	José Ribamar Carolino Bezerra
2017	Lembrar para não esquecer: memória, história e ficção em aula de língua espanhola.	José Veranildo Lopes da Costa Junior
2017	Intercompreensão de línguas românicas e literatura na educação de jovens e adultos para a formação humana.	Josimar Alves da Silva
2017	<i>Lamour, la fantasia</i> , de Assia Djebar: a literatura em aula de FLE como lugar de resistência humana.	Maria Rennally Soares da Silva
2017	Americanah: a literatura africana no ensino de inglês como língua estrangeira.	Paula de Sousa Costa
2018	<i>El tiempo entre costuras</i> sob uma perspectiva histórica, ficcional e intercultural em aulas de Espanhol como Língua Estrangeira.	Thales Lamonier Guedes Campos
2018	Canções em português, francês e espanhol e a intercompreensão na África: proposta plurilíngue para o ensino da língua inglesa	Thaíse Jordania Porto dos Santos
2019	O genocídio na narrativa <i>Le livre d'Élise</i> : literatura, memória e história no ensino de Francês como Língua Estrangeira.	Jéssica Rodrigues Florêncio

Fonte: Elaborado pelos autores, de acordo com informações disponíveis no site do PPGLE da UFCG.

Do conjunto de dissertações citadas acima, as línguas estrangeiras estão representadas da seguinte forma: 06 dissertações tratam do ensino de Francês; 06 dissertações se inscrevem no contexto de ensino de Espanhol; 02 dissertações abordam a sala de aula de Inglês e 03 dissertações trabalham com Intercompreensão de Línguas Românicas, especificamente, Inglês, Italiano, Francês e Espanhol.

Em relação à autoria feminina, o PPGLE da UFCG registra a dissertação de Alves (2016) que propõe atividades de ensino

a partir da obra *El corazón de los pájaros*, da escritora guinéu-equatoriana Elza López; o trabalho de Silva (2017) que leva para a sala de aula de Francês o romance *L'´amour*, la fantasia, de Assia Djebar, nascida na Argélia, a pesquisa de Costa (2017) que problematiza o romance *Americanah*, da escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie na aula de Inglês; a dissertação de Campos (2018) que analisa as potencialidades didáticas da obra *El tiempo entre costuras* da escritora espanhola Maria Dueñas, a pesquisa de Santos (2018) que dá enfoque à importância de uma formação plurilingue para o professor de língua inglesa, a partir de poemas-canções de mulheres africanas de: Cabo Verde, África do Sul, Benin e Ilhas Canárias e a pesquisa de Florêncio (2019) que se centra no ensino de Francês a partir da narrativa *Le Livre d'Élise*, da ruandesa Élise Musomandera.

A seguir, considerando as dissertações mencionadas no parágrafo anterior, apresentamos uma análise, à vol d'oiseau, sobre esses estudos. Tais dissertações trazem textos literários escritos por mulheres. Em relação à nacionalidade, 04 delas são africanas (Guiné-Equatorial, Argélia, Nigéria e Ruanda) e 01 escritora é europeia (Espanha). Há também a pesquisa de Santos (2018) que traz uma coleção de textos (canções) africanos de autoria diversa. No que diz respeito ao espaço geográfico da narrativa, as 06 pesquisas remetem ao contexto africano, inclusive o romance escrito pela autora europeia.

Outro ponto interessante que vale a pena destacar é a relação entre ficção e memória destacadas no enredo dos romances citados. A narrativa de Elza López mostra uma Guiné Equatorial colônia da Espanha (ALVES, 2016). A obra de Assia Djebar é perpassada por um conflito vivido pela escritora, “sendo

uma historiadora árabe e conhecendo toda a opressão vivida pelo povo argelino com relação aos colonizadores francêss, a sua língua de escrita era a mesma do colonizador” (SILVA, 2017, p. 40). O romance *Americanah* conta “como é a vida de um imigrante, principalmente negro, nos Estados Unidos” (COSTA, 2017, p. 51). O Marrocos espanhol é tratado no romance de Maria Dueñas, cuja característica é a “habilidade da romancista em incorporar dados históricos ao enredo, através da ficção” (CAMPOS, 2018, p. 36). Em uma perspectiva pluricultural e feminista da África, na visão de Santos (2018, p. 63), “[...] as cantoras se tornaram grandes nomes na África não apenas pelas suas carreiras artísticas brilhantes, mas, sobretudo, por terem contribuído de alguma forma para a independência feminina e para o desenvolvimento daquele continente”. Já o romance de Élise Musomandera, segundo Florêncio (2019, p. 65) conta “o que a autora e outros passaram durante e após o genocídio dos tutsis, que aconteceu em Ruanda, entre 6 de abril e 4 de julho de 1994, deixando mais de 800 mil mortos”.

Portanto, avaliamos que os estudos de Alves (2016), Silva (2017), Costa (2017), Campos (2018), Santos (2018) e Florêncio (2019) sintetizam o carácter interdisciplinar que uma aula de Língua Estrangeira pode propiciar. As obras abordadas por cada um desses pesquisadores estabelecem diálogos entre literatura, cultura, geografia e história. Desse modo, quando o estudante, em qualquer que seja a aula de língua estrangeira, se depara com a leitura literária, ele não aprenderá apenas o código linguístico, mas será capaz de perceber que através da linguagem literária podemos reconstruir a nossa própria história e conhecer a conjuntura social dos territórios por onde transitamos.

3. Conclusões

Este capítulo é resultado de um levantamento realizado na nossa pesquisa de Pós-doutorado, intitulada: *Construindo uma história: análise de dissertações defendidas na área de Ensino de literaturas estrangeiras no PPGLE da UFCG (2006-2019)*, cujo objetivo é realizar ponderações a respeito de um conjunto de dissertações defendidas, no programa em questão, acerca do ensino de literaturas no âmbito da sala de aula de línguas estrangeiras (francês, inglês e espanhol, notadamente).

Nesse sentido, no primeiro momento deste capítulo, discutimos o diálogo entre literatura e ensino de línguas estrangeiras, filiando-nos a uma linha teórico-metodológica que sustenta que a abordagem do texto literário pode transformar a aula de idiomas estrangeiros em um espaço de discussões interdisciplinares e interculturais, o que pode ser comprovado pela análise dos dados dessa pesquisa. Destacamos também que outros resultados de pesquisas têm ratificado a importância de uma formação em Letras que promova um diálogo entre esses dois pilares de nosso domínio de estudos: a língua e a literatura.

No segundo momento, apresentamos parte do levantamento acerca das dissertações defendidas no PPGLE da UFCG que tratam especificamente do ensino de literaturas em contexto de línguas estrangeiras. Neste recorte, demos ênfase às dissertações que se debruçam sobre essa relação intrínseca na formação de professores de línguas, esperando que esse procedimento seja, de alguma forma, reverberado no fazer docente dos estudiosos autores das pesquisas e do público participante de tais pesquisas.

As análises comprovam que, dentre um universo de 17 dissertações, 06 delas se debruçam sobre a escrita literária de autoras mulheres. Como desdobramento, 05 das narrativas que compuseram os estudos em questão, no caso dos romances, apresentam, para o leitor, problemáticas oriundas das africanidades, interlaçando literatura, história e geografia, o que também é revelado na pesquisa que tem as vozes de cantoras de África.

Por fim, avaliamos que as dissertações permitem uma relação mais estreita dos laços entre a literatura, o ensino de línguas e outras ciências humanas, como a história, sociologia e a geografia, de modo que aprender um idioma estrangeiro não signifique conhecer exclusivamente o código linguístico, mas que implique em possibilitar ao aprendiz contato com a cultura e a história de um povo.

Referências

ALMEIDA-FILHO, A página omissa: contribuições para uma história do ensino de línguas no Brasil. **Rev. EntreLínguas**, Araraquara, v.1, n.2, p.195-202, jul./dez. 2015 2015.

AMORIM, J. E. POSLE: nosso mestrado. *In*: ARAÚJO, D. L; COSTA, M. A. M; SILVA, W. M (org.). **Caminhos do Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Ensino**: identidade, estudos e formação de pesquisadores. Campina Grande: EDUFCEG, 2019, p.19-26.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica. 2018.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de educação básica. **Orientações curriculares para o ensino médio; volume 1. Brasília:** MEC/SEB. (Linguagens: códigos e suas tecnologias). 2006.

BRASIL/MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais** – Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CANDIDO, A. **Vários escritos**. Ouro sobre azul: Rio de Janeiro, 2011.

COSTA, M. A. M; PINHEIRO-MARIZ, J. Sobre o ensino de línguas estrangeiras no âmbito da Pós-Graduação em Linguagem e Ensino. In: ARAÚJO, D. L; COSTA, M. A. M; SILVA, W. M (org.). **Caminhos do Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Ensino:** identidade, estudos e formação de pesquisadores. Campina Grande: EDUFPG, 2019, p. 137-158.

DALCASTAGNÈ, R. **Literatura brasileira contemporânea:** um território contestado. Vinhedo: Editora Belo Horizonte / Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2012.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Kafka:** por uma literatura menor. Trad. Cíntia Vieira da Silva. Ed. Autêntica. Belo Horizonte. 2014.

EVARISTO, C. **Ponciá Vicêncio**. 2ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2003.

GUIMARÃES, R. B. J. O estágio curricular no curso de Letras: o desafio de ensinar a ensinar literatura. In: MILREU, I; RODRIGUES, M. C. (org.). **Ensino de língua e literatura:** políticas, práticas e projetos. Campina Grande, Bagagem, 2012. p. 273-288.

JAKOBSON, R. **Linguística e comunicação**. Cultrix/Edusp. São Paulo. 1960. p.162

JALIL, S. A; PROCAILO, L. **Metodologia de ensino de línguas estrangeiras**: perspectiva e reflexões sobre os métodos, abordagens e o pós-método. Anais do IX Congresso Nacional de Educação e III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2009.

LOBATO, E. R. R. **Literatura infanto-juvenil no ensino de Alemão como Língua Estrangeira**: uma proposta para o contexto universitário. 2017. 189 f. Dissertação (Mestrado em Língua e Literatura Alemã) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

NASCIMENTO, M. B. do; TROUCHE, A. L. G. **Literatura y enseñanza**. Rio de Janeiro: CCAA Editora, 2006.

NITSHINGILA, F. **Sem gentileza**. Trad.: Hilton Moreno Lima. Porto Alegre: Editora Dublinense, 2016.

PADILLA, O. N. G. **O texto literário no ensino de espanhol como língua estrangeira**: experiências com a poesia de César Vallejo. 2010. 203 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros, 2010.

PINHEIRO-MARIZ, J. **O texto literário em aula de FLE**. 2008. 286 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

REIS, M. F. dos. Úrsula. 4ª ed. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2004.

SANTORO, E. **Da indissociabilidade entre o ensino de língua e literatura**: uma proposta para o ensino do italiano como língua estrangeira. 2016. 355 f. Tese (Doutorado em Letras – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SALAZAR, D. S. **Textos literários presentes no livro didático *It fits***: as contribuições da literatura para o ensino de língua inglesa à luz da perspectiva dialógica de Bakhtin. 2015. 146 f.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2015.

ZOLIN, L. O. Questões de gênero e de representação na contemporaneidade. **Letras**, Santa Maria, v. 20, n. 41, p. 183-195, jul/dez. 2010.

AS MEMÓRIAS DA DITADURA NA LITERATURA CONTEMPORÂNEA DE AUTORIA FEMININA: uma análise de Azul Corvo.³⁸

Thays Keylla de Albuquerque³⁹

Professora efetiva de Língua Espanhola na Universidade Estadual da
Paraíba
tk.albuquerque@gmail.com

38 Este trabalho nasce como uma forma de compartilhar um fragmento de minha pesquisa de doutorado, a tese se intitula “Nos fios da memória latino-americana: narrativas da pós-ditadura na Argentina, no Brasil e no Chile” e foi defendida em março de 2020, no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, com orientação de Alfredo Cordiviola.

39 Graduada em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco (2008). Na mesma instituição, concluiu mestrado em Teoria da Literatura no Programa de Pós-Graduação em Letras (2011). É professora efetiva de Língua Espanhola na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB - Campina Grande) desde 2011, onde ensina Língua Castelhana e Literaturas Hispânicas. Concluiu doutorado no PPGL/UFPE em 2020. Pesquisa questões relacionadas à literatura contemporânea latino-americana a partir do entrecruzamento entre memória, história e literatura. Organiza e participa de eventos acadêmicos e artísticos ligados à literatura. E integra o Grupo de Estudos de Literatura e Crítica Contemporâneas (GELCCO, CNPq/UEPB). E-mail para contato: tk.albuquerque@gmail.com.

Introdução

Ainda há uma supremacia da perspectiva masculina universalizante tanto na escrita da História quanto da Literatura. Por isso, torna-se uma necessidade divulgar a experiência feminina durante a ditadura, além de dar atenção aos artefatos culturais produzidos por mulheres que reescrevem, ressignificam no presente os anos de horror. Na literatura contemporânea latino-americana são diversas as autoras que se preocupam em construir narrativas que reordenam as memórias da opressão, refletindo sobre as particularidades que envolvem ser mulher tanto na conjuntura ditatorial quanto no presente, relacionando os vestígios e ecos do passado à atualidade. No Brasil, por exemplo, algumas escritoras elaboraram narrativas que apresentam algumas dessas características, por exemplo: *Mar Azul* (2012), de Paloma Vidal; *Mulheres que mordem* (2015), de Beatriz Leal; *Volto semana que vem* (2015), de Maria Pilla; *Outros Cantos* (2016), de Maria Valéria Rezende. Autoras de diferentes gerações, algumas viveram e militaram na ditadura outras escutaram os relatos, conviveram com as memórias culturais em segunda mão, porque ou não eram nascidas ou eram pequenas durante a ditadura, mas todas através da literatura colocam luz sobre o tema da memória traumática da época de opressão.

Neste artigo, apresento uma análise sobre a literatura contemporânea brasileira que se debruça sobre as memórias da última ditadura cívico-militar, especificamente, no ângulo feminino de Adriana Lisboa em *Azul Corvo* (2014). No contexto da nova geração de autoras, Lisboa não se apresenta publicamente com parentesco com vítimas diretas da ditadura e, com o citado

romance, traz uma visão que recusa heroísmos, uma abordagem mais crua e crítica da militância, sem, contudo, desconsiderar as denúncias às violações dos direitos humanos ontem e hoje no Brasil e nos EUA. A narrativa de Lisboa opta por referências explícitas a personagens históricos e acontecimentos públicos, o que dá uma característica particular à trama pela quantidade de informações verificáveis a partir de uma simples pesquisa na *internet*. Os elementos que se entrelaçam e compõem a narrativa não se limitam ao passado, pelo contrário, fazem o jogo das camadas e interligam passado-presente-futuro, em reflexões sobre o contemporâneo.

Azul Corvo está estruturado a partir da união de uma perspectiva da macro-história (personalidades, ‘fatos’, datas, instituições oficiais, por exemplo) com a da micro-história (personagens comuns, cotidiano, relações íntimas e afetivas, por exemplo), uma junção que oferece uma multiperspectiva sobre a ditadura e relaciona a esfera individual à social. Na trama, há uma atenção às personagens em vulnerabilidade social, corpos que não são reconhecidos como seres humanos, como vidas que importam (BUTLER, 2016), por exemplo, a partir dos imigrantes ilegais nos EUA e das pessoas que são submetidas à escravização moderna no Brasil, que estão enfocados a partir de uma visão sobre o presente que se relaciona com a herança da perseguição e tortura ao corpo subversivo de outrora.

Dessa forma, constata-se que da nossa história e do nosso presente jorra sangue (GINZBURG, 2012), sangue de determinadas pessoas, que serviram de liga e base para a construção dos estados nacionais na América Latina, essas comunidades imaginadas (ANDERSON, 2008), que até hoje

continuam com uma persistente violência e autoritarismo. Ou seja, há um rechaço aos direitos humanos porque há uma elite (uma classe dominante) mancomunada com o Estado que se acredita no direito de excluir, explorar e dizimar boa parte da população. Na análise de **Azul Corvo**, essas questões aparecem em uma elaboração do passado recente, resignificando a violência constitutiva da nossa trajetória latino-americana em sua interligação com a violência histórica dos EUA.

No romance pode-se ver a relação da memória com a imaginação, “para recordar é preciso imaginar”, como diria Didi-Huberman (2018), algo que já era evocado por Paul Ricoeur (2007). Essa propriedade ganha ainda mais matizes pela protagonista não ter vivido os anos ditatoriais, como tantos outros protagonistas dos enredos da segunda geração, que são filhos tentando entender, descobrir a história e a participação dos pais. Nesse caso, mais que uma posição de vítimas, apresenta-se a postura da segunda geração (a geração dos filhos) que se aproxima de formas diversas à história dos pais e ao passado traumático nacional para a construção da própria identidade. Lisboa, como outras autoras e autores da geração dos filhos, permite mais do que recordar em si ou somente, e traça um caminho que possibilita investir criativamente no desafio que consiste na (re)construção de memórias, aceitando as lacunas, as incompreensões, as impossibilidades e produzindo a partir delas novos contextos e sentidos que vinculam o passado ao presente.

É assim que *Azul Corvo* oferece uma alternativa de compartilhamento de experiência pouco explorada de forma geral pela literatura sobre as ditaduras da América Latina: a história do militante que abandonou a luta. O romance está

centrado na figura de Vanja (Evangelina), menina de 13 anos que deixa o Brasil depois da morte da mãe (Susana) e vai morar nos EUA com Fernando, militante da última ditadura cívico-militar brasileira. A trama se desenrola na busca da protagonista pelo seu pai biológico, para isso, conta com o apoio de Fernando, que a registrou, responsabiliza-se por ela após a morte da mãe e vai exercer a função paterna de fato. As vivências da menina no novo país e sua vontade de conhecer o pai biológico se mesclam com as memórias da guerrilha do Araguaia, de Fernando, que passa a contar-lhe vários episódios de sua vida e os pormenores da ditadura no Brasil.

Com narrativa fluida e bem arquitetada, Lisboa desvenda aos poucos as histórias de Vanja e de Fernando. O romance está estruturado em primeira pessoa e Vanja relata a história alguns anos depois, já com 22 anos. Considero que há um trabalho de pós-memória, já que a personagem-narradora quer saber e também contar a história de Fernando, guerrilheiro do Araguaia. Muitos pontos de crítica social, não apenas sobre os anos de ditadura, mas também de acontecimentos atuais dos EUA e do Brasil são enfocados, por exemplo: a migração, o apoio dos EUA às ditaduras na América Latina, a dificuldade do Brasil nos trabalhos de memória. A narrativa, dessa forma, problematiza o tema das memórias individual e coletiva, da pós-memória e da história, já que cita muitas personagens com referências históricas e acontecimentos de conhecimento amplo. Os ângulos explorados para reflexão são múltiplos e de uma forma muito crua, por exemplo, ao citar: tortura, fuga da militância, prisão, treinamento militar na China, aperfeiçoamento da tortura pelos EUA, aborto obrigatório para as militantes, assassinatos de civis.

Fernando, o militante maoísta de Adriana Lisboa, do Partido Comunista do Brasil, não se apresenta como um personagem plano, pelo contrário, depois da fuga da militância na guerrilha do Araguaia, ele se transforma completamente. Aos olhos de Vanja, ele estava entregue à vida em uma postura de perplexidade e inércia: “Fernando entendia disso. De acabar se acostumando. No final de algum tempo eu já seria capaz de olhar para ele e ver o homem-que-se-acostumava.” (LISBOA, 2014, p. 26). É a partir dessa personagem central, que abdicou de seus ideais, e da busca de uma menina de treze anos pelo pai biológico desconhecido que se estrutura o enredo, em uma espécie de exílio, de ambos, nos EUA – o que também não deixa de ser irônico, já que foram exatamente os EUA que estiveram ativamente ligados à implantação das ditaduras na América Latina, a partir do fantasma da Revolução Cubana de 1959, e lançaram-se ao impedimento estratégico da revolução popular na América do Sul, para evitar, por exemplo, um governo ‘fidelista’ no Brasil (GASPARI, 2014), ou o sucesso de um presidente socialista democraticamente eleito, no Chile.

Lisboa destaca, na voz da narradora-protagonista, o caráter imprevisível da vida, o descaminho de Fernando que possibilitou o encontro com Vanja:

Fernando era conhecido como Chico Ferradura quando chegou à Academia Militar de Pequim, nos anos sessenta. Àquela época ele não tinha como prever, nem em seus maiores surtos de criatividade, o Colorado, Saab 1985 vermelho, uma menina chamada Vanja. (LISBOA, 2014, p. 57).

O encontro inesperado ocorre e a narrativa se desenvolve nas recordações e nas novas experiências da menina Vanja nos EUA, caminhando juntamente com as recordações de Fernando sobre a militância e seu romance com a mãe de Vanja. A aproximação entre eles é lenta e gradual, e assim vai se ajustando em um inusitado formato familiar. A questão do ser imigrante aparece como um ponto fundamental da narrativa, inclusive, no estabelecimento dos laços afetivos. Nesse contexto, a personagem Carlos, imigrante ilegal de El Salvador, de nove anos, integra a narrativa como o melhor amigo, uma espécie de irmão de Vanja, e traz vários questionamentos sobre a situação dos imigrantes nos EUA, a tensão permanente a que estão submetidos pela perseguição do Estado com risco de deportação a qualquer momento.

A figura do imigrante está em **Azul Corvo** com diversos desdobramentos: na dificuldade em sentir-se como pertencente ao novo espaço, na ameaça de ser preso ou desterrado quando se é ilegal, na xenofobia e também na marginalização dessas pessoas, como corpos que podem ser submetidos a todo tipo de tratamento. Os povos imigrantes e a rejeição dos países desenvolvidos em agregar determinados imigrantes, aqueles oriundos dos países mais pobres, como os latino-americanos e os africanos, por exemplo, nos EUA e na Europa, configuram-se como um tema de direitos humanos forte na contemporaneidade. Esse problema aparece na narrativa a partir do emaranhado das memórias e das conexões que precisam ser consideradas em uma perspectiva plural dos acontecimentos:

Não conhecia Maria Isabel Vasquez Jimenez, mas ouvi falar dela, a mexicana de dezessete anos

que morreu devido ao calor colhendo uvas nos campos da Califórnia, sem que lhe dessem água ou sombra. O mês era maio. O ano, 2008. A temperatura corporal de Maria Isabel chegou a 42 graus. (LISBOA, 2014, p. 90).

[...]

Depois de examinar o corpo de Maria Isabel Vasquez Jimenez os médicos descobriram que estava com dois meses de gravidez. (LISBOA, 2014, p. 91).

[...]

Talvez, uma outra hipótese, essa fosse a doença do imigrante latino-americano no Primeiro Mundo: o desespero de abraçar com toda força o país rico e dizer quero um pedaço. Minha história não é só minha. É sua também. (LISBOA, 2014, p. 95).

As vinculações entre o passado-presente-futuro estão dadas, a exploração dos países ao sul do Equador continua, inclusive em terras estadunidenses, o *American dream* não chega para todos. Ao deixar clara a interligação histórica entre o imigrante latino-americano e os EUA, coloca-se uma cobrança também histórica e se reivindica o direito de usufruir da riqueza estadunidense porque ela foi gerada a partir de um longo processo de subjugação de povos. A presença dessas micro-histórias dentro da narrativa principal permite uma visão ampla de toda a lógica das relações de poder ditatoriais no passado, do sistema atual de violações dos direitos humanos, da crença de que determinadas pessoas (corpos) valem menos que outras, por isso podem ser submetidas a qualquer tipo de tratamento.

Essa é a lógica da tortura defendida pelos EUA, que fomentou as práticas de violações dos direitos humanos nas ditaduras da América Latina e em tantas outras partes do

globo. Configura-se como símbolo dessa conjuntura a Escola das Américas, academia militar sediada no Panamá de 1946 até 1984, responsável por treinar nas técnicas de tortura diferentes gerações de militares estadunidenses e latino-americanos. O contexto da Guerra Fria, Guerra do Vietnã, da luta pela independência de nações africanas, da ideia de controle do inimigo interno, consentiu ampla defesa por parte dos militares ao direito de torturar. O que ficou ainda mais aguçado durante a guerra da Argélia (1954-1962), na qual a França estabeleceu o uso sistemático da tortura como estratégia contra os insurgentes da independência argelina.

Pode não parecer tão evidente, mas as ações estão atreladas. Adriana Lisboa, ao trazer visões de práticas de violações dos direitos humanos constantes nas sociedades democráticas, atualiza o tema das ditaduras da América Latina, coloca em evidência a participação dos EUA e revela problemas sociopolíticos do presente que precisam ser pensados e sanados. Os EUA, como um dos países com uma lógica bélica evidente, depois dos atentados do *World Trade Center*, em 11 de setembro de 2001, protagonizaram várias discussões sobre as violências de Estado:

Reviveram-se vários debates sobre violência legal ou ilegal, legítima ou não, simbólica ou real, justa ou injusta, em geral com posições mais entrincheiradas que nunca. Discussões que dez anos atrás teriam sido impensáveis – por exemplo, sobre a desejabilidade da tortura como método de interrogatório – passaram a ser regularmente veiculadas pela mídia estadunidense e mesmo europeia ou, pior, resolvidas com a premissa de um monopólio de alguns países sobre o uso legítimo da violência (AVELAR, 2011, p. 10).

Embora nos trechos sobre os imigrantes apresentados anteriormente o protagonista da violação não seja o Estado, observo como há uma omissão governamental em impedir a exploração sistemática do trabalho ilegal dos imigrantes. Isso acontece nos EUA e também no Brasil, porque, de alguma forma, na lógica socialmente construída das relações de poder, essas pessoas são menos valorizadas. O que se relaciona com o sistema opressor ditatorial, que torturava o corpo do militante insurgente.

A tortura durante a última ditadura brasileira está explícita no romance de Lisboa e ela esmiúça a questão, inclusive, com o recorte de gênero. Por mais que se possa pensar como um ponto comum nos relatos sobre as ditaduras da América Latina, são poucos os escritores que abordam de forma mais aprofundada as práticas de tortura, no sentido de descrever como aconteciam as ações. Em **Azul Corvo**, apresenta-se abertamente:

Presa, uma guerrilheira do destacamento C, por exemplo, antes mesmo de ser enviada para Brasília conheceu o inferno ali, às margens do Araguaia, o Rio das Araras. Onde a mata deveria ter sido a sua segunda mãe, onde a população ia se aliar aos guerrilheiros – e não traí-los, como aconteceu no caso dela. Nua, ela foi socada e chutada no meio de um círculo de uns trinta homens. Quando estava prestes a desmaiar, foi levada ao rio, onde enfiaram sua cabeça até quase afogá-la. Molhada, foi torturada com choques elétricos. Puta comunista. Levaram-na ao rio de novo. E assim sucessivamente. (LISBOA, 2014, p. 218).

O recorte de gênero fica explícito nesse trecho e o tipo de acozamento a que estavam sobrepujadas as mulheres era diferente

do que se dava aos homens. Em alguns depoimentos da Comissão Nacional da Verdade, mais que nas obras literárias, explica-se sobre como era difícil para as mulheres o caminho da militância. Inclusive, algumas delas destacam o peso do papel da família, da educação dirigida para ser mãe e esposa, como isso chocava com a participação política e uma atuação guerrilheira, em uma época em que não havia um movimento feminista organizado no país. Dessa forma, para a mulher a militância política representava uma dupla subversão: à família e ao Estado. Acredito ser fundamental refletir sobre isso, pois se hoje a mulher como pessoa pública e líder já é algo notório e difícil, nas décadas de 60 e 70 consistia em algo ainda mais complicado.

Abordei algumas dessas particularidades em uma comunicação oral no evento Desfazendo Gênero, em 2017: *Uma análise da mulher na ditadura: tortura e trauma*. Nesse trabalho, buscava em duas vias, a partir de depoimentos femininos para a Comissão Nacional da Verdade e da literatura de autoria feminina sobre o tema, entender a conjuntura específica da participação das mulheres durante a última ditadura brasileira. Azul Corvo, de Lisboa, e *Volto Semana que vem* (2015), de Maria Pilla, foram algumas das obras analisadas. Enfatizo, especificamente, uma citação do romance de Lisboa em consonância com um trecho do depoimento de Maria Aparecida Costa, de 31 de julho de 2013, que testificam as considerações anteriores sobre a situação da mulher:

O que diabos estavam as mulheres fazendo metidas em política, tornando-se ainda por cima guerrilheiras, numa época em que ainda se esperava delas que ficassem circunscritas ao

âmbito do lar e da vida privada? Putas comunistas. Era o apelido que elas ouviriam nas sessões de tortura. Contra a pátria não há direitos. (LISBOA, 2014, p. 112).

De uma forma, então, nós estávamos talvez muito, até muito menos preparadas, porque éramos aquelas jovencinhas que tínhamos sido educadas para sermos futuras mães, donas de casa, prendadas, bordávamos uma série de coisas e você se vê, tudo bem, é uma época de uma militância que você fez, mas, de alguma forma, você ainda tem uma formação que, quando você se defronta com isso é um peso imenso, porque é algo completamente fora da sua experiência de vida, que é uma experiência que não convivia, nunca conviveu, a não ser em palavras, a não ser em teorias, a não ser em suposições com o tipo dessa realidade concreta. Então, por isso eu digo, como ser humano, todos nós tivemos absolutamente e, eu acho que o peso é igual para todos nós, homens, mulheres e todos aqueles que passaram nas mãos deles, que viveram essa situação de vulnerabilidade absoluta, nas mãos de um terror institucionalizado, são a situação e acresce, essa questão, você tem tudo isso e você é obrigado a se despir, os homens também foram, mas talvez, para uma mulher, eu acho que isso tem um peso terrível, pela sua formação, pela formação social, ideológica, você por si já é uma exposição, aumenta ainda mais a tua exposição⁴⁰. (BRASIL, 2014, l.13).

40 Pode-se ler o depoimento integral de Maria Aparecida Costa na página da Comissão Nacional da Verdade. Usamos na referência o “l” de *location*, já que se trata de um arquivo de publicação eletrônica em formato pdf não paginado. Disponível em:

http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo10/Nota%2012,%2043,%2083%20-%2000092.002323_2013-89%20%E2%80%93%20Maria%20Aparecida%20Costa.pdf Acesso em: 6 jan. 2019.

Evidencia-se, apesar da conformidade temática, a diferença na elaboração do discurso entre a literatura e o documento testemunhal, embora ambos representem trabalhos de memória fundamentais na construção de sentidos sobre a última ditadura. Como se pode ver a partir das citações, havia um tratamento específico à mulher, não só no Brasil, isso se distende pelos mais variados países e tem relação ao próprio ato da tortura ao corpo feminino, como atesta Elizabeth Jelin (2002, p. 102, tradução nossa): “Todos os informes existentes sobre tortura indicam que o corpo feminino sempre foi um objeto ‘especial’ para os torturadores. O tratamento das mulheres incluía sempre uma alta dose de violência sexual.”⁴¹. O que revela Jelin, no livro *Los trabajos de la memoria* (2002), é a constatação da misoginia e do machismo arraigados e presentes durante a tortura. Além disso, ela enfatiza que nem todas as mulheres torturadas eram militantes, houve sequestro e tortura com mulheres por conta da sua identidade familiar, por ser mãe e esposa, por exemplo, do militante e com a justificativa de conseguir informações das atividades políticas de seus parentes. Também, na perspectiva do regime autoritário, poderia se responsabilizar as mulheres ‘pelo mau caminho’ em que estavam seus filhos ou outros familiares.

No caso da sociedade brasileira, Lilia Moritz Schwarcz explica as particularidades da violência no que concerne à mulher em sua relação com o autoritarismo:

41 Todos los informes existentes sobre la tortura indican que el cuerpo femenino siempre fue un objeto <<especial>> para los torturadores. El tratamiento de las mujeres incluía siempre una alta dosis de violencia sexual.

A misoginia se manifesta de muitas formas, que vão desde a exclusão social até a violência de gênero. Ela aparece retratada igualmente na antiga formação patriarcal de nossa sociedade, a qual carrega, até a atualidade, a certeza do privilégio masculino, a banalização da violência contra a mulher e a tentativa de sua objetificação sexual. Essas são raízes compactas de nosso autoritarismo, que sempre trouxe consigo uma notória correlação com as questões de gênero. As mulheres deveriam atuar como “princesas”, obedecendo e se subordinando aos maridos, enquanto os homens são eternos “príncipes”, cientes de seu domínio e autoridade (e, mais uma vez, não há apenas coincidência com os nossos tempos atuais). (SCHWARCZ, 2019, p. 186).

As considerações de Schwarcz confirmam o atributo misógino ligado à concepção autoritária das relações sociais no Brasil, que pretende limitar as mulheres a um modelo de existência e atuação (ora objetificando sexualmente, ora circunscrevendo ao espaço privado e à obediência como suas características), condicionado ao controle e à perspectiva do homem (machista). Essas especificidades do ser mulher ganharam matizes específicos durante a militância da última ditadura. Para as mulheres, tanto no lado da repressão quanto no lado da militância havia situações particulares, também, por características da experiência do corpo feminino, por exemplo, no concernente à gravidez. A militância não apoiava que mulheres da guerrilha engravidassem e, algumas vezes, exigia-se o aborto, desconsiderando a autonomia da mulher sobre seu próprio corpo:

Pedro e sua mulher, conhecida pelo codinome de Ana, deixaram o Araguaia porque ela engravidou.

A orientação do Partido era o aborto. Ela não aceitou e ele resolveu acompanhá-la. Saíram fugidos, tomaram um ônibus, receberam ajuda dos amigos (LISBOA, 2014, p. 100).

A participação das mulheres na militância da última ditadura brasileira está marcada pelo abuso sexual, pelo assédio moral e pelas inúmeras violências de gênero. Em 2014, o depoimento de Izabel Fávero, presente no relatório da Comissão Nacional da Verdade no capítulo sobre crimes da ditadura que aborda a violência sexual, esteve na manchete de vários jornais. O El País destacou: “Violência sexual ultrapassou ‘todos os limites da dignidade humana’ [...] O relatório afirma que os casos de estupro e de violência sexual foram praticados ‘de maneira extensa durante toda a repressão do período da ditadura militar brasileira’⁴². Uma leitura atenta do depoimento de Fávero, de 27 de abril de 2013, permite uma aproximação mais detalhada dessa situação:

Eu fui muito ofendida, como mulher, porque ser mulher e militante é um carma, a gente, além de ser torturada física e psicologicamente, a mulher é vadia, a palavra mesmo era “puta”, “menina decente, olha para a sua cara, com essa idade, olha o que tu está fazendo aqui, que educação os teus pais te deram, tu é uma vadia, tu não presta”, enfim, eu não me lembro bem se no terceiro, quarto dia, eu entrei em processo de aborto, eu estava grávida de dois meses, então, eu sangrava muito, eu não tinha como me proteger, eu usava papel higiênico, e já tinha mal (sic) cheiro, eu estava suja, e eu acho que, eu acho não eu tenho

42 Para ler a reportagem completa de [Antonio Jiménez Barca](https://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/10/politica/1418210232_634592.html), acessar: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/10/politica/1418210232_634592.html. Acesso em: 6 jan. 2019.

quase certeza que eu não fui estuprada, porque era constantemente ameaçada, porque eles tinham nojo, tinham nojo de mim⁴³. (BRASIL, 2014, l.05)

Como se pode ver, a mulher militante quando detida passa por um terror de gênero, uma violência dirigida ao fato de ser mulher e nas experiências relacionadas ao corpo feminino. Adriana Lisboa, Maria Pilla e Beatriz Leal são alguns dos poucos escritores brasileiros que abordam de forma mais explícita a violência de gênero nos dois lados da ditadura: na repressão militar e no controle da militância. Percebo, como defendi no artigo *Mulher e ditadura na América-Latina: uma análise de En el tiempo de las Mariposas, de Julia Alvarez* (2017), feito em parceria com meu orientador do doutorado, Alfredo Cordiviola, e publicado pela revista *Fragmentum*, que se torna fundamental para uma visão plural dos acontecimentos ditatoriais saber mais, fomentar a memória da participação feminina, ler mulheres que escrevem sobre ditadura para que se possa, de fato, reorganizar a perspectiva histórica e literária ao negar o ponto de vista universalizante da experiência masculina.

Nesse sentido, esse é mais um dos méritos do romance de Adriana Lisboa, que aborda em diferentes camadas e personagens os diversos aspectos da última ditadura. Ao colocar como uma das personagens principais um ex-guerrilheiro do Araguaia, propositalmente, traz luz sobre um episódio pouco

43 Pode-se ler o depoimento integral de Izabel Fávero na página da Comissão Nacional da Verdade. Usamos na referência o “l” de *location*, já que se trata de um arquivo de publicação eletrônica em formato pdf não paginado. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Alberto_Favero_e_Izabel_Fvero_-_ct_rp.pdf. Acesso em: 25 nov. 2018.

explorado na história oficial do país e que até então não tinha uma abordagem literária, como a própria autora ressaltou em entrevista para Susana Uchôa, na ocasião do lançamento de *Azul Corvo*:

Era um assunto que me instigava desde adolescente, justamente por ser um tema evitado. Na escola, a Guerrilha no Araguaia era tratada *en passant*. Quando pensei no Fernando como exilado, como alguém que saiu do Brasil tão desgostoso a ponto de nunca mais voltar, a ditadura foi a primeira coisa que me veio à cabeça, e o fato de ser um ex-guerrilheiro me pareceu inédito (Grifo da autora)⁴⁴.

Nenhum outro livro do *corpus* de pesquisa da tese, de mais de vinte livros de literatura brasileira dos últimos 25 anos, trabalha com essa aproximação, a partir de uma fuga da militância, um desertor da resistência, sem, contudo, debandar para o outro lado, ele apenas foge de uma participação nas ações de guerrilha, ou melhor, desiste da luta quando sente a morte como certa e próxima. O fato de trazer o cenário do Araguaia também é muito peculiar, já que o massacre e as circunstâncias que perpassam a dizimação dos militantes são espantosos. Nesse ponto, evidencia-se com maior clareza a perspectiva de pós-memória/memória entre as gerações, já que Vanja vai estabelecer um canal memorialístico com Fernando que, pelo que se apresenta na história narrada, somente nesse momento consegue acessar e narrar suas memórias traumáticas de ex-guerrilheiro:

44 A entrevista de Suzana Uchôa a Adriana Lisboa na ocasião do lançamento de *Azul Corvo* está disponível em: <https://www.terra.com.br/istoegente/edicoes/580/artigo189292-1.htm>. Acesso em: 25 nov. 2018.

Fernando saiu de casa e foi estudar técnicas de guerrilha em Pequim, depois se mudou para a base guerrilheira do Araguaia. Isso aconteceu duas décadas antes do meu nascimento (LISBOA, 2014, p. 98).

[...]

Você está mesmo querendo falar desse assunto. Eu estava. Queria saber tudo o que tinha acontecido com ele, queria ver aqueles dias-fantasma do seu passado na minha frente, diante dos meus olhos, queria saber se os fantasmas de fato assombravam ou se eles apenas eram fantasmas por falta de alternativa.

Eu estava mesmo querendo falar daquele assunto. Muita gente não estava, era um assunto que ficava melhor fora da história oficial, mas a dúvida às vezes rói como um bicho (LISBOA, 2014, p. 115).

Estabelece-se, claramente, nesse momento, a passagem do bastão, entende-se o trabalho de narrar o trauma do horror e também a função de escutar essa dor como processo de transmissão transgeracional da memória familiar, dessa memória individual que desemboca numa memória coletiva que passa por uma ação de apagamento no concernente à história oficial. É essa lacuna de duas décadas entre as gerações de Fernando e de Vanja que permite, talvez, a aproximação e o vínculo no interesse testemunhal da memória, entendido aqui numa perspectiva ampla de acordo com Jeanne Marie Gagnebin, em **Lembrar escrever esquecer**:

Nesse sentido, uma ampliação do conceito de testemunha se torna necessária; testemunha não seria somente aquele que viu com seus próprios olhos, o *histor* de Heródoto, a testemunha direta. Testemunha também seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas

palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro: não por culpabilidade ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente (GAGNEBIN, 2009, p. 57, grifo da autora).

Essa ideia do revezamento de memória também fundamenta as reflexões em relação à pós-memória que começaram, sobretudo, a ser desenvolvidas com a morte das vítimas diretas da *Shoah*. A partir da teoria de Marianne Hirsch (2015), observo como as gerações que precederam aos traumatismos da memória coletiva podem lidar com as memórias dos familiares da geração anterior, em uma relação de transmissão do horror, de compartilhamento da experiência para que ela se mantenha viva na comunidade. A partir da tese central de Hirsch (2015) construo algumas das reflexões sobre a literatura da segunda geração da ditadura, em que as vítimas diretas nem são as autoras nem as protagonistas do relato, ou seja, a autoria, a narração e o protagonismo são deslocados, ampliados e apropriados pela geração posterior:

O trabalho da pós-memória, sugiro aqui — e é a tese principal deste livro — propõe-se reativar e individualizar de novo estruturas memoriais políticas e culturais mais distantes, revestindo-as com formas de expressão estética e de mediação familiar enriquecedoras. É assim como os menos diretamente afetados conectam com a geração da pós-memória, que pode perdurar inclusive depois da morte de todas as vítimas e seus descendentes. Em contraposição à história, a noção de memória consegue descrever de forma mais eficaz a

presença da experiência pessoal e afetiva no processo da transmissão. A memória aponta para um vínculo afetivo com o passado — ou seja, a sensação que há “uma conexão viva” material — e destaca que dita conexão se encontra mediada por tecnologias como a literatura, a fotografia e o testemunho. (HIRSCH, 2015, p. 58, tradução minha)⁴⁵.

Vejo, portanto, como a pós-memória está interligada ao dever de memória no entrecruzamento das gerações, na relação entre passado-presente-futuro. Além disso, observo como a literatura e outras tecnologias (fotografia, cinema, gravação de testemunhos orais, por exemplo) podem funcionar, nessa linha, como artefatos da memória, como objetos que permitem representar um vestígio, um arquivo, um artifício que possibilita a recordação. As discussões de Elizabeth Jelin (2002), Marienne Hirsch (2015) e Aleida Assmann (2011) cultivam reflexões sobre o tema e abordam diferentes artefatos da memória – a fotografia e os espaços de memória (como museus e monumentos) estão presentes, além de inúmeras citações a obras literárias.

O foco incide, então, sobre a memória em abismo, a pós-memória, a memória que se estabelece entre as gerações. Vanja, a

45 La labor de la posmemoria, sugiero aquí – y es la tesis principal de este libro – se propone reactivar e individualizar de nuevo estructuras memoriales políticas y culturales más distantes, re-inviéndolas con forma de expresión estética y de mediación familiar enriquecedoras. Es así como los menos directamente afectados conectan con la generación de la posmemoria, que puede perdurar incluso después de que hayan muerto todas las víctimas y sus descendientes. En contraposición a la historia, la noción de memoria logra describir de manera más eficaz la presencia de la experiencia personal y afectiva en el proceso de transmisión. La memoria apunta a un vínculo afectivo con el pasado – esto es, la sensación de que hay <<una conexión viva>> material – y señala que dicha conexión se encuentra mediada por tecnologías como la literatura, la fotografía y el testimonio.

narradora-protagonista de Adriana Lisboa, faz questão de declarar que ela quer saber, embora entenda que outros não e, mais que isso, que é um episódio que não fica bonito na história oficial. O tom de crítica, e mesmo de denúncia, ao apagamento que as ditaduras recebem no Brasil ganha ainda mais ênfase em outro momento da narrativa em que a personagem-narradora pesquisa sobre o tema na *internet* e lê os comentários:

Leio um comentário on-line: Que tal botar esse campo para funcionar novamente? Mas dessa vez façam o serviço completo. É a nossa única chance de morar num país que preste.

Leio outro comentário: O exercito fez o que TINHA A OBRIGACAO de fazer dadas as circunstancias da epoca. A proposito, estah na hora de fazer de novo para liquidar com este bando de ladroes, corruptos que se apoderam de Brasilia!

Leio outro comentário: Só os covardes e os facínoras tem medo da verdade. Com certeza, é o caso desses que tanto se opõem a esclarecer os fatos sobre as execuções do Araguaia. Obviamente, tais covardes devem estar com medo de se explicar diante de seus filhos, netos e amigos na hora que descobrirem que aquela imagem de herói e defensor da Pátria que sempre lhes colocaram, na verdade, não passam de sádicos e torturadores.

Leio outro comentário: O que eu não agüento é pagar em dinheiro pelas tais escavações. Quem deveria pagar é o PC do B e seus afins que retiraram os inconsequentes de suas casas, aliciaram, doutrinaram, treinaram, fanatizaram, e ainda lhes deram uma arma para “brincar” de Che Guevara, tudo a mando do mais facínora dos ditadores, Fidel Castro (LISBOA, 2014, p. 163).

Na trama de **Azul Corvo**, esses comentários aparecem na *internet* a partir das notícias sobre a Clareira do Cabo Rosa, lugar usado pelos militares como campo de execução sumária dos guerrilheiros do Araguaia. Como se nota na leitura, há um amplo apoio popular às ações ditatoriais, dos quatro comentários, apenas um rechaça os desmandos da repressão e explana uma visão de memória ética, com direito à culpa e à punição diante das novas gerações. Revela-se o retrato do Brasil sobre o tema, um país polarizado onde se observa uma exaltação por boa parte da população à época ditatorial. As batalhas de memória nunca deixaram de acontecer, ultimamente, aqueles que defendem a democracia, os direitos humanos, as liberdades individuais têm perdido importantes combates nesse campo com o *impeachment* da presidenta legitimamente eleita, Dilma Rousseff, em 2016, a prisão ilegal do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em abril de 2018, e a eleição do fascista Jair Messias Bolsonaro, em outubro de 2018. Fundamental recordar, nesse sentido, a fala de apologia da ditadura cívico-militar feita por Bolsonaro, em 2016, na Câmara dos Deputados, na ocasião da votação que decidiu pelo *impeachment* de Dilma Rousseff: “Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo, pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, pelo exército de Caxias, pelas Forças Armadas, o meu voto é sim”⁴⁶. Desde então, de forma cada vez mais preocupante há, no Brasil atual, um movimento de

46 A reportagem completa “Eduardo Bolsonaro celebra impeachment agradecendo torturador”, que trata tanto da “homenagem” de Jair Bolsonaro quanto dos comentários de seu filho, o deputado Eduardo Bolsonaro, nas redes sociais, está disponível em:

<https://exame.abril.com.br/brasil/eduardo-bolsonaro-celebra-impeachment-agradecendo-torturador/>. Acesso em: 7 jan. 2019.

glorificação do passado ditatorial liderado, sobretudo, pelo presidente e por seus apoiadores.

Em **A memória, a história, o esquecimento** (2007), Paul Ricoeur explica que as comunidades nacionais, normalmente, passam por episódios trágicos ou em suas fundações ou no decorrer de suas histórias. Povos que viveram acontecimentos trágicos como genocídios e ditaduras, por exemplo, podem apresentar, a partir de uma adaptação da teoria freudiana, um traumatismo da identidade coletiva: “Pode-se falar em traumatismos coletivos e em feridas da memória coletiva, não apenas no sentido analógico, mas em termos de uma análise direta” (RICOEUR, 2007, p. 92). Nesse caso, há uma reflexão sobre os acontecimentos violentos que marcam as histórias nacionais e se armazenam como chagas que precisam ser curadas. Existe, então, a necessidade de um trabalho de luto, um trabalho de recordação para a recuperação da memória dessa comunidade. Essa questão ganha diferentes nuances quando percebemos que a memória está impregnada pela trama das relações de poder, em que um mesmo evento pode ser considerado de forma bem diferente, dependendo da posição político-social de quem narra a história.

Dessa forma, podemos ressaltar as dificuldades com os trabalhos de memória no Brasil. Sabe-se que, a partir de quem estiver no poder em dada comunidade e época, pode-se manipular a memória coletiva e a história de um povo para a recordação de determinadas personagens ou de acontecimentos em detrimento de outros, para versões oficiais dos eventos que estão bem distantes dos fatos, entre tantas outras estratégias utilizadas com efetividade para determinar o que se pode recordar e a quem se pode exaltar. Nessas circunstâncias, podemos

elucubrar sobre o dever de memória, em uma reflexão a partir da teoria de Ricoeur (2007), como uma obrigação de memória, de reescrever a história, de rever, de contar a versão dos oprimidos e excluídos da história oficial, de dar os nomes que revelam outra versão da ‘mesma história’, por exemplo, ao referir-se a 1964, no Brasil, como um golpe de estado e não como ‘a revolução de 64’, continuar a nomear o período como ‘ditadura’ e se negar a ideia de denominá-lo como ‘movimento de 1964’ como sugeriu recentemente o ministro Dias Toffoli, presidente do Supremo Tribunal Federal⁴⁷. O dever de memória, portanto, aponta para questões éticas e políticas, reivindica a obrigação de fazer justiça àqueles que nos precederam e que precisam ser recordados, relaciona passado e futuro porque também revela o que devemos transmitir para as novas gerações no presente⁴⁸.

Nesses fluxos entre passado-presente-futuro, no que se refere especificamente à história do Brasil, as considerações de Jaime Ginzburg elucidam os ecos do trauma ditatorial no presente, defendendo que a memória coletiva deve ser posta permanentemente em debate para que democraticamente se construa, que seja reescrita, em novos questionamentos e em reflexões, como um trabalho sempre incompleto, que não permite uma totalidade fechada, mas uma dinâmica aberta:

47 A reportagem completa “Toffoli diz que hoje prefere chamar golpe militar de ‘movimento de 1964’” está disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/toffoli-diz-que-hoje-prefere-chamar-ditadura-militar-de-movimento-de-1964.shtml>. Acesso em: 7 jan. 2019.

48 Alguns trechos citados sobre o dever de memória de Ricoeur constam no artigo “O que ficou do passado? Uma análise das memórias das ditaduras nas narrativas contemporâneas latino-americanas”, que foi apresentado, em 2016, no Seminário do Grupo de Estudos em Literatura e Crítica Contemporâneas, em Campina Grande – PB. Provavelmente, o artigo será publicado em *e-book*.

No século XX, o Brasil vivenciou duas experiências históricas caracterizadas oficialmente como regimes autoritários: o Estado Novo, liderado por Getúlio Vargas, e a ditadura comandada pelo governo militar a partir da década de 1960, até o início dos anos 1980. Sociólogos contemporâneos têm procurado avaliar o impacto e as heranças desses regimes autoritários. Embora tenhamos formalmente deixado os regimes ditatoriais, uma série de condutas, correntes ideológicas, padrões comportamentais e valores morais consolidados dentro desses regimes se desdobraram e difundiram, atingindo a sociedade brasileira até o momento presente. Ocorreram mudanças, mas estas não são suficientes para eliminar as fantasmagorias e seus resíduos, que constantemente reaparecem (GINZBURG, 2012, p.221).

Ginzburg explica, no contexto brasileiro, as reverberações da ditadura no presente pós-ditatorial, e afirma ser uma preocupação dos sociólogos observar os impactos e as heranças das ditaduras, mas também é uma preocupação de outras vertentes de estudo e de produção cultural analisar e questionar ‘o que ficou?’, práticas sociais que podem ter tido origem, até mesmo, antes dos regimes autoritários, que ganharam força com eles e que seguem assombrando a tentativa de democracia.

No que concerne a **Azul Corvo**, a chave de leitura que uso está entre o dever de memória de Ricoeur (2007) e a pós-memória de Hirsch (2015), compreendendo o exercício de constante debate sobre a memória coletiva que propõe Ginzburg (2012). Além disso, a narrativa de Lisboa pode ser considerada no artefato livro como um trabalho de memória, nos termos de Jelin (2002), e como um objeto da recordação e da memória cultural,

nas reflexões de Assmann (2011). De fato, o romance coloca luz sobre as crueldades desmedidas, o horror que foi a repressão à guerrilha do Araguaia:

Os cinco mil homens das Forças Armadas caçavam algumas dezenas de guerrilheiros na mata. Eles agora também já sabiam que os comunistas treinavam estratégias de sobrevivência na selva, aprendendo a se orientar pelo sol, pelas estrelas, pelos acidentes geográficos. [...] Chico não estava a par desses números, nem de que os guerrilheiros presos passavam todos pelo Pelotão de Investigações Criminais em Brasília. Era um lugar onde as torturas físicas e psicológicas tinham se aperfeiçoado bastante. Os torturadores tinham diplomas de pós-graduação para arrancar confissões (que afinal não se conseguem com bombons). Homens e mulheres nus e encapuzados iam para o pau de arara, sofriam afogamentos, levavam choques elétricos inclusive nos órgãos genitais (LISBOA, 2014, p. 217).

No trecho, confronta-se o pouco que a personagem Chico, nome de guerrilha de Fernando, sabia na época a partir do acesso limitado às informações, com o que foi divulgado sobre o horror, posteriormente. Apesar de não saber muito, Chico/Fernando pressente a aniquilação, a dizimação que seria feita pelos militares na luta desleal do poder militar completamente equipado e numeroso diante da guerrilha simbólica do Araguaia com pouco mais de sessenta homens e mulheres. Decide, então, embrenhar pela mata para fugir, sozinho, deixando para trás a luta pela democracia e a mulher que amava, a também militante, Manuela. Pouco tempo depois, abandona o país e nunca mais retorna, nem para o homem que fora nem para a terra natal.

Nessa personagem, veem-se os ideais perdidos, a desilusão, o desamparo, o desencanto.

Mas não só nela, o terror da época ditatorial no Araguaia a que foram submetidos homens e mulheres, militantes e civis é retomado por Lisboa com outras faces, no presente. Parece uma forma de dizer, como apontou anteriormente a citação de Jaime Ginzburg (2012), que as circunstâncias terríveis continuam atuais, cotidianamente cultivadas, com torturas e crueldades, e persistem atingindo uma minoria determinada:

Entre as coisas que Manuela não tinha como saber enquanto dava aulas para aquelas crianças era que o Bico do Papagaio seguiria sendo uma região pobre, abandonada pelo poder público, e que seria palco de conflitos violentos por causa da coexistência de fazendeiros, madeireiros, sem-terra, garimpeiros, índios, trabalhadores escravizados, pistoleiros, traficantes de drogas. [...] Naquele futuro, os policiais faziam bicos como seguranças nas grandes fazendas. Trabalhadores escravizados trabalhavam vigiados por homens armados e dormiam trancados no barracão. Uma adolescente resgatada pela fiscalização nem sequer imaginava que poderia receber pagamento pelo trabalho. Não passava pela sua cabeça. Ela estava com catorze anos e trabalhava desde os cinco (LISBOA, 2014, p. 123).

Adriana Lisboa, em **Azul Corvo**, não deixa espaço para condescendência. Cruamente rasga as carnes do enfermo corpo coletivo brasileiro e expõe os males de ontem e de hoje. Fernando ‘preferiu’ morrer velho, limpando casas e trabalhando como segurança numa biblioteca nos EUA, uma vida simples, acostumou-se a não ter ideais e a deixar-se levar pela rotina. E o Brasil? Seguiu

com a história de subjugação, opressão e exploração de muitos em benefício de poucos, tendo agentes do Estado, como os citados policiais, sobretudo os ligados à polícia militar, em constantes violações dos direitos humanos.

O caso da guerrilha do Araguaia, e da ditadura cívico-militar brasileira, reaparece em ecos através da permanência da lógica da repressão “Era preciso matar e depois matar as mortes, digamos. Era preciso matar a história. Matar a memória e alguma consciência com gordurinhas inconvenientes” (LISBOA, 2014, p. 280). As batalhas pela memória e por políticas de memória (e de esquecimento) estão mais pungentes que nunca. Como bem disse Walter Benjamin “também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer (tradução nossa)”.⁴⁹

Atualmente, no Brasil, essa perspectiva de Benjamin se configura completamente pulsante, precisamos defender os mortos da última ditadura, precisamos defender o direito à memória. No que se refere à relação entre memória e literatura, as considerações de Jaime Ginzburg (2012) também se fazem pertinentes à discussão. Alinhadas ao conceito de dever de memória de Ricoeur (2007), revelam-se os trabalhos de memória (JELIN, 2002) como forma de manter vivas as memórias que são fundamentais para a comunidade, o que comunga tanto com a pós-memória quanto com a concepção da memória cultural (ASSMANN, 2011), que juntas podem ajudar a pensar o papel da literatura nesse contexto:

49 tampoco los muertos estarán a salvo del enemigo, si éste vence. Y este enemigo no ha cesado de vencer.

Em um país que no século XX passou por duas longas ditaduras e ainda sofre com as heranças da tradição patriarcal e dos regimes autoritários, a aspiração de uma abordagem da literatura voltada à ética e aos direitos humanos depende essencialmente de uma política da memória literária. O que deve ser lembrado, o que deve ser lido? O que tem valor, o que é literariamente importante? (GINZBURG, 2012, p. 220).

Com essas indagações, Ginzburg critica o modelo de ensino da literatura no Brasil que mantém o padrão ideológico estabilizado, centrado no poder hegemônico, mas que deveria ser reformulado para uma nova perspectiva que permitisse ampla discussão de valores éticos e estéticos a partir de obras que abordassem os traumas coletivos, as barbáries brasileiras. Desse modo, demonstra-se uma função de memória cultural que romances como o de Adriana Lisboa podem desempenhar, ao trazer para o centro da discussão as relações entre as gerações a partir do traumatismo coletivo, inclusive, na exploração de diferentes ângulos sobre a ditadura e sobre seus resquícios.

Com isso, incentiva-se a cultura da transmissão e construção de saberes, que valorizam os direitos humanos e as propostas que visam a combater as desigualdades, no interior da comunidade nacional. Através do ato de narrar, seja ele oral seja ele escrito, evidenciados a partir de uma obra literária, explora-se a experiência individual e se amplia a concepção de experiência e memória para além do que foi diretamente vivenciado pelo sujeito para o que se pode aprender a partir da experiência do outro, em uma ligação que envolve a pluralidade de membros da comunidade e permite entender como parte constituinte da história de si a experiência significativa do outro, estabelecendo

pontes entre a esfera individual e a coletiva.

Considero que esse é o exercício de Vanja ao narrar sua história pessoal de ‘imigração’ para os EUA, seu drama individual na busca do pai biológico desconhecido, em conjunto com as angústias e as memórias de Fernando, desterrado desencantado, ex-guerrilheiro desenganado das utopias. A trama de Lisboa revela um emaranhado de personagens em trânsito, desenraizadas, que vivem o deslocamento a partir de diversos aspectos. As camadas geográficas e de tempo se sobrepõem, respectivamente: no presente da narrativa nos EUA, no passado de Vanja em Copacabana, no passado de Fernando na China, na Inglaterra, no Araguaia, no paradeiro do pai de Vanja (Daniel) na Costa do Marfim; o passado ditatorial e os desdobramentos das memórias da ditadura até o presente se confundem com os 22 anos da biografia da narradora-personagem e na construção de sua história de si. Esses deslocamentos espaço-temporais são característicos da proposta narrativa de Lisboa.

O romance explora essa memória contada de geração em geração, o exercício de pós-memória empreendido por Fernando, ao narrar, e por Vanja, ao escrever, mas também a memória coletiva e a história nas pesquisas de Vanja na *internet*, nas inúmeras referências aos personagens públicos e acontecimentos factuais como: a citação do nome completo de militantes – seja daqueles que morreram no Araguaia seja daqueles que sobreviveram e participaram da política na redemocratização –, por exemplo, Osvaldão, João Amazonas, João Carlos Haas Sobrinho, José Genoíno Neto; nomes de presidentes e militares brasileiros; trechos de documentos do período.

Esses dados históricos que aparecem no romance podem ser

comprovados a partir de pesquisas na *internet* ou em livros como, por exemplo, **Lugar nenhum**: militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura, em que o jornalista Lucas Figueiredo (2015) expõe fichas dos relatórios militares de 1988 e de 1993 e aparecem, por exemplo, referências a João Carlos Haas Sobrinho, além de testificar a constante tentativa das forças armadas de encobrir os arquivos da última ditadura:

Igualmente reveladores, do ponto de vista histórico, seriam os documentos sigilosos das campanhas das Forças Armadas contra a Guerrilha do Araguaia, levadas a cabo no início da década de 1970 e que até hoje deixaram um saldo inexplicável, por parte do Estado Brasileiro, de 65 desaparecidos políticos (FIGUEIREDO, 2015, p. 13).

Nesse sentido, outro trabalho de memória significativo consiste no documentário *A Guerrilha Vista Por Dentro* (2010), de Vandrê Fernandes, que explora as memórias dos camponeses que conviveram com os guerrilheiros e também sofreram a truculenta repressão das forças do exército quando a guerrilha foi executada⁵⁰. Há, também, o documentário *Aikewára* (2016), de Célia Maracajá e Luiz Arnaldo Campos, no qual se narra a história da etnia Aikewára Suruí em relação à violência dos militares durante o combate à guerrilha do Araguaia, uma obra excelente para entender o ângulo e a experiência dos indígenas. A visão de Lisboa (2014) sobre a última ditadura brasileira está consoante com esses trabalhos de memórias históricos, jornalísticos, cinematográficos. No entanto, como seu objeto de arte é a literatura, o desenvolvimento do tema

50 Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ewnO58_PBj8. Acesso em: 10 jan. 2019.

corre por caminhos específicos:

A literatura sobre a ditadura se constrói a partir desse palimpsesto e cumpre o papel de suplemento aos arquivos que, ainda quando abertos à população para consulta, são áridos e de difícil leitura. Ao criar personagens, ao simular situações, o escritor é capaz de levar o leitor a imaginar aquilo que foi efetivamente vivido por homens e mulheres (FIGUEIREDO, 2017, p. 29).

Dessa forma, Adriana Lisboa, com *Azul Corvo*, em seu emaranhado de passado e presente, da biografia de Fernando e Vanja, dos relatos sobre Brasil e EUA, desenvolve as reflexões sobre pós-memória, memória familiar, história, tradição oral, acesso à informação a partir da *internet*, para desvendar as inúmeras fontes e formas de exercitar os trabalhos de memória sobre as ditaduras. E, assim, manter vivas, claras e problematizadas as diversas facetas do horror que esse período representou na trajetória do Brasil e da América Latina.

Referências

ALBUQUERQUE, Thays; CORDIVIOLA, Alfredo. Mulher e ditadura na América Latina: uma análise de *En el tiempo de las Mariposas*, de Julia Alvarez. IN: **Fragmentum**. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/26824> Acesso em: 16 jun. 2020.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexão sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da Recordação:** formas e transformações da memória cultural. Tradução de Paulo Soethe. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

AVELAR, Idelber. **Figuras da violência:** ensaios sobre narrativa, ética e música popular. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

BENJAMIN, Walter. **Sobre el concepto de historia.** Disponível em: <http://www.bolivare.unam.mx/traduccion/Benjamin,%20Tesis%20sobre%20la%20historia.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2018.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade.** Depoimentos de vítimas civis. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/todos-volume-1/653-v%C3%ADtimas-civis.html>

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra:** Quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Imágenes pese a todo.** Barcelona: Planeta, 2018.

FIGUEIREDO, Eurídice. **A Literatura como arquivo da ditadura brasileira.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.

FIGUEIREDO, Lucas. **Lugar nenhum:** militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer.** São Paulo: Editora 34, 2009.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada.** Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GINZBURG, Jaime. **Crítica em tempos de violência.** São Paulo:

Editora da Universidade de São Paulo (FAPESP), 2012.

HIRSCH, Marienne. **La Generación de la posmemoria. Escritura y cultura visual después del Holocausto.** Madrid: Carpe Noctem, 2015.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria.** Madrid: Siglo Veintiuno Editores, 2002.

LEAL, Beatriz. **Mulheres que mordem.** Rio de Janeiro: Motor, 2015.

LISBOA, Adriana. **Azul Corvo.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

PILLA, Maria. **Volto semana que vem.** São Paulo: Cosac Naify, 2015.

REZENDE, Maria Valéria. **Outros Cantos.** Rio de Janeiro: Alfaguara, 2016.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Tradução de Alain François et.al. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

VIDAL, Paloma. **Mar Azul.** Rio de Janeiro: Rocco, 2012.

UMA ESCUTA DESMONTADA: Elaborações Teóricas a Partir da Experiência Clínica de Escuta das Transidentidades.

José Stona

Psicólogo, Psicanalista, Especialista (Lydia Coriat), Mestre (UFRGS)
Doutorando em Psicanálise e Cultura Contemporânea (UFS),
stona_mm@hotmail.com.

Paula Sandrine Machado

Psicóloga, Mestra (UFRGS) e Doutora em Antropologia Social (UFRGS).
machadops@gmail.com.

Andrea Gabriela Ferrari

Psicóloga, Psicanalista, Especialista (UFRS), Mestra (PUC-RS)
e Doutora (UFRGS) em Psicologia.
andreagaferrari@gmail.com.



Introdução

As cartografias contemporâneas sobre sexualidade, gênero e identidade produzem novas formas de abordagem sobre as transidentidades. Nesse debate, muitos autores já tensionaram a importância da despatologização na clínica com pessoas trans, a exemplo de: Murta (2011), Bento e Pelúcio, (2012), Almeida e Murta (2013), Jesus (2013), Vergueiro (2015), Bagagli (2017), Prado (2018) e Cavalcanti; Bicalho e Sposito (2019). Porém, na teoria psicanalítica, historicamente, tem se produzido o que chamamos de “transfobias psicanalíticas”, ou seja, as formas por meio das quais alguns psicanalistas sustentam, a partir da epistemologia psicanalítica, a deslegitimação, estigmatização e patologização das transexualidades sob o uso da psicose, perversão, erro ou loucura como únicas saídas para tais experiências subjetivas (Stona & Ferrari, 2020). Atualmente, temos visto emergir, contudo, novas perspectivas teóricas que estão levando em conta o saber das pessoas trans sobre seu próprio tratamento e isso tem provocado efeitos éticos, estéticos, clínicos e políticos na psicanálise.

Neste trabalho, iremos apostar em uma teoria psicanalítica que não adota uma postura onipotente e capaz de servir como uma panaceia hábil a explicar qualquer questão sobre o sujeito. Acreditamos que a sobrevivência da psicanálise, tal como aponta Lacan (2009), exige daquele que a exerce um permanente movimento de análise em que seu próprio “ser psicanalista” se dissolve em um “estar psicanalista”, capaz de suportar aquilo que do contemporâneo o interpela, levando em conta os limites da sua própria teoria.

Assim, a escuta clínica psicanalítica de experiências transidentitárias vem, nos últimos anos, apresentando posições

divergentes entre aos analistas. No percurso clínico, teórico e político do primeiro autor, puderam ser identificados discursos que sustentam que a psicanálise já possui em si mesma os meios para operar com qualquer demanda contemporânea na clínica. Outros discursos, por sua vez, supõem que certos recortes, a exemplo das transidentidades, vêm, de fora, colocar em questão os limites da psicanálise. Nessas discussões, gostaríamos de situar o presente trabalho nos debates que se deparam com uma lacuna específica: a ausência de relatos clínicos psicanalíticos com pessoas trans nos últimos quarenta anos, nos termos de Bulamah e Kupermann (2016).

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre a escuta clínica psicanalítica de experiências transidentitárias, de modo a apresentar tanto seus riscos de normalização quanto a sua potência à subversão de certas matrizes normativas que a teoria pode colocar na escuta. Empregaremos o termo “experiências transidentitárias” ou “transidentidades”, neste trabalho, de acordo com a noção de Ayouch (2015), Tenório e Prado (2016) e Cunha (2016), que compreendem que essa é uma nomenclatura fora do campo médico e uma expressão particular entre as muitas denominações possíveis relacionadas às dissidências de gênero em cada contexto cultural. Optamos por esses termos principalmente porque surgem dentro do movimento trans e abrangem uma multiplicidade identitária não passível de unificação.

Como proposta metodológica narrativa, será feito uso da ficção, consistindo na criação de uma estória construída, principalmente, a partir de um recorte clínico de escuta, mas também levando em consideração as seguintes autobiografias trans: Viagem Solitária (2011), Nany People: Ser mulher não é para qualquer um (2015) e Rogéria: uma mulher e mais um pouco (2016). Utiliza-se, também, como base para a construção ficcional, o conteúdo das

séries *Transparent* (2014) e *I am Cait* (2015), narrativas de vidas reais, assim como dos documentários: *Crescendo como Coy* (2016), *A morte e a vida de Marsha P. Johnson* (2017) e *Laerte-se* (2017).

Conforme salientado por Costa (2014), aliada à sua libertação do juízo de verdadeiro ou falso, a ficcionalização versa sobre um campo de possibilidades singulares, da clínica e da teoria, e não de certezas gerais (Costa, 2014). Nesse contexto, o uso da ficção, nos termos de Costa (2014), vai nos possibilitar uma escrita perdulária que fale das potentes riquezas existentes no nosso encontro com a experiência, dando forma às suas fugas e devires para além da generalização. Assim, não isolaremos os objetos em descrições formais que buscam incansavelmente a simplificação.

Deste modo, a ficção como metodologia terá como propósito pensar em uma ação inventiva de realidade que nos permitirá “complexificar a trama do real com a densificação (multiplicação) das relações que o constituem através das composições ficcionais e sua especial habilidade em apanhar o furtivo movimento das virtualidades” (Costa, 2014, p. 558). Com a ficção, iremos passar da mera descrição do já visto para a problematização do visível, criando uma estória onde a confiança ultrapassa a fidedignidade sem perder realidade. Por isso,

Não se trata de um idealismo centrado na experiência do sujeito nem de um realismo ingênuo que segmenta a existência do objeto da experiência do mesmo: a realidade dos objetos é garantida exatamente pela nossa articulação com os mesmos e não pela separação sujeito-objeto. Sujeito e objeto se constroem mutuamente no encontro das ações de ambos em uma experiência. (COSTA, 2014, p. 557)

Especificamente neste artigo, será analisada uma dessas estórias, que se passa entre um analista (cis) e uma analisanda (trans). Os personagens – Murilo (o analista) e Ariel (a analisante) – não correspondem a uma pessoa em particular, mas funcionam como articuladores de diferentes narrativas clínicas, teóricas e políticas. A partir de pequenas cenas, propomos a construção de um dispositivo analítico local, seguindo a proposta de Haraway (1988/1995), ou seja, que parte de uma experiência de escuta particular, que pode, ou não, corresponder a outras experiências, em outros locais, com outras leituras, mas que permitirá ampliarmos o espectro de análise, no diálogo com os diferentes materiais já citados, e perseguirmos alguns caminhos possíveis da escuta psicanalítica atentando para suas negociações, embates e reinvenções na relação com a cisnorma.

Neste trabalho, teremos como principal eixo teórico, ético e clínico da psicanálise a produção freudiana e lacaniana sobre escuta e, no que se refere aos estudos de gênero, as análises empreendidas por Vergueiro (2015), em sua dissertação de mestrado, acerca dos eixos que compõem a cisnormatividade como uma categoria de análise.

1. Sustentar Seu Desejo Em Nome Próprio

Em uma clínica interdisciplinar, o psicanalista Murilo, amparado nas teorias de Freud e Lacan, e disposto a escutar qualquer queixa singular, inicia sua semana de atendimentos. O telefone toca e a secretária avisa que é um “menino de batom”, cujo nome informado ela duvida que seja o nome de verdade.

Ao abrir a porta, o psicanalista encontra Ariel. Embora esperasse, pelo nome, uma mulher, branca, com roupas coloridas e uma apresentação de feminilidade inquestionável quem se mostra

ali, para sua surpresa, é muito diferente do que imaginava: um corpo que ele nunca havia visto antes, de cabelos longos, batom roxo, calça jeans e uma camiseta preta, exibindo uma masculinidade feminina, uma feminilidade masculina, um corpo que convoca o seu corpo a se desacomodar. Murilo, diante do corpo à sua frente, hesita acerca de qual gênero usar na saudação a Ariel. Ela, em seu primeiro atendimento, entra rapidamente na sala, diz que não “tem problema com a sua identidade” e entrega um envelope fechado ao psicanalista. Antes que o psicanalista pudesse dizer qualquer coisa, Ariel, assustada, olha para ele e diz que precisa saber quanto cobra, justificando que não tem muito dinheiro.

O psicanalista, desacostumado com aquela situação, recorreu imediatamente a seus referenciais teóricos, que o permitiam pensar em uma possível tentativa de negar o limite imposto pelo real do sexo. No intuito de abordá-lo rapidamente, a primeira questão que o psicanalista se fez foi o que seria um “problema com a identidade”.

Ao receber, e antes de abrir, o envelope, no qual constava a sigla PTS - Programa chamado Processo Transexualizador do Sistema Único de Saúde (SUS) -, o profissional pediu a Ariel que dissesse o motivo pelo qual o havia procurado. Ela, aflita e prontamente disposta, respondeu que, depois de ter passado pela triagem do PTS, recebeu a recomendação de que procurasse atendimento psicológico, pois não se encaixava nos critérios do referido programa.

Relatou, naquele instante, mais uma vez, que sentia em seu íntimo a pressão de uma espécie de inexistência de vida, na medida em que sabia, acima de qualquer teoria médica, que a sua identidade de gênero era uma das condições para uma vida melhor, mas não entendia tal desligamento. O psicanalista, ainda inquieto com aquele corpo, questionou sobre esse sentimento de

inexistência: se ela não tinha problemas com a identidade, por qual razão a identidade estava em questão para uma vida melhor?

Ariel, ao relatar o motivo pelo qual havia procurado o profissional, retoma, em sua narrativa, o dia em que foi informada sobre o seu desligamento do PTS. Disse que suas mãos suavam e uma sensação de não pertencimento lhe caiu sobre os ombros. Acostumada a aceitar as contrariedades da vida, Ariel disse que se retirou, mas, dessa vez, prometeu que seria diferente. Desejava buscar as causas da recusa, já que muitas amigas estavam passando pelo processo e contavam as alegrias de serem sempre bem atendidas. Disse que sentia medo de que não tivesse sido aceita por ter alguma doença mental e de não ter sido informada disso. Orientada pelos médicos residentes do PTS, então, Ariel disse que buscou atendimento psicológico, sem muita sorte com o primeiro profissional. Em seguida, a partir de contatos com outras pessoas próximas, conseguiu chegar ao atual psicanalista, que, segundo amigos, parecia ser mais sensível a questões de gênero. A analisante, então, diz estar ali para entender o que significava esse desligamento.

Psicanalista: “Conte-me, Ariel, como tudo isso começou. Quando você descobriu que não nasceu homem?”

Ariel estava ansiosa, pois sua experiência com o primeiro psicólogo havia lhe feito perder as esperanças sobre a sensação de viver uma vida igual a qualquer outra, como qualquer outra garota de sua idade. Desejosa de ser atendida por um profissional que possuísse conhecimento sobre as questões peculiares à transexualidade, não queria que o atual psicanalista tentasse fazer com que sua experiência fosse a eterna busca por cirurgias (segundo o psicólogo anterior, as cirurgias fariam dela uma verdadeira mulher,

no sentido de uma cisgeneridade idealizada, afirmando, ainda, que o sofrimento dela estava diretamente ligado a essa ruptura entre seu corpo masculino e seu gênero feminino). Entretanto, Ariel nunca havia conseguido dialogar sobre sensações mais profundas a respeito, já que o profissional anterior encarava o “problema” como peças a serem encaixadas, imaginando que tudo estaria resolvido após as intervenções corporais, mais particularmente a genital.

Ariel: “Olha, doutor, primeiramente eu nasci e me impuseram quem eu era. Não é uma escolha. Segundo, eu não posso pagar cinquenta reais por semana. Talvez eu consiga pagar por mês esse valor, mas também não sei se virei mais vezes, na verdade. Espero que o senhor não siga o mesmo caminho do outro... Eu já disse que não tenho problemas com a minha identidade de gênero. Eu vim aqui porque preciso entender por qual razão eu não posso ter acesso ao programa. O outro psicólogo ficava me dizendo que eu tinha um transtorno psíquico e que eu ficaria melhor se fizesse as cirurgias para ser uma mulher... Ficou horas me explicando o que era esse transtorno e quase queria me ensinar a ser mulher.”

O psicanalista, então, disse que aceitaria o pagamento mensal do valor combinado e que poderia ajudar Ariel a entender o que estava escrito no envelope. Disse, porém, que o que o envelope continha não significava nada, na medida em que ele gostaria, sim, de poder escutá-la, de conhecer a sua história, para, apenas depois, saber como a ajudar. Ariel havia pesquisado exaustivamente a formação do profissional à sua frente, mas não sabia com quais noções a respeito da transexualidade ele trabalhava. Mesmo assim, sentiu, logo na primeira sessão, que poderia respirar com mais calma, confiando que relatar tudo o que guardava dentro de si, talvez, não seria um grande problema. Ela, então, iniciou seu relato contando que desejava muito o

acesso ao processo hormonal, mas que passava por sérias dificuldades financeiras e que, por isso, queria entrar no PTS, embora não sentisse certeza se queria realizar a cirurgia de genital.

O psicanalista, confuso com tantos termos desconhecidos, pediu à analisante que explicasse um pouco mais sobre o que era esse processo, o que os hormônios iriam fazer e para que servia a cirurgia. Ariel, nas entrevistas iniciais, se espantou com a franqueza e a honestidade do psicanalista e logo percebeu que ele não sabia muito sobre transexualidade. De início, contudo, ele não parecia patologizador nem a fazia se sentir louca. O psicanalista, na perspectiva de Ariel, estava disposto a escutá-la, situação que ela, há bastante tempo, não sabia como era.

Ariel: “Esse negócio é o programa para nós, trans, termos acesso ao processo de transição pelo SUS. Lá conseguimos hormônios e a cirurgia de graça, mas temos que ficar dois anos, obrigatoriamente, em acompanhamento. Eu só queria os hormônios, silicone e tirar alguns pelos, mas não tenho certeza da intenção de fazer a cirurgia genital. Eu sou uma mulher com pênis e não tenho problemas com isso. Me parece que os outros se importam mais do que eu com isso.”

O psicanalista, em um primeiro momento assustado com o relato, começa a recorrer, novamente, a suas teorias e a pensar se aquela situação não poderia se encaixar na negação da diferença sexual por meio de um delírio da paciente, como havia lido em Millot (1992). Porém, colocando esses pensamentos de lado, ele continuou disposto a escutá-la, com certas inquietações – afinal, nunca havia escutado uma história assim.

Após as sessões com a paciente, o analista foi em busca de recursos teóricos e supervisões com seus pares, os quais lhe

orientaram a ficar atento, pois uma intervenção no real do corpo, principalmente nos órgãos genitais, poderia ser algo do campo da psicose. Então, segundo a orientação, o analista tinha que ir cautelosamente percebendo se era um caso de perversão ou de psicose não decidida, conforme Dor (1991). Na sua retomada teórica, lembrou da discussão do caso Schreber e começou a pensar que, a partir da teoria psicanalítica, recusar a diferença anatômica poderia ser uma fragilidade simbólica ou um delírio de feminilidade, segundo Safouan (1979). De qualquer forma, disposto a se aproximar do campo e a seguir atentamente a pessoa que escutava, passou, também, a ler as resoluções oficiais do Processo Transexualizador do Sistema Único de Saúde e entendeu que a paciente havia sido desligada do programa por não ter certeza de querer a cirurgia de redesignação sexual.

Na sessão seguinte, recomendou à analisante o mesmo exercício de leitura do Processo Transexualizador do Sistema Único de Saúde. Ariel ficou espantada, pois desconhecia tais documentos, mas reconhecia que, de fato, eram importantes para a sua transição. Ainda na sessão, após ter lido os documentos, ela conclui, indignada, que poderia ter diminuído muitos dos percalços e do tempo gastos em atendimentos desnecessários no PTS se tivesse tido acesso, antes, às resoluções oficiais. Disse que, agora, sentia que a negativa do programa não decorria de questões pontuais, como sua feminilidade e seu tempo de hormonização, e conseguia perceber que, no espaço onde havia procurado ajuda, um outro perfil de pessoas trans era esperado: as que desejavam a cirurgia, o que não era o seu caso.

Internamente, Ariel sorria, porque era reconfortante saber o motivo de sua recusa: o problema não era, necessariamente, dela, mas

da estrutura do programa, que não poderia simplesmente fornecer hormonoterapia gratuita para pacientes que não tivessem como o objetivo final a cirurgia (BRASIL, 2008). Sentiu por um momento que um sorriso interno a permitia ficar em paz consigo mesma, já que ela não estava doente, mas triste pelo desligamento. E, assim, conseguiu confiança para que pudesse falar mais a respeito de si mesma.

Ariel: “Fico feliz por não estar doente, mas agora não sei como farei para ter acesso aos hormônios. Eu não tenho dinheiro, minha família não me ajuda e eu trabalho em um salão de beleza do meu tio, que é gay. Ali eu consigo ter lugar para dormir, comida e algum dinheiro... Ele me aceita do jeito que sou, talvez porque já deve ter passado por algo parecido, por ser gay. Sabe, eu tenho sorte, muitas amigas não têm nem isso e trabalham se prostituindo.”

Psicanalista: “Como assim estar doente? Me conte sobre isso e por qual razão a sua família não lhe ajuda. Me conte sobre eles.”

Ariel, nervosa com tais questionamentos, constantemente passava suas mãos nos ombros. Parecia aflita por compartilhar suas ideias e intenções para outra pessoa. Durante muito tempo, ela havia sentido medo de dialogar com pessoas além de seu tio, porque temia ser hostilizada, rejeitada ou violentada em razão de não apresentar, ainda, uma feminilidade que a colocasse em uma posição de passabilidade⁵¹.

Ariel: “Eu tinha medo de ter alguma doença... ser desligada por estar com depressão, por exemplo. Eu tinha

⁵¹ “Passabilidade” é um termo usado por pessoas trans para descrever como a sua identidade de gênero “passa” despercebida, ou seja, implica em ninguém perceber que essa pessoa é trans, acreditando que que ela é, na verdade, cisgênera.

medo também que eles me julgassem ou me culpassem pelo meu lento processo de transição de gênero, dizendo que eu sou desleixada ou preguiçosa demais ou, ainda, que eu não fosse trans o suficiente, mas, na verdade, eu só não tenho muito dinheiro.”

Em todas as vezes que tentava pensar sobre a sua transição, Ariel sentia um vazio, já que não sabia como fazer ou por onde iniciar. Em sua fala, constantemente referia que nunca encontrou um espaço onde se sentisse segura para tratar desses assuntos:

“parece que eles estão trancados dentro de mim”.

Psicanalista: “Aqui podemos tentar construir um espaço seguro. Dentro do seu tempo, podemos começar com você falando o que tiver vontade, o que vier na sua cabeça.”

Aos poucos, Ariel foi tentando relaxar e ficar calma para falar. Começou a resgatar sua história, a partir de uma reconstituição de suas memórias, e foi revelando, aos poucos, uma base estrutural produtora de violências. Ariel relata que nunca fala sobre a sua família, pois não há muito o que dizer.

Inicialmente, ela relembra que, desde sempre, se sentia menina. Confessa que desejava ser aceita pela sua família nessa condição, mas, ao compartilhar, em um momento da adolescência, a vontade de ser ela mesma, ou seja, uma garota trans, a família reagiu com estranhamento, produzindo uma sensação de inautenticidade, seguida de uma espécie de acusação de loucura por parte de olhares, falas e atitudes de reprovação frente a sua deliberação subjetiva. Tal sensação lhe comprimia novamente a se sentir vazia, a recolher o seu desejo, pois sabia que a transição de gênero era um caminho para estar bem consigo mesma. Porém, ela

percebeu que talvez houvesse um preço a esse equilíbrio interno: um desequilíbrio externo – e isso, pouco a pouco, foi se mostrando cada vez mais real. Ariel, ao referir-se à infância, diz que pode resumi-la em poucas palavras: *“uma menina que nunca teve infância”*.

Após ter relatado tal fato como um segredo que guardara durante anos, se sentia exausta. Sabia, entretanto, que não havia sido infeliz nos anos iniciais de sua vida, mas lembra também que não se sentia feliz como as outras crianças, que podiam livremente se relacionar com as coisas das quais gostavam. A ela, era como se houvesse um fardo imposto por sua família e um controle rigoroso, para tudo: roupas, brinquedos, formas de se movimentar, formas de falar e, muitas vezes, inclusive a forma de refletir sobre certos assuntos era objeto de vigilância.

Ao mesmo tempo em que sentia que sua família a distanciava de brinquedos e atividades que são associadas em nossa cultura ao gênero feminino, não compreendia por que não poderia se relacionar com tais objetos. Uma espécie de culpa fazia com que ela se sentisse deslegitimada em seu desejo de brincar com outras meninas, provocando um incômodo frequente ao ser forçada a interagir com meninos e suas formas de diversão. No entanto, muito além do lazer, suas vestimentas eram delimitadas por essa organização familiar. Passava observando todo o cuidado que suas tias tinham com suas primas, ao pentearem seus cabelos, ao criarem penteados, ao ajeitarem suas roupas com laços e fitas coloridas. Ariel sentia que todo aquele universo de cores não lhe pertencia, pois somente recebia roupas azuis ou simplesmente pretas. Relatou com certo pesar:

Ariel: “Tudo o que eu queria parecia sempre estar do outro lado de onde eu me encontrava. E isso era doloroso demais.”

O psicanalista, pensando no que havia lido em Czermak (1986), questionou se, nesse caso, havia algum resto de conflitiva edípica que precisava ser elaborado, uma certa colagem à figura do feminino que precisava ser reorganizada subjetivamente. Porém, seria possível reordenar a masculinidade ao corpo? – pensou ele. Ao mesmo tempo, se perguntava como é um processo subjetivo que não encontra empatia e reconhecimento no olhar do outro. Quais seriam as consequências de uma expressão do gênero limitada e controlada constantemente na infância? Como seria um processo subjetivo estando em constante negação pelo outro?

Ariel sentia que era constantemente controlada, vigiada e punida por seus pais ou pelos demais familiares. Frases como “menino não brinca com isso, vai brincar com os meninos” ou “te endireita, guri, te ajcita, isso não é postura de menino. Age como homem” eram as diferentes formas de violência que cerceavam a vida de Ariel em sua infância. Porém, ela afirma que, em certo momento, conseguiu usufruir, escondida, dessas práticas que supostamente não lhe haviam sido designadas, enquanto chamada de menino. Sentia que violava uma regra e que seria fortemente castigada, caso fosse descoberta, e, por isso, agia com muita cautela para que pudesse aproveitar as bonecas, panelinhas de plástico, alguns desenhos na TV e músicas mais dançantes.

Havia sessões em que o psicanalista se perguntava se essa não seria uma constituição no campo da perversão, que recusa a castração e a diferença sexual. Porém, se perguntava sobre os caminhos da pulsão e por qual razão aquela experiência não seria possível na infância. Seria o discurso do Outro um aprisionamento normativo para uma cislinearidade do corpo?

Entretanto, o tempo da infância transcorria, e Ariel percebia

como questões mais complexas estavam se apresentando na sua vida. Aos onze anos foi levada a médicos por sua mãe, que constatara sérias lesões dermatológicas nos ombros. Na época, nenhuma causa foi descoberta. Somente após sua transição, já aos dezoito anos, Ariel relatou aos pais sobre a sua identidade de gênero. Depois desse relato, a questão que se colocou para o psicanalista foi que os elementos da fala da analisante poderiam remeter diretamente à literatura de Stoller (1982), ou seja, a uma simbiose com a mãe, uma colagem especular à figura materna que a aprisionava na feminilidade originária. Porém, ficou se questionando como essa manifestação poderia estar mais relacionada a um sintoma de sua angústia frente a esse Outro que a impedia, constantemente, de sustentar o seu desejo em nome próprio.

Durante as sessões, Ariel lembrou cenas da infância, onde o seu gênero foi se construindo através do sentido próprio que dava à constituição de seu corpo. Toda vez que ela produzia algo que estava fora da masculinidade, seus pais penalizavam-na. Amava seu cabelo longo e sentia-se muito triste nos dias que ia ao cabeleireiro, juntamente com a mãe, para cortar o que denominavam de “cabelo de menina”, o que acabou por ser tornar tão comum que Ariel precisou se acostumar aos cortes curtos. Outras tantas formas de violências seguiram na fala de Ariel, que acentuava que a estrutura da sociedade era arquitetada a partir de um binarismo desenfreado: filas escolares divididas para meninos e meninas, dificuldade de acesso aos banheiros da universidade...

Ariel: “Hoje tudo é muito dividido. Perfume de homem e de mulher, roupas de homem e de mulher... até a voz a sociedade classifica, voz de homem, voz de mulher.”

Ariel relata que é muito difícil poder encontrar reconhecimento em outras formas de ser. Diz que, quando ela, contra sua própria vontade, buscava se vincular a algum espaço binário – masculino ou feminino –, era violentada de muitas formas, como na ocasião em que, indo ao vestiário de uma loja de roupas, foi impedida de usar o provador que havia escolhido:

Ariel: “Acho que meu corpo não apresentava feminilidade suficiente para que eu pudesse usar o provador feminino.”

Ao adentrar na sua experiência de transição de gênero, Ariel apresentava domínio de suas percepções e sensações. Sentia-se, diante do olhar alheio, como se fosse uma aberração, uma espécie de personagem imoral, que devia ser constantemente analisada e comentada das mais diferentes formas. Andar na rua, afirmava, era uma batalha constante entre as forças internas que lhe diziam que tudo iria ficar bem e as condenações e vexações a que era exposta nos mais diferentes locais por onde passava.

O psicanalista, então, se pega pensando em como um elemento subjetivo essencial a todos, o gênero, é colocado em uma dimensão padronizada na estrutura social. Por mais que ela tentasse, refletiu ele, todo espaço, em menor ou maior grau, invalidaria sua experiência como não possível diante de algo que está colocado a priori: a ideia de normalidade da cisgeneridade. Após os seis primeiros meses usando Algestona (hormônio), medicação indicada por uma amiga, Ariel começou a se sentir os efeitos iniciais do tratamento.

Ariel: “Eu me sentia uma alienígena frente às outras pessoas, tendo em vista que a minha apresentação

de gênero flutuava em num limbo muito sutil, nem masculino e nem feminino.”

Mesmo que, para si mesma, a declaração de ser uma mulher fosse lúcida, a materialização em seu corpo ainda passava por importantes processos, mas não intencionalmente. Logo, sua expressão apresentava facetas andróginas que frequentemente a faziam passar por constrangimentos.

Ariel: “Eu acho que as pessoas olhavam para mim e para o meu corpo e pensavam: o que que é isso!? Eu sei que tenho um longo caminho até me sentir satisfeita com meu corpo, mas os olhares dos outros são cruéis demais.”

Nessa oportunidade, o analista lembrou do primeiro atendimento, onde previamente antecipou em Ariel uma certa colagem do nome à feminilidade e da feminilidade a uma estereotipia de corpo, gestos, formas. Em seus sentimentos, começou a se questionar sobre como essa forma de pensar está enraizada e encarnada em nosso discurso, em nossa linguagem e nas relações. O testemunho da analisante dizia de algo estrutural, de uma vida confrontada constantemente com violência para ser legitimada.

Ariel agora consegue perceber que algumas violências, especificamente, lhe machucavam mais do que outras, a exemplo de um professor universitário que insistia em lhe chamar pelo nome de registro civil, ainda que ela o tivesse avisado de que gostaria de ser chamada pelo atual nome, identificado com a carteira de nome social. Para além do nome, essa situação parecia uma espécie de tortura, onde sua real identidade, a que ela mesma vinha construído, fosse ilegítima naquele espaço.

Esse sofrimento interno fez com que ela buscasse o cartório

de registro civil, mas, novamente, Ariel teve que enfrentar adversidades. Sua família não aceitava a mudança de nome e utilizava diversas formas de pressão psicológica. Os pais costumavam dizer “nós erramos com você”, “nós sempre te tratamos com amor”, “isso tudo é nossa culpa!”; mas não eram somente os problemas familiares que lhe entravavam a experiência de retificação do nome. Na época, para que pudesse retificá-lo, era necessário passar por avaliações psicológicas que atestassem a existência de um “transtorno”, de uma “doença mental”, como meio de legitimação em qualquer espaço. E, ainda, se fosse de seu interesse modificar o campo relativo ao sexo designado na certidão de nascimento, era exigido, também, o processo cirúrgico de transgenitalização.

O analista, durante as sessões, passou a perceber como a teoria na qual ele fundamentava suas intervenções clínicas tinha possibilidades de leitura extremamente violentas e que aquela posição subjetiva estava bem longe de um caso de psicose/perversão, pois Ariel supunha nele algum saber sobre aquilo que é do seu sofrimento e não se encaixava em nenhum destes diagnósticos estruturais. Ela começou lentamente a endereçar seu sofrimento, a se questionar, a se perguntar sobre seus limites, e, a partir daí, o analista passou a aprender, com a analisante, em transferência, outros caminhos possíveis da pulsão e outras formas de se relacionar com o corpo que até então não lhe eram familiares.

A sensação que mais se apoderava do interior de Ariel era de ser fragmentada. Em suas palavras, diz ter vivido por anos como um “gay afeminado” para conseguir estar em determinados espaços. Usava por vezes uma expressão de gênero não binária para frequentar outros. Entretanto, avaliava que sempre causava estranhamento na maioria das pessoas que a via caminhar nas ruas. Quando Ariel

encontrou relatos de pessoas trans na da mídia, se jogou no mundo virtual e assistiu a diversos depoimentos e documentários sobre um universo novo e possível, que imediatamente a fizeram se sentir pertencente. Ariel percebeu que todas as suas mágoas, durante seu crescimento, eram compartilhadas por muitas outras pessoas no mundo e que, afinal, não estava sozinha em suas dores. Tamanha modificação fez Ariel de sua autoimagem, após o reconhecimento em outras identidades, que se olhar no espelho passou a ser um desafio que lhe agradava. Construir a si mesma resultou em um prazer maior que todas as dores que sentiu em sua vida.

2. Elementos Possíveis Para Elaboraões Teóricas A Partir Da Experiência Clínica De Escuta Das Transidentidades

A partir da estória apresentada, gostaríamos de refletir sobre os elementos possíveis para elaborações teóricas a partir da experiência clínica de escuta das transidentidades do primeiro autor. Não temos por intenção responder exaustivamente cada elemento que se apresentou à clínica ou à estória, mas mostrar ao leitor a multiplicidade de demandas e deslocamentos que surgem ou são provocados por meio da escuta, para que possamos, minimamente, produzir reflexões clínico-políticas.

Na estória, percebemos como foi importante para Murilo colocar certos pressupostos de lado para que pudesse escutar. O movimento na clínica certamente não é tão linear ou imediato como a construção ficcional nos leva a pensar. Assim sendo, na ficção, também é possível pensarmos sobre pontos importantes à clínica, dentre eles as violências que podem se colocar de uma forma muito

inicial – já na sala de espera –, indicando a necessidade de estratégias (de capacitação das pessoas da clínica, e não só do psicanalista) para uma recepção não violenta (questão que não emergiria em função da cisgeneridade); a expectativa do analista, já marcada pela linguagem binária e pautada na pré-discursividade cisgênera, antecipando a colagem do corpo e do nome a masculinidades/feminilidades; a existência do desconforto do corpo (cis) em se defrontar com um corpo (trans) e os efeitos transferenciais desse encontro, pois, de alguma forma, isso coloca o analista em uma posição de estranhamento que pode, ou não, ter efeitos no tratamento; o questionamento do analista sobre a necessidade de a identidade da analisante se colocar como elemento primordial para uma vida melhor (a dele seria supostamente estável e nunca questionada, por ser cisgênero; já a dela estaria, ao contrário, sempre sendo questionada); a importância de estarmos atentos para não reatualizarmos manejos transfóbicos, a exemplo da pergunta “quando você descobriu que não nasceu homem”?; e, por fim, como a inscrição da transição em um modelo normativo orientado pela cisgeneridade não é um caminho necessário nem o único possível ou desejado.

Por meio da nossa experiência, percebemos que as transidentidades (sim, sempre plurais) não são uma experiência homogênea, ou seja, não existe um transexual verdadeiro, como pensado por Stoller (1982), segundo refere Cunha (2016). Existem múltiplas possibilidades performativas sobre o gênero e identidade, razão pela qual é impossível elencarmos identitariamente um conjunto de elementos descritivos que possam dar conta de um suposto universal das transidentidades, mas experiências de escutas múltiplas.

A cirurgia genital ou o desejo de realizá-la não é critério último que define as experiências trans diagnóstico. Muitas pessoas, assim

como Ariel, não se interessam pela cirurgia de redesignação, e outras por nenhuma cirurgia em geral. Outras tantas precisam da cirurgia. Essas cirurgias, também pensando em uma suposta intervenção no real do sexo, nos fazem pensar que “os psicanalistas representantes dessas teorias se esquecem que o corpo em psicanálise não se reduz a um real orgânico, sendo este sempre acessível apenas a partir da fantasia e da linguagem” (RODRIGUES, 2016, p. 176). Tal discussão nos lembra que ainda encontramos afirmações que confundem o real do sexo com a anatomia, e esquecem que, quando abriremos o campo do gozo no corpo, esse não deve ser confundido com o corpo anatômico como materialidade estanque, pré-discursiva – “porque transborda o corpo recortado pelo simbólico, localizando-se no furo entre o imaginário e o real” (PRATES, 2018, p. 57).

A transição binária não é a única forma de transição de gênero, ou seja, não são todas as pessoas trans que têm a intenção de transicionar de um corpo feminino ao masculino, ou vice-versa (até porque esses dois significantes estão colocados em uma cadeia múltipla de possibilidades). Existem pessoas que se interessam por essa binaridade e pessoas que não se interessam, compondo seu gênero em construções transidentitárias, como travestilidades, não binaridades, gêneros fluídos etc.

Quando se trata de pensar o órgão genital, não são todos os sujeitos que têm aversão. Muitos não convivem bem, mas nem por isso querem se submeter a qualquer procedimento de redesignação. Outros precisam dessa intervenção para se sentir melhor, enquanto há aqueles que não enfrentam nenhum tipo de desconforto.

Outrossim, não é porque a pessoa é trans que ela vai conhecer as diversas possibilidades performativas existentes na cultura para construção e produção do seu próprio gênero. A transição nos

parece, cada vez mais, ter um caráter de não finalização, assim como a construção das masculinidades e feminilidades, sejam elas cis ou trans. Em um contínuo, sem início, meio ou fim, cada sujeito, em seu tempo, vai encontrar à sua maneira de autoconhecimento, auto enunciação e autodeterminação.

No material pesquisado pelo primeiro autor, aqueles que chegaram à clínica não têm apenas a queixa a respeito de ser homem ou mulher, mas reclamam das transfobias cotidianas sofridas para sustentar seu desejo de transição. O questionamento social de que eles nunca serão homens e mulheres de “verdade” é oriundo do fato de a cisgeneridade produzir um enlaçamento social imaginário de que existiria um homem e uma mulher de verdade. Há, também, demandas sobre o processo de erotização desse “novo” corpo, decorrentes das alterações produzidas pelo processo hormonal: redistribuição de gordura, crescimento de pelos, mudança de voz e modificações nas formas de prazer e de gozo. Pode ser, afinal, uma nova adolescência que se emerge para elaboração. Alguns tentam reorganizar a sua escolha de objeto, a partir da sustentação identitária, ao passo que outros se mantêm fixos a uma orientação sexual ou se colocam orientados pela pansexualidade.

Existem, ainda, aqueles que tentam construir estratégias para enfrentar as transfobias, em conjunto com diversas outras demandas que se assemelham às trazidas por qualquer pessoa que chega à clínica, a exemplo de conflitos familiares, amorosos e financeiros (e não apenas conflitos identitários, ainda que possam estar mais ou menos articulados). Uma grande maioria passa por um processo de luto, onde aquele velho eu, ou o velho corpo, a velha vida ou a velha identidade de gênero, vai cada vez mais desaparecendo para o nascedouro de um novo eu, um novo corpo, uma nova

identidade de gênero, uma nova vida. Esse luto que coloca em jogo o desaparecimento no espelho não apagará por completo a outra história de vida e faz com que o sujeito, de uma forma ou outra, precise elaborar tal processo no seu tempo. Embora a tecnologia, por meio de canais de pessoas trans no YouTube, séries e novelas, possa, muitas vezes, ajudar como recurso terapêutico potente para o sujeito, também pode acabar atrapalhando no processo, quando se passa a acreditar que aquela é a única forma de fazer uma transição.

Ainda, há alguns momentos em que o primeiro autor constatou na sua experiência clínica que os hormônios produzem muitos efeitos positivos de organização, mas também produzem algumas modificações importantes no cotidiano do sujeito, às vezes o aumento de apetite, a libido, a sensação de desconforto com a imagem foram comuns, o que passa a ser importante de ser levado em conta.

Na clínica exercida pelo primeiro autor, foi constatado como a família é um assunto pouquíssimo trabalhado, ou seja, como ela também participa de um processo de luto e de saída do armário, tanto quanto o sujeito, apesar de não haver espaços de elaboração para os familiares.

Um dos elementos que mais nos chamou a atenção, também, é pensar a ideia de um psicólogo que soubesse sobre transidentidades ou que fosse “seguro”. Essa discussão lembrou a discussão feita por Santos e Polverel (2016), intitulada “Procura-se psicanalista segurx. Uma conversa sobre normatividade e escuta analítica”. No texto, as autoras problematizam a demanda que surgiu, há aproximadamente cinco anos, na França, por parte dos profissionais de saúde mental, em mapear psicanalistas seguros capazes de escutar a população LGBTTQIAP+, trabalhadorxs do sexo e todo sujeito que sofre discriminações sistêmicas/específicas e violências em decorrência

de seu gênero não estar conforme à norma. A ideia do “seguro” baseia-se na constatação de que “uma parcela da população é vítima de preconceito e de discriminações dentro dos espaços da clínica” (SANTOS & POLVEREL, 2016, p.3). Um analista seguro seria, assim, aquele que não expressaria julgamentos normativos sobre os analisandos, produzindo uma escuta não patologizante.

Na discussão proposta pelas autoras, são apresentados dois vieses: o da necessidade de uma escuta segura e o da incerteza de isso ser possível no processo analítico. Todavia, é necessário refletirmos mais a respeito da escuta segura, tendo em vista a existência de uma dimensão perigosa e não analítica por parte dos psicanalistas, pois, como afirmam as autoras,

Não se trata de práticas psicanalíticas, regidas pelo trabalho do inconsciente e orientadas pelas regras que compõem o dispositivo analítico. Esse é o perigo a que se expõem as pessoas cujas identidades e orientações são consideradas marginalizadas (e certamente não só elas): o perigo de serem tratadas, em análise, como se estivessem num espaço onde se produzem perícias e avaliações, e não escuta (SANTOS & POLVEREL, 2016, p. 3)

Essa situação nos leva a pensar em um paradoxo, no que o psicanalista seguro não deveria fazer (reproduzir preconceitos), mas também tomar cuidado para que essa condição não seja determinada positivamente, dizendo o que ele deveria fazer, como se houvesse um modelo para a escuta ou para o processo analítico. Se chegássemos a determinar isso, estaríamos diante do estranho extremo de propor uma formação “segura” ou um curso de “capacitação de analistas seguros”, em treinamentos objetivos.

Por outro lado, é fundamental darmos conta de perceber o que produz essas violências – e, de fato, parece haver um impasse entre saber e não saber, como se uma formação de analistas seguros precisasse de algo a mais, como a leitura de textos que descontroem a cisgeneridade da teoria psicanalítica.

Por mais que concordemos com a impossibilidade de existência de um lugar ideal e completamente seguro (nos parece mais adequado pensarmos em uma escuta guiada pela ética de reconhecimento à alteridade).

Na ficcionalização apresentada, buscamos ir costurando um certo alinhamento político sobre questões de gênero, ou seja, uma certa disposição da escuta como elementos facilitadores para que a analisante sustentasse uma posição de suposto saber necessária à transferência e, conseqüentemente, à escuta. Em um só depois, sustentando o nosso lugar de não saber, percebemos transferencialmente que a procura da analisante por um psicólogo que “soubesse” sobre transidentidades estava relacionada às várias formas de transfobias nos consultórios de psicologia, segundo Jesus (2015).

Outra questão relevante à clínica é que, quando o sujeito não corresponde à socialização da cis-hetero-norma, o destino, na maioria dos casos, são violências. Na clínica, o primeiro autor escutou relatos sobre os efeitos dessas violências em todas as histórias (tanto as que chegaram à escuta do primeiro autor, tanto aquelas que estão no material pesquisado), como se a constituição psíquica de quem não corresponde a essa naturalização fosse marcada, além do trauma constitutivo inerente a todo sujeito, também por um trauma de ininteligibilidade que não ocorre igualmente em todos os casos. Quando o sujeito percebe que o que lhe foi designado não corresponde à forma pela qual ele reconhece a si e a seu gênero, vai

tentar encontrar meios performativos de subversão para sustentá-lo. Tais meios vão produzir diversos conflitos, dúvidas e angústias, dando ensejo a excessos, por vezes inomináveis, por não ser reconhecido, por não poder legitimar a sua imagem, a sua identidade e o seu desejo; ou, ainda, por não fazer parte do que a cultura considera normal.

Contudo, por mais que o conflito psíquico, pela psicanálise, faça parte da constituição do sujeito, na maioria dos casos de vivências transidentitárias que escutamos, esses conflitos não encontram um acolhimento para elaboração no Outro. A resposta para tal enunciação geralmente é transfóbica e decorre do contrato social naturalizado e instituído na imposição da cis-hetero-norma como forma naturalizada da possibilidade de existência.

Portanto, nos parece que, com a associação livre e a atenção flutuante como elementos centrais nesse processo de acolhimento, constatamos a importância de uma escuta implicada e atenta aos marcadores de gênero como uma forma de ferramenta clínica, na medida em que nos sentimos constantemente colocados no lugar de testemunhas dessas violências.

Na clínica, fomos aprendendo em conjunto com os analisandos a necessidade de práticas de liberdade e de como a clínica pode ser um dos lugares que participa das políticas de reconhecimento que produzem inteligibilidade, reconhecendo a pluralidade de formas constituintes do corpo, sexo, gênero, desejo e prática sexual, ou seja, reconhecendo que as transidentidades são possíveis e tão legítimas quanto as cisgeneridades. Um dos principais problemas é não levarmos em conta como a pré-discursividade nos engessa imaginariamente em concepções sobre sexo, gênero, desejo, homem, mulher, masculinidade e feminilidade, criando barreiras binárias para o sujeito e impedindo a nossa compreensão e escuta de masculinidades e feminilidades.

Nesse contexto, muitas vezes, podemos intervir em formas violentas, normativas e estigmatizantes por meio da compreensão de uma suposta permanência entre tais elementos. No entanto, é na possibilidade de deixar o sujeito associar livremente que nós escutamos a demanda sobre a identidade de gênero como um pequeno recorte de distintas questões para a clínica das transidentidades, e não o gênero como elemento central.

Assim, por meio da nossa escuta, tentamos construir essa estória para refletirmos sobre a pluralidade do processo performativo de gênero e a singularidade constitutiva de cada processo de transição. Algumas pessoas se encontram tão suficientemente satisfeitas com a sua própria produção performativa que fazem da transição de gênero um capítulo estável, porém, sem desconforto em ser retomado. Outros, por mais que estejam em um processo de transição, não se percebem marcados pela binaridade, e seu sofrimento perpassa em torno de não querer fazer nenhuma cirurgia, mas, em seu entendimento, essa é a única possibilidade de “ser trans”; ou não querem utilizar hormônios, mas, se não os utilizaram, questionam como seriam “mulheres” ou “homens”. Por fim, existem aqueles que estão no momento de questionamento e movimento sobre os semblantes dispostos na cultura para achar um caminho próprio e um gênero para chamar de seu.

3. Considerações Finais

Por meio da estória ou da ficcionalização, tentamos apresentar ao leitor como certos enquadramentos teórico-conceituais podem operar, afetando a escuta do analista, fazendo com que alguns pressupostos da teoria mais atrapalhem do que possibilitem levar em conta a potência da clínica. A exemplo do que vimos na narrativa,

os pressupostos teóricos, muitas vezes, erroneamente, levam em conta uma linearidade da diferença sexual através de uma suposta permanência subjetiva, criando, assim, para aquele que escuta, concepções prévias de inteligibilidade e a suposição de que, em algum momento, vai haver um posicionamento definitivo, um assentamento da identidade, da orientação sexual e do sexo e do gênero, onde estes elementos deveriam se tornar decisivos. Essa compreensão não abarca a noção de que sexo, gênero e desejo se reorganizam a todo instante, e isso rompe com a ideia de uma permanência.

A escuta, portanto, supõe ao analista ir acompanhando esse fluxo em uma posição ética que pensa na centralidade de escutar um reordenamento dos processos subjetivos em cada história, um movimento constante, um fluxo contínuo. Diante disso, ao utilizarmos a psicanálise como um dispositivo clínico, nos sentimos imediatamente impelidos a perceber a importância de ela se ocupar das mudanças ocorridas na cultura. Repensando as subjetividades e seus aspectos clínicos, mas não somente isso, a escuta baseia-se no movimento do desejo do analista de desprender-se de si mesmo, em uma tentativa de suspender um saber a priori e descentrar-se de um conjunto de crenças para poder escutar. Ocupar-se de (re)pensar a clínica constitui, então, um ato ético e político, pois, no campo teórico da psicanálise, a renovação de seu saber e de sua prática é fundada na particularidade de que, para cada analista, como para cada caso clínico, é necessária uma reinvenção e um desmonte da escuta, para que a clínica não se torne uma mera aplicação de conceitos sobre a experiência do sujeito.

Assim, Ariel, violentamente chamada de “menino de batom” cujo nome a secretária não sabia se era “de verdade”, conta do impacto de não saber por que havia sido “desligada” do Programa de Identidade de Gênero. É o exercício de escuta sustentado no não-

saber *a priori* sobre o outro que permite o acolhimento do não saber de Ariel, não só sobre o enigmático desligamento do Programa, mas também sobre o impacto do desligado em nela mesma.

Ao endereçar à escuta sua dúvida sobre o desligamento do Programa, Ariel passa pouco a pouco a entrar em contato com o que está “desligado” nela, a partir de uma história onde foi, violentamente, obrigada a “recolher o seu desejo”. Do sentimento de ser uma “aberração” frente ao cruel olhar do outro e a nomeação “profissional” de ter um ‘transtorno psíquico’, Ariel encontra, na configuração de uma clínica atravessada por uma escuta sensível (em nosso caso, a de Murilo), a inaugural condição de ser quem é e quem deseja ser a partir de uma construção própria. Desde a sensação de fragmentação que a perseguia, inaugura-se, no processo de escuta, a não mais exclusão do prazer e a constatação de que construir a si mesma resultou em um prazer maior que todas as dores que sentiu em sua vida.

Referências

ALMEDA, Guilherme; MURTA, Daniela. (2013). “Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil”. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 380-407, ago.

AYOUCH, Thamy. (2015). Da transexualidade às transidentidades: psicanálise e gênero plurais. **Percurso**, 54(28), 23-32.

BAGAGLI, Beatriz. Pagliarini. (2017). Orientação sexual na identidade de gênero a partir da crítica da heterossexualidade e cisgeneridade como normas. **Letras escreve**. Macapá, v. 7, n. 1, 1º semestre.

BARDOSA, Lygia & BRUM, Eliane. (Diretoras). (2017). **Laerte-se**.

Brasil: Netflix.

BENTO, Berenice; PELÚCIO, L. (2012). “Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 559-568, ago.

BRASIL. (2008). Portaria Nº 1.707, de 18 de agosto de 2008. **Brasília: Ministério da Saúde**. Recuperado em 10 ago 2019, de http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt1707_18_08_2008.html.

BULAMAH, Lucas. C. & KUPERMANN, Daniel. (2016). A psicanálise e a clínica de pacientes transexuais. **Periódicus**, 5(1), 73-87.

CAIT, Jenner. (Diretora). (2015). **I am Cait**. Estados Unidos: E! Entertainment Television.

CAVALCANTI, Céu. S, BICALHO, Pedro. Paulo. Gastalho, & SPOSITO, Sandra. Elena. (2019). O Lugar da Psicologia Frente às Orientações Sexuais e Identidades de Gênero. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 39(spe3), e062019.

COSTA, Luis. Artur. (2014). O corpo das nuvens: o uso da ficção na Psicologia Social. *Fractal*: **Revista de Psicologia**, 26, 551-576.

CUNHA, Eduardo. Leal. (2016). A psicanálise e o perigo trans (ou: por que psicanalistas têm medo de travestis?). **Periódicus**, 5(1), 7-21.

CZERMAK, Marcel. (1986). **Passions de l'objet: études psychanalytiques des psychoses**. Paris: Clims Denöel.

DOR, Joel. (1991). **Estruturas e clínica psicanalítica**. Rio de Janeiro: Taurus-Timbre.

FRANCE, David. (Diretor). (2017). **A morte e a vida de Marsha P. Johnson**. Estados Unidos: Netflix.

HARAWAY, Donnah. (1988/1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, 5, 7-41.

JESUS, Jaqueline. Gomes. (2013). Feminismo e identidade de gênero: elementos para a construção da teoria transfeminista. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10** (Anais Eletrônicos), Florianópolis.

JESUS, Jaqueline. Gomes. (2015). **Transfeminismo: Teorias e Práticas**. (2. ed.). Rio de Janeiro: Metanoia.

JUHLOLA, Eric. (Diretor). (2016). **Crescendo como Coy**. Estados Unidos: Netflix.

LACAN, Jacques. (2009a). **O seminário (Livro 18): de um discurso que não fosse semblante**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor
MILLOT, Catherine. (1992). **Extrasexo: ensaio sobre o transexualismo**. São Paulo: Escuta.

MURTA, Daniela. (2011). **Os desafios da despatologização da transexualidade: reflexões sobre a assistência a transexuais no Brasil**. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. Instituto de Medicina Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

NERY, João. (2011). **Viagem solitária - Memórias de um transexual trinta anos depois**. Rio de Janeiro: Laya.

PACHOAL, Márcio. (2016). **Rogéria: uma mulher e mais um pouco**. Rio de Janeiro: Estação Brasil.

PRADO, Marco. Aurélio. Máximo. (2018). **Ambulare**. Belo Horizonte: PPGCOM UFMG.

PRATES, Ana. Paula. (2009). O corpo e os discursos: dominação e segregação nos laços encarnados. **A Peste**, 1(2), 225-244.

PRATES, Ana. Paula. (2018). Gozar de boneca: mapas anatômicos e genéticos não localizam o gozo feminino. In: Patricia Porchat; Patrícia Corsetto; Carla França. (Org.). **Psicanálise e Gênero: Narrativas feministas e queer no Brasil e na Argentina**. 1. ed. Curitiba: Calligraphie.

QUEIROZ, Flávio. (2015). **Nany People**: ser mulher não é para qualquer um – minhas verdades. 1. Ed. São Paulo: Planeta.

RODRIGUES, Gelberton. Viera. (2016). Escutando transidentidades na psicanálise: potencialidades subversivas. **Periódicus**, 5(1), 171-184.

SAFOUAN, Moustapha. (1979). **Estudos sobre o Édipo**: introdução a uma teoria do sujeito. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

SANTOS, Beatriz., & POLVEREL, Elsa. (2016). **Procura-se psicanalista segurx**. Uma conversa sobre normatividade e escuta analítica. Lacuna: uma revista de psicanálise, 1(3).

SOLOWAY, Jill. (Diretor). (2014). **Transparent**. Estados Unidos: Amazon Studios.

STOLLER, Robert. (1982). **A experiência transexual**. Porto Alegre: Artes Médicas.

STONA, José., & FERRARI, Andrea. Gabriela. (2020). Transfobias Psicanalíticas. **Revista Subjetividades**, 20(1), e9778.

TENÓRIO, Leonardo., & PRADO, Marco Aurélio Máximo. (2016). **As contradições da patologização das identidades trans e argumentos para a mudança de paradigma**. Periódicus, 5, 41-55.

VERGUEIRO. Viviane. (2015). **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Brasil.

DESEJAMOS O SEXO REI? Ensaio sobre a heteronormatização do sexo gay.

Gregory da Silva Balthazar
UNIVERSIDADE TIRADENTES - UNIT
gsbalthazar@gmail.com

Gustavo da Silva Passos
MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
gustavopassosedu@gmail.com



Introdução

Em 2020, o movimento das dissidências sexuais e de gênero comemorou cinquenta e um anos do dia em que uma travesti preta atirou um tijolo em um policial. Ela se chamava Marsha P. Johnson e o episódio ao qual nos referimos ocorreu nos Estados Unidos da América, na Cidade de Nova York, durante a Revolta de Stonewall (Stonewall Riot). Em um contexto novaiorquino em que a repressão policial olhava de forma privilegiada aos locais de sociabilidade da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, a luta que se tornou visível na cultura *mainstream* unia pessoas que reivindicavam seu direito de existir publicamente. Desde então, acontecimentos como o surgimento do HIV, a despatologização da homossexualidade, a luta por reconhecimento integral do Estado tem dado a ver a reinvenção e a adaptação desse movimento em uma deriva que se estende ao longo da história recente.

A sigla, que hoje apresenta uma profusão de categorias, é fundamentalmente heterogênea, ainda assim, se há, de alguma forma, um pertencimento coletivo que nos transversaliza, que nos dá uma sensação de comunidade, talvez ele tenha origem exatamente na percepção da violência e o risco cotidiano de ser alvo de injúria que vivemos. A sigla LGBTQIA+, abreviação para lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, *queer*, intersexo, assexuais e mais, oferece, em sua apresentação, a percepção da multiplicidade dessa população. Entretanto, se formos assumir a violência como um elemento aglutinante desse grupo, somos forçados a levar em consideração que as técnicas violentas que levam cabo dessas vidas são tão diversas quanto a sigla em si. Assumindo as diferenças que nos tornam sujeito de dispositivos sociais mais ou

menos distintos, neste ensaio pensaremos majoritariamente sobre questões que envolvem homens cisgênero gays.

Nos Estados Unidos da América, a agenda emergente de mobilização, que na década de 1970 seria conhecida por Movimento Gay, ainda que fortemente protagonizado por travestis e pessoas trans, advogava por pautas que contemplavam o reconhecimento integral de cidadania, equidade social, o fim da violência policial contra essa população, bem como a liberação sexual, entre outras (NAPPO, 2010). Enquanto isso, aqui no Cone Sul, o Brasil ainda vivia seu período de Ditadura Militar. Segundo Facchini (2003), os primeiros registros de grupos organizados do Movimento Homossexual Brasileiro, que datavam da segunda metade da década de sessenta, possuíam uma atuação qualificada pelos militantes como “não-politizada”; uma vez em que atuavam com foco na sociabilidade. A primeira organização reconhecida, bibliograficamente, com proposta de politização no movimento foi o Grupo SOMOS, de São Paulo, que ocorreu em 1978.

O Movimento Homossexual Brasileiro assumiu neste período um forte caráter antiautoritário e de contracultura típico do sentimento generalizado no movimento social no período ditatorial. O folhetim *Lampião da Esquina*, que publicava sua primeira edição também em 1978, figura uma importante fonte documental que dá a ver esse modelo de mobilização. O caráter fortemente marcado pela resistência ao autoritarismo do regime militar presente no MHB pode ser considerado como um elemento que culminou na desmobilização das organizações a partir do período de redemocratização no Brasil (Ibidem).

Além disso, a chegada da infecção por HIV e sua forte e reiterada atribuição como “peste gay” também pode ser apontada

como um acontecimento paradigmático para o movimento. Enquanto a opinião pública desferia ódio indiscriminadamente a essa população, no sentido da culpabilização pela epidemia, muitos coletivos foram extintos. A proposta de liberação sexual fortemente defendida pelos coletivos homossexuais parecia perder sentido. Além disso, muitas lideranças se voltaram para a luta contra a AIDS (COLLING, 2015).

Em meados da década de 1990, houve um aumento no número de grupos organizados do movimento social, ainda denominado GLS (Gays, Lésbicas e simpatizantes). É possível identificar documentos produzidos no âmbito dos Encontros Brasileiros de Homossexuais o surgimento de pautas como a despatologização (que, até então, parecia se limitar apenas à sexualidade), legislação anti-discriminatória, o tratamento positivo da homossexualidade na mídia, pela inclusão da educação sexual nos currículos escolares e o “casamento gay”. Como resultado da retomada de mobilização, em 1995, durante o 8º Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas, foi criada a primeira entidade com abrangência nacional: a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT).

Embora o objeto deste ensaio não seja exatamente a história do movimento social gay, a forma como certas pautas foram emergindo, enquanto outras foram sendo deixadas de lado, até eventualmente caírem no esquecimento, nos oferece material para pensar sobre o sexo. Mais que isso, se o movimento gay, de alguma forma, catalisa as demandas latentes da comunidade da qual faz parte, é possível dizer que a história da pauta da liberação sexual é um indicativo de como esse tema tem circulado, com maior ou menor intensidade, em meio a população homossexual masculina. Enquanto a liberação sexual aparecia como uma pauta central do

movimento na década de 1970, hoje seu eventual aparecimento parece operar com efeito contrário.

De certa forma, esse brevíssimo panorama histórico do movimento social no Brasil que fizemos pode ser contado sobre a ótica do sexo. Há um acoplamento notável entre a existência gay e o sexo. Essa aura, essa forma de visibilidade pública, nos acompanha sendo ora mais e ora menos evidente. Ao invés de negar essa associação categoricamente, podemos utilizá-la por um momento como materialidade enunciativa de uma história do uso dos corpos e da constituição de laços entre homens gays. O fantasma da liberdade sexual sempre assombrou o pensamento conservador e nós éramos a personificação, a prova viva, de que é possível ter uma trajetória de vida viável fazendo uso dos nossos corpos, desfrutando dos nossos prazeres e configurando laços subversivos à lógica heterossexual hegemônica. Entretanto, o surgimento do HIV e da AIDS certamente tiveram impacto no aspecto vanguardista da liberdade sexual das pessoas homorientadas.

Miskolci (2007) discute a retomada da forte associação estabelecida entre a homossexualidade e a promiscuidade no período da chegada do HIV no Brasil. Segundo o autor, a identificação do vírus enquanto sexualmente transmissível e a aparente desproporção da taxa de infecção acometia sobretudo homens gays, travestis e mulheres transexuais, produziu solo fértil para a retomada e atualização da narrativa de ódio contra esse público. A circulação de associações estereotipadas que oscilavam entre a promiscuidade, um grupo populacional delimitável e a disseminação de um vírus até então mortal culminaram na produção discursiva de um grupo que não era apenas moralmente perigoso, mas, também, representava um risco à saúde pública.

Não é por mera coincidência que a emergência das pautas de reconhecimento dos direitos civis coincide com o movimento de enfrentamento à AIDS. O cenário era hostil e a luta pela garantia das condições mínimas para sobreviver era urgente. Ainda segundo Miskolci (Ibiden), as primeiras notícias de países que concederam a união civil de pessoas do mesmo sexo datam da década de 1980; e ocorreram fortemente sob a justificativa de que a constituição de uniões estáveis poderia ser uma estratégia para coibir o avanço da epidemia de AIDS. A mobilização pela união civil, ainda que uma pauta importante, torna visível que as práticas de prazer, sexo e laços gays se aproximavam cada vez mais de uma mimetização dos modos de vida heterossexuais.

Buscar reproduzir os modos de vida heterossexual, os aspectos da família nuclear normativa, pode apresentar seus benefícios como, por exemplo, direito à herança, plano de saúde e declaração de imposto de renda conjunto, adoção, entre outros. Por outro lado, a reprodução dos moldes convencionais e normativos de laços amorosos e sexuais pode implicar no abandono do potencial catalisador de transformações sociais no âmbito da liberdade sexual, do uso dos corpos e das práticas de prazer.

No contexto em que parecemos caminhar cada vez mais na direção de uma sexualidade normalizada, higienizada e palatável aos olhos da sociedade, ainda é possível dizer que o sexo gay desloca de alguma forma a norma heterossexual cisgênera? Em tempos em que categorias como ativo e passivo passaram a circular enquanto narrativas de complementaridade compulsória, o que nos restou do ímpeto contranormativo agudo das sociabilidades gays dos anos 1970? Este ensaio propõe, portanto, uma análise sobre os modos como Michel Foucault problematizou as práticas homoeróticas

e sexuais, a formação de laços entre esses homens e o potencial latente de uma ética da sexualidade gay.

1. Estado de paixão e a heterossexualização do sexo gay

Antes de continuar nossa argumentação, precisamos realizar uma pequena digressão retomando um excerto um pouco extenso do diálogo entre o filósofo francês Michel Foucault e cineasta alemão Werner Schroeter. A passagem é parte de uma conversa realizada sobre o filme *La mort de Maria Malibran*, dirigido por Schroeter em 1971 e sobre o qual Foucault escreveu o textículo chamado “*Sade, sargento do sexo*”. Diz Foucault, ao complementar a ideia de Schroeter de que o amor é um sentimento egoísta.

[...] pode-se perfeitamente amar sem que o outro te ame. É uma questão de solidão. Essa é a razão pela qual, num certo sentido, o amor é sempre pleno de solicitações de um para o outro. Essa é sua fraqueza, pois ele demanda sempre alguma coisa ao outro, ao passo que o estado de paixão entre duas ou três pessoas é algo que permite comunicar intensamente. [...]. Vivo há 18 anos num estado de paixão diante de alguém. Talvez, num dado momento, essa paixão tenha feições do amor. Na verdade, trata-se de um estado de paixão entre nós dois, um estado permanente, que não tem outra razão de terminar senão ele mesmo, nele estou completamente implicado, ele passa através de mim. Creio que não possa haver nada no mundo, nada, seja lá o que for, que possa vir a me deter quando se trata de ir encontrá-lo, lhe falar (FOUCAULT, 2011, p. 103-105)

Por que razão trazer esse excerto ao discutirmos questões históricas que concernem as relações sexuais? Explicamos: a presente fala se debruça, de modo muito singelo, sobre os ensinamentos de Michel Foucault para pensarmos nesse *estado de paixão* como uma possibilidade de nos afastarmos dos modos de sujeição ao “sexo rei”; no sentido de construirmos, hoje, algo semelhante ao que Foucault chamou de uma estética da existência contemporânea.

Foucault, em seu projeto inicial da história da sexualidade, inscrito no que tradicionalmente chamamos de fase genealógica, esteve preocupado em problematizar os modos como, em nossa cultura, nos tornamos sujeitos de uma experiência (como, por exemplo, a loucura e a sexualidade). No âmbito da sexualidade, Foucault mostrou como as disciplinas emergentes, na modernidade, construíram a proposição de que é no fundo do sexo binário, do corpo como única realidade, que se encontram as verdades mais secretas e profundas do indivíduo. Aqui, não nos referimos ao “sexo-natureza”, mas, como colocou Foucault (1988, p. 88), ao “sexo-história”, ao “sexo-discurso”: a produção incessante de saberes, por exemplo, sobre o sexo da mulher histórica, da criança masturbadora e do adulto perverso. Isso se relaciona com própria produção do dispositivo da sexualidade: uma rede em que “a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação do discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns nos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber-poder” (FOUCAULT, 1988, p. 116-117).

Sob este prisma, a sexualidade, tal como entendida por Foucault, não operou pela repressão, uma hipótese amplamente defendida até a tecitura da crítica foucaultiana, mas, ao contrário,

foi produzida por meio de um poder que fabrica, cria, produz o corpo e o sexo por meio de um conjunto disciplinar. Em algum sentido, passamos a ser interpelados por práticas tão diversas quanto sofisticadas, que nos convocaram e convocam a dizer de nós mesmos, de nosso sexo, de nosso corpo, de nosso pensamento, em atos de verdade radicados em um duplo movimento: nós pedimos ao sexo que nos diga sua verdade e, ao mesmo tempo, pedimos a ele que nos diga nossa verdade. Para Foucault (1988), foi no jogo desses dois movimentos distintos, mas sempre imbricados, que a sexualidade emergiu como domínio de verdade, produzindo, com efeito, uma ontologia do sujeito.

Ao problematizar as formas como nos fazemos sujeitos de uma sexualidade nas sociedades disciplinares, Foucault demonstrou como as redes de saber-poder tramadas em torno do sexo, na modernidade, “guardam como núcleo o singular rito da confissão” (FOUCAULT, 1988, p. 66). A confissão, como elemento decisivo de um dispositivo da sexualidade, foi, pelo menos desde o medievo, uma das mais importantes “técnicas de si” pelas quais o indivíduo se liga à verdade, constituindo-se como um sujeito de uma dada sexualidade. É possível resumir, se assim o desejássemos, esse processo pela perolara frase de Foucault: “o homem do ocidente se tornou um animal confidente” (FOUCAULT, 1988, p. 71).

A vinculação do indivíduo à verdade exigiu, de cada um, um tipo específico de exercício de conhecimento de si mesmo, uma exigência de verdade sobre si por meio do reconhecimento de seus erros, de suas tentações e de seus pecados. Para Foucault, esta revelação de si é, ao mesmo tempo, a destruição de si, ou seja, o preceito de conhecer a si mesmo visava, no cristianismo, expor a verdadeira natureza do pecador: o indivíduo deveria vigiar-se

e revelar sua verdade a outro, sendo, assim, capaz de renunciar à vida e a si; deveria, pois, professar uma verdade de si e recusá-la em uma ruptura consigo mesmo em nome da verdade que esse confessor tem a lhe oferecer.

Durante séculos, as relações de poder existentes no ato confessional – de expor-se ao confessor, para que ele, então, pudesse avaliar e autenticar a verdade proferida pelo confessante – esteve restrito às estruturas monásticas. Com a modernidade, verifica-se um processo de reconfiguração e alargamento, digamos assim, da confissão. Logo, o Estado moderno ampliou e multiplicou os agentes e os objetivos da confissão (na justiça, na medicina, na pedagogia, na família), com estratégias que implicam formas específicas de governar os sujeitos não somente em sua individualidade, mas em todos os âmbitos de sua vida (FISCHER, 2012).

Por exemplo, as práticas consideradas mais democráticas na escola são, em algumas dimensões, a forma insidiosa como o poder nos convoca a atos de verdade: a autoavaliação é um caso singular, pois nela e por ela se tece um ato confessional diante da professora, detentora da verdade do que é ser um sujeito aluno. Diante da professora, então, a criança/jovem confessa suas faltas e seus desejos, negando a si mesma em nome dessa verdade de nosso tempo sobre o que é um bom aluno (LAROSSA, 1994). No caso da sexualidade, a confissão pode ser melhor observável no divã do psiquiatra, onde nos confessamos e nos adequamos “ao sexo rei” – em uma brincadeira que Foucault fez à ideia de complexo de Édipo de Freud, inspirado no mito Édipo Rei, uma vez que para Freud as explicações, por exemplo, da homossexualidade estiveram na não adequação ao sexo rei (MISKOLCI, 2010).

Porém, o que os modos contemporâneos de como os

indivíduos se tornam sujeitos das verdades de nosso tempo, assujeitando-nos a elas, têm em relação com a questão do estado da paixão descrito por Foucault? Lembremos que a ideia de estado de paixão, como um comunicar intenso entre pessoas, foi uma distinção foucaultiana à ideia de amor, esse amor romântico, tal como edificado pelas sociedades modernas. Sendo o amor permeado pelos seus claros vínculos à manutenção da monogamia, logo, da propriedade privada; tal como promulgada pela instituição da família (GIDDENS, 1993). Assim posto, pensar no estado de paixão que se tece entre as relações homossexuais é, tal como aqui propomos, um dos modos possíveis de dizermos “não ao sexo rei”.

Para traçarmos essa proposição, é preciso voltarmos à Califórnia dos anos 1970, mais especificamente à primavera de 1975, quando Foucault deu um curso na University of California, Berkeley. É importante ressaltar que a situação das sociabilidades gays na Califórnia, sobretudo em San Francisco, diferenciava-se muito do contexto da Nova York descrito anteriormente neste texto. Ao chegar em Berkley, Foucault estava imerso no seu imenso projeto sobre a História da Sexualidade, que emergiu junto à história da loucura em 1961. Por mais de uma década, portanto, Foucault realizou a investigação em arquivos, a compilação de fontes, de bibliografia, em um profundo processo de pesquisa que estava, ao chegar aos Estados Unidos, quase finalizado. Daniel Drefet, companheiro de Foucault, narrou como, ao retornar para França, Foucault deixou de lado a ideia de publicar sete textos da História da Sexualidade, dos quais somente o primeiro volume, *A Vontade de Saber*, foi mantido. A metamorfose pessoal e, inseparavelmente, do projeto filosófico de Foucault se deu, em muito, pelo que ele viveu na Califórnia.

À época, a cidade de San Francisco se tornou a Meca para homens gays, em um povoamento de quase trinta mil homossexuais que chegaram à capital da Califórnia entre os anos 1969 e 1978. O ponto central dessa migração foi, como apontam diferentes estudos históricos, o fenômeno cultural chamado “verão do amor” de 1967; momento em que o distrito de Haight-Ashbury ficou conhecido como o vibrante epicentro do movimento hippie. Esse acontecimento acabou por tornar San Francisco um centro internacional para aqueles e aquelas que buscam o sexo livre, um bom ácido e estados alterados de consciência. Muitas e muitos visitantes iam e vinham, mas as e os que ficaram transformaram de modo profundo o tom e o temperamento social – sobretudo, sexual – da cidade.

O sexo grupal estava na moda, a promiscuidade era hip, enfim, uma inibida disposição ao que os psicanalistas chamaram de perversão polimorfa: a vivência da sexualidade fora das normas sociais. O pouco, mas crescente número de saunas e casas noturnas gays é, então, sintomático da efervescência sexual do período. Em 1966, várias leis municipais e estaduais foram alteradas em resposta à transformação que ocorriam no tecido social, como, por exemplo, as batidas policiais (no âmbito das proibições sexuais) diminuíram e, uma década depois, todas as práticas sexuais entre adultos foram descriminalizadas na Califórnia. Novos bairros surgiram, formando comunidades gays no entorno das ruas Castro, Polk e Folsom. Todas essas transformações da cidade foram um fértil momento de florescimento de experimentação de novas formas de expressão sexual.

Em *States of Desire Revisited: Travels in Gay America*, o escritor e romancista Edmund White (2014) escreveu: “San Francisco é onde

os sonhos dos gays se tornam realidade”, mas White questiona: “sabíamos do preço que estes sonhos exigiriam? Antecipamos os modos pelos quais eles nos tornariam inadequados à vida cotidiana? Ou deveria nossa noção mesma de vida cotidiana ser transformada?”. É aqui que encontraremos nossa aproximação com o debate central deste texto: a heteronormatização do sexo gay. É nas proposições foucaultianas sobre as transformações e criações sexuais na Califórnia que encontraremos alguns delineamentos para pensarmos as proposições do movimento gay hoje, especialmente em sua busca ao reconhecimento do Estado.

Bem, as comunidades gays nos Estados Unidos, especialmente em San Francisco, levaram, como dissemos anteriormente, Foucault a repensar todo o seu projeto da história da sexualidade, provocando, em seu trabalho, o famoso “sete anos de silêncio” que separam a publicação do primeiro volume da História da Sexualidade: a vontade de saber (como uma espécie de compilação do amplo trabalho original de seu projeto sobre a sexualidade no ocidente); e os dois volumes finais da História da Sexualidade, dedicados à cultura greco-romana, o uso dos prazeres e o cuidado de si. Mais especificamente, podemos citar as colocações de Foucault sobre o sado/masiquismo, um movimento que:

[...] é a criação real de novas possibilidades de prazer, que não se tinham imaginado hoje. A ideia de que o S/M está ligado a uma violência profunda [...] é uma ideia estúpida. Sabemos muito bem que o que essas pessoas fazem não é agressivo; que elas inventam novas possibilidades de prazer, utilizando certas partes bizarras de seu corpo – erotizando esse corpo. Penso que temos aí uma espécie de criação, de empreendimento criativo, de que uma das principais características

é o que eu chamo de dessexualização do prazer. A ideia de que o prazer físico provém sempre do prazer sexual e a ideia de que o prazer sexual está na base de todos prazeres possíveis, isso, eu penso, é realmente errado. O que as práticas S/M nos mostram é que podemos produzir prazer a partir de objetos muito estranhos, utilizando certas partes bizarras de nosso corpo, em situação muito inabituais (FOUCAULT, 2014a, p. 253-254).

Para o filósofo, portanto, o S/M tensionou diversas dimensões da heteronormatividade, em que a ideia da mulher como um ser a ser tutelado esteve imbricada ao esquema penetrador/penetrado. O S/M aparece, então, como uma prática que desloca a genital como origem e fim do prazer. Estabelece-se uma potencial fissura da dimensão hierárquica rigidamente construída pela heteronorma, uma vez em que a prática do S/M atinge justamente a pressuposição binária e complementar do sexo genital.

Até mesmo entre os homens cis homossexuais, como bem sabemos, a ideia da passividade ainda pode se apresentar como um problema. A hierarquização genital pode implicar por localizar o sujeito passivo num local minoritário, subalterno, nas relações sexuais. O genital, enquanto ocupante de um lugar de centralidade para o sexo gay, pode, no limite, implicar no deslocamento de gênero de um e afirmação de gênero do outro; em uma reprodução clara do binômio heterossexual: passivo/penetrado/feminino/submissão *versus* ativo/penetrador/masculino/dominação (SEFFNER, 2015).

Assim, Foucault fala do S/M como um jogo de prazer entre mestre e escravo, em que ambos, diferente das relações tradicionais que reduzem o sexo à penetração, tem algo a perder em uma espécie de jogo do prazer: o mestre se falhar em satisfazer

as exigências e as necessidades de sofrimento de seu parceiro; já o escravo pode perder o jogo se não suportar o que lhe lança o mestre. Nesse jogo de incertezas, coloca-se em xeque o esquema redutivo e unidirecional ativo/passivo.

Outro exemplo de diferentes relações tecidas nas comunidades gays é a efemeridade do sexo. Com a interdição das práticas sexuais entre homens a partir do século XVI e a patologização da homossexualidade no século XIX, vemos emergir uma distinção entre as relações heterossexuais e homossexuais. Em diferentes produções culturais (literatura, cinema, TV, etc) que narram relações heterossexuais, observamos a ideia de como o amor cortês medieval perdurou e se transformou até os nossos tempos. Emerge, então, uma preocupação social com a ideia de corte amorosa, como uma precedência do ato sexual entre homens e mulheres. Ou seja, a conquista de uma mulher por um homem é, de algum modo, o grande estruturante daquilo que a modernidade chamou de amor romântico, o que vemos ainda hoje: uma troca de olhares, seguida de um convite a um jantar romântico, uma conversa à luz de velas, e podemos seguir com regras absurdas como o famigerado beijo só no terceiro encontro e sexo sabe-se lá em qual encontro; passo-a-passo vastamente reiterado nos mais diversos veículos de mídia.

De modo distinto, as relações homossexuais, diante da interdição pública de afeto e das proibições legais da possibilidade de viver a sexualidade (inclusive no privado), num primeiro momento não fez possível a vinculação da experiência homossexual cismasculina à corte romântica em seus moldes mais normativos. Isto é, os homens gays não puderam gerar uma relação de corte por lhe serem interditados a expressão cultural e pública do seu desejo. O piscar de olhos na rua, em uma festa, nos chats e aplicativos

de sexo, nas saunas, a decisão, em uma fração de segundos, de agarrar a aventura, a rapidez com a qual as relações sexuais entre homens são consumadas, tudo isso é produto da interdição. Reelaborando célebre frase de Casanova “o melhor momento, no amor, é quando se sobe a escada” que, em uma entrevista, Foucault (2014b, p. 167) a relê da seguinte forma: “o melhor momento, no amor homossexual, é quando o amante vai embora em um táxi”. Não no sentido corriqueiro de uma suposta promiscuidade inata à homossexualidade. Antes disso, é uma ideia de que, diferente da corte heterossexual, é na *lembrança* do ato sexual entre homens que reside a potência subversiva dessas relações, uma vez que “quando o ato é consumado e que o rapaz foi embora que se começa a pensar no calor de seu corpo, na qualidade de seu sorriso, no tom de sua voz”. A própria pergunta “como é seu nome?” proferida tantas vezes após a relação homossexual, e não antes, diz, assim, de como toda a energia e a imaginação – distante da dança do acasalamento da corte heterossexual – se aplica a intensificar o ato sexual em si, no sentido de desenvolver uma outra ordem de práticas e experimentações sexuais.

Como um último exemplo dos modos como a homossexualidade permitiu estabelecer, inventar, multiplicar as relações humanas, esteve nos modos como emergiu, nas comunidades gays em San Francisco, outros modos de família a partir da infinidade de possibilidades de vivência sexuais. Ali, entre grupos de homens expulsos de suas casas, estabeleceram-se relações de amizade entre dois homens no sentido mais amplo da palavra, ou seja, uma amizade que não exclui a relação sexual. Se tivemos, por muito tempo, que refrear à ideia de que somos homossexuais (de se assumir um homossexual), é, pois, pela multiplicação de

relações que a homossexualidade trazia à tona, muito além das relações institucionais da família heterossexual.

Essa possibilidade fez emergir, entre muitas pessoas, um desejo-inquietude diante das desestabilizações provocados pela sexualidade gay e afamiliamento homossexual às relações heterossexuais ainda sustentadas fortemente sobre instituições como a monogamia e a família nuclear. Nas palavras de Foucault, foi preciso inventar, de A a Z, uma relação sem forma que é a amizade como a soma de todas as coisas que através das quais um e outro podem se dar prazer: “penso que é isto que torna perturbadora a homossexualidade: imaginar um ato sexual que não se conforma à lei ou à natureza, não é isso que inquieta as pessoas. Mas que os indivíduos comecem a se amar, eis o problema” (FOUCAULT, 1981, p. 38-39)

A família heterossexual, mais precisamente da chamada família tradicional brasileira, a instituição é tomada a contrapé: as intensidades afetivas da amizade homossexual atravessam-na, ao mesmo tempo que a fazem suportar e perturbam-na. A homossexualidade causa um curto-circuito à instituição da família e introduz o estado de paixão, a amizade, onde deveria haver a lei, a regra, o hábito. Ser gay, para Foucault, nos anos 1970/80, era não se identificar com traços psicológicos e com as máscaras visíveis do homossexual, mas procurar definir e desenvolver um modo outro de vida.

No âmbito de nossa discussão, é na amizade homossexual que reside de forma ímpar a possibilidade de construção de relações intensas, que, diz Foucault, não se parecem com nenhuma daquelas que são institucionalizadas. Parece-nos que um modo de vida pode dar lugar a uma cultura e a uma ética; enfim, a construção daquilo

que Foucault chamou, nos últimos anos de sua vida, de uma ética de si.

Assim, antes de finalizar pensando no distanciamento dessas relações tecidas nos anos 1970/80 às proposições da sociabilidade gay contemporânea, é necessário fazer uma transgressão de pensamento, fazendo algumas considerações sobre a ideia de estética da existência foucaultiana, conceito por meio do qual o filósofo tentou delinear possibilidades éticas de se fazer sujeito distantes dos modos de sujeição às verdades de nosso tempo.

Para a construção do que chamamos da fase ética, Foucault remonta ao pensamento greco-romano para pensar em um princípio muito específico para a problematização da possibilidade mesma de edificação de um pensamento ético na contemporaneidade: o preceito greco-romano do cuidado de si. Assim sendo, Foucault evidenciou como o cuidado de si foi, entre gregos e romanos, um modo pelo qual a liberdade individual – ou a liberdade cívica, até certo ponto – foi pensada como ética. Com efeito, o mundo antigo pensou o imperativo do cuidado de si como um conceito mobilizador e coextensivo a uma vida ética, o que, em resumo, pressupôs três dimensões (distintas, mas inseparáveis): o cuidado de si figurou, no mundo antigo, a um só tempo, como uma *atitude*, uma *atenção* e uma *ação*.

Na dimensão da atitude, o cuidado de si foi, antes de tudo, uma escolha de vida, uma escolha por um certo modo de encarar o mundo, de se inscrever nele, de se relacionar com ele. Para tanto, a presença do outro se torna indispensável para a construção do que Foucault chamou de *liberdade individual como ética*, pois o cuidado de si “não constitui um exercício de solidão [que se constrói na individualidade], mas sim uma verdadeira prática

social [pois se tece somente na relação com o outro]” (FOUCAULT, 1985, p. 57). Por atenção, Foucault concebeu uma certa forma de olhar, mais especificamente de uma conversão *do olhar a si mesmo*: “uma certa maneira [de o indivíduo] se fazer atento ao que pensa e ao que se passa no pensamento” (FOUCAULT, 2010, p. 12). Por fim, o cuidado de si implicou uma forma ação, exercícios de si para consigo, uma série de práticas para a transformação de si, enfim, do si mesmo como uma obra que precisa ser trabalhada, construída, cotidianamente por meio de exercícios específicos – como o trabalho de um artesão que visa fazer da vida uma obra de arte (Ibidem).

Importa, para nós, questionar a partir da dimensão da atitude, a relação com o outro, mas sempre levando em conta sua imbricação com a atenção e a ação: qual foi, então, o lugar que Foucault reservou ao outro, considerando os estudos voltados ao que chamou de uma estética da existência? Francisco Ortega (1999, p. 124) nos indicou que, ainda que de forma inicial, em razão de sua morte, o filósofo francês desenvolveu uma *agonística da intersubjetividade*: “a noção extrovertida de subjetividade, a consciência orientada para fora, o caráter reflexivo de si mesmo descrito pelo movimento do ‘desprender-se de si’, corresponde a esta experiência agonística da intersubjetividade”. Com efeito, a relação com o outro figurou como um componente imperativo para que o indivíduo efetuasse o cuidado de si. O outro foi, portanto, indispensável a um modo de conduzir a vida (FOUCAULT, 2010). Dito de outro modo, o processo ético-estético de subjetivação só se concretizava *mediado* pelo outro, isto é, a intersubjetividade foi a condição de possibilidade para que o indivíduo se engajasse em alguma prática que o permitisse viver uma vida bela.

Portanto, o cuidado de si só se efetivava no momento em que um guia, um mestre, um amigo dizia a verdade, necessariamente por ele vivida, para o outro. É isso que permite ao indivíduo, distante de mera recepção de saberes e réplica acrítica da verdade, se munir de certas verdades pulsantes em certo número de princípios éticos de conduta. Logo, a dimensão da intersubjetividade do cuidado de si não tem como objetivo a dependência do si mesmo à verdade do outro, mas, antes disso, que o si mesmo se encontre, em dado momento, em uma situação que não precise mais do discurso do outro, e assim poder, a partir do que se teceu na relação com o outro, trabalhar sobre si mesmo, criar-se, fazer-se, como alguma coisa diferente do que se era e do que o outro é (FOUCAULT, 2010).

Retornando à amizade contemporânea, Francisco Ortega (1999) evidenciou como uma ética da *amizade*, sustentada pela relação com o outro tão indispensável para o cuidado de si, não se constitui a partir de um programa fechado, como é presente nos modos de sujeição modernos (tais como aqueles impostos pelas instituições tradicionais, como a família, a escola). Antes disso, uma ética da amizade deveria estar radicada em um “programa vazio”, oferecendo instrumentos para uma criação particular. Em outros termos, não é, portanto, e mais uma vez, um exercício de sujeição à verdade de outro, mas sim uma relação com o outro que possibilite “cada indivíduo [...] formar sua própria ética; a ética da amizade prepara o caminho para a criação de formas de vida, sem descrever um modo de existência como correto” (ORTEGA, 1999, p. 166). Neste processo, o indivíduo se mune, na relação com o outro, de um conjunto de preceitos que lhe permitem se colocar como um artesão de si mesmo, em um constante e delicado trabalho cotidiano

de transformação de si mesmo em uma vida que diga, em alguma medida, de modos mais éticos de se estar e de se fazer no mundo.

Contudo, toda a política do *coming out*, do sair do armário, de se assumir como gay, de fazer da homossexualidade uma identidade, da identidade como o maior problema da existência sexual, ou talvez possamos dizer, da experiência sexual naturalizada/fixada por uma identidade homossexual, fez de uma experiência tensionadora das normas uma nova lei, um novo princípio, um novo código de existência que perde de vista a ideia de “um programa aberto” de uma ética da amizade. Mais do que isso, Foucault mostrou como a construção de um sujeito identitário de direito, tão necessário aos movimentos sociais identitários, fez com que o movimento gay se aproximasse de uma heterossexualização das relações gays no seu modo mais tradicional.

Como colocou Judith Butler, as reivindicações de casamento ao Estado, que deveria de forma indiscriminada reconhecer todos os tipos de união, é, de algum modo, “aceitar os termos de legitimação oferecidos e descobrir que o senso público e reconhecível da personalidade é fundamentalmente dependente do léxico dessa legitimação. Nas palavras de Butler (2003, p. 227), “no o caso de casamento gay ou de alianças legais de filiação, vemos como diversas práticas sexuais e relacionamentos, que ultrapassam a esfera da santificante lei, tornam-se ilegíveis, ou pior, insustentáveis, e como novas hierarquias emergem no discurso público”.

Em algum sentido, autoras e autores como Judith Butler, Leandro Colling (2007) e Richard Miskolci (2007) têm apontado para os modos como a heteronorma, em nossa cultura, pressupõe a heterossexualidade como algo supostamente natural ao mesmo tempo em que a impõe sua compulsoriedade por meios educativos,

culturais e institucionais. Permanecendo, assim, o desafio de encararmos que vivemos em uma ordem heteronormativa, na qual mesmo homossexuais são induzidos a adotar a heterossexualidade como modelo para suas vidas; o que acaba, por consequência lógica, transferindo a linha da abjeção para quem rompe com essas convenções. João Manoel de Oliveira (2013) fala, assim, de uma cidadania *da consolação*, pois ela não rompe com a heteronormatividade. Antes, constrói o que se tem chamado de uma homonormatividade: uma modalidade particular da heteronormatividade, através da qual se mostra como a população gay se torna aceitável aos olhos da heterossexualidade hegemônica através de uma progressiva conformidade à heteronormatividade. Sob a égide da construção de um sujeito higienizado, aquele que pode reivindicar direitos, aquele que pode circular na sociedade, se formou uma nova zona de normalidade: o gay adequado ao olhar heterossexual; construindo uma nova zona de anormalidade, qual seja, as experiências sexuais que fogem da homonormatividade, ou seja, que não podem partilhar da heteronormatividade, pois são, inevitavelmente, seu limite.

Hoje, portanto, nos parece algo quase dado falar em uniões homoafetivas, em uma paternidade homoafetiva que está indissociável da estrutura monogâmica e familiar da heteronormatividade (COSTA; NARDI; 2007). A emergência da palavra “homoafetivo”, enquanto categoria, é em si um indicador da subalternidade da pauta da liberação sexual no contexto das homossexualidades. A adição do componente da afetividade na construção de um sujeito de direito, fundamentado em uma matriz moral como condicionante da garantia de direitos, desencadeia um forte efeito normativo. O componente afetivo desta categoria

retoma ainda a heterossexualização do sexo gay uma vez em que se estabelece a partir dos ecos do amor romântico, familiar, monogâmico fundado na heterossexualidade. Assim, e como tão bem colocou Durval Muniz (2009, p. 115), a ordem do discurso heterossexual “vem para a cama, se diz amor e sexo e faz gozar”. É cada vez mais urgente, portanto, aprendermos a não desejar e amar as formas de poder que amargam nossas existências.

2. Considerações Finais

Nos colocamos, novamente, como assujeitados às normas heterossexuais, criando, desse modo, uma nova ideia de centro/excêntrico, uma nova zona de abjeção. Estamos, hoje, cada vez mais distantes das potencialidades criacionais das relações homossexuais estudadas e vividas por Foucault nos anos 1970/80, em uma impossibilidade de construção de um estado de paixão diante do nosso desejo pela norma. Não estamos defendendo que as reivindicações à família nuclear monogâmica por meio da união civil sejam desimportantes. De modo algum. Contudo, é preciso nos questionar sobre o que colocamos em movimento ao desejarmos o poder que nos domina? Do ponto de vista de um movimento de liberação sexual progressista e contemporâneo, a proposição de que o modelo heteronormativamente centrado deva se tornar o único modo de sancionar ou legitimar as experiências sexuais é um ato de manutenção/adequação a uma norma desde sempre operante.

Em sintonia com Foucault, nossa proposta foi defender que aprendamos com os modos como as comunidades gays dos anos 1970 disseram não ao sexo-rei, e talvez com sua história possamos

aprender a recusar ser o que a sociedade e o Estado, cada um à sua forma, nos atribui. Propor a construção de uma estética da existência contemporânea é, assim, querer algo diverso do que nos é oferecido como meio único de adquirir um lugar no Estado. Mais do que simplesmente dizer não à monogamia, a tarefa pode ser mais complexa e difícil: de um lado, a possibilidade de uma existência sexual para além da monogamia; de outro, a urgência de deslocar a própria monogamia da matriz moral da heterossexualidade compulsória. Talvez, com estes múltiplos movimentos, possamos sugerir formas de resistência às forças normalizadoras que nos atravessam, construindo, em nossas relações sexuais, estados de paixão que nos permitam viver subjetividade mais solidárias e libertárias.

Referências

ALBUQUERQUE-JUNIOR, Durval Muniz. A Bela e a Fera. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo. **Para uma vida não fascista**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 95-115.

BUTLER, Judith. O parentesco é sempre tido como heterossexual?. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, v. 21, p. 219-260, 2003. Disponível em: <http://shorturl.at/sxAPY>. Acessado em: 15/07/2020.

COLLING, Leandro. **Que os outros sejam o normal**: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer. Salvador: EDUFBA, 2015.

COSTA, Angelo; NARDI, Henrique. O casamento “homoafetivo” e a política da sexualidade. **Revista de Estudos Feministas**, vol. 23, n.1, p.137-150, 2007. Disponível em: shorturl.at/gvBT4. Acessado em: 15/07/2020.

FACCHINI, R. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. **Cadernos AEL**, v. 10, n. 18/19, p. 81-125, 2003. Disponível em: <shorturl.at/bfzBQ>. Acesso em: 14/07/2020.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Trabalhar com Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. 13ª edição. Rio de Janeiro. Editora Graal, 1988.

_____. Conversa com Werner Schroeter. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos & Escritos VII**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011, p. 102-114.

_____. Da amizade como modo de vida. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos & Escritos VI**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013, p. 348-353.

_____. Sexo, poder e política da identidade. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos & Escritos IX**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014a, p. 251-263.

_____. Escolha sexual, ato sexual. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos & Escritos IX**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014b, p. 156-173.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade**: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: EDUNESP, 1993.

LARROSA, Jorge. Tecnologias do eu e educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu. **O sujeito da educação**. Petrópolis: Vozes, 1994, p.35-86.
MISKOLCI, Richard. Não ao Sexo Rei: da estética da existência foucaultiana à política queer. In: SOUZA, Luiz Antônio Francisco et all (Org.). **Michel Foucault**: sexualidade, corpo e direito. Marília: Cultura Acadêmica Editora, 2011, p. 47-68.

_____. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. **Cadernos Pagu**, v. 28, p. 101-128, janeiro-junho 2007.

NAPPO, M. K. **Nota quiet riot**: stonewall and the criation of a lesbian, bisexual, gay and transgender community and identity through public history techniques. 2010.134 f. Dissertação (Mestrado em História da Arte) - Departamento de História - Universidade da Carolina do Norte, Carolina do Norte, 2010.

OLIVEIRA, João Manoel. Cidadania sexual sob suspeita: uma meditação sobre as fundações homonormativas e neo-liberais. **Psicologia & Sociedade**, v. 25, n. 1. 2013. Disponível em: shorturl.at/cgDOT. Acesso em: 14/07/2020.

ORTEGA, Francisco **Amizade e estética da existência em Foucault**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

SEFFNER, Fernando. **Derivas da masculinidade**: representação, identidade e diferença no âmbito da masculinidade bissexual. Jundiaí: Paco Editorial Ltda, 2015.

WHITE, E. **States of desire revisited**: travels in Gay America. Madison, WI. University of Wisconsin Press, 2014.

GENDER STUDIES E PSICANÁLISE: possibilidades de um encontro

Jocelaine Oliveira dos Santos
Instituto Federal de Sergipe/ *Campus* Estância.
jocelaine.santos@ifs.edu.br



1. Prólogo, provocações ou situando o meu lugar de fala.

Percorrer o fio de um conceito talvez seja uma das tarefas mais difíceis e caras a qualquer pesquisador, qualquer pesquisadora. Corre-se, sem muita saída, o risco de desconsiderar uma nuance, uma cronologia, uma filiação epistemológica, esquecer um autor, uma autora, ou ainda converter em mera linha do tempo toda a complexidade da construção de uma teoria. Sem perder de vista esta parcialidade (inclusive das motivações e escolhas), é preciso, porém, aventurar-se nesse exercício, mesmo sob todos os insondáveis riscos da empreitada.

É preciso fazê-lo, sobretudo, em consideração aos curiosos, às curiosas como eu, que buscam horizontes de compreensão diante de temas atuais e instigantes, como “gênero”, afinal “gênero” é daqueles conceitos que atravessam diversos campos do saber, entram na linguagem e no cotidiano, irrompendo com sua força (in)disciplinar múltiplas áreas, sempre em disputa.

Por essa razão, este texto que ora se apresenta deseja cotejar a construção conceitual do termo gênero, situando-o no horizonte dos estudos de gênero, e dos pensamentos feministas e transfeministas, em suas múltiplas ondas, que “popularizaram” a noção e trouxeram à tona atravessamentos de construções políticas no seio da representação e da luta por direitos das mulheres e, posteriormente, dos grupos LGBTQIA+. Ao lado disso, a teoria psicanalítica, de Freud a Lacan, e depois dele. É a possibilidade desse encontro, portanto, por que me interesse aqui.

Sem recorrer a uma cronologia linear e uníssona, sempre impossível e perigosa, intenciono trazer uma revisão comentada a

partir de algumas autoras que considero centrais aos estudos de gênero: Joan Scott (1995), que nos traz um panorama do conceito de gênero enquanto uma categoria analítica, situando-a no bojo de uma análise histórica e responsável por inaugurar uma virada epistemológica a partir dessa noção; Monique Wittig (1980) que parte do famoso aforismo de Simone de Beauvoir (“não se nasce mulher, torna-se mulher”) para reforçar o caráter político da construção de categorias a partir do feminismo de base materialista, ruindo por dentro a construção dos chamados mitos sobre a mulher.

E chegando, nesse percurso, a Judith Butler, que amplia a noção gênero como um conceito performático, na fronteira da filosofia, ética, psicanálise e política, soterrando a ideia ainda corrente de uma identidade fixa e homogênea, para uma outra que se articularia a uma dimensão político-normativa, dentro de uma matriz da diferença sexual forjada enquanto norma. Butler e Wittig, inclusive, são autoras que buscam a teoria psicanalítica, sobretudo no pensamento de Freud e Lacan, para tecer diálogos, dissensos e, em alguns aspectos, aproximações, como falarei mais adiante. Leguil (2016), a autora que estamos buscando para articular essa discussão, inclusive, parte delas para tentar construir uma terceira via de compreensão do gênero, para ela uma inquietante estranheza.

Mais adiante, vamos buscar apoio em alguns/ algumas psicanalistas, como Preciado (2019), Arán (2007), Grossi (2010), Ambra (2016) e Vergueiro (2016), que devotam ao *gender studies* avanços substanciais para a escuta psicanalítica e mostram como a interlocução entre os estudos de gênero e a psicanálise possibilita a emergência de escutas despatologizantes a partir de uma clínica atenta e orientada numa flutuação ativa dos discursos produzidos. Tais psicanalistas, dentre outros, retomam o paradigma clássico da

psicanálise e da diferença sexual para pensar além das fronteiras, problematizando conceitos e suas aplicações.

Incitarei, nesse contexto, algumas provocações/questões para pensarmos a articulação dessa categoria “gênero” com a psicanálise, uma vez que a teoria psicanalítica não nega as experiências coletivas de opressão, por exemplo, sob as quais os estudos de gênero de base feminista, feminista negra e transfeminista se ancoram, interessando-se, sobretudo, pelas consequências psíquicas da sujeição nos indivíduos (SAFATLE, 2020).

Como já havíamos alertado, trata-se de um recorte e de uma escolha, motivada, sobretudo, pelo desejo de construir uma discussão sobre a noção de gênero a partir de seu lugar nas críticas feministas e trans e nos *gender studies*. Como todo recorte, há uma arbitrariedade implícita que pode levar à pergunta: “por que essas escolhas e não outras?”. Para essa resposta, reforço que as escolhas por mais pessoais que sejam, também se ancoram na ideia de construir conceitos como possibilidades e chaves de leitura que rompem com paradigmas binaristas tão caros à égide da Ciência Pós-positivista e do próprio Estruturalismo, demarcando a impossibilidade de negar que a produção de um saber está sempre marcado por mãos específicas. (HARAWAY, 1986).

Elisabeth Roudinesco (2011, p.13) já dizia na biografia de Lacan quando o predicativava como um pensador que anuncia antes um tempo do que veio a ser nosso só hoje. Não, não estou aqui hipoteticamente levando Lacan para os estudos de gênero, mas reforçando que quando os estudos de gêneros estavam se erguendo nos anos 60 e 70 nos EUA, no seio do movimento feminista que questionava a categoria “mulher” como pauta político-identitária e se afastavam de noções naturalizantes e biologicizantes dos sujeitos do sexo/ desejo/gênero, vislumbrando e incluindo o movimento

gay da época, Lacan paralelamente propunha a discussão sobre pulsões que ressoam no corpo do falasser e que o conduzem a sua relação com o ser do sexo.

Levanto aqui minha suspeita de que gênero enquanto ato performático, não como algo que a gente é, não como algo que a gente tem, mas como algo que a gente faz, não está tão distante do que Lacan em seus últimos estudos aponta, como nos mostra Leguil (2016, p.62), a partir de sua leitura lacaniana de que “Ser homem ou ser mulher confronta cada um, em suma, com o que ele não sabe – pelo menos com o que ele não pode saber antecipadamente sobre ele mesmo. É nessa direção que a psicanálise nos conduz”.

A palavra gênero a mim revela também que, apesar de não ser um conceito forjado no campo psicanalítico, este campo precisa reconhecer que se beneficia de outras áreas e da linguagem delas, como nos diz o próprio Lacan, em “Função e campo”. Reconhecer a necessidade de se estudar o conceito de “gênero”, faz reconhecer também como sua pregnância ressoa em múltiplos aspectos: na escuta, na relação, na constituição dos objetos de gozo e desejo, na identificação, na transferência e, sobretudo, no atravessamento subjetivo que marca sujeitos e sujeitas de uma sociedade cuja estrutura não pode negar reconhecer a política de gênero na linguagem e na relação que sustenta a todos nós diante dos Outros. Relações essas que levam muitas vezes os sujeitos ao divã.

Promover uma discussão nesse sentido, me parece, é estar atento ao inevitável da clínica psicanalítica: antes de tudo, os sujeitos que a forjam são políticos, e o político é pessoal, e o pessoal enquanto experiência individual impossível é o que nos interessa. Então, me parece, não há como escapar de pensarmos essas questões e como elas nos atravessam também. E é nesse ponto que

convoco o psicanalista Paul Preciado, em sua última conferência em novembro de 2019, na 49ª Jornada da Escola da Causa Freudiana, em Paris, para emendar a sua provocação ao meu prólogo:

Gostaria de dizer a vocês que, abalada por profundas mudanças, a epistemologia da diferença sexual está em mutação, e vai ceder lugar — provavelmente nos próximos 10 ou 20 anos — a uma nova epistemologia. O movimento transfeminista, queer, de denúncia da violência heteropatriarcal, mas também as novas práticas de filiação, de relação amorosa, de identificação de gênero, de desejo, da sexualidade e da nomeação não são outra coisa que não indícios dessa mutação. Diante dessa transformação epistemológica em curso será preciso que vocês decidam, senhoras e senhores psicanalistas da França, da América Latina, da Europa, do mundo; será preciso que vocês decidam o que vão fazer, onde vão se colocar, em que jaula querem estar confinados, como vão jogar as suas cartas discursivas e clínicas num processo tão importante como esse. (PRECIADO, 2019)

Enfim, são algumas centelhas que ensejarei, dentre muitas possíveis, para pensarmos o que nos traz até aqui ao percorrermos o fio de um conceito que sopesa nossa discussão. Dito isso, vamos, portanto, andar um pouco pelos estudos de gênero partindo do seu histórico, princípios e autoras selecionadas para esse recorte.

2. Aspectos gerais dos *gender studies*: histórico, princípios e algumas autoras.

Os *gender studies*, estudos de gênero, se disseminaram a partir

dos EUA em fins dos anos 70 e começo dos anos 80, alinhando-se ao que podemos considerar como terceira onda feminista. Se na primeira onda, ainda no início do século 20, na esteira de pensadoras como Simone de Beauvoir, o foco da discussão voltava-se para o questionamento da existência das mulheres como uma categoria histórica não-natural, numa eminente luta por direito; a segunda onda, a partir dos anos 60, e a terceira onda erigida nos anos 80, trazem à tona a discussão dos processos identitários e da construção dos sujeitos do feminismo a partir das epistemologias disponíveis, apontando, invariavelmente para limitações que impactavam diretamente nas formas de pensar o corpo, o sexo e o gênero.

Visando a redistribuição de algumas conquistas, ampliando a noção de mulheres, e em busca do direito de interpretar e de representar-se a partir do reconhecimento da diferença, ampliam-se o escopo das discussões que haviam nascido como um novo coração nos estudos sobre “mulheres”, e chegam, nos anos 80, a um novo paradigma assentado na categoria gênero como historicamente determinada, socio-culturamente construída, ressignificada constantemente pelas interações concretas e pelos atos da linguagem, que serviriam, em alguma medida, para dar sentido à noção da diferença dos sexos, também erigidos sobre um paradigma normativo de poder, mascarado ao longo dos anos por discursos médico-científicos-legais.

Salienta-se que um dos primeiros usos dos termos gênero pode ser tributado tanto ao psiquiatra e psicanalista Robert Stoller, em 1964, a partir de seu estudo sobre transexualidades e da separação das chamadas características biológicas e culturais, quanto à antropóloga Gayle Rubin, em 1975, no seu estudo sobre a opressão das mulheres num sistema que ela chamou de sexo/

gênero. Rubin, inclusive, estabeleceu interlocução com Lévi-Strauss e com Lacan, o que a levou a intitular, ironicamente, a psicanálise como uma teoria feminista manquée (falha).

Assim, é no bojo das universidades e centros de pesquisa, na efervescência das lutas libertárias dos anos 60 e de seus inúmeros fenômenos como o maio de 68, a primavera de Praga, o movimento hippie, a Guerra do Vietnã, o movimento dos Panteras Negras e a proliferação de influxos ditatoriais globalmente espalhados, que os *gender studies* se edificam a partir de 4 eixos principais.

O primeiro deles é o questionamento interno das próprias mulheres dos movimentos sociais e de luta política a que faziam parte, a partir de 68, já que as teorias que jaziam sobre tais eixos pareciam não dar conta de uma explicação orientada pelos novos tempos. O segundo eixo partiu dos questionamentos trazidos por pesquisas sobre a sexualidade que envolviam discussões desde a pílula, passando pela reprodução e pelo lugar da maternidade, até chegar aos estudos sobre o prazer e o corpo e os limites do afeto e da sexualidade no espaço público e privado. Ora, eram tempos de mudanças e o arcabouço teórico parecia não conseguir lançar compreensões plurais, como a época pedia.

Acrescente-se a isso a proliferação do movimento feminista por outros países e do movimento gay enquanto lutas sociais por reconhecimento e cidadania e o próprio movimento *queer* e seus impactos a partir da expressão pública de corporeidades múltiplas. Temos, portanto, o terreno fértil sobre o qual teóricas e teóricos irão questionar desde a origem social das identidades subjetivas, as formulações ideológicas de todo e qualquer discurso, a determinação biológica e naturalizante da condição feminina e dos corpos sexuais e o próprio paradigma científico moderno

erguido sob o ângulo masculinista/ binarista da representação – aliado da cultura androcêntrica.

Assim, fincado em meio à guerrilha da linguagem instaurada pelo Pós-estruturalismo, as múltiplas facetas dos estudos de gênero interrogar-se-ão sobre um essencialismo-naturalizador-identitário-binarista das relações sexo/ gênero/ desejo para provocar: *gênero não é algo que nós somos, mas sim algo que constantemente fazemos, e isso está diretamente relacionado às temporalidades sociais e não a um estatuto ontológico anterior/ exterior aos atos que o constituem, sendo, portanto, construído na e pela linguagem, na e pela interação.*

Como postula Joan Scott (2019), uma das pioneiras nesses estudos,

Por gênero eu me refiro ao discurso sobre as diferenças dos sexos. Ele não remete apenas às ideias, mas também às instituições, estruturas, às práticas cotidianas e a rituais, ou seja, a tudo aquilo que constitui as relações sociais. O discurso é um instrumento de organização do mundo, mesmo se ele não é anterior à organização social da diferença sexual. Ele não reflete a realidade biológica primária, mas ele constrói o sentido desta realidade. A diferença sexual não é a causa originária a partir da qual a organização social poderia ter se derivado; ela é mais uma estrutura social movediça que deve ser ela mesma analisada em seus diferentes contextos históricos. (p.67)

É Scott, em seu texto seminal, “Gênero: uma categoria útil para a análise histórica”, de 1986, que discutirá a historicidade constitutiva de todas as palavras ligadas ao feminismo e como elas estão postas num ‘quantum histórico’ que organiza, inclusive, uma gramática dos sexos, com seu feminino e masculino, sobretudo

nas línguas latinas, gramática esta depositária de uma espécie de binarismo naturalizado das posições ocupadas por seres sociais mais amplos e complexos que os substantivos uniformes disponíveis ou as descrições objetivas de traços disponíveis.

A noção de gênero, para Scott, inaugura a possibilidade de uma nova gramática que sublinharia três olhares: o de que gênero refere-se a uma organização social entre os sexos; o de que gênero está no âmago das definições normativas de feminilidade; e o de que gênero pode operar uma mudança paradigmática nas disciplinas, como o alargamento de noções e junto com classe e raça, categorias interseccionais de análise que possibilitariam a inclusão das falas dos oprimidos/das oprimidas, da própria análise da opressão e da compreensão das desigualdades de poder operantes no tecido social.

Para essa autora, era preciso se perguntar: “Como gênero funciona nas relações sociais humanas? E como gênero dá sentido à organização e à percepção do conhecimento?” (SCOTT, 2019, p.52). Para tentar responder a essas indagações, a historiadora norte-americana desmonta as tentativas, consideradas por ela frágeis, de articulação das implicações e do esforço feminista em determinar a origem do patriarcado, por exemplo. A autora cita que muito das impossibilidades de compreensão dentro do chamado movimento feminista clássico está assentado no fato de que a teoria estaria limitando-se a pensar temas como imutáveis diante de desigualdades ditas como fixas, o que por si só revela um problema na relação teoria/empíria.

Ela parte da própria crítica feminista de tradição marxista para mostrar os limites das explicações materiais fora da divisão sexual do trabalho. Para Scott, a teoria marxista e o feminismo derivado dela (como veremos em Wittig) segue deixando gênero

intacto quando vai tratar das relações de sexo baseadas na produção, já que lidam com gênero como subproduto da luta de classes, sem estatuto e sem força operativa.

Após esse desmonte, Joan Scott irá aproximar-se do pós-estruturalismo francês e anglo-americano, flertando inclusive com a psicanálise na discussão de gênero e sua relação com o objeto, denunciando uma crítica às soluções fáceis e à operação limitada do sentido da experiência frente às construções fluidas e subjetivas da existência. A sua opção, portanto, vai derivar de um ponto de virada da evolução dos paradigmas pós-estruturalistas que possibilitam a articulação dos métodos de análise e hipóteses operativas enquanto processos coordenados na complexidade, ou seja, “Para fazer surgir o sentido, temos que tratar do sujeito individual tanto quanto da organização social e articular a natureza das suas inter-relações, pois ambos têm importância crucial para compreender como funciona o gênero.” (SCOTT, 2019, p.66)

Nessa empreitada era preciso, portanto, afastar-se da noção de fixidez estrutural da diferença sexual, pensando o gênero como elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas, o que levaria nosso olhar para: os símbolos culturais e suas representações; aos conceitos normativos que interpelam limitadamente os símbolos; à noção de política e identidade subjetiva.

A meu ver, Scott está, nos idos dos anos 80, nos revelando que “O gênero é um campo primeiro no seio do qual ou por meio do qual o poder é articulado, já que estrutura a percepção e a organização concreta e simbólica de toda vida social. O gênero é, portanto, um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre as diversas formas de interação humana” (SCOTT, 2019, p.70).

Nesse ponto, abro um parêntese de reflexão e lanço algumas

questões: em que medida as ideias de Scott nos auxiliariam a pensar os limites do discurso da psicanálise e suas implicações num ‘quantum histórico-discursivo’ referenciado por uma gramática limitada e limitante da diferença dos sexos? Será que o fato de o analista ocupar um lugar vazio significa também que a análise não está suscetível a um atravessamento político no ato, marcado por essa linguagem disponível? Se a clínica é subversiva em sua própria natureza, como diria Lacan, o que podemos falar de escolhas linguísticas que revelam também escolhas morais e normatizadoras excludentes, tanto na teoria quanto na prática? Fica para nossa reflexão. Sigo.

Monique Wittig (1981) é outra importante autora que nos ajuda a entender a noção de gênero operando no interior dos discursos e teorias, assim como Scott. Wittig, controversa teórica do feminismo, sobretudo pelas suas ideias ditas radicais sobre lésbicas e uma almejada ruptura fora das categorias de sexo (homem e mulher), defende que todo saber e toda categoria analítica é também política. Para Wittig, é preciso “uma nova definição social e subjetiva para toda a humanidade (e isso) só pode ser encontrada fora da categoria sexo (homem/mulher)” (WITTIG, 2019, p. 89).

Para chegar a essa empreitada, Monique Wittig defende que o primeiro passo para os estudiosos de gênero é abstrair-se de uma definição de mulher que é imposta, o que ela chama de maravilhoso mito da mulher. O avanço se daria, portanto, a partir de um enfrentamento paradoxal fundante difícil de resolver: a luta pelas mulheres como classe passa pelo desaparecimento dessa classe. Ou seja,

Nossa tarefa histórica é não apenas definir o que chamamos de opressão em termos materialistas. Nossa primeira tarefa, ao que parece, é dissociar completamente ‘mulheres’ (a classe dentro da

qual lutamos) de mulher, o mito. Pois ‘mulher’ não existe para nós, é apenas uma formação imaginária, enquanto ‘mulheres’ são produto de uma relação social. (WITTIG, 2019, p. 89).

Esse enfoque feminista materialista reforça a necessária ruptura com a ideia de que as mulheres são um grupo natural calçado no mito de uma mulher de verdade construído por uma gramática da opressão. Nesse contexto, Wittig busca uma teorização de possibilidades de ruptura a partir da categoria lésbica como uma outra coisa, não-homem, não-mulher, que recusaria em sua prática e corpo o poder instituído e inauguraria uma sociedade sem gênero. Não restam dúvidas de que Wittig avança na ideia de lésbica como uma contraestratégia, muito próximo ao que Butler vai construir na ideia de performatividade e subversão do desejo. Mas esbarra em outras problemáticas, como a presunção do imaginário como espaço primeiro de subversão.

Butler (1990), a partir de uma crítica a Wittig e a sua proposta de desintegração de corpos culturalmente constituídos, chama a atenção para o fato de que a própria gramática do binarismo que Wittig nega, mas segue operando, atende a um sistema mais refinado que ela conceituará como paradigma da heterossexualidade compulsória e que “não é possível significar as pessoas na linguagem sem a marca de gênero” (BUTLER, 2019, p.50).

Para Judith Butler, Wittig insiste em esbarrar numa metafísica da substância, supondo um *telos* humano anterior e perdido, quando pensa o sujeito. A possibilidade de uma linguagem neutra, Butler critica, estaria fora da dimensão do inconsciente, como uma pré-história pré-discursiva possível de ser retomada, o que pode constituir-se, para Butler, como uma armadilha perigosa dentro da

discussão de gênero.

Nessa esteira, creio que Judith Butler, filósofa estadunidense, uma das principais teóricas da questão contemporânea do feminismo, teoria *queer*, filosofia política e ética, pode nos ajudar a seguir percorrendo o fio da construção do conceito de gênero. Isso porque, assim como Scott e Wittig, ela também retorna ao aforismo de Beauvoir, indo mais além, para mostrar a ilusão das identidades sólidas e do eu atribuído de um gênero imemorial calcificado numa gramática disponível e sempre contingente.

Ainda nos anos 80 e na esteira do Pós-estruturalismo, Butler vai trazer a noção de gênero como categoria fundacional na operação sexo/desejo e como efeito de formações específicas de poder sejam eles institucionais, ou forjados em práticas e discursos. Numa tentativa de tecer uma genealogia do gênero frente à fixidez discursiva das identidades. Ela tecerá algumas discussões centrais que estão presentes em sua obra “Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade”, lançada nos anos 90, e retomadas e ampliadas em “Corpos que importam: os limites discursivos do sexo”, de 2019.

Como já reforçamos com outras teóricas citadas, Butler também parte do paradoxo identitarista pautado num universalismo perigoso da categoria “mulheres” no bojo da luta política dos feminismos. Para tanto, ela propõe que identidade não pode ser um meio de ação política dada as condições de opressão que, no pensamento ocidental, trazem a categoria homem como universal e a categoria mulher como irrepresentável. Para Butler, era preciso se repensar os sujeitos da própria luta indo além do identitarismo, aproximando-se de gênero. Ao mesmo tempo, ela problematiza a necessidade de noções e nomeações, tributária do discurso médico patologizante, em relação às experiências individuais de gênero possíveis no binarismo e fora dele.

É a partir desses dois enfoques iniciais, e aportando na crítica à Foucault, que ela retomará a categoria heterossexualidade compulsória como um ideal regulador e uma modalidade específica de construção de territórios legítimos e/ou ilegítimos para edificação da subjetividade humana. Para ela, corpo e gênero são marcas de possibilidades concretas e históricas que exigem uma materialização contínua e incessante dentro de uma gramática disponível e contingente. Como ela sugere, entender gênero nesse prisma é trocar uma metafísica essencial da relação sujeito-verbo (como queria Wittig) por uma ontologia dos participípios-presentes, numa feitura nunca completa, autoestilizada, como um ato que produz e performa significados. Para ela “As pessoas não são seus corpos, mas fazem seus corpos” (BUTLER, 2019, p. 216).

Nesse profundo mergulho no aforismo de Beauvoir, Butler enfocará o “tornar-se mulher” para teorizar o corpo genderizado como um corpo que tende a se encaixar numa ideia histórica, como um símbolo cultural e um projeto repetido e sustentado cuja sobrevivência é sempre coercitivamente marcada. Sua teoria do gênero enquanto *performance* aponta para a ideia de um fazer que tanto é produzido pelo discurso que o nomeia quanto fabrica uma certa corporeidade pela repetição.

Gênero não é um substantivo, mas tampouco é um conjunto de atributos flutuantes, pois vimos que seu efeito substantivo é performativamente produzido e imposto pelas práticas reguladoras de coerência do gênero. Nesse sentido, o gênero é sempre um feito, ainda que não seja obra de um sujeito preexistente à obra. É um desafio repensar as categorias de gênero fora da metafísica da substância. (...) não há identidade de gênero por trás das expressões de gênero; essa identidade é performativamente construída pelas próprias

expressões tidas como resultado. (BUTLER, 2019, p.56)

Essas construções fictícias do sexo, para Butler, sustentam regimes de poder no que ela vai denominar de falocentrismo e heterossexualidade compulsória. Esta última considerada um regime de presunção do binômio natural/ normal, que produz a fixidez de uma matriz de discursos, marcados por uma historicidade e por uma temporalidade, reiterado no imaginário e no simbólico, responsável por reger os discursos que garantem a própria estabilidade da heterossexualidade. A teoria *queer* vai além dessas nomações pensando conceitos como cisnorma, cisnormatividade, cisgenereidade, heteronormatividade, cissexismos, entre outros, o que Vergueiro (2016) vai trazer em suas discussões, reforçando como já dizia bell hooks (1990, p.146) que “linguagem também é lugar de luta”.

É por essa via que Butler também nos lembra que gênero é um lugar vazio, mas que parece estar sempre cheio justamente pelo caráter de performatividade em que o ato se forja. Norma, reiteração, ordem compulsória, reconhecimento, interpelação constante estão no cerne da produção do gênero que nunca é completamente estável haja vista a dimensão de falha e brecha constitutiva de toda norma e repetição.

Por isso, ela nos interroga:

Seria a psicanálise um investigação anti-fundamentalista ao afirmar o tipo de complexidade sexual que desregula eficientemente códigos sexuais rígidos e hierárquicos, ou preservaria ela um conjunto de suposições não confessadas sobre os fundamentos da identidade, a qual funciona em favor dessas teorias? (BUTLER, 2019b, p. 12)

Enquanto ato, gênero está sempre em suspensão, como diriam os *gender studies*, sendo, portanto, um construto insistente de uma existência que ainda não existe, cuja determinação social regula formas de compreensão e inteligibilidade dentro de um paradigma normativo.

Ousadamente, suponho, a partir disso, que a teoria psicanalítica pós-lacaniana pode se interessar por essa performatividade do gênero pensando esse aspecto a partir de inúmeras formas de relacionalidades possíveis, levando-nos a alargar fronteiras de compreensão, e, quiçá, exercendo uma crítica à própria presunção da norma como um discurso de que não se fala. Para além de uma ideia sobre a categoria mulher, o terreno do feminino palmilhado desde Freud e mais detidamente por Lacan e seu interesse no seminário 20, revelam, a meu ver, entrecruzamentos frutíferos para além do simbólico numa experiência com o real do corpo. Isso é também o que Butler critica na chamada ortodoxia psicanalítica centrada na primazia do simbólico do Édipo e da castração.

É nesse contexto que os estudos de gênero inauguram-se para além da pauta feminista, construindo um marco teórico, sem, no entanto, arrefecer ou despregar-se de um movimento político. A tentativa é de desconstruir uma simbiose imaginária, que perdura até hoje, de que falar de *gender studies* é referir-se apenas e exclusivamente à construção das mulheres, ou que estariam as mulheres em um frenesi reivindicativo infundado de uma voz (ou do falo, para ser mais psicanalítica, em uma *peniseid* infinita) que sempre esteve disponível na sociedade para todos, como escutei recentemente. Os estudos de gênero vão bem mais além, como a própria Leguil (2016) nos lembra:

Os *gender studies*, que fizeram do gênero seu objeto científico, talvez nos tenham despertado, ao nos forçarem a reconhecer que nessa matéria não há evidência alguma. Nada é evidente. Nem ser uma mulher, nem ser um homem, nem amar o sexo oposto, nem amar o mesmo sexo. Estamos todos de acordo sobre isso. Esses estudos nos despertaram também ao denunciarem a homofobia da sociedade fundada em um certo número de estereótipos degradantes, no que concerne àquelas e àqueles que não se definem como heterossexuais. Nesse sentido, eles fizeram progredir a opinião, mostrando como os estereótipos tanto em relação aos homossexuais quanto particularmente em relação às mulheres alimentavam uma intolerância engendrando um sofrimento que se tratava de combater. Eles nos despertaram ao mostrar que os estereótipos eram, muito frequentemente, postos a serviço da exclusão do Outro. Somos gratos aos estudos de gênero por esses avanços epistemológicos. (p.27)

É o que pretendo abordar no próximo tópico, pensando os pontos de contato entre os estudos de gênero e psicanálise, que intitulei “Uma conversa e um café?”, metaforizando esse encontro marcado, mas sempre inesperado, de desfechos (im)possíveis.

3. Estudos de gênero e psicanálise: uma conversa e um café?

Se “A complexidade do conceito de gênero exige um conjunto interdisciplinar e pós-disciplinar dos discursos.” (BUTLER, 2019, p.13), penso que um caminho interessante seja traçar encontros possíveis entre os estudos de gênero e a

psicanálise, sobretudo para pensarmos, em última instância, se poderia o psicanalista se furtrar ao trabalho com gênero sendo este um atravessamento constitutivo das relações humanas. Existiria a construção das teorias da psicanálise fora de uma discussão atravessada por gênero?

Pedro Ambra, em seu artigo “A psicanálise é cisnormativa?” (2016), discute, entre outros aspectos, três posturas visíveis dentro do campo psicanalítico que tentam responder às questões de gênero postas pela atualidade:

Um primeiro denuncia tais saberes como frutos de uma cultura da permissividade generalizada, na qual não mais operaria a Lei do Pai e enxergam a contemporaneidade como algo próximo de um abismo apocalítico (perverso ou psicótico), acreditando que a psicanálise deve lutar contra uma cultura de apagamento da diferença sexual. Um segundo, que por vezes se mistura com o primeiro, sublinha o fato de que a psicanálise é uma clínica e não teria nada a ver com tais questões sociais, necessariamente imaginárias. Supondo uma indistinção entre o analista fora de dentro do contexto clínico, entende que a melhor postura do psicanalista é a abstinência total, caso contrário, correr-se-ia o risco de uma sociologização da psicanálise (sic.). Um terceiro – que de maneira geral é mais próximo à universidade – reconhece a relevância de outros saberes não só para a teoria mas para a prática analítica e busca traduzir alguns conceitos, tensionando os limites de tais importações conceituais. (AMBRA, 2016,109)

Considero a última postura descrita por Ambra como uma possível ancoragem nesse texto, já que não posso falar de dentro de uma clínica, a qual não possuo, e me limito a trazer uma discussão teórica, e em alguma medida acadêmica, que é de onde posso me sentar e observar a passagem dos conceitos. Assim, julgo pertinente discutir, ainda que brevemente, um desencontro fundamental,

me parece, entre os *gender studies* e a psicanálise, cujas bases são o estruturalismo, e faz com que os olhares que cada área lança sobre os processos de subjetivação e de relação com o gênero sejam diferentes.

Para o estruturalismo, a permanência da hierarquia e do binarismo, a partir da heterossexualidade e da diferença sexual na cultura são chaves de compreensão muito poderosas. Enquanto isso, as discussões dos estudos de gênero, e seus contatos com o Pós-estruturalismo, os estudos culturais e as teorias críticas contemporâneas, como a política *queer*, apontam para uma inevitável ultrapassagem subversiva das fronteiras e das normas, inclusive enquanto estratégias possíveis de o sujeito se haver com um corpo sexuado.

É o que a psicanalista Márcia Áran (2007), em seus inúmeros trabalhos, deseja discutir. Arán interrogava em que medida a psicanálise seria um dispositivo da sexualidade que, tendo perdido seu caráter subversivo, operaria restaurando a diferença sexual a partir das premissas da heterossexualidade e da opressão sexual masculina sobre as mulheres e minorias. Para tanto revisitou os *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, texto freudiano de 1905, e também as concepções lacanianas da diferença sexual, incluindo as fórmulas da sexuação.

Para a autora, o perigo de uma tradição teórica psicanalítica, sobretudo à centrada na primazia do simbólico no Édipo e na castração, está em desconsiderar as múltiplas e diferentes singularidades sócio históricas da subjetivação e as contingências imanentes dessa relação, o que para Arán demonstra, em algum grau, a perda do potencial subversivo da psicanálise.

A fixidez da lei estruturalista estabelece as posições consideradas legítimas através da imposição da matriz heterossexual. Todo o resto, então, torna-se incompreensível caso não corresponda a um

esquema binário hierárquico e permanece como um excesso impossível de ser inscrito no âmbito simbólico. Os conceitos de identificação e sexualização na psicanálise estão de tal forma adstritos a uma lei estabelecida *a priori*, que acabam por fixar e restringir as manifestações das sexualidades a duas posições normativas ‘masculino e feminino’ (ARÁN, 2007, p.142)

Ela nos mostra que os princípios estruturalistas de compreensão das subjetividades, e da psicanálise lacaniana que bebe desse copo a partir de Lévi-Straus, apontam para o primado genital simbólico a partir do Édipo e da castração para construir uma matriz normativa de compreensão da sexualidade. Haveria, então, uma preponderância do simbólico como sedimento do campo social e a ideia de gênero ancorar-se-ia nisso, a partir de uma posição dita sexuada que ocuparia lugares pré-determinados no simbólico. Até porque “Na medida em que lacanianos elevam as estruturas de parentesco ao papel de operadores linguísticos fundamentais, certas posições simbólicas são apresentadas como condição da própria linguagem.” (ARÁN, 2007, p.143)

Para a psicanalista, a preservação dessa verve simbólica na sociedade e na cultura poderia, em alguma medida, compor o risco da tríade heterossexualidade- casamento- filiação como uma discriminação fundante do social enquanto diferença dos sexos. Ela reforça que, consoante o pensamento estruturalista, a observação primeira das diferenças dos sexos funda e estrutura o pensamento enquanto um sistema binário e hierárquico, construindo um *telos* para o que está fora, como a homossexualidade, que segue na tradição psicanalítica sendo explicada pelo narcisismo ou pela perversão.

Conforme Arán seria preciso, portanto, edificar uma crítica

à concepção do simbólico aportado no estruturalismo, para ir além, apontando alternativas existenciais mais próximas do domínio do desejo e da sexualidade. Se toda norma e toda nomeação produz uma tensão paradoxal que produz a sua própria instabilidade, norma e resistência produziram a engrenagem subjetiva capaz de promover deslocamentos.

Eis aí um encontro possível: empreender uma crítica a alguns conceitos da psicanálise, pensando outras formas de simbolização para além da castração, num encontro em que a historicidade do sexual pudesse ser articulada às dimensões ético-político-teóricas que dessem conta das afirmações do tempo presente.

Nesse sentido, levar em consideração a historicidade do sexual não é apenas uma questão ética e política, mas sobretudo uma questão teórica da maior importância. Se existe um território sexual 'fora' ou 'excluído' do simbólico, em relação ao qual o próprio simbólico se constitui, é fundamental reconhecer como as contingências históricas e políticas podem promover neste mesmo território deslocamentos subjetivos, ampliando as possibilidades existenciais. (ARÁN, 2007, p.142)

Os estudos de gênero estariam, nesse sentido, **convidando** a psicanálise para pensar tais deslocamentos a partir das novas concepções de subjetivação histórico-contingentes, já que “O gênero é mecanismo pelo qual as noções de masculino e feminino são produzidas e naturalizadas, mas ele poderia ser muito bem o dispositivo pelo qual esses termos são desconstruídos e desnaturalizados.” (BUTLER, 2006, p.59). Uma nova virada, pelo real, pelas pulsões e pelas confluências, me parece, caminham como possibilidades.

Nesses dissensos de olhares, apoiamo-nos em Butler para pensar um possível encontro, quando perguntaram a ela, em uma entrevista, sobre sua insistente interlocução com a psicanálise:

Estou envolvida com suas tradições, com sua teoria, quanto a isso não há dúvida. Mas sinto que ela (a psicanálise) precisar ser posta em contato com a teoria Cultural e Política Cultural, de um modo mais geral. Então eu me vejo arranjando um encontro ou alguma espécie de reunião entra a psicanálise e os movimentos sociais mais amplos, políticas culturais e questões relativas gays, lésbicas, bi, trans, intersexo. Preocupa-me o fato de que tantas pessoas nesses movimentos resistam à psicanálise, que julguem que a psicanálise não é mais do que regulação social, normalização. E por outro lado os psicanalistas resistem de verdade a isso, acham que estão trabalhando numa esfera completamente separável da psique, que esta é autônoma, que segue suas próprias regras, como se o que acontece no interior da transferência fosse algo isolado do que ocorre no mundo exterior. Acho que esse não é um antagonismo necessário, porque a psicanálise pode fornecer uma crítica vigorosa da normalização, uma crítica vigorosa da regulação social, pode nos proporcionar uma teoria da fantasia, pode colocar em questão o corpo natural, pode observar o modo como o poder social toma forma na psique, há várias maneiras de se fazer isso. E acho que os movimentos sociais preocupados com isso podem entender melhor sua própria situação a partir de uma perspectiva psicanalítica E talvez até desenvolver vocabulários mais complexos para pensar a identidade, ou o desejo, ou a solidariedade, três conceitos essenciais para esses movimentos. (BUTLER, 2010 apud KNUDSEN, 2010, p.167)

Na esteira desse possível encontro, uma possível reunião, um café, quem sabe, viro-me à psicanálise mais um pouco e retomo Lacan, em seu seminário 20, quando diz: “Não há a mínima realidade pré-discursiva, pela simples razão de que o que faz coletividade, e que chamei de os homens, as mulheres e as crianças (...) não são mais do que significantes.” (LACAN, 2008, p. 38) e finalizo perguntando: como estão sendo construídos e desconstruídos, então, os significantes de gênero em nossa sociedade? Como a teoria psicanalítica tem nos ajudado a pensar esses paradigmas? Podemos nos furtar de pensar a partir disso?

Se, como Lacan defende, o que está em jogo com o discurso da psicanálise ocorre entre uma analítica da finitude (com as formas da sexuação como fato intransponível diante do gozo impossível e sempre incompleto) e uma analítica das estruturas que organizam formas de existir no tecido social, marcado por contingências simbólicas, o corpo genderizado é também um espaço da experiência política da dominação e um espaço em que a falta irreduzível emerge como uma experiência de gozo que o assombra violentamente. Tal qual a cabeça de Janus, psicanálise e os estudos de gênero podem se haver por aí.

Retorno, ainda, um pouco provocativamente, às palavras de Preciado para alinhar minha discussão. Cito Preciado (2019) para encerrar:

Nos próximos anos, deveremos elaborar coletivamente uma epistemologia capaz de dar conta da multiplicidade radical de seres vivos, que não reduza os corpos a sua força reprodutiva heterossexual, e que não legitime a violência heteropatriarcal e colonial. Quando falo de uma nova epistemologia, estou me referindo a iniciar

um processo de ampliação radical do horizonte democrático, para reconhecer como sujeitos políticos todo corpo humano vivo, sem que a designação sexual ou de gênero seja a condição de possibilidade desse reconhecimento social ou político. Nesse contexto de transição epistêmica, honoráveis membros da Academia da Psicanálise da França e da Escola da Causa Freudiana, vocês têm uma enorme responsabilidade. Vocês é que sabem... e cabe a vocês saber... onde querem se colocar. Se querem permanecer do lado desse discurso patriarcal e colonial — e reafirmar a universalidade da diferença sexual e da reprodução sexual heterossexual —; ou entrar, conosco, os mutantes deste mundo, num processo crítico de invenção de novas epistemologias que permitem a redistribuição da soberania, o reconhecimento de outras formas de subjetividade política

Penso que como estudiosos, estudiosas e estudioses da psicanálise, curiosos e curiosas como afirmei inicialmente, tecer tais críticas aos próprios limites das teorias possibilitam ampliar os olhares e, quem sabe, reaver por dentro a radical alteridade que calça o encontro entre *analistes* e *analysandes* na clínica, já que a condição para que uma análise se dê está na suspensão de um saber sobre si e sobre o outro.

Porém, precisamos reconhecer que, por vezes, esta suspensão encontra barreiras na própria concepção normativa dos sistemas de *sexo-gênero*, a qual se converte em um sistema regulador da sexualidade, no caso da transexualidade, por exemplo, considerada ora como uma patologia por ser definido como um “transtorno de identidade”, dada a não-conformidade entre *sexo* e *gênero*, ora como uma psicose graças à suposta recusa da diferença sexual, como discute Arán (2006) em

“A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero”.

É o que convida Ayouch (2015) apontando para uma clínica da pós-transexualidade quando afirma

Uma psicanálise da pós-transexualidade precisa se desfazer da própria noção de *transexualidade*, inventada pela psiquiatria, e lastrada pela primazia, supostamente a-histórica, de uma diferença binária dos sexos. Uma psicanálise aberta às transidentidades precisa então ser tanto subjetiva quanto social: ela almejaria situar o sujeito no enquadre social, histórico e político no qual ele se inscreve, e abordar o inconsciente a partir do sistema sexo/ gênero. Essa psicanálise visaria analisar o funcionamento das prescrições de gênero na subjetivação, nas relações do sujeito com os outros, mas também na sua própria perspectiva, como teoria que não escapa às formações discursivas dentro das quais ela surge. (p.27)

Para tanto, o psicanalista, ao nosso ver, deve convidar a teoria psicanalítica a se des-solidarizar das avaliações psiquiátricas da transexualidade e denunciar o maltrato institucional, teórico e clínico das pessoas trans repensando a diferença de sexos além do binarismo. Um olhar mais aberto das multiplicidades de existências possíveis significa também a renúncia a todo modelo etiológico que pretenda ser generalizável frente às singularidades do ser.

Referências

AMBRA, Pedro. **A psicanálise é cisnormativa?** Palavra política, ética da fala e a questão do patológico *Periódicus*, Salvador, n. 5, v. 1, maio-out.2016. Revista de estudos indisciplinados em gêneros e

sexualidades Publicação periódica vinculada ao Grupo de Pesquisa CUS, da Universidade Federal da Bahia – UFBA

ARÁN, Márcia. **Subversões do desejo:** sobre gênero e subjetividade em Judith Butler. Cadernos Pagu (28). Jan-Jun, 2007.

_____. **A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero.** Ágora (Rio de Janeiro) v. ix n. 1 jan/jun 2006 49-63.

AYOUCHE, Thamy. **Da transexualidade às transidentidades:** psicanálise e gêneros plurais. Percurso, Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, 2015, Exigências da clínica e da cultura à psicanálise, pp.23-32. hal-01498414

BUTLER, Judith P. **Fundamentos Contingentes:** o feminismo e a questão do pós-modernismo. Cadernos Pagu. Edição 11. 1998.

_____. **Problemas de Gênero:** feminismo e subversão da identidade. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

_____. **Atos Performativos e a formação do gênero:** um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. In HOLLANDA, Heloísa Buarque de. Pensamento feminista: conceitos fundamentais. RJ: Bazar do Tempo, 2019b.

GROSSI, Miriam Pillar. **Identidade de Gênero e sexualidade.** Revista Antropologia em primeira mão. Florianópolis, nº 24, p.1-17, 2010.

HARAWAY, Donna. **Saberes Localizados:** a questão da ciência para o feminismo e os privilégios de uma perspectiva parcial. Feminist Studies, 14 (3). São Francisco: 1986.

KNUDSEN, Patrícia. **Conversando sobre Psicanálise:** entrevista com Judith Butler. Estudos Feministas, edição 18. Florianópolis: jan-

abril, 2010.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 20: mais, ainda (1972-1973)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

LEGUIL, Clotilde. **O ser e o gênero: homem e mulher depois de Lacan**. Tradução Vera Avellar Ribeiro. Belo Horizonte: EBP Editora, 2016.

RODRIGUES, Claudia. **Butler e a desconstrução do gênero**. Estudos Feministas. Florianópolis, 13(1): 216, janeiro-abril/ 2005.

SANTOS, Beatriz; POLVEREL, Elsa (2016) **Procura-se psicanalista segurx**. Uma conversa sobre normatividade e escuta analítica. *Lacuna: uma revista de psicanálise*, São Paulo, n. -1, p. 3, 2016. Disponível em: <<https://revistalacuna.com/2016/05/22/normatividade-e-escuta-analitica/>>.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. In HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. RJ: Bazar do Tempo, 2019.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. 2016 (Dissertação de Mestrado)

VIRMOND VIEIRA, J. y SOUZA LAGO, M. C. (2020). **Estudos de gênero e psicanálise: diálogo possível**. *Descentrada*, 4(1), e100. <https://doi.org/10.24215/25457284e100>.

WITTIG, Monique. **Não se nasce mulher**. In HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. RJ: Bazar do Tempo, 2019.

AS PEDRAS NO CAMINHO DE FRANCISCA: **Aquela que se sente inútil.**

Rosana Maria Luz Fernandes
Psicóloga, Mestre em Sociedade e Fronteiras pela UFRR.
rosanaluzpsicologia@gmail.com

“Desde que estou retirando só a morte vejo ativa, só a morte deparei e, às vezes até festiva, só a morte tem encontrado quem pensava encontrar vida, e o pouco que não foi morte foi de vida severina (aquela vida que é menos vivida que defendida, e é ainda mais severina para o homem que retira)”
(João Cabral de Melo Neto, Morte e Vida Severina)



Como Severino, um retirante da seca no Nordeste, que empurrado pelo último fio de esperança sai em busca de vida nova, ladeado pela morte, assim somos nós, migrantes, um todo misturado com histórias únicas, cheias de pedras, de flores, de espinhos e a imposição de acreditar na vida. Assim como Severinos são muitos, Franciscas também são, mas não a Francisca das Pedras, que procura uma rocha para se segurar à vida. Ela, a Francisca, encontrei no CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) quando iniciei minha pesquisa sobre o suicídio em Boa Vista- Roraima, e sua relação com as desigualdades e a migração.

A psicanálise possibilitou a compreensão da intersecção entre as três categorias centrais do trabalho: suicídio, migração e desigualdade, ao compreender que eles implicam em ataque e até rompimento de vínculos. Para Benghozi (2010), o sujeito é constituído por redes de vínculos, definido por ele, como aquilo que filia o sujeito a outro, em seu aspecto psíquico, seja a partir de uma base biológica- vínculo de filiação- ou por pertencimento a um grupo- vínculo de afiliação, cujo trabalho psíquico de construção, desconstrução e organização é denominado de malhagem. A malhagem configura a identidade do sujeito, sendo que, e de acordo com o autor, ataques ao vínculo de pertencimento podem levar a uma crise identitária.

Portanto, além do suicídio que impõe um rompimento literal dos vínculos, a migração os ataca, pelo afastamento físico, que pode também acarretar um rompimento ou enfraquecimento deles. Enquanto a desigualdade política, como implica em subjugação nas relações devido à classe social, raça ou gênero, também ataca ou mesmo impede o estabelecimento vínculos.

A protagonista desse artigo, Francisca, tem 38 anos em 2019,

o ano da pesquisa, é mulher cis, negra, maranhense e aposentada por invalidez, por conta de seu sofrimento psíquico intenso. Foi diagnosticada com transtorno afetivo bipolar, isso é, ora apresenta episódios de depressão/melancolia ora de mania, com histórico de diversas tentativas de suicídio. Veio para Boa Vista ainda criança com sua família, composta por pai, mãe e 08 irmãos. Relata que lembra pouca coisa de sua cidade natal porque nunca mais voltou. Na época da pesquisa, em 2018/2019, apenas um irmão não morava em Roraima. O pai havia falecido há 4 anos e a mãe estava com câncer. Francisca casou-se 03 vezes, teve 03 filhos, 03 netos e mora com o atual companheiro há quase 02 anos. A filha mais velha faleceu em 2017, em decorrência de suicídio.

Realizei com Francisca 08 encontros, nos quais ela sempre chegava com antecedência, afirmando que não podia faltar porque conversar ajudava a lidar com a tristeza e as vozes. O número maior de encontros foi necessário porque ela estava em um período de instabilidade emocional, e parte do conteúdo de nossas conversas refere-se aos sintomas apresentados entre um encontro e outro. Eu tive um maior cuidado para conduzir a pesquisa com ela, só toquei no assunto do suicídio quando ela iniciava. Observei que ela falava de suas tentativas de suicídio, mas só depois de alguns encontros conseguiu, por iniciativa própria, falar sobre o suicídio da filha.

Francisca iniciou o acompanhamento no CAPS em abril de 2015, após o falecimento do pai, mas o serviço já acompanhava a filha que, desde os 14 anos, fazia acompanhamento psiquiátrico por apresentar um quadro de anorexia, e veio a suicidar-se em 2017.

Logo no primeiro encontro, Francisca relata seu interesse por pedras, que coleciona e chama de suas “companheirinhas”, a partir

disso propus trazer-lhes pedras para que, caso desejasse, pintasse-as como forma de representar nossas conversas. No decorrer da pesquisa, a partir do segundo encontro, ela demonstrou interesse em pintá-las, e elas passaram a representar os membros de sua família, usava-as para falar dela, das relações entre seus familiares e suas histórias. Ao final, Francisca tinha sua família de pedras, que lhe faria companhia enquanto seu companheiro estivesse no garimpo. Apenas em um dos encontros, não quis pintá-las, estava chorando muito e preferiu falar sobre o que estava sentindo, o que as vozes diziam, até que se acalmou, disse que estava melhor e iria para a consulta com a psiquiatra.

Francisca veio do Maranhão com a família em busca de melhores condições de vida. Como muitos migrantes, eles não vieram direto para Boa Vista, ficaram em uma cidade do interior, que ela não se lembra qual, para depois virem para a capital. Não relata grande dificuldade para adaptar-se, apenas que era quente e não conhecia ninguém. O que não apaga o rompimento dos vínculos com território de origem ou mesmo que vivesse as angústias daquele que migra e é colocado na condição de estranho ao território de chegada, e as consequências para seu processo de malhagem, mesmo que ainda criança não tenha percebido.

Teve a primeira filha ainda adolescente, e logo teve mais dois outros filhos, como ela mesma disse, “é tudo pertinho um do outro”. Por conta dos filhos e ciúmes do marido, saiu da escola, sem concluir o ensino médio. Morou um tempo com esse marido, uns quatro anos (ela não se lembra ao certo), depois separou-se dele e logo começou a trabalhar para manter os filhos, ter uma moradia digna, o que na época não era, como ela mesma descreve:

“Era só ... só uma casinha, um quartinho (...) de madeira, coberto uma parte de telha de... de barro, umas telhas velhas tudo quebradas, só uns pedaços de telha que o pessoal deixou lá, e uma parte de pedaço dessa outra telha. Gotejava tudo quando chovia, era o mesmo que estar no meio da chuva. E as madeiras, era uma parte de madeira e uma parte de barro, sabe o que é barro?”

Casou-se mais duas vezes e atualmente vive com o terceiro marido, em casa própria, a qual se refere com orgulho e o quanto gosta dela arrumada e limpa. Nesse ponto ressalta o quanto os episódios de depressão a impedem de mantê-la assim, e o quanto se percebe inútil. O marido trabalha no garimpo, por isso fica muitos dias ausentes, e para não a deixar sozinha, contratou uma vizinha para ficar com ela à noite, acompanhá-la nas consultas ou compras, pois já se perdeu diversas vezes no percurso até o CAPS ou mesmo se colocou em risco de atropelamento, de forma deliberada. O fato de necessitar de uma cuidadora, assim como não conseguir cuidar da mãe, em tratamento para o câncer, também contribuem para seu sentimento de inutilidade.

Para compreender suas relações familiares e os vínculos, foi sugerido que pintasse pedras, sendo que cada uma representaria um membro de sua família. A única sugestão foi que a primeira pedra seria ela. Não por acaso, Francisca escolheu a menor, que considerou a mais feia, e associou sua dita feiura a sua inutilidade. Em princípio, não escolheu uma pedra que representasse cada filha, indicando uma dificuldade de falar sobre a relação com elas. O que no decorrer dos encontros deixou perceber o quanto foi conflituosa essa relação.

A segunda pedra que escolheu representava a mãe, a pedra

mais bonita. Pintou de amarelo que para ela representa alegria, vida. Depois escolheu a pedra que simbolizaria seu filho, que faria 19 anos no dia seguinte; em seguida, o neto Luan, que decidiu pintar de branco, porque ele é, segundo ela: “branquinho”; na sequência o pai, a maior pedra, e, por último, escolheu a pedra que representou seu atual marido, a qual pintou de vermelho, segundo ela, a cor da paixão. Somente após pintar todas as outras pedras, decidiu pintar a sua de preto por ser uma cor triste, mas mudou para azul.

Durante a escolha e pintura das pedras, observei quais eram as pessoas mais significativas em sua vida, e o que cada uma representava. A mãe, a alegria, o pai, a força, o companheiro, a paixão. Dentre os filhos, só escolheu o menino, que, segundo ela, foi o único que não deu trabalho, e que deixou com a mãe, quando foi morar com o atual companheiro. Dentre os netos, só fez referência a um, o branquinho. O que traz indícios do racismo que sofreu e internalizou. Em função do racismo vê-se sempre feia. Disse-me:

“Eu pareço com meu avô por parte de mãe. A minha mãe parece com minha avó e a cor do meu avô que é negro. Minha avó é cearense e meu avô negro. E branca e meu avô bem neguinho. Só minha vó que é branca. Eu sou negra e não gosto da minha cor. O bonito é ser branco. Por causa do preconceito, mas não me tratam mal porque sou educada. Eu acho ruim ser negra, queria ser branca.”

Nota-se que, quando representou sua família com as pedras, Francisca escolheu retratar apenas aqueles que possuem uma representação positiva para ela, do ponto de vista amoroso, de força, mas também racial. Diante da dor, ainda que de forma ilusória, escolheu a companhia daqueles que a deixavam feliz,

por isso mesmo não é de se estranhar que tenha apartado seus descendentes negros (filhas e netos) e que tenha escolhido aqueles que trazem no corpo alguma marca da brancura, a qual é socialmente reconhecida com boa, justa, bela, certa.

Essa escolha diz respeito a uma defesa psíquica contra as chibatadas que o racismo impõe, contra as vozes racistas (gritantes ou quase silenciosas) que, como aquela alucinação auditiva que escuta, repetem: “você é inútil, não serve para nada, deveria morrer!”. O racismo faz de tudo para que o negro se ataque, se persiga, é por isso mesmo que, como estratégia de defesa psíquica, não é raro uma pessoa negra ficar feliz quando tem um parente, um amor, um amigo branco, inconscientemente, ela se sente mais branca ou menos negro, quem sabe, mais humana quando está ao lado de brancos, embranquece-se. Explicitamente disse que não gosta de sua cor e que queria ser branca.

Sobre o processo de branqueamento no Brasil, Iray Carone salientou (2002, p. 13-14):

O branqueamento (...) é uma pressão cultural exercida pela hegemonia branca, sobretudo após a Abolição da Escravatura, para que o negro negasse a si mesmo, no seu corpo e na sua mente, como uma espécie de condição para se “integrar” (ser aceito e ter mobilidade social) na nova ordem social.

Tácita ou explicitamente, o branqueamento (uma das ferramentas ideológicas do racismo) propaga que, do ponto de vista estético, intelectual, cultural e, por ampliação, civilizatório, em vez de ser negro, em vez de o sujeito reconhecer-se e ser visto como tal, é melhor se embranquecer. Para sofrer menos, inconscientemente,

Francisca escolhe os brancos. E mais: ressalta que não lhe tratam mal porque é educada: esse é mais um dos preços que o racismo impõe à pessoa negra, ser educada, dócil, gentil, dedicada ao trabalho, quiçá, subserviente. Ilusoriamente, se a pessoa negra for boazinha, não passaria por preconceito ou sofreria menos. Mais uma vez, e lembrando de Bell Hooks (1995) o racismo afeta a possibilidade de a pessoa negra amar, se olhar, perceber, ser vista, sentir, se relacionar.

As filhas não foram representadas entre as pedras, o que pode indicar os conflitos que existiam entre elas, mas também uma culpa por não a ter salvado uma delas da morte ou mesmo raiva porque decidiu morrer, o que pode representar um abandono da filha que decide não ficar com ela. Entretanto, desde o início, fala dessa filha, a mais velha, da sua doença, de estarem internadas juntas e do suicídio.

A história dessa filha, que chamaremos de Rosa, foi contada aos poucos por ela, mas alguns detalhes foram repassados pelas técnicas de referência e que são relevantes para entender a história de Francisca. Ela iniciou o acompanhamento psiquiátrico quando tinha aproximadamente 14 anos, por apresentar um quadro grave de anorexia, o que a levou a várias internações. Com histórico de várias tentativas de suicídio, morreu aos 22 anos, em 2017. Era paciente do CAPS, participava de várias oficinas, dentre elas a de crochê e pintura de tecido, cujos produtos vendia e dava parte do dinheiro para a mãe. Hoje, ela guarda os produtos como lembrança da filha.

Quando Rosa morreu, estava há 03 meses morando com o pai, na casa que Francisca deu para os filhos, após o ex-marido, pai dos filhos dela, aceitar cuidar da filha, diante dos problemas dela e da mãe. Problemas esses que Francisca remete ao adoecimento

concomitante, mas havia um conflito anterior entre as duas. Rosa havia denunciado sofrer abuso do segundo marido da mãe, companheiro que Francisca não se referiu em nenhum dos encontros, mas que acompanhou as duas ao CAPS e se apresentava como cuidador delas. Quando Rosa reencontrou o pai, viu nele a oportunidade de deixar de morar com a mãe, e ter um cuidador, mas, segundo as técnicas, o pai a colocou para vender picolé nas ruas, e foi mais uma decepção.

O abuso foi para Rosa uma desmalhagem (rompimento de vínculos) catastrófica, e seus sintomas, a anorexia e as tentativas de suicídio, traduziam possivelmente a vergonha e a culpa, a sensação de traição e o ressentimento pela mãe não a ter protegido, ao contrário, ter adoecido junto. Entretanto, a mãe foi sua cuidadora principal até o momento que também adoeceu, passando uma a cuidar da outra, sob a supervisão de demais familiares.

Os sintomas que Francisca relata, e em alguns momentos até percebe, são iguais aos da filha, a saber: a não aceitação da comida, a queda do cabelo, as várias tentativas de suicídio, sendo que, segundo a equipe do CAPS, algumas vezes a filha socorreu a mãe e, em outras, a mãe socorreu a filha, evitando o suicídio. Até o conteúdo da alucinação auditiva, que, no início, Francisca ouvia que era inútil e que deveria se matar, em nosso penúltimo encontro, relatou que as vozes diziam para ela que o pai e a filha estavam precisando dela, como a filha relatava já próximo de morrer, de acordo com a psicóloga que acompanhou Rosa. Francisca refere-se ao adoecimento junto com a filha:

“É, das crises dela, às vezes quando ela não estava em crise era eu. Começou em 2008 com ela e aí depois já, já passou, eu já comecei a sentir também. Ela ouvia.

Ela tentou, várias tentativas de suicídio. A última... ela conseguiu.”

Com relação aos demais filhos, relata que a outra filha também deu muito trabalho, ficava vários dias fora de casa, bebia cachaça. A relação era permeada de agressividade, a própria Francisca relatou que ficava muito agressiva e tentou matar os filhos com um espeto de churrasco, assim como elas também a agrediam.

“Eu sofri muito. Quando minha filha adoeceu, deu muita agressão, ela vinha com faca pra cima de mim. Eu trabalhava o dia todo e passava a noite acordada. A outra deu problema porque só queria viver na rua, aprendeu a beber cachaça, passava de 03 dias fora, Ela dizia: “Tomara que tu morra, quando tu ficar velha vou te botar num asilo.”

Foram várias perdas (pedras) na vida de Francisca, que talvez tenham sido concretizadas com a perda do pai e da filha. Perdas no sentido de projetos que fracassaram, como trabalhar exaustivamente para criar os filhos e, enquanto lutava pela vida da filha, o pai, reverenciado como o modelo, como aquele que estabelece as normas, e a segurança, morreu. São vários objetos de amor que são perdidos.

No caso da filha, além da culpa, há também uma certa identificação e mistura com esse objeto de amor, também perdido, e que faz com que o superego, instância psíquica responsável por controlar as exigências do Id, outra instância psíquica, a partir das normas sociais. Muitas vezes o superego adquire uma postura extremamente severa e não permite uma vida fácil, volta-se contra o sujeito, instaurando um quadro de melancolia. No qual ela (Francisca) se penitencia por ser incompetente.

“Eu acho que a vida não tem sentido. A vida inteira lutei por uma coisa, mais por mim. A vida inteira, criei 03 filhos sozinha lutei muito, eu não consegui salvar minha filha, ela se foi, fez suicídio. Eu achei que fui incompetente.”

Sua primeira tentativa de suicídio, foi logo após a morte de pai, enquanto a filha estava internada.

“E era um sério trabalho para a doutora. A doutora mandava colocar a sonda, ela (Rosa) derramava a alimentação... era... e eu já estava passando por tudo isso, e aí meu pai pegou e faleceu nesse período... Aí foi a minha primeira crise, que foi... na, depois da morte dele, não tem? Até aí eu já estava com problema, só que eu não sabia que eu estava com problema... Aí depois da morte dele foi minha primeira internação, que foi quando eu tentei o suicídio, não tem? Aí foi quando eu tentei o suicídio pela primeira vez, há aproximadamente dez anos.”

E a partir desse momento começa a responsabilizar-se por todas as perdas, mistura-se com os objetos perdidos, penitenciando-se com a tristeza, a voz que a desqualifica e as tentativas de suicídio.

“Não sei, eu me acho... eu, assim... Todas as coisas que eu lutei para fazer, e tive perdas... perdi meu pai, perdi a filha... aí com um mês depois meu tio... faleceu também. Aí assim, com essas coisas eu acho que eu poderia proteger mais, parece que eu quero carregar as cargas tudo. E isso é o meu defeito. A gente quer proteger todo mundo da gente, todo mundo que é nosso, né. A gente quer proteger, mas a gente... cada um tem sua vida, a gente não pode também proteger totalmente, né?”

Logo no início do relato de sua história de vida, além de condições financeiras extremamente precárias, fez menção

à gravidez na adolescência e à evasão escolar, fenômenos que interseccionam entre si e reforçam a manutenção da pobreza, que Francisca tentou driblar com jornadas duplas e até triplas de trabalho, e muitas vezes precisou pagar outras adolescentes pobres para cuidar de seus filhos. Quando se refere a sua história como de superação, se refere ao trabalho, ao qual se dedicava muito e tem orgulho por não ter se prostituído, disse ela mais de uma vez:

“a única coisa que eu acho que eu teria vergonha de falar, acho que é se eu tivesse trabalhado como prostituta, acho que isso aí eu teria vergonha de fazer.”

E o maior produto de seu trabalho, de acordo com seu relato, foi a casa que construiu:

“Então foi construída uma casa devagarzinho... trabalhando, mantendo a casa, mantendo os meninos na escola e construindo essa casa... aí eu peguei e construí uma... aí não tinha banheiro, até... era um buraco no chão lá no fundo do quintal. Era terrível isso. Ai assim... eu fui construindo... aí eu peguei e fui construindo devagarzinho. Aí eu construí uma casinha com... a sala e cozinha americana, dois quartos e dois banheiros.”

Orgulhosamente, Francisca transformou buraco e goteiras, tijolo por tijolo, pedra por pedra em quartos, sala e banheiros, no plural. Grande conquista. Para tanto, e como apontara, trabalhou muito. Seus trabalhos foram nas mais diversas áreas: vender peixe na feira, auxiliar de cozinha, cozinheira, empregada doméstica, prestamista e vendedora de loja, muitas vezes na informalidade. Para exemplificar, comentou sobre seu trabalho de vendedora de peixes:

“Quando estava difícil, eu já vendi peixe na feira, já fui vender peixe na feira, assim... não tinha conseguido emprego, então, eu fui na feira e cheguei lá e falei com a mulher, a mulher disse que o único serviço que tinha era vender peixe. Ai as pessoas: aí, tu vai vender peixe, vai ficar fedendo a peixe, aí eu disse que não tinha nada não, tomo um banho depois e tira o cheiro do peixe... eu ia para casa de tarde, parecia que eu estava dentro do isopor de peixe. Porque eu ficava o dia todo pegando peixe, nem aí...”

Saía pedindo emprego e aceitava o que oferecessem. Por vezes, dedicava-se em demasia ao trabalho, trabalhava além de sua jornada de trabalho, fazia tarefas além de suas responsabilidades, que alguns de seus patrões, por saberem das privações que passava com seus filhos, davam-lhe alimentos, cestas de Natal, brinquedos para os filhos e uma televisão para os filhos assistirem desenho.

“Quando eu fiquei sozinha (sem o marido), assim, estava trabalhando para alguém, a pessoa começava a ver meu jeito, assim, e começava a se identificar mais, assim... prestar mais atenção em mim, assim, e depois falar: não, eu vou ajudar, vou comprar material escolar para seus filhos, vou comprar isso... Eu me lembro que, assim, os meninos às vezes queriam assistir alguma coisa, criança pequena sempre quer assistir um desenho, alguma coisa, né. E lá não tinha. Tinha geladeira para eles beberem água. Eu estava trabalhando com o pessoal da federal, da polícia federal, e um dia encontraram, era entrada de ano, encontraram uma televisão assim grandona, aí eles foram e me deram de presente.”

As recompensas vinham “em troca” de sua dedicação e gratidão, ou antes, em função da exploração de seu trabalho. Francisca cativava-os, e eles (supostos) gentis, não deixavam de explorá-la.

“E eu sempre estava disponível, eu sempre ia, não tem. Nesse jeito ele me pegava final de semana... ele ia comprar carne para casa dele e já comprava para mim... então era uma ajuda, assim, que além de ter o salário ali, ainda tinha uma ajuda de custo assim, do dia a dia não tem. Ai assim, minha vida foi toda assim...”

A ajuda era injusta, pois os patrões não hesitavam em utilizar de seus serviços em horas de folga, finais de semana ou feriados. O trabalho teve um papel central em sua vida, sentia-se vista, mesmo com ônus. Sua dedicação ao trabalho também a levou a algumas promoções, como de auxiliar de cozinha para cozinheira. Mas a história como prestamista- vendedor(a) ambulante, que oferece diversos produtos de utilidade doméstica em domicílio - me chamou mais atenção pelo que representou, já que assumiu um posto de trabalho basicamente ocupado por homens. Salientou:

“Eu fui a primeira mulher aqui em Boa Vista a trabalhar nesse negócio de vender assim. Nunca tinha havido nenhuma mulher, sempre era homem. É, eu fui a primeira. Mas depois eu formei um grupo, uma equipe de 5 pessoas. Só mulher. Ai o dono da coisa lá, ele já não quis, não quis mais trabalhar com homem... Ai eu formei uma equipe de 5 mulheres, então eu coordenava. Era 4 a 5 mulheres, eu coordenava as quatro.”

Francisca foi uma iniciadora: foi a primeira prestamista e a responsável por coordenar a primeira equipe de mulheres desse ramo de trabalho. Mas como para mulheres negras e pobres as flores escasseiam, Francisca contabilizou as pedras que encontrou em seu caminho, e são muitas. Em sua história, a discriminação ocorre na interseccionalidade do racismo,

classismo e sexismo, que diferencia e potencializa a violência sofrida. É uma invisível social, como bem descreve Gonçalves Filho (2004), como aquele a quem é negado o direito de falar ou sonhar, que sofre humilhação pública, que ocupa lugares que não são reconhecidos ou valorizados socialmente. Francisca aceita trabalhos que ninguém quer (vendedora de peixe) e mesmo assim ainda sinaliza um outro lugar menos valorizado ainda, o de prostituta, que ela buscou nunca ocupar. Assim como no esforço que precisa fazer para ser vista e reconhecida (com presentes) por seus patrões, excedendo sua jornada de trabalho e sacrificando suas folgas e férias. Ao pedir para falar com mais detalhes de sua vida, descreve-a como muito triste, devido às perdas de familiares, sua filha e seu pai, e das dificuldades financeiras. Ela descreve:

“Foi difícil a minha vida... passei por muitos momentos difíceis... Depois minha filha adoeceu e eu tive que me submeter a ficar dentro do hospital direto... trabalhando e dentro do hospital... depois ela morreu... (pausa). Aí minha vida é assim... difícil.”

Sua filha foi internada várias vezes no Hospital Geral de Roraima - HGR devido ao quadro de anorexia, e às diversas tentativas de suicídio. Até um dia conseguir. Cuidar dela no hospital, ser golpeada com a morte dela e do seu pai, cuidar dos outros filhos e ter de trabalhar era-lhe penoso. Francisca retrata a dupla jornada das mulheres, a luta solitária, acarretada pelo fato do pai deles não ter assumido a responsabilidade que lhe cabia. Essas dificuldades vividas foram responsáveis pelo seu adoecimento, fala de um esgotamento emocional:

“Porque eu superei... passei por tudo... me superei. Perdi meu pai, perdi a menina... eu era obrigada a trabalhar e ficar dentro do HGR.... aí, isso aí eu superei, não tem. (a psiquiatra) conhece, ela sabe... o quanto foi difícil para mim. Só que chegou uma hora que eu não tive mais condições... é... de jeito nenhum, né, nem psicológica, nem emocional, de lidar com isso. Aí gerou problema. Aí foi que veio o problema sério. De eu ficar ruim, eu surtava e sem conhecer ninguém.”

Com o adoecimento, começou a fazer tratamento psiquiátrico. No meio do tratamento, levando em considerando a importância do trabalho em sua vida, buscou se inserir novamente no mercado de trabalho. Destacou:

“Assim, eu trabalhava, aí passei um bocadinho de tempo afastada... aí eu quis, eu quis... eu quis trabalhar de novo. Aí a doutora... aí eu tinha que pegar autorização com ela, para eu trabalhar né. Aí ela não quis me dar. Mas eu falei: não doutora, eu tô bem, já posso trabalhar. Aí ela pegou e me deu. Só que quando eu comecei a trabalhar eu recaí de novo... aí depois... aí eu, assim, doutora me deu afastamento... e eu ficava indo, de teimosa. Só que foi piorando.”

Para quem já foi coordenadora de equipe, envergonha-se de ser hoje em dia pensionista. Mesmo após os relatos de seus sucessos profissionais, e orgulhosa do produto deles, a casa que deixou para os filhos, e ainda que sua psiquiatra (“autoridade” outorgada pelo saber científico) tenha classificado sua história como de superação, Francisca tem dificuldade de se perceber para além da doença e de seu sintoma, a tristeza. Escuta vozes que a maltratam por não mais estar inserida profissionalmente, elas dizem que Francisca é uma inútil, que só serve para dar trabalho, que deveria morrer, numa franca desvalorização de sua atual condição, mesmo que ainda

contribua com as despesas da casa com seu benefício, mas, como não está trabalhando, e ainda está doente, pela lógica capitalista (internalizada), tem menos valor.

Estar doente para o subproletariado, de acordo com Dejours (1992), é sinônimo de vergonha, porque implica em não trabalhar. Francisca se enquadra na definição de subproletária, por sua história no mundo do trabalho ser em sua grande maioria em subempregos, vir de família numerosa, morar na periferia, ser separada e com pouca escolarização. Para a mulher subproletária, estar doente é não poder sustentar/cuidar de seus filhos, traz vergonha, sentimento de fracasso, ou como ela mesma falou diversas vezes, a inutilidade. Mesmo com todo seu esforço não impediu que perdesse a filha. Aliás, cuidar da filha doente a leva a perder o emprego. Ou seja, mais uma vez, adoecer, hospitalizar, que significa assumir o adoecer, leva a uma expulsão do mundo do trabalho. E a dor intensa da perda da filha, que atualiza a dor da perda do pai, a leva ao fracasso de não mais trabalhar, e ao adoecimento do seu próprio corpo.

A ideologia defensiva da vergonha, definida por Dejours (1992) como uma estratégia psíquica e grupal, tem a função de manter distante o risco de afastamento do trabalho, pela negação da doença, e isso manteve Francisca distante do seu próprio adoecimento, calou a sua própria dor, mas fracassa com a imposição de cuidar da filha e se manifesta na loucura, cuja alucinação auditiva pode estar falando de recriminação do grupo: “não pode deixar de trabalhar”.

Ideologia essa que era sua única defesa contra todas as adversidades e humilhação pública, de caráter coletivo, substituindo os mecanismos de defesa individual. Ela que se “defendeu” da

prostituição pelo trabalho, ergueu sua casa, para proteger os filhos, não consegue proteger sua filha, nem a si mesma. Perdeu sua filha, então fracassa como mãe, e perdeu seu trabalho por conta da doença, inicialmente da filha e depois da sua própria.

Talvez essas vozes a punam não apenas porque está sem trabalhar, mas também porque os trabalhos que assumiu no passado eram socialmente desvalorizados e impunham um esforço físico extenuante e sem folgas, portanto eram fonte de vergonha e sofrimento. Talvez por isso, consciente ou inconscientemente, não se sinta plenamente vitoriosa. Ou mesmo sejam as vozes da humilhação sofrida por toda vida de discriminação, que pode gritar, diferente dela, enquanto invisível social, sem direito à voz. Durante todos os encontros sua voz era muito baixa, algumas vezes inaudível, precisando pedir para repetir o que falava. Para Francisca, o trabalho é sua principal estratégia contra a extrema pobreza e a proteção contra uma vergonha maior, a prostituição, mas também é penoso e tem relação direta com seu adoecimento.

A relação trabalho-doença, trabalho-saúde já vem há tempos sendo estudada, mas são as doenças que acometem a produtividade que revelam a morbidade psiquiátrica e a relação trabalho e saúde mental. Para Edith Selligman-Silva (1992), fatores subjetivos e psicossociais são determinantes para a ocorrência de acidentes de trabalho, absenteísmo e diminuição da qualidade do produto, dentre outros fatos. Além de revelar o impacto do trabalho na saúde mental, revela também a existência de aspectos ambientais e organizacionais no adoecimento. A autora afirma que os aspectos da natureza e conteúdo da tarefa, a estrutura temporal, a densidade do trabalho, o controle, as necessidades

psicológicas e o ambiente físico, químico e biológico, precisam ser considerados para compreender os riscos laborais.

A relação de Francisca com o trabalho, iniciado na infância, representa uma forma de sobrevivência, mas também uma forma de preservar sua dignidade, afirma que não tem vergonha dos trabalhos que teve por que não se prostituiu, isso sim seria vergonhoso. O trabalho para Francisca também a tirou da invisibilidade, pois ao dedicar-se diuturnamente, sem descanso ao trabalho era vista e recompensada, com presentes para os filhos, ajuda na alimentação da família, ascensão profissional e até a confiança dos patrões. Mas sua inserção no mercado de trabalho se deu a partir de tarefas recusadas pela maioria, com sobrecarga e ocupando seus períodos de descanso e suas férias. Em uma de suas falas mostrou-se ressentida com o pai de seus filhos por não ficar com eles nas férias e dar a ela um descanso, e quando decide assumir os cuidados da filha, a perde definitivamente. Também não posso deixar de apontar que toda a luta e exaustão para criar os filhos termina com o adoecimento e morte de sua filha mais velha.

A culpa e a vergonha são acentuadas por não trabalhar, mas também por necessitar de cuidados, demonstrando uma fragilidade numa sociedade que impõem a produtividade:

“Parece que eu não sei... não tenho capacidade para nada... como uma pessoa que não consigo nem... sempre tenho que tá dando trabalho para alguém... aí isso eu, eu já me sinto triste por isso. Já fico angustiada por isso, por saber que eu sempre estou dando trabalho. Às vezes... faço as pessoas passar sono... que eu não durmo, e a pessoa não dorme também. Já fica ali né, e já não dorme também... com aquele medo de eu fazer alguma coisa... aí já, já agredi gente já. Já bati na Claudia,

psicóloga do CAPS. Aí eu fico assim, eu me sinto assim, me sinto angustiada, me sinto uma pessoa que não serve para nada, só para dar trabalho... quando vem essas coisas assim, por isso que eu me tranco, eu fico com medo... porque não é todas as vezes, agora eu não fico muito agressiva, agora eu já não fico mais agressiva tanto, eu faço mais é chorar. Eu não, nem eu entendo... do jeito que eu só presto para dar trabalho e as pessoas ainda gosta de mim ainda. Nem eu entendo.”

O sofrimento de Francisca é anterior às perdas de pessoas importantes para ela, vem de uma humilhação fruto da desigualdade política, sofrida por todo aquele que é pobre, negro e mulher, que é sentida como angústia e influencia o agir, o pensar e o ser daqueles que sofrem. O sofrimento de estar em um não-lugar, de ser um não-ser.

Vir ao CAPS é sua possibilidade de livrar-se do sofrimento, de livrar-se das vozes com seus xingamentos. Mas também é um lugar de estabelecer vínculos afiliativos, que a remalham com a vida, ao reconhecer suas conquistas, que tem a autoridade para contrariar as vozes que a chamam de inútil, de reconhecer a sua existência. No CAPS, ela pode ser cuidada, sem culpa, porque estão ali para essa finalidade e não esperam dela cuidados, o que não implica em anular sua culpa e vergonha por adoecer e não produzir, como é determinado. Ela está há muito tempo na instituição, conhece todos os funcionários e alguns usuários, participa das atividades e relata que segue as orientações dos técnicos de referência, em especial a Psicóloga que acompanha seu caso. A psiquiatra a atende desde 2009, e falou várias vezes que ela sabia a vida dela toda, como uma forma de afirmar-se enquanto real. Descreve sua relação com a instituição, como forte, que traz segurança:

“Eu estava a mesma coisa, não conseguia levantar... aí eu disse que tenho que levantar, tenho que ir para... para, pro CAPS, tenho que ir para a consulta... Levantei, mesmo sem querer, achando ruim, eu levantei... contra a vontade do corpo. Lembrei que a Cris falou que eu preciso de que quando tiver assim é que eu preciso de ajuda... a Cris falou isso. Peguei e levantei... fui tomar banho... e saí... Quando eu choro... eu começo a conversar, eu não converso com muitas pessoas não, só converso, só com ele ou então com... ou então com a Cris e eu converso com você... mas eu não consigo conversar... eu não... não converso com outra pessoa. Não tenho confiança... confiança de ninguém”

Apesar da segurança que a instituição CAPS representa para Francisca, dos vínculos que estabelece, suicídio é uma ideia constante, capaz de acabar com a tristeza e a vergonha de ser inútil. Mesmo que ele represente uma pedra, na qual pode se segurar, assim como o filho, o neto ou a mãe, a constatação de que a morte é a única possibilidade tem sua base na exaustão que sofre todo aquele que é pobre, preto e ainda é mulher, que batalha pela sobrevivência própria e dos seus, acompanhado sempre da frustração, que também está ligada à migração, quando os pais, também pobres, pretos, com oito filhos, decidem migrar para o norte, com poucos recursos e aqui continuam no ciclo da pobreza.

Continuando a analogia com as pedras, que seguram, amparam, mas também agridem, na vida de Francisca, as pedras para segurar-se são infinitamente inferiores que as pedras que atacam e destroem. Como o retirante Severino que ao buscar melhorar de vida, ao longo do caminho, encontra-se tantas vezes com a morte e vislumbra nela sua única possibilidade de assim melhorar de “vida”:

Referências

BENGHOZI, Pierre. **Malhagem, filiação e afiliação. Psicanálise dos vínculos: casal, família, grupo, instituição e campo social**; tradução de Eunice Dutra Galery – 1.ed.- São Paulo: Vetor, 2010.

CARONE, I. Breve histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial brasileira. In I. Carone & M.A. S. Bento. (Orgs.), **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2002 (p.1 3-23)

GONÇALVES FILHO, José Moura. A invisibilidade pública (prefácio). In: Costa, F. B. da. **Homens invisíveis – relatos de uma humilhação social**. São Paulo: Globo, 2004.

HOOKS, Bell. **Vivendo de amor**. 1995. Disponível em: <http://www.olibat.com.br/documentos/Vivendo%20de%20Amor%20Bell%20Hooks.pdf>. Acesso em: 15 de março de 2019.

SILVA, E. S. **A inter-relação trabalho-saúde mental: um estudo de caso**. Disponível em: <https://www.fgv.br/rae/artigos/revista-rae-vol-32-num-4-ano-1992-nid-44734/>. Acesso em: 10 de março de 2019.

CARTOGRAFIA DO FEMININO: amor e luta em territórios minados.

Karen Gomes Leite
Graduada e Licenciada em Psicologia. Mestre em Educação
karen.gomes@ifs.edu.br



1. O Mapa

Arrisco-me a percorrer aqui um caminho perigoso: melindroso e minado. Se por um lado enterraram minas para explodir quem por ele passa, por outro, despejam granadas do céu, de aviões. Mas por ele sigo caminhando, apenas com flores nas mãos, e com meu filho nos braços, resistindo para chegar ao final dessa estrada que desemboca nas montanhas. Quero chegar lá ainda com meu filho e com as flores, sem que o sequestrarem e o levem para se tornar também um atirador. Que sejam feitas suas as minhas palavras, pois também são minhas as suas dores e também o seu amor e seus medos. Só sabe o que é ser mulher quem o é. E somente o intui quem consegue ser sensível o bastante para saber que a revolução que transmutará a guerra em amor será feminina.

Passo a passo sozinha, encontro alguns e algumas nos entrecruzamentos de estradas igualmente curvas e transpassantes, mas cada qual segue seu rumo; trocamos informações preciosas e nos ajudamos, e prosseguimos sós. Pretendo chegar ao destino com saúde e em paz, ainda com as flores vistosas e bem cuidadas, para que as possa plantar no alto daquele monte, que floresçam e espalhem seu pólen por todos os vales próximos. Sou semeadora de flores; além de tantos outros lugares que ora ocupo ou ainda ocuparei. Escrevo para vocês, para falar sobre tantas como eu e diferentes de mim; sobre mulheres e sobre o feminino. Espalho sementes pelo caminho. Quero deixar pistas e trilhas que indiquem às que ainda virão onde estão as minas, e em que momentos do dia os aviões costumam despejar seus mísseis e granadas. Para que seu caminhar seja mais leve e tranquilo; e para que não tenham seguir em frente sem renunciarem ao que carregam. Este é um

conto sobre a vida, sobre o feminino: um mapa a ser desvendado. “Os contos de fadas, os mitos e as histórias proporcionam uma compreensão que aguça nosso olhar para que possamos escolher o caminho deixado pela natureza selvagem” (ESTÉS, 2014, p. 18).

Inscrevo-me, portanto, nestas linhas curvas para demonstrar que é possível. Que não somente existem os caminhos retos e que vale a pena subir as montanhas. Dos caminhos retos só é possível ver beleza ao longe, mas pelos curvilíneos nela se vive. Sinto o cheiro da vegetação e a umidade da terra. O único caminho para o alto são os curvilíneos; os demais permanecem nas planícies. Poucos e poucas chegarão às montanhas. Há notícias de muitos que já estão lá, mas que foram esquecidos. A mim não resta outra opção senão ir para cima, onde está a minha família e porque somente lá haverá solo fértil para plantar as minhas flores e assentar minhas raízes.

Há também uma pequena bagagem que levo. O primeiro item é o mapa, que vai sendo desenhado à medida em que caminho. A história de todas as mulheres é também a minha; e nossos caminhos virtualmente se cruzam, construindo a genealogia que agora apresento. Não sou historiadora; arrisco-me na arte de cartografar, como inspiração para a escrita.

A cartografia participa e desencadeia um processo de desterritorialização no campo da ciência para inaugurar uma nova forma de produzir o conhecimento, um modo que envolve a criação, a arte, a implicação do autor, artista, pesquisador, cartógrafo. (MAIRESSE, 2003, p. 259).

Uma orientação que se faz necessária, o segundo item da bagagem, é a genealogia, marcada pelo fenômeno do “acontecimento”, o qual rompe a linearidade do tempo ao produzir

paisagens afetadas pela vida que por ali passa, e que presentifica o passado em uma espécie de dobra temporal. “Produção que nos remete a um hibridismo de conceitos, a uma análise das forças naturais, históricas e políticas envolvidas neste fenômeno” (MAIRESSE, 2003, p. 266). O desenho deste mapa não se confunde com o relato de uma pesquisa histórica, por não buscar as origens, evidências, ou uma verdade como essência.

Trabalhar sobre a narrativa remete a uma discussão sobre o tempo, o espaço e a memória imbricados ao próprio ato de contar, sobre o conceito de invenção e ficção, de história e verdade e sobre as estratégias produzidas do que se supõe articular desde essa narrativa. (MAIRESSE, 2003, p. 266).

É mais uma “estória” com algumas fotografias, desenhos, palavras e símbolos, perfumes e sensações. Esse tipo de mapa é desenhado por seres mágicos; seu material é fantasia; seus símbolos nem sempre são palavras que conheçamos ou desenhos que identifiquemos de imediato; tudo precisa ser interpretado, traduzido; e ainda assim não se garante exatidão, porque cada pessoa que olha produz compreensões diferentes; mas, no fim, todos que lerem poderão chegar à sua montanha.

Existem muitas famílias humanas, mas aqui tratarei da genealogia de todas as mulheres. Vou iniciar alguns pontos da genealogia, e quem a ler poderá ir costurando uma espécie de colcha de retalhos. Meu mapa é único; mas, a partir do meu relato, você tecerá a sua colcha e depois ela servirá de abrigo na sua caminhada e também como mapa, porque terá os símbolos mais importantes que já colhi; mas da maneira que preferir organizar. Pois cem mulheres ouvirão essa mesma história, e haverá cem colchas diferentes.

A importância de desenharmos esses mapas femininos reside na construção de novos caminhos para as mulheres, diferentes dos pré-determinados e estabelecidos desde quando elas nascem. Para que cada uma tenha autonomia para percorrer suas próprias trilhas; ou ao menos compreenderem que existem de infinitos mapas; uma ampliação de horizontes existenciais também proposta pela Psicologia. Para Silva (2005, p. 126-127):

A função da Psicologia Social na atualidade é a de realizar uma ontologia do presente e colocar em questão quem somos e qual é este mundo, e este período em que vivemos. É do encontro com estas questões e da violência que elas provocam em nosso pensamento que se pode produzir a criação de novos territórios existenciais que possibilitem ressingularização da subjetividade contemporânea em cima de novos valores [...] o sentido de inventar formas de resistência aos movimentos de assujeitamento da experiência subjetiva contemporânea através de uma constante desestabilização dos equilíbrios estabelecidos. [...] As configurações que o social adquire são, portanto, diferentes maneiras de territorializar os fluxos que compõem estas diferentes linhas, não passando assim de territorialidades provisórias através das quais uma determinada formação histórica produz um conjunto de práticas que servem para vedar as linhas de fuga e mobilizar os fluxos que a atravessam em um dado momento. A partir de um exercício de desnaturalização das evidências do senso comum é possível historicizar estas práticas e mostrar o caráter essencialmente construído do social. [...] Trata-se assim de experimentar novas formas de produção de sentido e de criar novas estratégias de produção do conhecimento.

2. Uma Epopeia Feminina

Tendo já apresentado os itens da bagagem: a Psicologia; a Cartografia, que tem suas bases na filosofia de Gilles Deleuze e Félix Guattari; e a Genealogia, inspirada em Michel Foucault, vamos ao traçado das linhas. Nos grupos dos nossos antepassados “moradores de cavernas” e “andantes”, e também os que plantavam e colhiam, pescavam e caçavam, as fêmeas da espécie costumavam ocupar-se da morada, do gestar, do cuidar e do manter e maternar. Os machos, por sua vez, do prover e do proteger: caçar, pescar, enfrentar perigos e resguardar os demais. A dimensão biológica do ser era a mais importante. Era o que havia. A vida consistia em existir, proteger-se dos perigos naturais, abrigar-se, reproduzir e sobreviver.

Caminhando ou permanecendo, era isso: simples, porém não menos tenso e amedrontador do que agora. Não há termos para comparação. Cada registro deve ter como parâmetro apenas o momento em que é feito. A vida era permeada pelo risco e pela ameaça constantes, e a luta diária acontecia por sobrevivência e nutrição. Era preciso defender-se para preservar a vida.

Nesta linha inicial do mapa, o que consigo ler, uma vez que sou cartógrafa amadora, é que a diferenciação entre machos e fêmeas se deu por uma condição estritamente biológica e natural. Mas não precisa acreditar fielmente no que digo. Foi a maneira que apreendi, e existem mapas e usos diferentes. No meu está assim: no princípio, o masculino era o que hoje denominamos “homem” e o feminino era o que hoje chamamos “mulher”. Se quiser seguir a minha orientação, pode costurá-los bem separados em sua colcha; e em dois retalhos diferentes, de preferência. Ao masculino podemos

atribuir as características de agressividade, proveniente de força corporal e decorrente da anatomia e dos processos fisiológicos. Ao feminino cabiam o gestar e o cuidar, pelas mesmas razões. Uma divisão de papéis bem estabelecida.

Sigmund Freud conta uma parte dessa “estória” na obra “O mal estar na civilização” em 1930:

Depois que o homem primitivo descobriu que estava literalmente em suas mãos melhorar a sua sorte na Terra através do trabalho, não lhe pode ter sido indiferente que outro homem trabalhasse com ele ou contra ele. Esse outro homem adquiriu para ele o valor de um companheiro de trabalho, com quem era útil conviver. Em época ainda anterior, em sua pré-história simiesca, o homem adotou o hábito de formar famílias, e provavelmente os membros de sua família foram os seus primeiros auxiliares. Pode-se supor que a formação de famílias se deveu ao fato de ter ocorrido um momento em que a necessidade de satisfação genital não apareceu mais como um hóspede que surge repentinamente e do qual, após a partida, não mais se ouve falar por longo tempo, mas que, pelo contrário, se alojou como um inquilino permanente. Quando isso aconteceu, o macho adquiriu um motivo para conservar a fêmea junto dele, ou, em termos mais gerais, seus objetos sexuais, ao seu lado, ao passo que a fêmea, não querendo separar-se de seus rebentos indefesos, viu-se obrigada, no interesse deles, a permanecer com o macho mais forte. Na família primitiva, falta ainda uma característica essencial da civilização. A vontade arbitrária de seu chefe, o pai, era irrestrita. Sobrepujando o pai, os filhos descobriram que uma combinação pode ser mais forte do que um indivíduo isolado. A cultura totêmica baseia-se nas restrições que os

filhos tiveram de impor-se mutuamente, a fim de conservar esse novo estado de coisas. Os preceitos do tabu constituíram o primeiro direito ou lei. A vida comunitária dos seres humanos teve, portanto, um fundamento duplo: a compulsão para o trabalho, criada pela necessidade externa, e o poder do amor, que fez o homem relatarem privar-se de seu objeto sexual -a mulher- e a mulher, em privar-se daquela parte de si própria que dela fora separada - seu filho. *Eros e Ananke* -amor e necessidade- se tornaram os pais também da civilização humana. (FREUD, 1996, n.p.).

Como aqui nos ocuparemos mais especificamente da genealogia das mulheres, voltemo-nos a uma determinada dimensão do feminino. Clarissa Pinkola Estés (2014) apresenta como a natureza instintiva feminina, a “Mulher Selvagem”, que corre risco de extinção por ter tido, ao longo dos séculos, a sua natureza esmagada, por serem os seus impulsos considerados cruéis, perigosos e vorazes. Essa vitalidade da mulher foi simplesmente esvaída ao longo do tempo. Um processo instintivo da *psiqué* feminina que pode, segundo ela, ser restaurado por escavações “psíquico-arqueológicas nas ruínas do mundo subterrâneo feminino”, método que propõe em seu livro “Mulheres que correm com os lobos: mitos e histórias do arquétipo da Mulher Selvagem”. Ainda segundo Estés (2014, p. 16):

mulheres e lobos são gregários por natureza, curiosos, dotados de grande resistência e força. São profundamente intuitivos e têm grande preocupação para com seus filhotes, seu parceiro, sua matilha. Têm experiência em se adaptar à circunstâncias em constante mutação. Têm uma determinação feroz e extrema coragem.

As características que se afinavam aos cuidados com a prole eram proeminentes nas mulheres, enquanto aquelas ligadas à agressividade eram mais evidentes no comportamento dos representantes do sexo masculino. Num segundo ponto do meu mapa, consta que nossos antepassados alcançaram tanto “sucesso” nessa divisão de tarefas e nesse modo de operar, que não somente conseguiram sobreviver, mas persistiram em multiplicar e espalhar, fazer morada e erguer suas próprias cavernas artificiais; podendo escolher entre estas e as naturais. Os animais selvagens não as podiam acessar com tanta facilidade; as intempéries naturais também não eram capazes de derrubá-las. Animais e vegetais estavam domesticados em pequenas porções para nutrição essencial, de modo que não mais precisavam sair do seu lugar protegido para caçar, pescar, ou enfrentar nenhum tipo de ameaça à vida.

Para que a perpetuação dessa estrutura fosse possível, era necessário que as fêmeas da espécie tivessem se mantido junto aos machos; que eram os líderes dos grupos, especialmente os machos “Alfa”, a figura do “Pai”, descrita por Freud, cujos filhos também se submeteram. Mas, como esse fenômeno se tornou possível? Por que toda uma comunidade se torna submissa a essas figuras? Norbert Elias e John Scotson (2000), em “Estabelecidos e Outsiders”, dizem que grupos dominadores, para manter o controle, a manipulação sobre outros grupos, produzem a crença de que os demais são inferiores, atribuindo-lhes determinadas características que os convencem da sua própria inferioridade e incapacidade de reação, além de crenças de não merecimento. Acreditando nisto, os dominados sentem-se incapazes de vivenciar outra realidade e se submetem ao controle, referendando essa configuração.

Voltando à epopeia, e tendo compreendido a relação de

papéis que fora estabelecida entre machos e fêmeas, é importante acrescentar: como todo o necessário à sobrevivência já estava ali, e como não precisavam mais se ocupar disto, a emoção do medo se esvai e outras conexões neuronais podem acontecer. Surge, assim, uma nova sensação, apesar das dominações e controles exercidos no interior dos grupamentos: o amor.

Com ele, os olhos passam a ter um brilho especial. Os humanos começam a perceber que a sobrevivência não era a única coisa, e que podem voltar-se ao outro. O amor traz uma condição completamente nova: passamos a ser capazes de colocar a existência do outro num patamar igual ou superior ao da nossa própria.

Embora ainda de muito rara ocorrência, caso aconteça de forma genuína, o amor torna possível ultrapassar uma condição natural, contrariando o modo de existência de todas as formas animais até então. A humanidade inaugura o amor, refinando o vínculo, o desejo de cooperação e de união que já existiam em outras espécies, conseguindo inclusive amá-las, amar os diferentes, opositores, predadores e caçados, contra os quais lutavam. Percebem que, em muitos aspectos, são como nós, e que também só desejam sobreviver. Esse salto evolutivo possibilita à humanidade uma nova compreensão sobre o mundo; o desenvolvimento de outras perspectivas existenciais, para além do lutar para existir.

Neste exato ponto entre as linhas do meu mapa está escrito que houve a abertura de um portal mágico na linha do tempo. O surgimento do amor nos humanos gerou uma liberação intensa de energia, capaz de abrir um espaço entre dois mundos. Já estaríamos prontos para ascender a um novo nível? Peço licença. Aqui também falaremos um pouco de magia. Embora não seja especialista nessa área, tampouco na da cartografia, precisei estudar um pouco sobre

tudo; inclusive para conseguir compor e compreender melhor o meu próprio mapa na construção desta genealogia. Dizem que esse portal que se abriu dava acesso a uma dimensão em que masculino e feminino seriam um só: unidos, ambos, em cada corpo humano, fosse ele de homem ou de mulher; completamente integrados, de maneira natural, saudável e aceitável.

Carl Gustav Jung (apud NETTO, 2017) define a existência de uma personificação masculina (*Animus*) na *psiqué* das mulheres e de uma personificação feminina (*Anima*) na *psiqué* dos homens; mas isso ocorre devido à repressão ou negação da dimensão considerada oposta (Sombra) ao que se deve apresentar e representar socialmente (Persona), tendo em vista os padrões de homem e de mulher estabelecidos como corretos, “normais”, ajustados e aceitáveis em cada contexto, bem como as avaliações pessoais sobre estes padrões.

Também aqui temos de distinguir, na sombra e em geral em todos os conteúdos do inconsciente, entre uma forma de manifestação de animus e anima interna e externa. Encontramos a forma interna em nossos sonhos, fantasias, visões, entre outros, no material do inconsciente, onde, individualmente ou em conjunto, dão expressão a todo um conjunto de traços característicos do outro sexo inerentes à nossa psique; e encontramos a forma externa quando uma pessoa do outro sexo, que pertence ao nosso mundo circunstante, torna-se sujeito da projeção de apenas uma parcela de nossa psique inconsciente ou de toda parte inconsciente de nossa psique, e não nos damos conta de que é por assim dizer nosso próprio interior que encontramos assim a partir de fora. (SOUZA, 2017, s.p.)

Entrando por este portal, nossos antepassados poderiam ter acessado de maneira imediata, na velocidade da luz, um universo paralelo em que homens e mulheres incorporam as duas dimensões, a do masculino e a do feminino, participam da geração e dos cuidados com a prole, e do exercício de prover o necessário à manutenção da vida comunitária. Já a proteção contra ameaças não é importante neste mundo, que certamente ainda está lá; embora nós, por aqui, não tenhamos tido a oportunidade de visitá-lo.

Ao vislumbrarem essa nova possibilidade, as mulheres ancestrais sentiram-se, então, encorajadas a tomar a iniciativa e avançar à entrada daquele portal. Elas não sentiam mais medo; foram tomadas por uma súbita coragem, e a sua intuição vibrou fortemente. Elas, imediatamente, sem pensar, caminharam em direção à janela que se abriu e convidaram seus filhos e companheiros a seguirem com elas rumo a esse novo e belo mundo, segundo à sua visão. Foi a única vez que esse portal se abriu, e dizem que alguns pequenos grupos conseguiram atravessar, mas nunca saberemos como aconteceu realmente, pois não mais tiveram notícias sobre os que foram. Os demais não conseguiram passar e ele se fechou. No momento em que alguns conseguiram atravessar, um integrante de um dos grupos reagiu intempestivamente, temendo que mais alguém se aventurasse por aquele caminho, pondo em risco a estabilidade e a relativa segurança que eles haviam conseguido construir. Considerou perigoso ainda o fato de terem sido mulheres a liderar essa passagem para o novo mundo. Ele, então, atirou uma pedra na direção de alguns que já estavam entrando. As mulheres que foram impedidas de conhecer a nova vida sentiram, a partir do

fechamento do portal, o despertar da sua agressividade; que havia sempre estado ali, adormecida em seu *Animus*, cuja existência desconheciam. Muitas reagiram com pedras. Alguns homens que acompanhavam suas companheiras rumo à mudança igualmente reagiram ao ataque. Naquele momento, iniciou-se a primeira guerra entre humanos, entre dois grupos que se tornaram rivais.

A partir daí, a possibilidade de existirmos em um mundo sem agressão, violência e guerras; em suma, sem a necessidade de proteção, desapareceu. Os riscos, que eram externos, passaram a ser internos ao grande grupo de ancestrais. Todos se tornaram muito acuados e desconfiados dentro da grande caverna; muitas pequenas cavernas foram construídas e em cada uma foram começando a viver grupos sempre menores, amedrontados e defensivos, agressivos, competitivos e guerreiros. Alguns passaram a viver sozinhos, por não conseguirem confiar nos demais e para não dividir as posses acumuladas. Naquele momento, surge uma nova emoção: além do medo e do amor que já sentiam, passaram a sentir tristeza. Especialmente as mulheres ficavam muito tristes após todos os acontecimentos. Em “Comunidade: a busca por segurança no mundo atual”, Zygmunt Bauman (2003) fala sobre esse medo e sobre as precauções que começam a emergir dentro das comunidades:

É difícil preocupar-se com ameaças que não se pode nomear e muito menos enfrentar. As fontes da insegurança estão ocultas e não aparecem nos mapas, de modo que não podemos situá-las com precisão. Mas as ameaças, essas substâncias estranhas que botamos na boca, os estranhos que passam, sem ser convidados, pelas ruas desconhecidas por onde andamos, são bem visíveis. Estão todos, por assim dizer, ao nosso

alcance, e assim podemos pensar que podemos afastá-los ou desintoxicar-nos. (BAUMAN, 2003, p. 130).

Ao reagirem a tantos séculos de submissão, de opressão e de restrição de seus horizontes existenciais, as mulheres começaram a largar as suas flores pela estrada e a pegar em armas. Abandonaram seus filhos e deixaram de buscar os caminhos curvilíneos que as suas ancestrais costumavam, embora sem muitas opções, seguir. Adotaram como seus os caminhos retos do masculino; e começam, já aí, a esquecer da existência das curvas e do monte. Estão demasiadamente imersas em tristeza, ressentimentos, dor, raiva e vontade de sair do lugar de obediência e de medo. Nesse instante, só desejam avançar em velocidade pelos caminhos diretos ao lado dos homens, competindo com eles. Então, deixa de fazer sentido carregar peso. Nada de flores ou de filhos nos braços. As armas, sim, são necessárias para a autodefesa, e elas já bastam.

Essa mudança no percurso e nas estratégias aconteceu rodeada de agressividade e de atitudes reativas ao que elas vinham vivenciando há séculos. Tornou-se uma reação generalizada; uma a uma, as mulheres foram tomando outras rotas, deixando de aprender e de ensinar sobre os mapas mágicos e de contar “estórias” sobre as montanhas. Seguiram avançando nas duras estradas, as quais foram se multiplicando com mais ruídos, velocidade e adrenalina.

Sobre este momento, mais especificamente na década de 1980, encontro, aqui, um registro documental trazido por Linda Davidoff (2001). Ela diz que quando, em um casal, o homem e a mulher trabalhavam fora e dividiam as tarefas domésticas, a semana de trabalho da mulher oscilava entre 66 a 75 horas, excedendo a dos homens em mais de 20 horas (HOIBERG,

1982; ROUSEMANIERE, 1980; RUSS; DENMARK, 1984 apud DAVIDOFF, 2001). O baixo nível de poder e de autonomia dessas mulheres, aliados à sobrecarga de trabalho, já eram, àquela época, responsáveis por um alto índice de depressão e ansiedade, além de terem repercussões conflituosas no relacionamento conjugal. (BERNARD, 1973; VEROFF *et al.*, 1981a; WEISSMAN; KLERMAN, 1981; KESSLER, 1984 apud DAVIDOFF, 2001).

É importante notar que, quando uma história é construída e contada, a maneira como se conta (linguagem⁵²) mantém íntima relação com os valores morais que constituem as instituições⁵³ como lógicas abstratas (educação, política, ideal de família, concepções de gênero) e que se materializam nos estabelecimentos (escola, empresa, residência familiar), comportamentos (modos de agir),

52 Eliseo Verón (1980), em “A produção de sentido”, diz que não há uma lógica natural imanente ao discurso, e buscar a universalidade apoiando-se em noções biológicas seria um erro. Muito embora o funcionamento cognitivo mantenha relações com o funcionamento biológico, isso não acontece dissociado do social; sendo, portanto, a produção da linguagem, social, e constitui modos de subjetivação e valores nas produções de sentido.

53 Apesar de uma aparente estabilidade social, institucional, as mudanças acontecem a cada instante, movimentando-se nas entrelinhas do cotidiano da humanidade. Em cada contexto social, os paradigmas são construídos, mas convivem com processo permanente de construção e desconstrução, e isso ocorre nos entrelaçamentos cotidianos das relações interpessoais, pensamentos, sentimentos, comportamentos individuais, grupais, organizacionais e institucionais, mediados por relações de poder. Sobre esses movimentos instituintes, e sobre as instituições, Gregório Barenblitt, em “Compêndio de análise institucional e outras correntes”, de 1936, afirma que a sociedade é uma rede, um tecido de instituições, que são lógicas em forma de leis, normas ou como hábitos e comportamentos. Essas lógicas significam a regulação de uma atividade humana permeada por valores e manifestam-se através da linguagem. Embora nada permaneça estático, de acordo com esses códigos estabelecidos, formalizados ou não, são definidas prescrições e proscições; ou seja, o que é permitido, indicado, e o que é proibido. Alguns exemplos de instituições são: educação, religião, justiça, família, entre outras. São entidades abstratas que se materializam em organizações e estabelecimentos, do nível macro ao micropolítico (BAREMBLITT, 2002).

na maneira como organizamos grupamentos sociais (jovens, idosos, mulheres, núcleos familiares), e normas e regras formais (leis, regulamentos) e implícitas, subjacentes (expectativas sobre ou estereótipos de mulher, homem, profissões específicas, por idade ou por classe social). Na desconstrução dessas lógicas, e para abrir espaço às manifestações mais diversas, faz-se necessário, portanto, contar novas histórias, com novos códigos linguísticos e a partir de uma nova ética, apresentada como estética e que se desdobra em política; conforme explica Félix Guattari, em “Linguagem, consciência e subjetividade”: “O que importa primordialmente é o impulso rítmico mutante de uma temporalização capaz de fazer manter juntos os componentes heterogêneos de um novo edifício existencial. Para além da função poética, coloca-se a questão dos dispositivos de subjetivação.” (GUATTARI, 1990, p. 16).

Voltando, então, à nossa “epopeia”, que lemos através do “mapa”; vamos falar um pouco sobre as emoções que constroem essa “estória”. A tristeza das mulheres começou como um profundo sentimento de saudades do que não tiveram oportunidade de conhecer e de vivenciar. Além de terem perdido a possibilidade da participação dos homens no gestar e no cuidar da prole, passaram a viver em permanente estado de guerra, inclusive enquanto desejavam estar recolhidas e resguardadas em seus ciclos de desenvolvimento: hormonais; na gestação, cuidadosas e amorosas com a prole para que crescesse saudável; e na transição final, ao encerrar os ciclos. Passaram ainda a conviver com homens cada vez mais agressivos, competitivos e desejosos de poder. Ao detectarem uma faísca de possibilidade de autonomia das mulheres, ao adentrarem o portal, eles passaram a temer que elas se habituassem a recorrer à agressividade já descoberta e desperta. Eles não

conseguiam se desfazer do papel de “Pai” opressor ao encerrar o conflito com os outros pequenos grupos externos e retornar ao seu grupamento. Afinal, o estado de alerta, além de ser constante, não contava mais com a certeza da união do grande grupamento contra perigos exteriores.

A comunidade humana se dividiu em tribos e no interior destas tribos, grupos ainda menores, denominados famílias. O perigo passou ao interior das cavernas. Estava também dentro de casa. A mulher tornou-se possível traidora, e figura autônoma, que poderia entregá-lo ao seu inimigo. Surge a necessidade de refinamento nos mecanismos de controle sobre ela e sobre a prole deste “Macho Alfa”. Apesar de não terem acontecido em grande escala rapidamente, contam quem possivelmente àquela época, já começaram a existir algumas fêmeas alfa, às quais ESTÉS (2014) denomina “Alfa Matrilineares”, as mulheres inteiras, integradas à sua natureza selvagem e vivas. Sobre esta personagem, ela explica:

Então, o que é a mulher selvagem? Do ponto de vista da Psicologia Arquetípica, bem como pela tradição das contadoras de histórias, é a alma feminina. No entanto, ela é mais do que isso. Ela é a origem do feminino. É tudo o que for instintivo, tanto no mundo visível quanto no oculto - ela é a base [...] ela é a força da vida-morte-vida; é a incubadora. É a intuição, a vidência, é aquela que escuta com atenção e tem o coração leal [...] Como toda arte, ela é visceral, não cerebral. Ela sabe rastrear e correr, convocar e repelir. Sabe sentir, disfarçar e amar profundamente. É intuitiva, típica e normativa. É totalmente essencial à saúde mental e espiritual da mulher. (ESTÉS, 2014, p. 26).

As mulheres não desejam mais serem mães? As pessoas estão envelhecendo. Quem cuidará dos velhos, se não teremos mais jovens? Muitos ruídos começam a surgir e a ensurdecer os grupos. Neste ponto, peço licença para interromper a contagem da estória de fantasia, para inserir um gráfico histórico. Vocês devem costurar essa imagem também em sua colcha, ela ocupará muitos retalhos. Fará parte do mapa que você vai usar. Embora não seja de substância mágica, mas de papel, ele bem se adapta ao meu mapa. O mapa é mágico e comporta materiais infinitos, entre tinta, papel, metais, cristais, poeira, memórias e pó de estrelas. Os materiais com que vai compor a sua colcha de retalhos serão selecionados por você. E não precisam ser os mesmos que eu uso. Embora haja um certo percurso comum até chegarmos ao topo, as trilhas são muitas, infinitas. Cada uma construirá a sua dentro do espectro. Não conseguimos ver muito à frente, ao longe. Somente à medida em que vamos encontrando os pontos desenhados no mapa, vamos conseguindo ver um pouco mais adiante e nos aproximamos do ponto de chegada.

Elisabeth Badinter (2011) escreve sobre a relação das mulheres com a maternidade, da década de 1970 até hoje, e sobre o conflito entre o ser mulher e o ser mãe, em especial na França dos séculos XVIII ao XXI, mas também em diversos países como EUA, Suíça, Japão, entre outros. Sua análise perpassa os acontecimentos revirados pelas ondas dos movimentos feministas, mais especificamente o culturalista, a partir de Simone de Beauvoir e seu livro “O Segundo Sexo”; seguido pela onda naturalista e do mais recente movimento *Queer* encabeçado por Judith Butler.

Na década de 1970, as mulheres europeias faziam reivindicações por direitos fundamentais de liberdade e igualdade

em relação aos homens. A sua luta era pelo direito à diversidade de modos de vida, ao contrário de uma necessária vida de mãe e esposa, considerada o único caminho para todas as mulheres, uma vez compreendida como instintiva. Existiam outras possibilidades e elas pretendiam ter o direito de escolher, inclusive conciliando outros desejos com a maternidade, muito embora as exigências às mães tenham se tornado cada vez maiores, contribuindo para o comprometimento da plenitude de seus objetivos, em um contexto que valoriza o prazer (hedonismo) e a realização individual.

A crise econômica das décadas de 1980 e 1990, entretanto, interrompeu este audacioso projeto, as mulheres voltaram às suas casas, porque ganhavam menos que seus maridos e porque eles tinham muita resistência em assumir ou mesmo em dividir as tarefas domésticas, e ainda têm. Neste mesmo período, muitos teóricos começaram a se colocar em defesa do naturalismo, apoiando a valorização do papel da mãe exclusiva e responsável pelo cuidado dos filhos. Em paralelo, observa-se que raramente os homens dedicavam-se a trabalhos domésticos, mesmo aqueles que recebiam salários paternidade para tal (BADINTER, 2011).

Antes de 1970, a reprodução feminina era interpretada como um instinto, como dever religioso e dívida para a sobrevivência da espécie. A partir da possibilidade de utilização de métodos contraceptivos, e graças ao movimento iniciado na década de 70, a maternidade se tornou uma opção e não uma obrigação para as mulheres. Não é mais possível falar que a maternidade seja um instinto ou um desejo universal feminino. Muito embora a maternidade tenha se tornado uma escolha para a maioria das mulheres, isso infelizmente não diminuiu o peso que elas continuaram carregando. O fato de ter se tornado

uma escolha aumentou as responsabilidades e deveres; e, especialmente por estarmos em uma cultura tão individualista, significa o fim de liberdades e prazeres para algumas, apesar de trazer também realização para outras. As mulheres passaram a construir carreiras profissionais, e mantiveram a vida doméstica. Algumas delas continuaram optando pela vivência da maternidade, e, apesar das vantagens da vida atual e da sua liberdade, acabavam esquecendo delas mesmas e priorizando os cuidados com o bebê (BADINTER, 2011).

Pesquisas realizadas em países desenvolvidos, na década de 90, trazem que muitas mulheres que trabalhavam fora de casa alegavam sentir esgotamento, frustração e solidão. Como resultado, percebeu-se que o casamento impactava mais a vida das mulheres do que a dos homens, pois se tornavam responsáveis pelas tarefas domésticas, pela educação dos filhos, além do desenvolvimento da própria carreira, e ainda possuíam uma remuneração inferior à dos homens. A relação entre o capital escolar da mulher e a sua realização era a seguinte: quanto mais diplomadas elas eram mais se sentiam realizadas em seu trabalho fora de casa. Ao contrário, investiam menos na maternidade e nas tarefas domésticas, enquanto as que estudavam e ganhavam menos tinham mais filhos. De maneira geral, elas escolhiam pela maternidade somente após estudar, casar, investir na carreira e aproveitar bem a vida a dois. As francesas possuíam uma média de dois filhos e engravidavam entre os 30 e os 35 anos, não exatamente pelo desejo de serem mães, mas devido aos receios quanto ao limite do “relógio biológico”, embora ainda haja em todo o mundo uma diversidade de motivos femininos e de maneiras de vivenciar a maternidade, o que contrasta com

a homogeneidade dos objetivos de homens entre os 25 e 50 anos, fortemente direcionados ao sucesso financeiro e ao poder. Em pesquisa recentemente realizada com inglesas e norte-americanas, as mulheres foram classificadas em: pós-modernas, modernas, neo-tradicionais e tradicionais, tomando-se como referência a quantidade de filhos e a qualidade da dedicação direcionada à vida doméstica e à profissional (GILBERT, 2008 apud BADINTER, 2011).

Após esse gráfico de Badinter (2011), anexo ao mapa, voltemos à nossa narrativa. Neste momento, a violência contra as mulheres diminuiu, ou ao menos se tornou menos explícita, mais sutil. Os homens começaram a conviver cada vez melhor com elas na estrada. Eram companheiros mais próximos de algumas delas agora. Passaram a existir muitas mulheres Alfa, cada vez mais. E elas também foram pouco a pouco pondo de lado o ato de gestar, desaprenderam as nuances dos cuidados, consigo e com outros, e ampliaram a sua face competitiva, conquistadora e com potencial destrutivo. Também começaram a surgir alguns “Homens Ômega”, porém muito poucos, e as auras do feminino e do masculino começaram a se expandir e a migrar entre corpos de homens e mulheres. Eles começaram a aprender uns com os outros e a compartilhar conhecimentos, sentimentos e habilidades. Entretanto, mesmo caminhando lado a lado, uma sensação incômoda e latente acerca das diferenças continuou existindo, embora de maneira sempre muito sutil; mas ainda convivendo com rompantes de atos violentos extremos, ligados a pulsões⁵⁴

⁵⁴ Freud (1996) traz os conceitos de *Eros* e de uma pulsão de destruição, pulsão de vida e pulsão de morte. A pulsão de vida é uma reação do indivíduo para a proteção do seu *self*, do seu eu. Para tanto, ele reage agressivamente contra o que constitua ameaça. Quando não direciona essa energia agressiva ao outro, retorna em forma de autodestruição. Freud considera pequena a possibilidade

nem sempre conscientes. O contexto foi se tornando cada vez mais complexo, e as formas de controle proporcionalmente mais difusas. Alguns começavam a indagar se as mulheres agora seriam homens. Como se localizar num mundo assim? A transição de valores gerava inconvenientes. Os impasses eram maiores acerca das religiões, questões reprodutivas, relações de poder entre gêneros e situações econômicas. Muitos questionamentos começam a emergir após o surgimento dos movimentos feministas e das reivindicações femininas.

Portanto, inicialmente, o masculino e o feminino estavam completamente dissociados: o feminino no corpo da mulher e o masculino no corpo do homem. Como a oportunidade de transmutação dimensional fora perdida, seguimos com a predominância dos homens com seu masculino (prover, proteger, dirigir), com intensificação da agressividade, da violência e da desconfiança entre os pares. Houve uma restrição cada vez maior dos grupamentos, até a produção do indivíduo. Passaram, entretanto, a coabitar mulheres que desejavam conciliar trabalho e maternidade com aquelas que optavam por somente uma ou outra vivência. Sobre esse ponto, trago para a genealogia, mais um registro. Desta vez, de Davidoff (2001), que nos apresenta a seguinte fotografia da modernidade:

A maioria das pessoas nas culturas modernas acaba se casando. Os arranjos que concebem tendem a ser extraordinariamente complicados [...] em um estudo conduzido por John Mirowsky e Catherine Ross (1984), os casamentos foram classificados com base na carga de trabalho.

de civilização sem violência; tendo em vista a existência dessas pulsões; embora tenha apontado, em suas teorias, inúmeras maneiras de “sublimar” a pulsão destrutiva; direcionando-a ao trabalho e às artes.

Nos casamentos tipo I, a esposa fica em casa e cuida dos filhos porque assim o deseja; o marido concorda [...] a esposa do casamento II trabalha fora, mas somente para ajudar as famílias a superar um período de dificuldade financeira. ela cuida também da casa e dos filhos. No casamento tipo III, a mulher trabalha fora sendo esta uma decisão apoiada pelo casal. (DAVIDOFF, 2001, p. 477).

No casamento tipo I, o casal tende a se sentir psicologicamente satisfeito; principalmente o homem, por se sentir poderoso e prestigiado, e a mulher por estar em casa por escolha própria. Já o casamento do tipo II, passa por desgastes muito grandes: a esposa sente-se infeliz pelo trabalho duplo e o marido se sente envergonhado por não ter conseguido prover a sua família sozinho. Na versão IV, a única diferença é em relação ao homem, porque ele não se sente mal em não sustentar a família sozinho e ainda participa dos cuidados com a casa, embora a mulher tenha ido trabalhar fora por uma necessidade da família, e não por escolha dela, e ainda assume a maior parte das tarefas domésticas. Neste caso, ambos se consideram satisfeitos, com pouco desgaste entre o casal. No casamento do tipo III, o marido se sente bem; já a mulher sente-se cansada e estressada, pois ambos trabalham fora e o marido não participa das tarefas domésticas; porém, esta mulher sente-se ainda um pouco melhor do que a esposa do casamento II, que trabalha por falta de opção e ainda assume todas as tarefas do lar.

Fica evidente, após todos esses registros, que existem pontos relevantes e decisivos nestas relações entre homens e mulheres. O macho primitivo sente-se provedor, protege e controla as mulheres e sua prole. A fêmea primitiva gera e cuida da prole e da morada, sente-se protegida e ao mesmo tempo prisioneira do macho, e

precisa satisfazer, ainda, às necessidades sexuais deles, sendo essas também suas ou não.

Sexualidade, Reprodução, Segurança, Poder, Controle, Autonomia, Sobrevivência e investimento de energia vital são as principais dimensões existenciais presentes nesta movimentação humana. A partir do momento em que homens e mulheres decidem exercitar as dimensões que estavam ocultas, papéis que não lhes eram atribuídos; especificamente por um movimento iniciado por elas, as relações mudam e a diversidade é instaurada: de papéis, de sensações e percepções, de atitudes, de configurações.

Algo inusitado começa a ocorrer após esse momento da fotografia já apresentada. Uma parte das mulheres que haviam expandido seus papéis, e se permitido não serem mais classificadas como apenas mães e donas de casa para poderem manifestar outras possibilidades de existir, começa a voltar ao caminho da natureza. Trago outra fotografia desse período da modernidade. Vocês podem costurar ou colar mais esta. Quem fotografou esse momento também foi Elisabeth Badinter (2011).

Apesar de todo o movimento feminista que ocorreu na Europa na década de 70, especialmente após a crise do petróleo em 1973, Elisabeth Badinter (2011) observa que ressurgem um discurso naturalista em oposição ao culturalismo. Os discursos naturalistas emergentes pregavam o bem-estar da humanidade, a felicidade e a sabedoria para a mulher, para a mãe, para a família e para a sociedade. Eles acontecem desde 1970/80, e ela os classifica em três: a ecologia; as ciências do comportamento (com base na etologia) e o essencialismo.

O retorno ao naturalismo propunha não mais a adaptação da natureza às necessidades humanas, mas que a humanidade

retomasse à obediência às leis naturais. É construído um discurso político a respeito da natureza, que se desdobra em inimigos da química (pesticidas, pílulas anticoncepcionais, etc.). Surge também, a partir deste mote naturalista, a defesa do parto natural em casa e a existência da doula e da parteira, o retorno e o incentivo à amamentação e a condenação das mamadeiras, tanto pelos prejuízos à amamentação, como pelas substâncias possivelmente cancerígenas presentes no plástico; o incentivo à troca das fraldas descartáveis, inimigas no meio ambiente, pelo uso de fraldas laváveis. São incentivados estudos sobre o instinto materno e sobre a etologia da oxitocina e da prolactina nos mamíferos, que fundamentam e retomam a ideia do amor materno instintivo após o parto, inclusive com a justificativa de proteção à vida dos bebês.

La Leche League (LLL) é um movimento que surge nos Estados Unidos em 1956, liderado por Mary White e Marian Thompson, que criaram o “de mãe para mãe”, em defesa da amamentação e que influencia diversos países. A OMS (Organização Mundial da Saúde), como exemplo, adota o protocolo pele a pele após o parto e a UNICEF passa a incentivar a amamentação.

Na segunda onda feminista, ao invés da maternidade e da feminilidade serem vistas como justificativas para a opressão, o maternalismo é considerado fundamental para a construção de um mundo mais humano e justo. Elas se unem à concepção essencialista da mulher, por natureza voltada ao outro, e adotam um discurso de retomada dos seus corpos, embora ainda houvesse contradições entre o LLL e o movimento essencialista em relação ao aborto e à mãe que trabalha. Muitos teóricos acabaram

defendendo esta posição, porém foi um movimento arriscado, tendo em vista a possibilidade de nova submissão feminina, uma vez que inicialmente elas defendiam a maternidade exclusiva, e eram contra as creches e mamadeiras, tendo voltado atrás após notarem que mais de 70% das mães que aderiram ao movimento possuíam alta escolaridade e trabalhavam. São aí desconsideradas as mães que não conseguem ou não querem amamentar, que escolhem priorizar o trabalho, o papel paterno e da rede de apoio da mãe com uso de mamadeira, o recurso da creche e demais atores de cuidados e responsabilidades com as crianças, além das mães.

O maior risco da filosofia naturalista reside na culpabilização da mãe pela sobrevivência e pelo bem-estar dos filhos. Somam-se a isto a construção das teorias do desenvolvimento infantil na década de 1980 que propõem que se decifrem estímulos e comportamentos dos bebês e de acordo com o qual orientasse avisar e consultar a criança por tudo. Tendo como base os princípios de apego e de vínculo, é recomendável, inclusive que dividam a cama com o casal, e que a mãe possa se dedicar a ela durante dois anos. As tarefas maternas ficam mais difíceis, pesadas e começam a surgir incômodos e esgotamento entre as mulheres que são mães, embora a culpa não tenha permitido que elas se expressassem durante muito tempo.

O feminismo surge, portanto, em um contexto de guerra, de sobrevivência. As mulheres, embora sejam da mesma espécie dos homens, eram subjugadas, objetificadas e mortas (ainda são). Então pode-se falar que elas não tinham sua sobrevivência, de fato, garantida. A assertividade era proporcional ao contexto histórico. Uma agressividade semelhante à que já era observada

no comportamento dos homens. Era tempo de lutar para poder existir. Naquele momento, muitas mulheres ainda não podiam escolher entre serem ou não serem mães, casar ou não casar, estudar ou não, trabalhar ou não; mesmo que tão capazes quanto os homens para isso tudo; embora não fossem dadas as ferramentas para aprender e poder realizar as suas conquistas em igualdade de condições. O salto evolutivo para a pacificação humana foi desconsiderado e perdido por diversas vezes. Sempre que foi possível optar pela paz, e escolheu-se a guerra. Elos perdidos no tempo não mais retornam. Aqui se fazem por enquanto somente na forma de devaneios sobre as possibilidades imaginadas de um mundo com modos de ser bem diferentes dos que encontramos hoje. Que desaparecem ou nem chegam a se concretizar, após o primeiro soco, ou palavra ofensiva, lança, pedra. Um movimento de luta pela sobrevivência, como se a ameaça de morte fosse constante. Ao que sucede uma cadeia de reações, milhares e milhões de outras, sem que esse ciclo seja interrompido facilmente.

Sobre a violência, Hannah Arendt (1994) traz algumas considerações relevantes: “a prática da violência como toda ação, transforma o mundo, mas a transformação mais provável é em um mundo mais violento.” (ARENDR, 1994, p. 51).

A violência, sendo instrumental por natureza, é racional até o ponto de ser eficaz em alcançar a finalidade que deve justificá-la. E já quando agimos, jamais saberemos com certeza quais serão as eventuais consequências, a violência só pode manter-se racional se buscar objetivos a curto prazo. A violência não promove causas, nem a história, nem a revolução, nem o progresso, nem a reação, mas pode servir para dramatizar

reclamações trazendo-as à atenção do público. (ARENDR, 1994, p. 50).

As décadas de 80 e 90 nos apresentam o princípio de uma possibilidade de verdadeira transformação, com o retorno à natureza e com atitudes não-violentas, que, no entanto, não se concretizam. Elisabeth Badinter (2011) denomina esse momento, o “Império do Bebê”:

Ironia da história: é no momento em que as mulheres do Ocidente conseguem finalmente se livrar do patriarcado que elas encontram um novo senhor na casa! De fato, como continuar a falar do poder do pai quando ela detém o domínio absoluto da procriação e pode assumir sua independência financeira? No entanto, trinta anos depois, é forçoso constatar que a dominação masculina permanece. Embora a resistência dos homens ao modelo igualitário seja indiscutível, ela não é suficiente para explicar a situação. Os deveres crescentes em relação ao bebê e à criança pequena revelam-se tão coercivos, se não mais, do que a perpétua guerra dos machos na casa, ou no lugar de trabalho. Pode-se bater a porta na cara de uns, mas não de outros. Essa suave tirania dos deveres maternos não é nova, mas se acentuou consideravelmente na volta com toda a força do naturalismo. O maternalismo tão defendido ainda não engendrou nem matriarcado, nem igualdade dos sexos, mas antes uma regressão da condição das mulheres. Regressão consentida em nome do amor que se tem pelo filho, do sonho da criança perfeita e de uma escolha moralmente superior. Fatores bem mais eficazes que as coerções externas. Todos sabem: nada vale a servidão voluntária! Nessa transformação do modelo materno, os homens não tiveram que mexer um

dedo. É o inocente bebê — à sua revelia — que se tornou o melhor aliado da dominação masculina. (BADINTER, 2011, p. 1554-1564).

Badinter (2011) cita pesquisa realizada na Europa em que a saúde, a renda, segurança financeira, o trabalho, o casal, a sexualidade e as condições de vida ficaram à frente dos filhos, sendo que, depois da maternidade, somente ficaram classificados os amigos e as atividades de lazer. Muitas mulheres têm desistido de se tornarem mães por considerarem impossível serem profissionais e mães concomitantemente e as políticas de incentivos financeiros parecem não ter obtido grandes resultados na Europa. Ao que parece, mudanças profundas nesses papéis não têm acontecido.

O império do dinheiro, poder, guerra, competitividade não sobrevive sem homens, mulheres e famílias em seus “devidos lugares”. A mulher precisa exercer os mais diversos papéis, chegando à exaustão para que essas lógicas se perpetuem, enquanto os homens não têm empreendido tantas mudanças nos seus modos de ser. A carga depositada sobre a mulher é imensa. Não é à toa que tantas adoecem ou desistem da maternidade ou do casamento:

As mulheres exercem um papel considerável na sociedade e, se elas voltassem para casa durante os dois ou três anos aconselhados após o nascimento de cada filho, é provável que a economia do país se ressentisse, e certamente o emprego das mulheres seria atingido. Contudo, se a hipótese de uma volta maciça à casa é inimaginável, o discurso culpabilizante expande-se nas mentes. De tanto ouvirem repetir que uma mãe deve tudo ao filho, seu leite, seu tempo e sua energia, sob

pena de depois pagar caro, é inevitável que cada vez mais mulheres recuem diante do obstáculo. Na verdade, o naturalismo não tem pior inimigo do que o individualismo hedonista. Com exceção daquelas que encontram sua plena realização na maternidade pregada pelo primeiro, todas as outras farão, mais dia menos dia, a avaliação dos prazeres e das penas. De um lado, uma experiência insubstituível, o amor dado e recebido, a importância da transmissão e da continuidade da vida; do outro, as frustrações e o estresse cotidiano, o sacrifício de si, os conflitos inevitáveis e, às vezes, o sentimento de derrota com a culpa decorrente. (BADINTER, 2011, p. 2646-2654).

Os mais recentes movimentos feministas inauguram a concepção de gênero, que apartam do conceito de sexo biológico:

Para alguns especialistas na questão, como a psicóloga americana Mardy Ireland, ou a inglesa Rosemary Gillespie, essas mulheres encarnam a terceira etapa do feminismo. Pioneiras, de certo modo. A primeira observa que os anos 1970 deram origem ao conceito de androginia, baseado em uma definição das características humanas próprias a um sexo, ou a outro, a androginia exibindo características dos dois papéis sexuais. A partir dos anos 1990, interrogamo-nos cada vez mais para saber se essas características humanas devem ser dicotomizadas e definidas pela atribuição a um gênero. Segundo Catherine Hakim, a resposta é não. As *childfree*, diz ela, provam que não há características absolutas ou essenciais que distingam as mulheres dos homens. A afirmação provocaria horror em todos os que temem mais que tudo a confusão e a semelhança entre os sexos. Também naqueles que se fundamentam na fêmea mamífera para lembrar

à mulher seus deveres maternos. Querendo ou não, a maternidade não é mais que um aspecto importante da identidade feminina, e não mais o fator necessário à obtenção do sentimento de realização do eu feminino. Graças à contracepção, ou por causa dela, o mundo das mulheres divide-se e diversifica-se. Não querer reconhecê-lo é cegueira. (BADINTER, 2011, p. 2310-2315).

3. Linhas Desviantes no Campo Minado: em busca da sobrevivência

O que vem sendo dito pelas mulheres, muitas vezes é em seguida calado, com as mãos na boca, com um tapa, ou com uma caneta; mas os pensamentos que habitam o terreno do indizível continuam a explodir nas mentes femininas. A submissão à opressão ou à resposta violenta, a reação naturalista das mais jovens às suas mães, que buscavam liberdade, que lhes deram leite artificial e as colocaram em creches, a internalização da mãe ideal e a criação do sentimento aprisionador de culpa materna e feminina; o desejo de vingança e de submissão masculina.

Vamos partir da importância da integração entre o masculino e o feminino (*Animus e Anima*) em todas nós. E podemos estender a necessidade de que os homens também façam isso, visando um verdadeiro equilíbrio entre essas pulsões, instintos de preservação e de destruição. Pois se nós fizemos esses caminhos retos na modernidade e nos afastamos da dimensão amorosa, sensível e cuidadosa do materno, pouquíssimos homens chegaram a conhecer o seu paterno sensível, criativo e generoso. E não é absolutamente necessário nos tornarmos mães e pais de fato para acessarmos essa dimensão humana. Não se trata de um gestar no

corpo, mas da mudança de uma perspectiva interna.

Temos nos tornado cada vez mais competitivos, individualistas e agressivos e menos capazes dessa doação sem previsão de retorno, compaixão e sentimento de unidade comunitária, com atitudes muito mais pacíficas do que violentas, amor ao invés de guerra, cooperação em lugar de competição. Não podemos, portanto, atribuir estas ou aquelas características aos homens ou às mulheres; podemos elencar algumas características humanas que podem ser fomentadas, agora, de maneira individual e coletiva. Uma conciliação entre o “feminino” e o “masculino” que há em todos nós; que, longe de ser um retorno a um passado, porque nunca existiu, trata-se da busca por um futuro, algo novo, que nunca foi vivenciado. E, mesmo correndo o risco de sonhar com a abertura de um portal mágico em uma época em que ninguém mais acredita em magia, confio no poder das estórias.

Apesar de compreendermos que é necessária uma nova construção humana de caminhos, estamos aqui contando a “estória” das mulheres, e vamos prosseguir com ela, após essa consideração. Afinal, os processos de adoecimento e de restrição das possibilidades de existência, de potência, de maneira geral, têm sido muito mais impostos aos corpos das mulheres do que aos corpos dos homens; embora haja diversos outros tipos de processos de exclusão, cujos heróis estão em outras epopeias.

As mulheres são comum e amplamente consideradas seres de amor, sensibilidade e passividade. Quando se afastam desse padrão, e se tornam agressivas, mesmo que em uma situação de reação à violência, são julgadas e repreendidas, desde muito cedo. Com o passar dos anos, são adjetivadas de loucas, descontroladas, ou têm sua raiva minimizada ao ser associada aos períodos do

ciclo menstrual. De maneira geral, ainda são educadas para serem contidas: em suas palavras, gestos, escolhas e impulsos (alimentares, sexuais, de felicidade, raiva, saber, poder).

O mundo tem sido pautado pelo viés masculino, figuras históricas de poder e de violência, e as explicações biológicas sustentam há milênios a superioridade dos homens em relação às mulheres e a legitimidade desta posição ocupada. Superioridade de força, de inteligência lógico-matemática, tão valorizada hoje em nosso mundo-máquina moderno. O controle emocional masculino é exaltado, em relação à pouca demonstração de emoções, em especial daquelas ligadas à sensibilidade e à vulnerabilidade. A raiva e a agressividade masculinas são facilmente justificadas tanto pelos seus hormônios como pelo seu lugar justo de poder ocupado desde sempre, o que pode aparentar uma posição inquestionável, a quem não olhar de cima, adiante e ao que passou.

Há notícias da existência de sociedades matriarcais, no entanto, são exceções e muito pouco conhecidas e estudadas. De maneira geral, seriam mais pacíficas e voltadas à agricultura, fertilidade, relação com a natureza e espiritualidade. A força física tão importante nos primórdios do que conhecemos hoje como sociedade humana impulsionou um processo evolutivo voltado ao masculino provedor e protetor e ao feminino que gera, cuida e procria. E assim seguimos em uma natureza em que a tensão e a luta por proteção e sobrevivência, por um lado, era constante; e por outro lado, era necessário gerar/procriar, cuidar e fazer crescer. Os papéis do masculino e do feminino foram se tornando cada vez mais sedimentados. Ao longo desse percurso, os instintos agressivos das mulheres foram desincentivados, enquanto os dos homens foram fomentados.

Nascemos com todas as possibilidades à nossa frente. Pouco a pouco a vida vai nos restringindo às diversidades do ser, o nosso devir começa a ser entrecortado quando somos obrigadas a fazer escolhas que nos aprisionam. Com o tempo, se aderimos a essa postura acabamos nos tornando prisioneiras de nós mesmas. Por que precisamos escolher ser um modelo de mulher, gostar mais de uma cor do que de outra, preferir lugares e pessoas e sabores? Por que precisamos ficar presas a modelos de boa jovem, mãe, esposa, senhora, profissional competente, inteligente? Somos tudo. Podemos sê-lo e podemos gostar de todas as cores e sabores. Cada escolha fecha um pacote, mas nós não cabemos em nenhum pacote. Nós transbordamos, temos desejo de transbordar, de explodir e de rasgar todos eles. Mente tacanha de quem crê nos opostos e nos inimigos! Podemos crescer a cada dia. As fórmulas de humano são individuais, mesmo que haja padrões de incidência mais comuns ou padrões de ideais; sobre estes precisamos nos resguardar. Os padrões ideais são construídos de acordo com os valores sociais mais comumente disseminados e não com as características pessoais mais comuns, ou mais positivas à saúde e à vida.

Como sabemos que alguns dos nossos valores sociais mais importantes estão hoje relacionados ao valor das riquezas financeiras, do poder exercido sobre multidões, ou seja, não necessariamente integrados e de acordo com vidas, bem-estar, saúde, respeito às diferenças então, geralmente têm sido o oposto disso. Poder sobre multidões está relacionado à violência, na medida em que a liberdade, a autonomia e vivência das diferenças muitas vezes não são consideradas nesse processo. O poder do dinheiro e do acúmulo de bens materiais também tem como lógica o privilégio de uma minoria que deseja acumular algo, necessariamente em

detrimento de todos terem.

Hannah Arendt (1994) apresenta como se dá essa íntima relação entre poder e violência.

O poder e a violência se opõem: onde um domina de forma absoluta, o outro está ausente. A violência aparece onde o poder esteja em perigo, mas se deixar que a violência percorra o seu curso natural, o resultado será o desaparecimento do poder. (ARENDDT, 1994, p. 35).

O poder e a violência, embora sejam fenômenos distintos, geralmente se apresentam juntos. Se o poder tiver alguma coisa a ver com a ideia de querer é poder, distinta do mero podemos, então temos que admitir que nosso poder se tornou impotente. A justificativa biológica da violência é de que o poder seria expansionista por natureza, com uma ânsia interior para crescer e criativo por conta do instinto. (ARENDDT, 1994, p. 55).

Então, por que buscamos esses padrões, se sabemos que eles são feitos para poucos? Poucos poderão atingir, e nem sempre estão de acordo com nossos modos de vida, de viver, de pensar e de sentir. Entender o que está por trás desses sistemas é importante. Mas diversos teóricos pensam, repensam, concordam discordam. É um caminho que não está condicionado somente a nós, faz parte de uma construção histórica da qual somos parte. Enquanto não mudamos a sociedade para que ela se torne um lugar saudável para todos, que tal fazermos aquilo que está ao nosso alcance, e somente a nosso alcance, cuja maior interessada serei eu mesma? Afinal, mudando a nós mesmas, sendo mais felizes, saudáveis realizadas, naquilo que está ao nosso alcance, não seria já o início da construção de um mundo melhor? O

papel das mulheres é fundamental para esta mudança. Estamos no mercado de trabalho, já somos maioria em academias de formação, gestamos, somos mães e educamos, muitas vezes sem a participação dos pais dos nossos filhos.

A despeito disto, aprendemos a nos sentir inferiores, e assim se dá a dominação e o controle sobre os corpos femininos. Culpadas, até por termos ultrapassado a barreira das diferenças que foram produzidas socialmente, por sermos responsabilizadas pelas vidas dos bebês, porque os homens jamais admitiram que a casa também era responsabilidade deles. Por ainda haver uma resistência sutil à mulher no mercado de trabalho, e, principalmente, porque já fazemos o movimento de integração do *Animus*: nos submetemos, lutamos, amamos, voltamos atrás, e estamos buscando soluções e novos caminhos; enquanto os homens continuam irreconciliáveis com sua *Anima*, com seu “feminino”.

Poucos homens fizeram esse movimento, o que provocou pouca ou nenhuma mudança coletiva até agora. Enquanto isso, as mulheres vêm literalmente adoecendo: por sobrecarga, culpa, autocobrança, por se sentirem mães ausentes, profissionais relapsas, por não amarem os seus corpos, a elas mesmas; entre tantas outras questões que se apresentam por estarmos sempre nessa posição de responsáveis e salvadoras de um mundo pelo amor, quando nunca fomos nós que o controlamos. E quando muitas de nós não têm recebido exatamente amor.

Sobre os conceitos de saúde e de doença, Georges Canguilhem (2006, p. 136-148) diz que

o ser vivo doente está normalizado em condições bem definidas, e perdeu a capacidade normativa, a capacidade de instituir normas diferentes em

condições diferentes. [...] não há desordem, há substituição de uma ordem esperada ou apreciada por uma outra ordem que de nada nos serve e que temos que suportar. [...] O que é caracteriza a saúde é a possibilidade de ultrapassar a norma que define o normal momentâneo, a possibilidade de tolerar infrações à norma habitual e de instituir normas novas em situações novas.

Normal, para Canguilhem (2006), é tudo aquilo que possui normas de vida a patologia, portanto, não poderia ser a sua oposição, uma vez que também as possui. Sua característica essencial é a fixação, e estagnação, o que caracteriza uma norma de vida inferior. A patologia opõe-se à saúde, e esta se caracteriza pela capacidade de adaptação. Ou seja: de uma instituição de normas (normatividade), a depender das necessidades ambientais (tanto exteriores, quanto interiores ao organismo biológico).

Neste sentido, Canguilhem (2006) vai de encontro à ideia positivista de que saúde-doença são fenômenos quantitativamente diferentes: para ele, a diferença é também qualitativa. É inaugurada, além disso, uma negação do conceito de anormalidade patológica como oposto ao normal e como aquilo que não é desejável por ser diferente e necessariamente ruim.

O adoecimento das mulheres ocorre, quando relacionado às questões de gênero, como uma reação do organismo à situação de violência ou de restrição das possibilidades de existir. No entanto, uma vez adoecidas emocionalmente, elas perdem a condição e a capacidade de reagir à situação que provocou o adoecimento. Uma moça a quem não é permitida a escolha profissional, ou a condição de casar-se ou permanecer solteira, devido a valores familiares; outra mulher que não deseja ser mãe, mas se vê sem opções de escolha,

tendo em vista o que é esperado dela; e mais uma mulher que pretende estar em casa, mas precisa se dividir entre trabalho e filhos; e aquela que tenta se tornar mãe, mas não consegue conceber e se sente culpada por considerar ser esta sua obrigação como mulher; e a última, que sofre violência sexual e é responsabilizada de alguma maneira por isso e sente-se envergonhada; todos esses são exemplos de situações que podem se tornar adoecedoras às mulheres.

Considerando que todas essas entrem em processo de sofrimento psíquico decorrente das expectativas sociais que foram de encontro às suas necessidades saudáveis e instintos de vida, após adoecidas, dificilmente terão condição de pensar e de encontrar soluções para se verem livres desse contexto e encontrar novas maneiras saudáveis de viver. Em geral, são taxadas como anormais (diferente, louca, vagabunda, mulher-macho, preguiçosa, fraca, mãe ruim...) como se o problema residisse nelas individualmente, são medicalizadas e sua potência de vida é cada vez menos considerada.

Infelizmente, existem muitos interesses coletivos que vão de encontro ao nosso bem estar e à nossa felicidade, reforçados e incentivados por homens e mulheres. Valores nos quais muitas vezes acreditamos, pela falta de compreensão dos seus significados e consequências. Por mais que regras e normas possam ser pensadas e construídas inicialmente para o bem de todos, isso vai tocar em cada uma de uma maneira bem específica. As consequências podem ser não amarmos o nosso próprio corpo, não nos amarmos, rejeitarmos emoções genuínas que possam nos fazer parecer instáveis, tristes demais ou loucas. Acreditando nisso, deixa-se de acreditar no amor no autoamor e na potência do feminino e da vida. Podemos descobrir isso em nós mesmas e

incentivar essa descoberta em outras mulheres, e também fazer compreenderem os homens.

Estés (2014, p. 22-24) diz que o adoecimento⁵⁵ da mulher acontece

[...] quando perdemos contato com a psique instintiva, vivemos num estado de destruição parcial, e as imagens e poderes que são naturais a mulher não têm condições de pleno desenvolvimento. Quando são cortados os

55 Sintomas associados aos sentimentos de um relacionamento interrompido com a força selvagem da psiqué: sentir, pensar ou agir segundo qualquer um dos seguintes exemplos representa ter um relacionamento em parte prejudicado ou inteiramente perdido com a psique instintiva profunda. sensações de aridez, fadiga, fragilidade, depressão, confusão, de estar amordaçada, calada à força, desestimulada. Sentir-se assustada, deficiente, fraca, sem inspiração, sem ânimo, sem expressão, sem significado, e envergonhada, com uma fúria crônica, instável, amarrada, sem criatividade, reprimida, transtornada. Sente-se impotente em seguir, insegura, hesitante, bloqueada, incapaz de realizações, entregando a própria criatividade para os outros, escolhendo parceiros, empregos ou amizades que lhes esgotam a energia, sofrendo por viver em desacordo com os próprios ciclos, superprotetora de si mesma, inerte, inconstante, vacilante, incapaz de regular a própria marcha ou de fixar limites, não conseguir insistir no seu próprio andamento, preocupar-se em demasia com a opinião alheia, afastar-se do seu Deus ou dos seus deuses, isolar-se da sua própria revitalização, deixar-se envolver exageradamente na domesticidade, na intelectualidade, no trabalho ou na inércia, porque esse lugar é mais seguro para quem perdeu os próprios instintos para aventurar-se ou revelar-se, temer procurar um mentor, mãe, pai que me exibir a própria obra antes que esteja perfeita, ter medo iniciar uma viagem, recear gostar de alguém ou dos outros, ter medo de não conseguir parar, de se esgotar, de se exaurir, curvar-se diante da autoridade, perder a energia diante de projetos criativos, encolher-se, humilhar-se, ter angústia, entorpecimento, ansiedade. ter medo de revidar quando não resta outra coisa a fazer, medo de experimentar o novo, medo de enfrentar, de exprimir sua opinião, de criticar qualquer coisa, de sentir náuseas, aflição, acidez, sente-se partida ao meio, estrangulada, considera-se gentil com extrema facilidade, medo de ter sentimentos de vingança, ter medo de parar, ter medo de agir, contar até três repetidamente sem conseguir começar, tem complexo de superioridade, ambivalência e, no entanto, não fosse por isso, ser plenamente capaz, em perfeito funcionamento.

vínculos de uma mulher com sua fonte de origem, ela fica esterilizada, e seus instintos e simples ciclos naturais são perdidos, em virtude de uma subordinação à cultura, ao intelecto ou ego dela própria ou de outros. [...] [E complementa] a mulher selvagem é a saúde para todas as mulheres. Sem ela, a psicologia feminina não faz sentido. Essa mulher não domesticada é o protótipo de mulher [...] não importa a cultura, a época, a política, ela é sempre a mesma. Os seus ciclos mudam, suas representações simbólicas mudam, mas na sua essência ela não muda ponto ela é o que é: e é um ser inteiro. [...] uma vez que as mulheres a tenham perdido e a tenham recuperado, elas lutarão com garra para manter a Mulher Selvagem, pois com ela suas vidas criativas florescem; seus relacionamentos adquirem significado, profundidade e saúde; seus ciclos de sexualidade, criatividade, trabalho e diversão são restabelecidos; elas deixam de ser algo para as atividades predatórias dos outros; segundo as leis da natureza, elas têm igual direito a crescer e vicejar.

Segundo Estés (2014), as mulheres que se sentem aprisionadas caíram na armadilha e perderam a sua força vital que dá a ela consciência do seu território, da sua natureza que gosta de perambular. Aproximar-se novamente desta natureza feminina implicaria reaprender a delimitar territórios e encontrar a sua matilha, ocupando e amando os seus próprios corpos, independente das suas limitações, e ainda:

falar e agir em defesa própria, estar consciente, alerta, recorrer aos poderes da intuição e do pressentimento inatos às mulheres, adequar-se aos próprios ciclos, descobrir aquilo a que pertencemos, despertar com dignidade e manter

o máximo de consciência possível. (ESTÉS, 2014, p. 78).

Quanto ao *Animus* (o masculino em cada mulher), ela afirma que quanto mais forte e amplo for, mais trará desenvoltura para manifestar as ideias das mulheres e seus trabalhos criativos de maneira concreta; por outro lado, “uma mulher com um *Animus* pobremente desenvolvido tem muitas ideias e pensamentos mas é incapaz de manifestá-los para o mundo lá fora. Ela sempre para a um passo da organização ou da implementação das suas imagens maravilhosas.” (ESTÉS, 2014, p. 78).

Embora cada uma de nós seja única, a existência feminina possui muitos elementos comuns, e por isso é tão importante encontrarmos outras mulheres, nossa “tribo”, nossa “matilha”, como coloca Estés (2014). As características biologicamente femininas não são valorizadas em nosso modo atual de vida: não cabem, não se encaixam. A *Anima* não se encaixa nas figuras de poder e de violência que são os motores da humanidade há tanto tempo. Sendo assim, para sermos consideradas parte do corpo social dominante, não sem enfrentar resistências, costumamos negar essa dimensão feminina para nos apresentarmos como competitivas ou então renegamos nosso *Animus* (masculino), assumindo uma postura mais submissa, como exemplos.

De uma maneira ou de outra, estamos renunciando a uma parte de nós mesmas, e deixando-a na nossa sombra; apresentamos somente a nossa persona, a qual Felipe de Souza, em “Curso de Introdução à Psicologia Analítica de Jung” define como aquela parcela que consideramos que será aceita, ou que desejamos apresentar. A sombra, por sua vez:

[...] é formada desde a infância quando estamos aprendendo o que é bom e o mal. Quando o mal aparece temos que esconder, pois somos colocados de castigo ou ouviremos um sermão [...] então não podemos ser nós mesmos, e sim ser aquilo que querem que sejamos. São aqueles desejos reprimidos ou o que passou despercebido e não desenvolvemos. Tudo aquilo não gostaríamos de ser, mas especialmente aquilo que odiamos. É como se fosse um saco em que você guarda tudo o que não pode soltar senão a sociedade não irá te aceitar. Mas uma hora tudo que está guardado no saco pode aparecer. [...] A sombra, em alguns momentos, é como uma personalidade autônoma, com tendências opostas ao que fazemos. A sombra não é composta apenas pelo que ficou reprimido ou recalcado: a sombra também é composta de qualidades, instintos, reações que são apropriadas, além de percepções realistas e criatividade. (SOUZA, 2017, n.p.).

Também como exemplo de construção da sombra e da persona, trazemos uma citação, em relação à *Anima*, que pode ser a parte sombra tanto de homens quanto de mulheres:

A Sombra é um conceito central da Psicologia Junguiana. O ser humano nasce completo, não sabendo distinguir o bem e o mal. Quando começa seu processo de formação do Ego [...] ele se torna potencialmente capaz de discernir entre o que é bom e o que é ruim. Então, no processo de se tornar adulto, no processo de formação de seu ego, ele escolheu certas características que ele julga necessárias para a sua pessoa e reprime as outras que ele considera indesejáveis. Como este é um processo inconsciente, o indivíduo não tem consciência das escolhas que ele faz. Características recusadas, no entanto, não são

apagadas da psique, mas vão se refugiar em seu inconsciente, constituída com o que Jung chamou de Sombra, um dos arquétipos fundamentais da psique humana. Na Sombra são armazenadas as características que o ego não reconhece como pertencente ao indivíduo. Poderíamos pensar que a Sombra é composta por características ruins, o lado feio desse indivíduo. Isso está errado. A Sombra abrange todas as características que o ego considera inadequadas para imagem que fazemos de nós mesmos, mesmo aquelas que podem ser consideradas boas por uma pessoa diferente. Um homem que se vê como muito prático, um executivo de uma empresa conhecido por sua busca por resultados e sua sede de poder, pode desvalorizar e suprimir boas características que não são úteis para aqueles que priorizam a acumulação de bens materiais, dinheiro e poder. A compaixão, a bondade, a capacidade de cuidar do próximo são características que podem ser rejeitados pelo seu ego. São reprimidas e ficam abrigada em sua sombra. (NETTO, 2017, n. p.).

Diante de todo o exposto, encontrar linhas desviantes em territórios minados é reconhecer-se enquanto mulher e como parte de uma hereditariedade feminina; mas compreendendo que a construção histórica do feminino o restringiu, e que cada uma de nós deverá se manifestar à sua maneira, que é única: diversa e singular. Porque compomos uma humanidade, e também um conjunto de mulheres, mas temos nosso caminhar próprio, em ritmo de passo e em trilhas construídas. Todos os espaços devem ser ocupados e todas as emoções devem ser sentidas e expressas; integrando, se possível, o masculino e o feminino de maneira saudável. De maneira desejável, fazendo prevalecer o amor, em detrimento da agressividade que já

produz violências tantas. Na medida em que transmutamos a pulsão destrutiva, pulsão de morte, em produção, trabalho e investimento de energia física com esforços de geração de vida e não de destruição.

A psicoterapia genealógica, com base em Deleuze, Guattari e Nietzsche, tem como base a busca da vontade de potência⁵⁶, vontade de vida. Não em um caminho único, mas na busca de cada uma. Alfredo Naffah Neto, em “A Psicoterapia em busca de Dioniso: Nietzsche visita Freud”, diz que:

A vida doente é a vida engendrada por valores que a intoxicam. obstruem, empobrecem, necessitando des-envolvimento, soltura, liberdade para criar a sua potência criadora e produzir novas formas. A psicoterapia cuidará pois do des-envolvimento da vida no desabrochar de suas formas. (NAFFAH NETO, 1994, p. 21).

56 Oswaldo Giacoia Junior cita Nietzsche, segundo “toda nossa vida de impulsos como a conformação e ramificação de uma forma fundamental da vontade, ou seja, como vontade de potência [...] ; suposto que se pudessem reconduzir todas as funções orgânicas a essa vontade de potência e nela também se encontrasse a solução do problema da geração e nutrição- isto é um problema- com isso se teria adquirido o direito de determinar toda força eficiente univocamente como vontade de potência. O mundo visto de dentro, o mundo determinado e designado por seu “caráter inteligível” seria justamente “vontade de potência”, e nada mais além disso (GIACOIA JUNIOR, 1995, p 90). De acordo com Friedrich Nietzsche, a vida pulsional é uma vida de forças onde cada força ou pulsão encontrará uma resistência. Isso não significa dizer que existam oposto, mas sim um *continuum* em que uma pulsão se desdobra em outra. Um paralelo que poderíamos fazer seria em relação à teoria de Carl Gustav Jung, sobre luz e sombra; em que todo arquétipo possui duas faces: aquela que escolhemos mostrar e a que preferimos esconder, por não considerarmos adequada ou coerente com a nossa persona, uma espécie de máscara que usamos no mundo.

4. O fim da narrativa: o casamento entre *Animus* e *Anima*

Todas as pessoas que realmente produziram transformações no mundo foram consideradas loucas, inadequadas. Porque ousaram, pensaram e fizeram diferente de tudo o que já tinham feito até aquele momento. Abrir novos caminhos não é fácil. Mas é possível e necessário para a renovação do mundo.

Ressalto que é essencial compreendermos que, apesar de eu lhes ter apresentado meu mapa pessoal, existem infinitos mapas e infinitas mulheres e montanhas. Algumas, ao chegarem lá serão levadas por seus companheiros ou pais; outras irão sozinhas ou caminhando lado a lado ou conduzindo outras pessoas. Estarão sozinhas, ou com sua família, ou com companheiros e companheiras. Terão construído uma carreira, ou tido filhos, e em suas mãos terão levado flores, mapas, ferramentas, livros, fraldas... a única coisa que quero reforçar é a importância de cada mulher fazer esse mergulho em seu próprio mapa e conhecer as possibilidades.

Mas, para escolher, é preciso compreender tudo isso e voltar à sua trilha; fazer outras mulheres e homens descobrirem esses caminhos curvos e belos; compartilhar esses mapas e colchas de retalhos em uma grande rede ou teia que facilite o caminhar dos demais. Para que tenham oportunidade de conhecer as montanhas, e para que possamos todos transitar pelas planícies, vales e montes, caminhando juntos e nos ajudando, colaborando. No ato de carregar as flores e as sementes, plantar e colher, carregar os filhos uns dos outros e umas das outras. Poder escolher transitar por linhas retas ou curvas, preferir viver na planície ou na montanha

sem diferenciações, porque teremos conseguido, enfim, integrar o ser humano, e não falaremos mais em masculino e feminino, em homens ou mulheres, mas em pessoas, em humanidade. O caminho ainda é longo, e o tempo ainda demora. Mas, quem sabe não chegamos lá?

Por fim, fica aqui o chamado à valorização da vida e da existência: amar, gestar, cuidar, prover e proteger. Lembrando que não existem mais inimigos⁵⁷ além daqueles que produzimos pela nossa própria diversidade, e para justificar diferenças que constroem hierarquia, competição, exclusão e destruição. No meu lugar de semeadora, lugar que escolhi para ocupar, como profissional da Psicologia, busco investir nas “estórias” que conto, nas genealogias que propago, para que cada pessoa que ouve e lê possa construir a sua própria e recontar essas epopeias, até que um dia elas não serão mais necessárias.

Referências

ARENDDT, Hannah. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

BADINTER, Elisabeth. **O conflito**: A mulher e a mãe. Rio de

⁵⁷ A insegurança afeta a todos nós, imersos que estamos no mundo fluido e imprevisível de desregulamentação, flexibilidade, competitividade e incerteza, mas cada um de nós sofre a ansiedade por conta própria, como o problema privado, como o resultado de falhas pessoais e como desafio ao nosso *savoir faire* e à nossa agilidade. Somos convocados, como observou Urich, com acidez, a buscar soluções biográficas para contradições sistêmicas; procuramos a salvação individual de problemas compartilhados. Essa estratégia provavelmente não dá o resultado que perseguimos, pois deixa intactas as raízes da insegurança; além disso, é precisamente essa dependência de nosso saber e recursos individuais que produz no mundo a insegurança da qual queremos escapar. (Bauman, 2003, p 129).

Janeiro: Record, 2011.

BAREMBLITT, Gregorio F. **Compêndio de análise institucional e outras correntes**: teoria e prática. 5. ed. Belo Horizonte: Instituto Felix Guattari, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CANGUILHEM, Georges. **O Normal e o Patológico**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

DAVIDOFF, Linda L. **Introdução à Psicologia**. 3. Ed. São Paulo: Makron Books, 2001.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders**: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ESTÉS, Clarissa Pínkola. **Mulheres que correm com lobos**: mitos e histórias do arquétipo da Mulher Selvagem. Rio de Janeiro: Rocco, 2014

FREUD, Sigmund. O mal estar na civilização. *In*: FREUD, Sigmund. **Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago. 1996

GIACOIA JR, Oswaldo. O Conceito de Pulsão em Nietzsche. *In*: **As Pulsões**. São Paulo: EDUC, 1995.

GOERGEN, Pedro. **Pós modernidade, Ética e Educação**. Campinas-SP: Autores Associados, 2001.

GUATTARI, Félix. Linguagem, consciência e sociedade. *In*: LANCETTI, Antônio. **Saúdeloucura**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

MAIRESSE, Denise. Cartografia: do método à arte de fazer

pesquisa. *In*: FONSECA, Tânia M. G.; KIRST, Patrícia G. (Orgs.) **Cartografias e Devires: a construção do presente**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

NAFFAH NETO, A. **A psicoterapia em busca de Dioniso: Nietzsche visita Freud**. São Paulo: EDUC, 1994.

NETTO, Roberto Lima. **Guia Simples de Psicologia Junguiana: conceitos básicos e ideias de Jung**. [S.l.: s.n.], 2017.

SILVA, Rosane Neves da. **A Invenção da Psicologia Social**. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 2005.

SOUZA, Felipe de. **Curso de Introdução à Psicologia Analítica de Jung**. [S.l.: s.n.], 2017.

VERÓN, Eliseo. **A Produção de Sentido**. São Paulo: Cultrix./ Edusp, 1980.

BIOGRAFIA DAS ORGANIZADORAS





Adeline Araújo Carneiro Farias

Doutora em Ciências Sociais pela UNISINOS, Mestre em Ciências pela UFRRJ, Especialista em Docência em Educação Profissional e Tecnológica pelo Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Roraima - CEFET/RR (2008), Especialista em Educação Interdisciplinar pelo Instituto Cuiabano de Educação (2003), graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Ceará (1996) com habilitação em Pesquisa. Professora do Instituto Federal de Sergipe, lotada no Campus Aracaju. Atua na docência na área de Sociologia nos cursos Técnico Integrados ao Ensino Médio e nos Cursos de Graduação: Sociologia, Educação e Trabalho e Sociologia do Turismo. Orientação de Projetos e Pesquisa e de Inovação no Ensino. Investe em metodologia ativa com ênfase na integração da pesquisa ao ensino, com base na pesquisa como princípio pedagógico, no aprender fazendo e na aprendizagem contextualizada e significativa.



Jocelaine Oliveira dos Santos

Mulher, professora, caminhante, fazedora de caderno, enganchada nos debates da Literatura e da Psicanálise. Nor-destinada de Aracaju, tem Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS/ 2016), Mestrado em Letras pela Universidade Federal de Sergipe (UFS/ 2010), Pós-graduação em Teorias do Texto pela Universidade Federal de Sergipe (UFS/2008) e Graduação em Letras Português pela Universidade Tiradentes (UNIT/2005). Hoje, como professora da área de Letras do quadro efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe - Campus Estância, desenvolve pesquisas em Literatura, Gênero e Psicanálise. Literatura Brasileira Contemporânea. Formação de professores, identidade e sociabilidade docente. Educação Profissional. Práticas discursivas e Análise do Discurso. É também Vice-Líder do Grupo de Pesquisa em Estudos de Texto, Leitura e Linguagem - GETELL (IFS/ CNPq) e Membro Correspondente em Formação da Associação Psicanalítica de Aracaju desde 2019 (APA).

Há temas latentes na sociedade que irrompem com sua força transdisciplinar diversas fronteiras acadêmicas. Identidades, Direitos Humanos, Gênero, por exemplo, são categorias que exigem de nós múltiplos olhares, múltiplos enfoques, principalmente porque suas existências saltam do tecido social para além de uma operação teórica, costurando as relações dos sujeitos com o mundo. Gênero, especificamente, objeto de discussão de todos os trabalhos aqui apresentados, recobre e recorta nossas formas de alteridade e nosso desejo de construção de mundos mais justos e igualitários, sobretudo para as mulheres e populações LGBTQIA+.

Esperamos, enquanto organizadoras desta obra, que a leitura seja não só agradável, mas também incômoda, que ela promova, em alguma medida, vontade de saber e que cumpra seu propósito de divulgar, como ato de resistência, os trabalhos de pesquisadores e pesquisadoras comprometidos com o avanço das Humanidades e das questões de gênero face à sombria realidade que nos assola. Boa leitura.